



Ana Clara Olivera Polakof

**Eventos, fatos e estados de coisas:
desde a ontologia lógica à linguagem em uso**

Tese de doutorado

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Filosofia da PUC-Rio como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor em Filosofia.

Orientador: Prof. Oswaldo Chateaubriand Filho

Rio de Janeiro
Julho de 2017



Ana Clara Olivera Polakof

**“Eventos, fatos e estados de coisas: desde a
ontologia lógica à linguagem em uso”**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Oswaldo Chateaubriand Filho

Orientador

Departamento de Filosofia-PUC-Rio

Prof. Luiz Carlos Pinheiro Dias Pereira

Departamento de Filosofia-PUC-Rio

Prof. Guido Imaguire

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Prof. Marco Antonio Caron Ruffino

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Profa. Brenda Selva Laca Luque

Universidad de la República Uruguay - UDELAR

Profa. Monah Winograd

Coordenadora Setorial do Centro de Teologia e
Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 6 de julho de 2017

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial deste trabalho, sem a autorização da universidade, do autor e do orientador.

Ana Clara Olivera Polakof

Graduação em linguística na Udelar (Uruguai, 2008),
mestrado em Análise Gramatical e Estilístico do Espanhol
na UNED (Espanha, 211) e mestrado em Filosofia
Contemporânea na Udelar (Uruguai, 2013)

Ficha Catalográfica

Polakof, Ana Clara Olivera

Eventos, fatos e estados de coisas : desde a
ontologia lógica à linguagem em uso / Ana Clara
Olivera Polakof ; orientador: Oswaldo Chateaubriand
Filho. – 2017.

232 f. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro, Departamento de Filosofia, 2017.

Inclui bibliografia

1. Filosofia – Teses. 2. Eventos. 3. Fatos. 4.
Estados de coisas. 5. Referência. 6. Sintagmas
determinantes. I. Chateaubriand Filho, Oswaldo. II.
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
Departamento de Filosofia. III. Título.

CDD: 100

Para Enrique Caorsi,
por me ter incentivado a percorrer este caminho.

Agradecimentos

Ao meu orientador, Prof. Em. Oswaldo Chateaubriand Filho, por compartilhar seu conhecimento comigo, e por sua amabilidade e paciência ao longo destes anos.

Ao CNPq e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

Ao Sérgio Schultz, pela amizade e sua inestimável ajuda ao longo do doutorado.

Ao Prof. Luiz Carlos Pereira, por me ter introduzido ao mágico mundo do intuicionismo.

Aos integrantes da minha banca, por terem aceitado participar dela.

Aos integrantes docentes e administrativos do Departamento de Filosofia, por todo o apoio ao longo destes anos.

Aos meus amigos e colegas brasileiros, uruguaios e argentinos. Queria agradecer à Ana Maria, Anita, Andrés, Bruno, Carla, Cecilia, Magdalena, Mariana, Tiago e Virginia, pelas horas de discussão e/ou apoio que foram necessários neste processo, e particularmente a Andrea, pela observação sobre *único e existente*.

À minha família, por seu apoio incondicional, e especialmente a Martín, pela companhia nesta longa viagem e na minha vida.

Resumo

Polakof, Ana Clara Olivera; Chateaubriand Filho, Oswaldo (Orientador). **Eventos, fatos e estados de coisas: desde a ontologia lógica à linguagem em uso.** Rio de Janeiro, 2017, 232p. Tese de Doutorado. Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Esta tese visa propor uma delimitação ontológica entre eventos, fatos e estados de coisas, a partir de uma ontologia realista/platonista, e relacionar a ontologia lógica à linguagem em uso, a partir da análise da referência a essas entidades. Eventos, fatos e estados de coisas têm estado presentes na discussão analítica desde os tempos de Frege; no entanto, a discussão ainda continua. Eventos têm sido reduzidos a objetos, a fatos e a estados de coisas; fatos têm sido reduzidos a estados de coisas e a proposições; estados de coisas e fatos têm sido considerados como a mesma entidade, e assim por diante. Essas três entidades estão associadas à linguagem desde os tempos de Russell (1918). Os fatos eram relacionados às afirmações verdadeiras, sendo compreendidos como as entidades às quais apontavam essas afirmações. Os eventos eram relacionados com as sentenças de ação. De acordo com Davidson (1981a), temos sentenças de ação porque há eventos no mundo. Embora esta tese vise relacionar a ontologia à linguagem em uso, ela as desvincula num primeiro momento; por isso define a ontologia independentemente da linguagem. Propõe que a diferença entre eventos, fatos e estados de coisas é que os primeiros são concretos e os últimos, abstratos, entre outras características. Uma vez definida a ontologia, a relacionamos, a partir da referência, com a linguagem em uso. Analisamos se é possível referir a essas entidades a partir da análise de certas construções linguísticas, e vemos se é possível estabelecer tal relação a partir dessa análise.

Palavras-chave

Eventos; Fatos; Estados de Coisas; Referência; Sintagmas Determinantes; Artigo Definido; Nominalizações.

Abstract

Polakof, Ana Clara Olivera; Chateaubriand Filho, Oswaldo (Advisor). **Events, Facts, and States of Affairs: from logic ontology to language use.** Rio de Janeiro, 2017, 232p. Tese de Doutorado. Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

This thesis proposes an ontological delimitation between events, facts and states of affairs. It does so from a Platonist/realist perspective. It also relates the logic ontology to language use through the analysis of reference to these entities. Events, facts, and states of affairs have been present in the discussion of analytical philosophy from the times of Frege. However, the discussion still continues, and nothing has been defined. Events have been reduced to objects, facts and states of affairs. Facts have been reduced to states of affairs and propositions. States of affairs and facts have been considered as the same entity by some authors, and so forth. These three entities have been associated to language since the times of Russell (1918). Facts were related to true statements, and were understood as entities to which those statements pointed. Events were related to action sentences. According to Davidson (1981a), we have action sentences because there are events in the world. Though this thesis relates ontology to language, it defines ontology independent of language use. That is, ontology is defined without taking language use into account. It proposes that the difference between events, facts, and states of affairs is that the first are concrete, and the last abstract. Among other characteristics. Once we define the ontology, we relate it to language use through reference. We analyze whether it's possible to refer to events, facts, and states of affairs, because we understand that it is through reference that we may establish the relationship between ontology and linguistics.

Keywords

Events; Facts; States of Affairs; Reference; Determinant Phrases; Definite Article; Nominalizations.

Sumário

1 Introdução	11
2 A ontologia lógica e a linguagem em uso	22
2.1 A ontologia	22
2.1.1 A ontologia lógica	24
2.1.1.1 A ontologia hierarquizada	25
2.1.2 Eventos, fatos e estados de coisas	30
2.2 Alguns aspectos gramaticais e morfológicos da linguagem	38
2.2.1 Sentenças e partes da sentença	39
2.2.2 A nominalização	43
2.3 A ontologia e a linguagem (ou linguística e filosofia)	45
2.3.1 A referência	46
2.3.2 A proposta de Vendler	49
3 Delimitação ontológica entre eventos, fatos e estados de coisas	54
3.1 Concreto versus abstrato	55
3.2 Fatos versus estados de coisas	64
3.2.1 Primeira alternativa	65
3.2.2 Segunda alternativa	69
3.2.3 Critério de identidade	72
3.3 Eventos	75
3.3.1 Eventos são particulares concretos	77
3.3.2 Eventos estão no espaço-tempo	79
3.3.3 Eventos têm causas e efeitos	83
3.3.4 Eventos envolvem objetos em fazeres	85
3.3.5 Os eventos são independentes de nosso conhecimento, de nossa cultura e da sociedade	89
3.3.6 Critério de identidade dos eventos	93
3.4 A hierarquia	101
3.4.1 Eventos são de nível 0	102
3.4.2 A hierarquia completa	105
3.5 Vantagens de nossa proposta	108
4. Da lógica ontológica ao uso da linguagem	112

4.1 Sentenças, afirmações e correspondência (ou a falta de)	114
4.1.1 O argumento da funda	115
4.1.2 Chateaubriand contra o argumento da funda	117
4.1.3 Uma terceira alternativa às anteriores	119
4.2 Os nominais imperfeitos de Vendler não referem	124
4.2.1 Evidência linguística a partir do espanhol	126
4.2.2 O artigo definido e os nominais imperfeitos	129
4.2.3 Reanalizando as evidências de 4.2.1	132
4.2.4 Vendler e os NI	140
4.3 Referência às entidades abstratas	142
4.3.1 Limitando a análise	145
4.3.2 Análise quantitativa das nominalizações	148
4.3.3 Análise qualitativa das nominalizações	152
4.4 Referência a eventos	169
4.4.1 Critérios gerais	170
4.4.2 Referência a eventos a partir de nominalizações	173
4.4.3 Referência a eventos a partir de nomes simples (não deverbais)	183
4.5 É possível referir a eventos, fatos e estados de coisas?	190
5 Conclusão	193
6 Referências Bibliográficas	205
7 Anexos	218
7.1 Nominalizações deadjetivais	218
7.2 Nomes de eventos simples	232

Lista de tabelas

Tabela 1: Registros de adjetivos e SDs com nominalizações de adjetivos	150
Tabela 2: Aspecto Léxico	158
Tabela 3: Aspecto Léxico das sentenças analisadas	159
Tabela 4: Critérios gerais para selecionar substantivos eventivos que referem a eventos	171
Tabela 5: Registros de verbos, de nominalizações, e SD com nominalizações de verbais	177

Introdução

Eventos, fatos, e estados de coisas estão presentes na discussão analítica desde os tempos de Frege. Eventos têm sido reduzidos a objetos, a fatos e a estados de coisas. Fatos têm sido reduzidos a estados de coisas e a proposições. Estados de coisas e fatos têm sido considerados como a mesma entidade por alguns autores, e assim por diante. Essas três entidades costumam ser associadas à linguagem desde os tempos de Russell (1918). Os fatos eram relacionados às afirmações verdadeiras, e eram entendidos como as entidades às quais apontavam essas afirmações. Os eventos eram relacionados com as sentenças de ação. Segundo Davidson (1981a), temos sentenças de ação porque há eventos no mundo. A análise dessas entidades tem estado relacionada estreitamente com a linguagem, e muitas delas foram postuladas como entidades existentes a partir dessa relação. Por essa mesma razão, são entidades essenciais a serem analisadas por quem quiser estudar a relação linguagem-ontologia. Elas nos permitem estudar essa relação, e estabelecer o quanto ela é (ou não) forte. Por essas questões, fundamentalmente, nos propomos a analisar eventos, fatos e estados de coisas e relacioná-los com entidades linguísticas complexas.

Nosso propósito, então, é o de analisar a diferença entre essas entidades e, para tanto, um marco teórico deve ser estabelecido. Devido ao caráter complexo de eventos, fatos e estados de coisas e ao envolvimento das propriedades nos fatos e nos estados de coisas, decidimos tomar como base um marco teórico realista/platonista. Aceitar as propriedades nos leva a um marco realista. No entanto, esse marco não teria por que ser platonista, e poderia – por exemplo – ter sido aristotélico. O marco platonista nos permite estabelecer uma diferença clara entre entidades concretas, como os eventos, e entidades abstratas, como os fatos e os estados de coisas, e entre entidades particulares, como objetos, eventos e fatos, e entidades universais, como propriedades e estados de coisas, sem ter que operar nenhum tipo de redução. Contudo, dentro desse marco há várias alternativas, e podemos adotar: uma perspectiva realista a respeito dos mundos possíveis (Reicher, 2009); um platonismo sobre os estados de coisas (Chisholm, 1976); um

platonismo a respeito das propriedades e entidades lógicas (Chateaubriand, 2001), entre outros. Adotamos como base para a nossa tese a ontologia platonista de Chateaubriand (2001 e 2005). Ele defende que objetos, propriedades (lógicas ou não lógicas) e estados de coisas (lógicos ou não lógicos) são categorias ontológicas básicas. Essa ontologia é ideal para pensar na delimitação entre eventos, fatos e estados de coisas, pois está hierarquizada. É uma ontologia flexível e cumulativa, que permite às propriedades aparecerem em níveis distintos e se combinarem com entidades distintas, como veremos no capítulo 2. Por ser flexível e cumulativa, ela nos permite introduzir novas entidades complexas que são entendidas como novas categorias ontológicas básicas. Ou seja, ela nos permite defender que há cinco categorias ontológicas básicas (objetos, eventos, propriedades, fatos e estados de coisas), sem que a sua natureza seja violentada, como tentaremos mostrar.

A nossa tese se enquadra numa ontologia realista/platonista, como mencionamos, mas não é realista a respeito de tudo. Com relação ao tempo, enquadra-se numa perspectiva presentista, pois considera que só as entidades presentes existem (Markosian, 2016). Não aceita, então, a existência de entidades passadas ou futuras; só existem as entidades que instanciam a propriedade *estar presente*, que estão no presente (Markosian, 2016). No que se refere às modalidades, é atualista, pois nega a realidade das modalidades (Moravcsik, 1992). Entende que as modalidades desempenham papéis essenciais no modo como organizamos a nossa experiência, mas não aceita que elas sejam entidades existentes (Moravcsik, 1992, p. 8). Assim, esta tese não se compromete com entidades passadas ou futuras, nem com a existência de modalidades. Ela é realista no que diz respeito a objetos, eventos, propriedades, fatos e estados de coisas, mas não em relação a tudo. Isso não quer dizer que a relação entre as nossas entidades, o tempo e as modalidades não vá ser pesquisada no futuro, apenas não é analisada na nossa tese.

Para propor a diferença entre fatos e estados de coisas, nossa tese toma como base a proposta de estados de coisas de Chateaubriand (2001 e 2005), novamente, e, para analisar eventos, a proposta de Davidson (1981a). Os estados de coisas de Chateaubriand, como veremos, são entidades complexas, que

envolvem a instanciação de uma propriedade em outra entidade (pode ser um objeto, propriedade, ou outro estado de coisas), além de serem entidades abstratas. Consideramos que esses estados de coisas são demasiado abrangentes, e podem ser subdivididos em fatos e estados de coisas. Os primeiros dependem de entidades abstratas (propriedades) e entidades concretas (objetos e eventos). Os segundos dependem só de entidades abstratas (como as propriedades e os estados de coisas). Essas características, que serão analisadas em profundidade no capítulo 3, nos permitem diferenciar entidades que tinham sido consideradas como equivalentes por Chateaubriand. Os eventos de Davidson, definidos no capítulo 2, são entidades concretas, verdadeiros particulares, irrepetíveis e podem ser identificados a partir das suas causas e consequências. No capítulo 3, defendemos que os eventos não podem ser reduzidos a entidades abstratas como os fatos ou os estados de coisas. Assim, defendemos que, como eventos são entidades concretas, devem ser diferenciados dos fatos e dos estados de coisas, que são entidades abstratas.

A parte ontológica da nossa tese, então, está baseada nessas duas propostas: uma platonista, que não leva em consideração os eventos, mas também não os nega; e uma que poderia ser dita nominalista, que delimita pela primeira vez os eventos, mas não considera nem aceita entidades abstratas. Nossa hierarquia ontológica está baseada na proposta de Chateaubriand, sendo que a proposta de Davidson é levada em consideração só para classificar e definir os eventos. Portanto, embora as duas propostas nas quais a nossa pesquisa ontológica se fundamenta pertençam a marcos filosóficos (analíticos) diferentes, entendemos que são complementares, pois utilizamos o marco realista como primário e a proposta de Davidson apenas para incluir os eventos na ontologia.

A parte que relaciona a ontologia à linguagem ainda deve ser introduzida. Ela relaciona fenômenos linguísticos, como a nominalização, a existência de sintagmas determinantes expletivos, fracos e fortes com a referência e, portanto, relaciona esses fenômenos à ontologia. Foi inspirada pelo trabalho de Vendler (1967a), e utiliza predominantemente uma bibliografia formal de marco generativo. Isso não faz com que esta tese seja generativa, do mesmo jeito em que usar a proposta de Davidson não faz dela nominalista, mas parte da ideia de que é

possível encontrar estruturas formais subjacentes às línguas naturais. É a partir dessas estruturas, e do uso da linguagem, que pode ser analisada a relação linguagem-ontologia que, como veremos, é mais fraca do que o filósofo analítico em geral gostaria. Para considerar essa relação, nos concentraremos na análise de estruturas do espanhol, e não em estruturas do português nem do inglês, pois a nossa formação é em linguística hispânica. Nossos resultados, no entanto, podem ser estendidos ao inglês, ao português e a outras línguas românicas em estudos futuros.¹

O nosso ponto de partida para estabelecer a relação linguagem-ontologia é o trabalho de Vendler (1967b), como mencionamos. Ele foi o primeiro filósofo que tentou diferenciar fatos de eventos, mediante a utilização de análises linguísticas. Vendler considerou os desenvolvimentos que tinham sido feitos até esse momento em linguística generativa e argumentou que há dois tipos de nominais: nominais perfeitos e nominais imperfeitos. Os primeiros são aqueles que já passaram por um processo de derivação morfológica e, portanto, comportam-se de maneira semelhante aos nomes; os últimos têm um comportamento mais semelhante ao verbal. Em inglês, exemplos dos primeiros podem ser *the destruction of the city*, *his singing of the song*; ao passo que exemplos do segundo são os gerúndios do tipo *his singing the song* e as orações subordinadas substantivas, como *that he sang the song*.² Baseado nessa demarcação, Vendler argumenta que os primeiros denotam eventos e os segundos, fatos. Essa ideia tem sido mantida e defendida quase unanimemente, e será retomada no capítulo 2.

Esse vínculo que Vendler estabelece entre análises linguísticas e ontologia será analisado na nossa tese. Queremos estabelecer um vínculo entre linguagem e

1 A extensão a todas as línguas naturais deveria ser feita cuidadosamente, pois há línguas que, por exemplo, não apresentam nominais de ação (Koptjevskaja-Tamm, 2013).

2 Esses exemplos são reacomodados para o espanhol no capítulo 4. No caso do espanhol, os nominais imperfeitos vão acompanhados do artigo definido (que é facultativo tanto no caso do infinitivo [Hernanz, 1999, p. 2205], quanto no caso das subordinadas [Leoneti, 1999, p. 2087]], e o sujeito do infinitivo aparece posposto ao verbo, como em: *el viajar continuamente María* (Kornfeld e Saab, 2005, p. 9). A posição posposta do sujeito do infinitivo do espanhol o diferencia do inglês e do português, que podem apresentar o sujeito na posição anteposta: *John's singing the song*; e *María ir ao casamento* (ver Perini, 1977, p. 38). No espanhol, além das nominalizações deverbais sufixais, há exemplos que coincidiriam com o nominal perfeito do tipo *ing-of* do inglês (*His singing of the song*). São casos em que o infinitivo é um nome e, portanto, o sujeito é introduzido por um sintagma preposicional: *el (dulce) lamentar de los pastores* (Kornfeld, 2004, p. 272). Voltamos a estes casos no capítulo 4.

ontologia que seja construído a partir de análises linguísticas. Essas análises devem ser feitas cuidadosamente, para não confundir aquilo que pertence à estrutura da linguagem com aquilo que pertence à relação entre linguagem em uso e ontologia. Para que as estruturas (descrições definidas/ sintagmas determinantes) analisadas nos permitam estabelecer o vínculo com a ontologia, a referência deve ser considerada, pois não é só a partir da análise gramatical que construímos a relação linguagem-ontologia. Devemos analisar o uso dessas descrições para estabelecer esse vínculo. Entendemos que é a partir das descrições definidas (Barwise e Perry, 1983), e não a partir das afirmações, que podemos referir, o que é analisado no capítulo 4, onde descarta-se qualquer análise que proponha que a relação entre linguagem e ontologia se dá a partir de afirmações. Também no capítulo 4, examinamos criticamente e rejeitamos a análise de Vendler dos nominais imperfeitos. Embora ela tenha sido a inspiração da metodologia utilizada na nossa tese, ela propõe que os nominais imperfeitos se referem a fatos e, consideramos que esses nominais imperfeitos não são referenciais, como veremos.

Para estabelecer se é possível se referir a eventos, fatos e estados de coisas, devemos analisar a estrutura dos sintagmas determinantes que contêm os nomes que poderiam, em hipótese, se referir a eventos, fatos e estados de coisas. Desta forma, inspirados em Vendler, propomos que devemos estudar os produtos da nominalização para ver se é possível se referir às entidades analisadas. Entendemos que essa referência deve ser obtida apenas a partir de nominais perfeitos, e não a partir de nominais imperfeitos. Propomos, então, uma análise de nominalizações a partir de adjetivos (como *brancura* e *transitividade*) para ver se é possível se referir a fatos e estados de coisas, e uma análise de nominalizações a partir de verbos (como *construção*) para ver se é possível se referir a eventos. No caso dos fatos e estados de coisas, analisamos também nomes de cor em sintagmas determinantes (como *o branco da casa*), e no caso dos eventos, analisamos nomes simples de evento que não se formam a partir de uma nominalização (como *tempestade*). Consideramos que será possível estabelecer um vínculo entre a ontologia proposta e os usos das descrições definidas nas quais se encontram esses nominais.

Para conseguir percorrer esse caminho, devemos propor certas hipóteses

que nos guiaram no percurso de nossa investigação. Essas hipóteses surgiram de perguntas deixadas em aberto nas nossas pesquisas anteriores. É possível estabelecer que há algumas hipóteses ontológicas, e outras que surgem da pesquisa na interface da linguística e da filosofia que a nossa tese apresenta. Ontologicamente, partimos da ideia já defendida em Polakof (2013) de que eventos são entidades concretas, verdadeiros particulares e que não são fatos nem subtipos de fatos. Essa ideia se viu apoiada pelo conhecimento linguístico de que há nomes simples de evento, como *tempestade*, que poderiam a princípio ser usados para se referir a essas entidades concretas. Defendemos, também, que fatos e estados de coisas devem ser considerados entidades abstratas, e que deveriam ser individuados de maneira diferente à dos eventos, pois os dois primeiros não apresentam relações causais. Os eventos não são fatos nem subtipos de fatos; eles são entidades concretas e verdadeiros particulares. A referência a eventos a partir de nomes de evento, como *tempestade*, pode ser utilizada como evidência linguística de que são concretos.

Os fatos e os estados de coisas devem ser considerados entidades abstratas e, como tais, não podem ser individuados da mesma maneira que os eventos, pois eles não apresentam relações causais. A noção de estado de coisas utilizada por Chateaubriand (2001 e 2005) pode ser usada como base para diferenciar entre fatos e estados de coisas que, defendemos, são entidades diferentes. Visamos encontrar argumentos que nos permitam defender que a diferença deles está em que os fatos resultam de instanciações de propriedades em entidades concretas, ao passo que os estados de coisas resultam de instanciações de propriedades em propriedades. Também queremos defender que essa não é uma questão terminológica, que há razões para diferenciar aquilo que depende do concreto daquilo que depende do abstrato, como veremos. Portanto, se fatos e estados de coisas são entidades diferentes, devemos descobrir as diferentes características que essas entidades apresentam, e rejeitar a redutibilidade de fatos a estados de coisas e vice-versa.

Na interface entre linguística e filosofia, queremos defender que os ‘nominais imperfeitos’ de Vendler não nomeiam fatos, pois são itens com propriedades verbais. Veremos, a partir da análise de dados do espanhol, que esses

nominais não apresentam a capacidade referencial própria de certas estruturas nominais. Se eles não se referem a fatos, nem a estados de coisas, devemos procurar outra alternativa para ver se é possível se referir a fatos e a estados de coisas. Queremos, também, ver se as diferenças ontológicas postuladas se veem refletidas no comportamento linguístico dessas entidades. Isto é, queremos ver se há diferentes estruturas linguísticas que se relacionem com as diferentes entidades ontológicas. Finalmente, partimos da ideia de que devemos diferenciar referência, num sentido donnelliano, de significado. A referência estabelece uma relação entre o uso da linguagem e a ontologia, ao passo que o significado não estabelece essa relação. É possível defender, portanto, que há estruturas que apresentam um determinado significado, mas que não podem ser usadas se para referir às entidades que interessam, como veremos.

A partir dessas ideias, conseguimos estabelecer dois objetivos gerais, e sete específicos. Os objetivos gerais estão relacionados com os propósitos principais da nossa tese. Queremos contribuir, primeiro, com a delimitação entre eventos, fatos e estados de coisas. Esta delimitação deve ser feita ontologicamente, para ser trasladada ao âmbito mais linguístico, e ver se há alguma relação entre as entidades ontológicas e as linguísticas com as quais elas se relacionam. Queremos, em segundo lugar, aprimorar a relação metodológica entre linguística e filosofia, e tentar mostrar que é possível fazer pesquisas que envolvam realmente as duas disciplinas. Esse aprimoramento depende de vários fatores: reconhecer que a ontologia é independente da linguística, e vice-versa; reconhecer que é possível estabelecer uma interface entre as duas disciplinas; determinar pontos nos quais essa interface possa ser construída; e estabelecer que não há prioridade de uma sobre a outra. Esses objetivos gerais nos levam aos objetivos específicos, que surgem de algumas ideias já propostas, de coisas que ainda devem ser pesquisadas, e nos ajudam a resolver os objetivos gerais. São eles: 1. retomar a ideia proposta em Polakof (2013) de que os eventos são entidades concretas; 2. encontrar argumentos para defender a tese de que estados de coisas e fatos são entidades abstratas, mas diferentes; 3. analisar em maior profundidade as diferenças ontológicas entre fatos e estados de coisas; 4. evidenciar, através de dados linguísticos, que os nominais imperfeitos não se

referem a fatos; 5. analisar quais são as estruturas linguísticas usadas na comunicação para identificar eventos, fatos e estados de coisas, e se é possível se referir a eventos, fatos e estados de coisas; 6. propor uma delimitação ontológica e linguística, que nos permita distinguir claramente entre eventos, fatos e estados de coisas; e 7. poder, finalmente, responder as seguintes perguntas: i) é possível traçar uma delimitação ontológica entre eventos, fatos e estados de coisas? Se a delimitação for possível, ii) ela se vê refletida no uso da linguagem?

Os resultados obtidos na nossa tese distam de algumas das hipóteses que tínhamos previsto no começo do nosso doutorado. O trabalho com dados, no capítulo 4, não nos permitiu chegar a algumas das conclusões às quais queríamos chegar. Não conseguimos, por exemplo, determinar – como tínhamos proposto inicialmente – que seria possível se referir tanto a eventos como a fatos e estados de coisas. Os dados nos levam a argumentar que não é possível se referir a fatos e estados de coisas. No entanto, essas hipóteses terem sido descartadas e ainda termos uma tese que trabalha na interface da ontologia e da linguística faz desta uma tese interessante. Acreditamos que a proposta ontológica permite resolver vários problemas filosóficos, que os dados analisados nos trazem informações linguísticas relevantes, que os resultados obtidos nos dão informações relevantes sobre a relação linguagem-ontologia, e que é possível estabelecer tal relação a partir duma análise séria que envolva as duas disciplinas.

A tese responde às hipóteses e alcança os objetivos, o que pode ser visto em seu corpo. O segundo capítulo, o primeiro depois da Introdução, apresenta uma seção teórica de introdução aos conceitos fundamentais para a nossa tese. Ele apresenta, em primeiro lugar, definições necessárias para entender sua parte ontológica. Definimos o que entendemos por ontologia segundo formulações analíticas. Depois, explicamos por que falamos em ontologia lógica e como surge, a partir dessa ideia, uma ontologia hierarquizada (baseada em Chateaubriand, 2001). Fazemos, então, uma introdução às discussões sobre fatos e estados de coisas, enfatizando a proposta de Chateaubriand (2001), e à discussão sobre eventos, enfatizando a proposta de Davidson (1981a) e apresentando algumas alternativas sobre como eles são definidos. Em segundo lugar, apresentamos noções introdutórias para entender o capítulo mais linguístico da tese, o capítulo

4. Definimos as noções de sentença e de partes da sentença. Elas podem parecer básicas, mas em filosofia não há um uso unificado de nenhum desses conceitos, e devemos estabelecer um uso preciso desses termos para a nossa análise. Explicamos, então, o que entendemos por nominalização. A nominalização é um fenômeno muito complexo que é apenas introduzido neste capítulo. Contudo, acreditamos que essa introdução é suficiente para entender como é tratada a nominalização no capítulo 4. Em terceiro lugar, apresentamos uma seção que visa estabelecer a relação entre linguagem e ontologia. Começa com uma definição da referência que, como mencionamos, é a relação a partir da qual vinculamos linguagem à ontologia. Finalizamos com uma apresentação mais detalhada da proposta de Vendler, essencial para a nossa tese.

O terceiro capítulo apresenta a nossa proposta ontológica. Nele, definimos os eventos, os fatos e os estados de coisas. A primeira delimitação estabelecida é a partir da noção de abstrato/concreto, que nos permite diferenciar eventos, que são concretos, de fatos e de estados de coisas, que são abstratos. Contudo, essa diferença não é suficiente para diferenciar fatos de estados de coisas, o que nos leva a analisar em seguida as diferenças entre fatos e estados de coisas. Apresentamos duas alternativas possíveis de análise. A primeira diferencia fatos de estados de coisas segundo o nível que ocupam na hierarquia, e a segunda os diferencia a partir das suas características ontológicas. Defendemos que a segunda alternativa é preferível, e a utilizamos para diferenciar fatos de estados de coisas. Depois, apresentamos um critério de identidade geral para os fatos e para os estados de coisas. Esse critério apresenta limitações, mas, como Chateaubriand (2001) estabelece, não tem por que ser mais problemático que o critério dado para objetos, como veremos. Depois, passamos a definir os eventos, argumentando que, embora sejam concretos, sua definição resulta mais problemática que a definição dos fatos e dos estados de coisas. Por essa razão, a seção sobre eventos se encontra dividida em itens, que analisam as características próprias dos eventos que nos permitem fazer uma diferenciação definitiva entre eventos, objetos, fatos e estados de coisas. No final da seção de eventos temos, também, o critério de identidade para eventos. O capítulo termina com uma seção que analisa a hierarquia que propomos, uma vez introduzidas essas três entidades. Como

mencionamos, nossa hierarquia ontológica está baseada em Chateaubriand (2001 e 2005), e essa seção explica como ela é modificada com a aceitação de eventos, fatos e estados de coisas como categorias ontológicas básicas.

O quarto capítulo analisa se é possível ou não se referir a eventos, fatos e estados de coisas. Começamos analisando as teorias correspondentistas que estabelecem que as afirmações verdadeiras correspondem a entidades na realidade, e as descartamos pois defendemos, como mencionamos, que só descrições definidas referem. Depois, analisamos a proposta de Vendler dos nominais imperfeitos para o espanhol (análise que pode ser trasladada a outras línguas, como dito anteriormente). Damos evidências linguísticas que nos permitem argumentar que os nominais imperfeitos de Vendler não são referenciais. Portanto, foi preciso buscar outra alternativa, a respeito da referência a fatos e estados de coisas, para defender que é possível se referir a fatos e estados de coisas. Para isso, analisamos as nominalizações a partir de adjetivos (que incluem, como mostraremos no capítulo 4, nomes de cor como *branco* e nominalizações como *brancura* e *transitividade* [na verdade, incluem as respectivas nominalizações em espanhol]) e o comportamento que elas apresentam junto com o artigo definido, com o qual formam sintagmas determinantes (descrições definidas). Embora essas nominalizações sejam nominais perfeitos à la Vendler, elas formam sintagmas determinantes fracos e não são referenciais. Estabelecemos, então, que é possível denotar (à la Lyons, 1977) fatos e estados de coisas, mas não é possível se referir unicamente a eles. Finalmente, analisamos se é possível ou não se referir a eventos. Para isso analisamos nomes de evento, em especial as nominalizações a partir de verbos (como *caída*) e nomes de evento simples (como *t tormenta*) e o seu comportamento dentro do sintagma determinante e na sentença. A partir da análise dos dados, concluímos que eles formam sintagmas determinantes fortes e podem ser usados para referir. A análise desses fenômenos linguísticos nos permite estabelecer uma relação linguagem-ontologia. Todavia, esse vínculo é fraco, ou seja, não é possível afirmar a partir da linguagem que certas entidades existem ou não existem, e não é possível estabelecer a partir da ontologia se há estruturas linguísticas que permitem se referir às entidades estabelecidas na nossa ontologia.

O quinto capítulo apresenta as conclusões da nossa pesquisa. Retoma alguns dos pontos estabelecidos nesta introdução para mostrar em que aspectos mudaram algumas das hipóteses que tínhamos estabelecido no início da pesquisa e explica como os objetivos que postulamos foram alcançados. Dessa maneira, conseguimos unificar as propostas feitas e estabelecer o vínculo entre os capítulos 3 e 4. Respondemos às perguntas que foram feitas aqui: i) é possível traçar uma delimitação ontológica entre eventos, fatos e estados de coisas? E se a delimitação for possível, ii) ela se vê refletida no uso da linguagem? E respondemos à primeira que sim, e à segunda que sim, mas não como tínhamos esperado inicialmente. A resposta à segunda pergunta, e às outras perguntas que são feitas ao longo da tese resultam do trabalho na interface entre linguística e ontologia, que não é muito trabalhada. Apesar de ser nomeada muitas vezes, são poucos os trabalhos que realmente se concentram nela. Esta tese visa desenvolver as pesquisas nessa interface ao usar o instrumental atual da linguística contemporânea para estabelecer a relação entre linguagem em uso e ontologia. Esta relação pode ser analisada a partir da referência, entendendo a referência como um fenômeno complexo que envolve fenômenos gramaticais, semânticos e pragmáticos. A análise dessa relação nos permite refletir acerca da importância que deveriam ter investigações propriamente linguísticas em reflexões filosóficas sobre a linguagem, e vice-versa, como tentaremos mostrar.

2

A ontologia lógica e a linguagem em uso

Este capítulo visa dar os fundamentos necessários para que a tese seja de interesse tanto para linguistas como para filósofos. Ele é introdutório e apresenta o indispensável para que nossas propostas sejam entendidas. Há, pelo menos, dois tipos de leitores possíveis de nossa tese: um com formação filosófica e o outro com formação linguística. Por este motivo, o capítulo está separado em três seções. A primeira seção apresenta alguns conceitos fundamentais para que um investigador não versado em filosofia analítica e ontologia lógica, mas com algum conhecimento lógico-filosófico, possa entender nossa proposta. São definidas noções como *ontologia*, *ontologia lógica*, e *ontologia hierarquizada*. Também são apresentadas algumas das propostas existentes na filosofia analítica que definem *eventos*, *fatos* e *estados de coisas*. Algumas delas serão a base de nossa proposta ontológica. A segunda seção introduz alguns conceitos para que um investigador não versado em linguística possa entender as noções fundamentais relacionadas com a parte mais linguística de nossa tese. São definidos conceitos como *sentença* e *partes da sentença* a partir de uma perspectiva linguística. Também é apresentado o fenômeno da *nominalização*, a partir do qual são formadas as nominalizações que analisamos. A terceira seção introduz alguns conceitos fundamentais que nos permitem estabelecer a relação entre linguagem e ontologia que propomos. A *referência* é apresentada, além de como ela é entendida na nossa tese. Também se apresenta a proposta de Vendler, fundamental para o desenvolvimento da pesquisa feita no capítulo 4.

A seguir, apresentamos a seção sobre ontologia.

2.1.

A ontologia

Há vários conceitos que são fundamentais para entender nossa ontologia, e esta seção visa explicá-los. Em primeiro lugar, explicamos por que falamos em ontologia e não em metafísica, e o que entendemos por ontologia. Em segundo lu-

gar, explicamos por que surge a ideia de propor uma ontologia hierarquizada. Em terceiro lugar, focamos na discussão existente em filosofia analítica sobre o que são eventos, fatos e estados de coisas. Muitas destas questões não têm um tratamento homogêneo e existem propostas distintas sobre que são eventos, fatos e estados de coisas; algumas delas são introduzidas aqui, pois serão fundamentais para nossa proposta.

Devemos explicar por que falamos em ontologia e não em metafísica, e o que entendemos por ontologia. A metafísica, no seu início aristotélico, podia ser caracterizada como aquela que estuda o ente enquanto ente, onde se entendia por *ente* tudo aquilo que podemos dizer que é. Nos séculos XVII-XVIII, a disciplina se estendeu para dar lugar à análise da diferença entre mente e corpo, à sua relação com os seres humanos, e à natureza e extensão da liberdade de expressão (Loux, 2006, p. 4). Devido ao seu caráter obscuro e aos excessos especulativos dos idealistas (Loux e Zimmerman, 2003, p. 1), entre outras questões de complexa definição, a metafísica tradicional foi evitada nos inícios da filosofia analítica. Contudo, na década de 1960, ela teve um ressurgimento. Havia, naquele momento, filósofos analíticos que queriam responder a perguntas metafísicas, como Strawson e Quine, e que tentaram mostrar que havia um projeto em metafísica que filósofos responsáveis podiam “... in good conscience overtake” (Loux e Zimmerman, 2003, p. 2). O problema com a metafísica, embora haja um projeto da metafísica analisado por meio da filosofia analítica, é que continua sendo uma disciplina bastante ampla e está associada aos nossos esquemas conceituais (Haack, 1979). A metafísica (seja ela revisionista ou descritiva [Strawson, 1950]) analisa questões que escapam aos objetivos de nossa tese (como o livre arbítrio, a natureza da mente, entre outros), o que nos leva a restringir nossa análise à ontologia, entendida como um ramo da metafísica (Honderich, 1995, p. 670).

A ontologia, mesmo apresentando problemas, abrange uma temática mais reduzida do que a metafísica. Ela pode ser definida, segundo Tugendhat (1982, p. 30), em termos do conceito de um objeto, ou em termos do conceito de ser no sentido da existência. A “ontologia” seria, então, uma “teoria de objetos”. No entanto, se falarmos de ontologia como teoria dos objetos, o inventário de coisas

que há estaria limitado a objetos, embora seja possível defender que o objeto de Tugendhat contemplaria também eventos. Além disso, a sua ontologia depende de uma concepção linguística que surge da reformulação da ontologia como uma semântica formal.³ Esse tipo de concepção baseada na análise de termos singulares e outras expressões linguísticas é evitado em nossa tese. Assim, outra definição de ontologia deve ser dada. Podemos entender, como Lowe (2006, p. 5), que a ontologia se interessa, a priori, pelos tipos de coisas que podem existir e co-existir. Também podemos entender a ontologia como aquela disciplina que estuda o que há, que responde à pergunta “what is there?” (Quine, 1948, p. 21). Essa concepção pode ser etiquetada como “ingênua”, pois não tenta se justificar frente à tradição e muitos problemas da filosofia tradicional não são respondidos. Contudo, é suficiente para nossos objetivos estabelecer que, ao fazer ontologia, construímos uma teoria sobre a estrutura da realidade que responde à pergunta: o que há?

2.1.1.

A ontologia lógica

Nossa ontologia está baseada no trabalho de Chateaubriand (2001 e 2005), que entende que a lógica é fundamentalmente metafísica. Ele define a lógica como uma teoria ontológica que analisa as características mais universais e gerais da realidade e tem como objetivo o estudo das “laws of being” (Chateaubriand, 2001, p. 16). Enquanto a lógica proposicional formula as leis da verdade, a lógica predicativa pode ser vista como uma teoria das propriedades e dos objetos baseada em operações lógicas. Portanto, a lógica predicativa é uma teoria sobre a realidade (Chateaubriand, 2001, p. 17), e a combinação dela com a lógica proposicional deveria ser vista como uma pesquisa sobre a estrutura geral da realidade (Chateaubriand, 2001, p. 18). Como a lógica é fundamentalmente metafísica, falamos de uma ontologia lógica e não somente de ontologia.

Assumimos, assim, uma ontologia realista/platonista, isto é, uma ontologia

3 Agradeço ao Sérgio Schultz pela informação.

que assume que a realidade é constituída por entidades abstratas e concretas que podem ser lógicas ou não lógicas. Essa ontologia, a de Chateaubriand (2001), nos permite defender que eventos, fatos e estados de coisas são categorias ontológicas básicas e diferentes entre si, e que a realidade apresenta entidades concretas que são não lógicas, como objetos e eventos, e entidades abstratas que podem ser lógicas ou não lógicas, como propriedades, fatos e estados de coisas. Assim, respondemos à pergunta “o que há?” afirmando que há entidades lógicas e não lógicas, e que as entidades lógicas são tão básicas quanto as entidades não lógicas. Ou seja, a ontologia lógica se diferencia de uma ontologia em que se aceita a existência de entidades lógicas, além das não lógicas, e baseia a sua estrutura na lógica.

A seguir, apresentamos a noção de ontologia hierarquizada que é proposta por Chateaubriand (2001), baseado nos trabalhos de Frege, Whitehead e Russell.

2.1.1.1.

A ontologia hierarquizada

A ontologia hierarquizada surge ao aceitar que as propriedades lógicas pertencem à realidade. Como Chateaubriand se inspirou em Frege e Russell ao propor sua hierarquia, apresentamos brevemente suas propostas. A hierarquia de Frege é apenas mencionada, depois introduzimos a hierarquia de Russell e Whitehead e Russell e, finalmente, a hierarquia de Chateaubriand na qual se baseia nossa proposta.

A hierarquia de Frege envolve objetos saturados de nível 0 e funções insaturadas de primeira e segunda ordem. Como Frege somente distingue entre primeiro e segundo nível, paradoxos a respeito das classes que não pertencem a si mesmas emergem.⁴ O problema surge quando perguntamos se há uma classe de todas as classes que não pertencem a si mesmas e se essa classe pode pertencer a si mesma: se pudesse, teríamos uma contradição pois, como ela pode pertencer a si mesma, se ela é a classe de classes que não pertencem a si mesmas? Se ela não

⁴ Ver o Apêndice B em *The Basic Laws of Arithmetic* (Frege, 1964).

pertence a si mesma, deveria pertencer a si mesma (pois satisfaz a condição que a define) e temos novamente uma contradição (Frege, 1964, p. 127 [254]). Essas contradições acarretam uma assunção “such that, if it were legitimate, it would at once be enlarged by new members defined in terms of itself” (Russell, 1908, p. 225). A teoria de tipos de Russell (1908) e Whitehead e Russell (1910) surge para dar conta dessas contradições ou paradoxos. Essa teoria de tipos dá lugar a uma hierarquia encontrada na introdução de *Principia Mathematica* e em Russell (1908). Em ambos os trabalhos, contradições que podem ser descritas como devidas à autorreferência ou à reflexividade (temos os casos das afirmações verdadeiras sobre mentir; as classes de membros que não são membros de si mesmos, o Paradoxo de Richard, entre outros) são introduzidas e a teoria de tipos é postulada como uma teoria que efetivamente resolve essas contradições.⁵

Essas contradições envolvem uma totalidade que, se fosse alcançada, envolve o surgimento de novas totalidades contraditórias:

Let w be the class of all those classes which are not members of themselves. Then, whatever class x may be, “ x is a w ” is equivalent to “ x is not an x ”. Hence, giving to x the value w , “ w is a w ” is equivalent to “ w is not a w ”. (Russell, 1908, p. 222)

Essa classe nos leva a uma contradição, como mencionamos. Portanto, devemos concluir que não há uma classe que seja a classe de todas as classes que não são membros de si mesmas (Russell, 1908, p.225).

Para evitar paradoxos como o antes mencionado e a não impredicatividade, é proposta uma hierarquia que não tem um limite superior e começa no nível 0, com os indivíduos que não são proposições e nem funções (Whitehead e Russell, 1910, p 54). Depois do nível 0, começa a se tornar mais complexa. Ela tem funções de primeiro nível que contêm uma função e uma variável aparente que seria preenchida com algum dos indivíduos. Uma vez que as funções de primeira-ordem são formadas, podemos formar uma função de segunda-ordem que contém como variável aparente uma função de primeira ordem. Até agora, não há uma diferença significativa em relação à hierarquia de

5 Em *Principia Mathematica* isto é chamado de *vicious-circle principle* e é definido como “whatever involves *all* of a collection must not be one of the collection” (Whitehead e Russell, 1910, p. 40).

Frege. No entanto, Russell propõe uma hierarquia que não está fechada, como mencionamos, e pode crescer indefinidamente. Ela não está fechada para evitar que os paradoxos surjam. A diferença entre a hierarquia de Frege e Russell está em que Russell propõe um tipo lógico que está constituído por uma função e seu argumento que pode pertencer a níveis iguais ou superiores a 1 e Frege não. O tipo lógico $n + 1$ é dado por uma função que tem como variável aparente a função de nível n , que conterà uma função de ordem $n - 1$, “but of no higher order, as apparent variables” (Russell, 1908, p. 238).

Se aceitarmos esta hierarquia de tipos, as contradições desaparecem: não é mais possível que uma classe como $\{x|x \notin x\}$ tenha x como variável. Isto seria uma violação das restrições impostas pela hierarquia, porque x seria do mesmo nível e tipo que x . Ou seja, se temos alguma coisa como w sendo a classe de todas as classes que não são membros de si mesmas, ela não pode ter como membro uma classe do mesmo nível, e deste jeito, a contradição é resolvida. Essa hierarquia evita os paradoxos e apresenta um caráter não flexível e não cumulativo. Isto é, as propriedades se apresentam em um único nível e não podem ser combinadas com múltiplos argumentos. Esta é a hierarquia que é tomada como base na proposta de Chateaubriand que analisamos a seguir.

Como mencionamos, Chateaubriand (2001 e 2005) se inspira nos trabalhos de Frege e Russell. Contudo, a proposta de Chateaubriand é diferente da de Frege e da de Russell de duas maneiras. Ela permite:

- (i) flexibility in the degree of properties in such a way that a property can have multiple degrees and (ii) accumulation of properties in the hierarchy in such a way that a “property” can occur at distinct hierarchical levels. (Sautter, 2010, pp. 359-360)

Ou seja, ainda que a hierarquia esteja inspirada nas hierarquias mencionadas, apresenta características próprias que a diferenciam delas. Na hierarquia de Chateaubriand, uma propriedade como *Diversidade* pode ser combinada com objetos, conjuntos e propriedades, e não só com indivíduos ou outras funções (propriedades para Chateaubriand), como acontecia com Frege e Russell.⁶ As propriedades lógicas, como *Diversidade*, podem se combinar com

6 É importante notar que, para Chateaubriand, conjuntos, relações, e sentidos são considerados

entidades distintas e aparecer em níveis distintos, pois estamos, como Sautter (2010) menciona, frente a uma hierarquia flexível, e frente a uma teoria de tipos cumulativa e não uma teoria de tipos ramificada (cf. Chateaubriand, 2008, p. 181). Para Chateaubriand, a hierarquia é absoluta:

I see the ontological hierarchy as being absolute. For all I know, the level of individuals may as well be finite, and I do not see any logical reason for thinking it is infinite. On the other hand, I hold that the first level of properties is infinite because there are infinitely many logical properties. (Chateaubriand, 2008, p. 183).

É interessante notar que, como para Frege e Russell, os objetos ou indivíduos estão no nível mais baixo, o nível 0.⁷ Esses objetos são caracterizados como tudo aquilo que não é uma propriedade ou um estado de coisas (Chateaubriand, 2001, p. 301). No nível 1, temos um número limitado de propriedades lógicas como a *Diversidade*, *Identidade*, *Existência*, *não-Existência* e as suas combinações; propriedades não lógicas como *ser humano*; e estados de coisas que resultam da combinação dessas propriedades com um objeto de nível 0 (à caracterização destas entidades, voltamos em 2.1.2). As propriedades lógicas são infinitas e aparecem em todo nível da hierarquia: “We thus have a large class of logical properties – infinitely many logical properties, or logical notions in Tarski’s sense (...)” (Chateaubriand, 2013, p. 103). A partir do nível 2, temos propriedades lógicas e não lógicas, e estados de coisas lógicos e não lógicos. As propriedades se aplicam a entidades de um nível inferior e os estados de coisas terão o nível da propriedade que está sendo instanciada. Estas diferenças são evidenciadas na teoria de tipos que Chateaubriand propõe. A complexidade do tipo aumenta enquanto aumenta a complexidade da entidade que analisamos. O tipo é dado segundo o nível λ e aridade κ tanto para propriedades, como para estados de coisas, como se observa abaixo:

- o tipo dos objetos de nível 0 é 0;

propriedades.

7 Ao contrário de Frege (1953, p. 67), que afirma “Every individual number is a self-subsistent object”, Chateaubriand não aceita que os números sejam objetos. Para ele, os números podem ser vistos como propriedades e, portanto, estão em níveis superiores a 0: “My idea (...) was essentially this: characterize numbers in terms of properties and say this is what numbers really are” (Chateaubriand, 2012, p. 84).

- o tipo das propriedades pertencentes ao nível 1 varia dependendo do número κ de objetos aos quais se aplicam: $\langle \langle 1, \kappa \rangle, 0, 0, \dots \rangle$;
- o tipo dos estados de coisas de nível 1 combina o tipo da propriedade sendo instanciada com o tipo dos objetos nos quais a propriedade é instanciada: $\langle \langle \langle 1, \kappa \rangle, 0, 0, \dots \rangle, 0, 0, \dots \rangle$;
- o tipo das propriedades pertencentes ao nível 2 varia dependendo do número κ de propriedades às quais se aplicam: $\langle \langle 2, \kappa \rangle, \langle 1, \kappa \rangle, 0, 0, \dots \rangle, \dots \rangle$;
- o tipo de estados de coisas de nível 2 combina o tipo da propriedade sendo instanciada com o tipo das entidades nas quais a propriedade é instanciada: $\langle \langle \langle 2, \kappa \rangle, \langle 1, \kappa \rangle, 0, 0, \dots \rangle, \dots \rangle, \langle \langle 1, \kappa \rangle, 0, 0, \dots \rangle, \dots \rangle, \dots \rangle$.⁸

E assim até o infinito, porque a hierarquia não tem um limite superior. Poderíamos dizer, então, que uma forma geral para as propriedades na qual λ é o nível da propriedade, κ é a aridade da propriedade, e τ é o tipo das entidades que a propriedade toma como argumento é: $\langle \langle \lambda, \kappa \rangle, \tau_0, \tau_1, \dots \rangle$.⁹ No caso dos estados de coisas, o tipo será mais complexo, pois deve incluir as entidades nas quais a propriedade é instanciada: $\langle \langle \langle \lambda, \kappa \rangle, \tau_0, \tau_1, \dots \rangle, \tau_0, \tau_1, \dots \rangle$.¹⁰

Chateaubriand está mais interessado em propriedades lógicas do que em propriedades não lógicas, e a maioria dos exemplos que dá estão relacionados às propriedades lógicas, que usaremos para esclarecer o funcionamento da hierarquia. Uma propriedade fácil de “tipar” é *Existência1*, a propriedade de nível

8 Os subscritos a κ foram postos para evitar confusões nas aridades das propriedades de distintos níveis.

9 Chateaubriand (2001, pp. 301-304) admite certa variabilidade no tipo das propriedades. Por exemplo, aceita que o tipo possa ser $\langle \lambda, \kappa \rangle$ em vez de $\langle \langle \lambda, \kappa \rangle, \tau_0, \tau_1, \dots \rangle$. O problema que esta variabilidade apresenta é que não seria possível, por exemplo, diferenciar uma propriedade *Diferença2* que se instancia em fatos e objetos de uma propriedade *Diferença2* que se instancia em fatos e propriedades, pois esta informação é dada com τ . Ele também aceita que o tipo de uma propriedade de nível 1 e aridade 1 seja simplesmente $\langle 0 \rangle$, e uma de nível 2 e aridade 2 seja $\langle \langle 0 \rangle, \langle 0 \rangle \rangle$. Isso acarreta uma complexificação dos parênteses quando o nível sobe, e um tratamento heterogêneo dos tipos. Além disso, caracterizar o tipo das propriedades de nível 1 com aridade 1 como $\langle 0 \rangle$ é um problema para nossa proposta, como veremos no capítulo 3. Portanto, preferimos manter o tipo apresentado no corpo da tese onde não há variabilidade da forma geral das propriedades (nem dos estados de coisas) ao tipo simplificado apresentado neste rodapé.

10 Usamos o termo *entidades* porque, como mencionamos, para Chateaubriand, os estados de coisas são propriedades instanciadas em objetos ou propriedades. Quando falamos em entidades, reconhecemos que tanto as propriedades como os objetos podem constituir um estado de coisas.

1 de existência (e não o quantificador existencial). Seu tipo é: $\langle\langle 1, 1 \rangle, 0 \rangle$, porque é instanciada num objeto de nível 0 que existe. Poderíamos ter um estado de coisas que resulta da instancição dessa propriedade num objeto, como $\langle \text{Existência1}, \text{Chateaubriand} \rangle$.¹¹ Neste caso, o tipo do estado de coisas seria: $\langle\langle 1, 1 \rangle, 0 \rangle, 0 \rangle$. Isto é, há uma propriedade de nível 1, que tem uma aridade 1 e que é instanciada num objeto de nível 0 que é, neste caso, Chateaubriand. Em termos fregeanos, há uma função de nível 1 que está sendo saturada por um objeto de nível 0, o que se vê refletido no tipo do estado de coisas. Temos, também, a propriedade existência no nível 2, ou *Existência2*, pois é uma teoria de tipos cumulativa, e neste caso o tipo da propriedade é: “ $\langle\langle 2, 1 \rangle, \langle 1, 1 \rangle \rangle, \langle\langle 2, 1 \rangle, \langle 1, 2 \rangle \rangle$, etc., which are the properties of being a level 1 unary property of objects, of being a level 1 binary property of objects, etc.” (Chateaubriand, 2001, p. 310). A partir disso, é possível tipar as entidades que aparecem na ontologia lógica de Chateaubriand.

Esta breve introdução à hierarquia de Chateaubriand mostra que ela resolve as contradições notadas por Russell, e também que permite que as propriedades estejam em mais de um nível e se apliquem a mais de uma entidade, como mencionamos. Essa hierarquia ontológica, ou ontologia hierarquizada, será a base para estabelecer a nossa ontologia, e por isso foi apresentada brevemente aqui.

A seguir, apresentamos os conceitos de eventos, fatos e estados de coisas.

2.1.2.

Eventos, fatos e estados de coisas

A discussão sobre eventos, fatos e estados de coisas está presente em filosofia analítica pelo menos desde os tempos de Frege. Para definir o que são eventos, fatos e estados de coisas, baseamos a nossa proposta na de Chateaubriand

¹¹ Esta notação para estados de coisas deve ser entendida assim: os parênteses \langle, \rangle indicam o começo e o fim do estado de coisas (respectivamente); depois do parêntese de abertura temos a propriedade que é instanciada; e depois a entidade na qual a propriedade é instanciada. Como este é um estado de coisas simples, depois do nome do objeto se fecha a notação, o que marca que o estado de coisas é aquele resultante da instancição da propriedade *Existência1* no objeto Chateaubriand.

(2001 e 2005) para estados de coisas, e na de Davidson (1981a) para eventos. Os fatos e os estados de coisas, de um lado, são considerados entidades abstratas, e proporemos uma distinção entre esses dois tipos de entidades. Para traçar tal distinção, nos basearemos numa ontologia realista/platonista como a de Chateaubriand, na qual só os estados de coisas são considerados, e a compararemos com as propostas que inspiraram o seu trabalho, como a de Frege e a de Russell. Os eventos, por outro lado, são entidades concretas e, portanto, não devem ser confundidos com os estados de coisas. Para definir os eventos, tomamos como base a proposta de Davidson (1981a), que os considera como entidades concretas e verdadeiros particulares.

Chateaubriand foi inspirado a postular os estados de coisas como a identificação de afirmações verdadeiras pelas propostas correspondentistas de Frege e Russell. Ou seja, ele foi inspirado por Frege e Russell a aceitar que há uma correspondência entre afirmações verdadeiras e a realidade. Ao tentar achar alternativas à proposta de Frege de o Verdadeiro e o Falso e à de Russell de apontar para a realidade e fora dela, Chateaubriand formula a concepção de estados de coisas, essencial para os objetivos planteados em nossa tese, como mencionamos.

Chateaubriand propõe uma ontologia realista, que acarreta aceitar que tanto as entidades concretas como as abstratas pertencem à realidade, como mencionamos.¹² Em sua ontologia, então, temos objetos, que são entidades concretas, propriedades e estados de coisas, que são entidades abstratas. Essas entidades estão organizadas segundo a hierarquia ontológica que apresentamos. Reiteramos, então, que os objetos estão no nível mais baixo da hierarquia e as propriedades e estados de coisas estão em todos os níveis exceto o nível 0. Isto é, ocupam todos os níveis a partir do nível 1. Os objetos são as únicas entidades concretas e são, por isso, as entidades menos interessantes para o filósofo que entende que a sua ontologia é basicamente uma ontologia lógica, como mencionamos.

Antes de poder responder o que são os estados de coisas para

12 Isto, contudo, não acarreta aceitar tudo. Só acarreta aceitar aquelas coisas que estão racionalmente e inteligivelmente justificadas (Chateaubriand, 2005, p. 380). Ele, por exemplo, não aceita mundos possíveis nem entidades possíveis nem objetos abstratos na sua ontologia.

Chateaubriand, introduzimos brevemente as perspectivas de Frege e Russell, como no item anterior. Frege considerava que se uma sentença fosse verdadeira, a sua referência deveria ser o Verdadeiro e, se fosse falsa, deveria ser o Falso. Como as afirmações são funções saturadas, tanto o Verdadeiro como o Falso deveriam ser considerados objetos:

We are therefore driven into accepting the truth value of a sentence as constituting its reference. By the truth value of a sentence I understand the circumstance that it is true or false. There are no further truth values. For brevity I call the one the True, the other the False. Every declarative sentence concerned with the reference of its words is therefore to be regarded as a proper name, and its reference, if it has one, is either the True or the False. These two objects are recognized, if only implicitly, by everybody who judges something to be true-and so even by a skeptic. (Frege, 1892, p. 63)

A ideia defendida por Frege é a base do argumento do *slingshot* que defende que, se sentenças verdadeiras referem, só podem se referir ao verdadeiro ou a um único grande fato, como veremos no capítulo 4. Contudo, o Verdadeiro e o Falso não são facilmente aceitos como objetos, e Chateaubriand (2001) mostra no capítulo 8 as complicações que aceitá-los como objetos acarreta. Isso o leva aos fatos de Russell, que parecem ser uma boa alternativa ao Verdadeiro e o Falso, pois parece ser mais simples aceitar que afirmações estão relacionadas a fatos que aceitar que identificam o Verdadeiro ou o Falso. Russell propõe, então, que o mundo objetivo está composto por fatos independentes do nosso pensamento.¹³ Esses fatos são “(...) the kind of thing that makes a proposition true or false” (Russell, 1918, p. 6).

A noção de fato de Russell não está livre de problemas, argumenta Chateaubriand, e a caracterização de Russell de uma afirmação verdadeira como algo que aponta à realidade, e a de uma afirmação falsa como algo que aponta fora da realidade é muito problemática. Segundo Chateaubriand (2001, p. 179), Russell só postula essa conexão, sem explicar o que é apontar para ou fora de, e algumas proposições que ele analisa, como *Sócrates é mortal*, deveriam ter uma análise complexa que não corresponderia a um fato atômico. Finalmente, ele (2001, p. 181) defende que é possível explicar o apontar para ou fora como uma proposta

¹³ Esta ideia se vê, também, em Wittgenstein (1922, p.7); “1.1 The world is the totality of facts, not of things”.

referencial da verdade, eliminando assim o problema de definição que as noções de Russell apresentam. Ou seja, é possível estabelecer que as proposições verdadeiras se referem a fatos e as falsas, não (a sua negação é que se refere a fatos). Chateaubriand, então, combina as ideias de Frege e Russell (como em outras ocasiões). Ele usa a ideia de Frege de que as afirmações verdadeiras identificam alguma coisa, e a combina com os fatos de Russell. Isto é, Chateaubriand propõe que uma afirmação verdadeira identifica um estado de coisas ou fato, enquanto uma afirmação falsa é aquela cuja negação identifica um estado de coisas ou fato.

Os estados de coisas de Chateaubriand são definidos como combinações ou instanciações de uma propriedade em um objeto/s e/ou propriedade/s e são considerados independentes da linguagem, mesmo quando se aceita uma versão da teoria de correspondência que trabalhamos no capítulo 4. (Chateaubriand, 2001, p. 29). Isso é importante pois, embora a linguagem esteja presente em seu trabalho, sempre é considerada, quando muito, secundária ao definir a ontologia. Portanto, reconhecemos um estado de coisas como a entidade que corresponde a uma afirmação verdadeira, mas isto não significa que o estado de coisas seja linguístico. Em qualquer caso, se o estado de coisas fosse alguma coisa, seria lógico, o que se deve a ele entender (Chateaubriand, 2001, p. 29) que as leis da lógica são leis do que há, e elas expressam características fundamentais da realidade e, portanto, são fundamentais. Chateaubriand (2001, pp. 57-58) considera que sua perspectiva é vantajosa em comparação às outras porque lhe permite manter a ideia de verdade como ser e como parte da referência, porque lhe permite mostrar que há um paralelismo entre como as sentenças e as descrições definidas trabalham (pois ambas identificam uma entidade de algum tipo); e porque é compatível com uma versão correspondentista da verdade.¹⁴

Os estados de coisas podem ser caracterizados intensional e extensionalmente. Intensionalmente, podemos nos focar em sua composição e na combinação entre propriedades e objetos e/ou propriedades. Estas entidades podem, então, ser consideradas como pertencendo à estrutura da realidade que está hierarquicamente construída. Extensionalmente, é possível caracterizar os

14 No capítulo 4. argumentamos contra o paralelismo sentença-descrição definida e contra a ideia de que as afirmações referem/identificam alguma coisa.

estados de coisas como uma sequência finita de objetos, conjuntos e relações, entre outros. Poderíamos, então, diferenciar distintos estados de coisas segundo a sua composição: alguns estão compostos por um conjunto e seu/s elemento/s, outros podem estar compostos por uma relação binária e dois elementos, outros podem ser conjuntos de conjuntos, e assim por diante. Isto nos daria diferentes estados de coisas que ocupariam distintos níveis da hierarquia ontológica que apresentamos no item anterior.

Chateaubriand usa, às vezes, o termo *estado de coisas* e, outras vezes, o termo *fato* para se referir às mesmas entidades, o que se vê no seu trabalho *Logical Forms* (LF) e em outras instâncias nas quais defende sua ontologia e fala de fatos e não de estados de coisas (cf. Chateaubriand, 2013). Ele reconhece distintas classes de estados de coisas que dependem de quais tipos de propriedades são instanciadas, se elas são lógicas ou não. No segundo volume de LF (Chateaubriand, 2005) e em outros artigos, ele diferencia estados de coisas lógicos de estados de coisas não lógicos. Os últimos envolvem ao menos uma entidade não lógica. Os primeiros envolvem só propriedades lógicas, que são aquelas universalmente significativas para todas as propriedades (Chateaubriand, 2013, p. 102).¹⁵ Um estado de coisas lógico seria identificado por uma afirmação como *a identidade é transitiva*, que envolve duas propriedades lógicas e pode ser expressado logicamente como:

$$\forall x \forall y \forall z ((x = y \wedge y = z) \rightarrow x = z) \text{ (Chateaubriand, 2013, p. 107)}$$

Chateaubriand assume três parâmetros diferentes na sua classificação de estados de coisas:

(...) the contingency or necessity of the existence of the state of affairs, and of the entities that combine into it, the logical or non-logical nature of these entities, and the necessity or contingency of the combination. (Chateaubriand, 2005, p. 263)

Como os estados de coisas são as mesmas entidades que os fatos, são igualmente problemáticos. Portanto, todas as objeções aos fatos são objeções aos

15 Neste sentido, são como as *noções lógicas* de Tarski, pois elas são “(...) invariant under all possible one-one transformations of the world into itself” (Tarski, 1986, p. 149).

seus estados de coisas. Quine é, provavelmente, um dos mais conhecidos objetores aos fatos (o que é reconhecido por Chateaubriand). Quine (1960) critica a ideia de que uma sentença como *Fifth Avenue is six miles long* corresponda a um fato. Para ele, quando usamos esse tipo de sentença, afirmamos algo verdadeiro sobre a Quinta Avenida; que ela tem 6 milhas de comprimento. É possível argumentar, segundo o autor, que estamos definindo o objeto segundo as suas propriedades e que “only indirection results from positing facts, in the image of sentences, as intermediaries” (Quine, 1960, p. 246). Há várias objeções aos fatos, e esta é só uma delas. Outra objeção conhecida, e que tentamos resolver no capítulo 3, é o problema da identidade dos estados de coisas (ou fatos), que são problemas que Chateaubriand deve resolver. Embora essas objeções existam, Chateaubriand argumenta que os estados de coisas são necessários para a sua ontologia e que não são mais problemáticos que os objetos ou as propriedades:

I conclude, therefore, that the identification of facts with combinations of properties with objects and/or properties is likely to be no more problematic in terms of identity conditions than some of the identifications to which Quine appeals. (Chateaubriand, 2001, p. 169)

Os eventos são entidades problemáticas. Eles tomaram impulso na filosofia analítica com os trabalhos de Davidson (1981) e muitas coisas têm sido escritas sobre eles (ver Casati e Varzi, 1997). Há várias possibilidades de análise destas entidades: podem ser tomadas como particulares (Brand, 1976; Davidson, 1981), como exemplificações de propriedades (Kim, 1966, 1976), ou como entidades redutíveis a tropos ou a estados de coisas (Bennett, 1988; Chisholm, 1976). Esta parte não será exaustiva, e apresenta brevemente a proposta de Davidson, que tomamos como base, e as de Kim, Bennett e Chisholm para explicar por que não são consideradas (por um panorama da discussão pode-se ver Lombard, 1998; Mellor, 1995; Simons, 2003).

Davidson (1981a) considera que não há um mundo sem eventos, assim como não há um mundo sem objetos. Ele defende que os eventos são entidades necessárias para dar conta do mundo, irrepetíveis e verdadeiros particulares. Além disso, argumenta que os eventos são necessários para servir de base a uma teoria da ação que possa explicar por que é possível que uma mesma ação tenha

descrições diferentes, como em *a destruição rápida do livro* contra *a destruição do livro*, por exemplo. Davidson argumenta que temos sentenças de ação, porque temos eventos, os quais devem estar incluídos na forma lógica dessas sentenças. Por exemplo, uma sentença como *Paul matou Maria* teria uma forma lógica com uma variável para eventos: $\exists e(\text{matar}(\text{Paul}, \text{Maria}, e))$. Ele estabelece que os eventos são verdadeiros particulares porque é possível reconhecer a referência explícita a eles, mediante nominalizações deverbais eventivas em sintagmas definidos, como *a destruição do livro*, e também porque eles podem ser quantificados em nossa fala ordinária. Finalmente, propõe que os eventos podem ser individuados a partir da causalidade: um evento é o mesmo se e só se tiver as mesmas causas e consequências.

A proposta de Davidson é muito interessante para um linguista, porque tenta combinar ontologia com linguagem, e é interessante para um filósofo que vise defender que eventos são particulares concretos.¹⁶ Contudo, ela é insuficiente e no capítulo 3 tentamos mostrar que é possível apresentar outra concepção de eventos que esteja baseada na proposta de Davidson, mas que seja mais abrangente.

A proposta de Davidson sobre eventos não é a única existente. Desde seu trabalho, diferentes propostas têm surgido, mas todas elas apresentam certos problemas. Kim (1976) é provavelmente o oponente mais forte e popular de Davidson. Ele concorda com Davidson que eventos são particulares. Porém, para ele, eventos são propriedades (como *ser uma queda*) exemplificadas em objetos num tempo determinado (Kim, 1976, p. 311), e não indivíduos particulares concretos – diferentes dos objetos, como para Davidson. Kim defende que sua teoria não é redutiva e que visa explicar questões sobre a natureza dos eventos. Contudo, os eventos são reduzidos, de alguma maneira, aos objetos e às propriedades neles exemplificadas. Outro problema que sua proposta apresenta é exigir uma proliferação de eventos desnecessários por conta de Kim entender que

16 Davidson trata da mesma maneira construções com o artigo definido e construções com o artigo indefinido. Por exemplo, para ele, *a construção* e *uma construção* podem ser usadas para identificar um único evento. Contudo, mostramos em Polakof (2013) que, quando mudamos o artigo de definido a indefinido, podemos obter como resultado uma nominalização que identifica um objeto e não um evento (como em *essa tradução de Borges está sobre a mesa*). Estas mudanças não são analisadas nesta tese, mas foram analisadas em Polakof (2013).

ser uma queda é uma propriedade diferente de *ser uma queda rápida*, por exemplo. Portanto, em vez de estabelecer, como Davidson, que nesses casos estamos frente a um mesmo evento descrito de maneiras diferentes, Kim estabelece que são dois eventos diferentes, pois são duas propriedades diferentes exemplificadas. Esta proposta é desconsiderada não por não ser interessante, mas por reduzir (mesmo quando Kim afirma que não) eventos a objetos e propriedades exemplificadas, e por proliferar inutilmente os eventos.

Outra proposta descartada é a de Chisholm (1976), que será retomada no capítulo 3. Essa proposta é descartada por reduzir eventos a estados de coisas, redução que não estamos dispostos a aceitar. A proposta de Chisholm tem um ar kimeano, pois, para Chisholm, um evento é um estado de coisas (que envolve a instanciação de uma propriedade num objeto abstrato) concretizado. Ou seja, é possível estabelecer que eventos são para Chisholm algum tipo de propriedade exemplificada. Contudo, se diferencia de Kim ao aceitar que há estados de coisas, e são esses estados de coisas (e não as propriedades) que se concretizam para dar lugar a eventos. Essa alternativa também apresenta um caráter reducionista dos eventos, e de alguma maneira reduz o concreto ao abstrato, razão pela qual é descartada.

Outra alternativa possível é a defendida por Bennett (1988) que, por algum motivo, tem tido bastante repercussão em discussões recentes sobre eventos, proposições, etc. Apresentamos essa perspectiva porque retoma a proposta de Vendler, que apresentamos na próxima seção, para diferenciar eventos de fatos. Bennet (1988, p.12) afirma que eventos têm um caráter secundário, não são itens básicos no universo, são tropos e, portanto, abstratos (Bennett, 1988, p. 14).¹⁷ Sua obra é importante pois é uma evidência da relevância que a proposta vendleriana tem tido na discussão filosófica sobre a distinção entre eventos e fatos, e é uma proposta considerada em teses de doutorado atuais (Corrêa, 2013). Contudo, apresenta vários problemas aos quais não nos centramos, e a descartamos pois considera eventos como tropos, abstratos e secundários.

Resumindo, para Chateaubriand, estados de coisas são instanciações de propriedades em objetos e/ou propriedades, e argumentar a favor dos estados de

¹⁷ Os tropos são entendidos como instâncias de propriedades, como particulares abstratos, como em *a brancura da minha casa* (Bennett, 1988, p. 14).

coisas captura a ideia de verdade como ser. Isso é compatível com uma versão da correspondência da verdade, e permite mostrar um paralelismo entre como funcionam as sentenças e as descrições definidas. Os estados de coisas são uma das categorias fundamentais da ontologia de Chateaubriand, junto com os objetos e as propriedades; eles podem ser lógicos e envolver só propriedades lógicas e podem ser não lógicos e envolver entidades não lógicas. Os estados de coisas não estão livres de problemas, mas, de acordo com Chateaubriand, eles não são mais problemáticos que os objetos ou as propriedades. Eventos são entidades problemáticas, e não há uma definição que seja plenamente aceita. A proposta de Davidson é a que tomamos como base para nossa tese. Ela defende que eventos são particulares concretos, irrepetíveis e que podem ser individuados a partir das suas causas e efeitos. Sua proposta não está livre de problemas, mas é melhor que as alternativas pois as outras três propostas aqui analisadas defendem, de alguma maneira, a redutibilidade de eventos a outras entidades. Podemos concluir esta parte estabelecendo que, mesmo existindo diversas teorias sobre estados de coisas, fatos e eventos, nossa proposta se baseia em Chateaubriand (2001, 2005) e Davidson (1981a), as alternativas que mais refletem o caráter que queremos defender dos eventos, fatos e estados de coisas.

Na próxima seção, introduzimos o leitor aos conceitos fundamentais para entender o capítulo 4.

2.2.

Alguns aspectos gramaticais e morfológicos da linguagem

Esta seção analisa fenômenos gramaticais e morfológicos (de formação de palavras) necessários para entender o capítulo 4. O tratamento desses fenômenos é introdutório, não visa fazer nenhum avanço nem aprofundar em nenhuma dessas questões. O primeiro item (2.2.1) introduz o termo *sentença* e a noção de *partes da sentença*. O termo *sentença*, particularmente, é muito usado em filosofia, mas apresenta um uso não fixado. Em linguística, ele apresenta um uso fixo, que utilizamos em nossa tese. O conceito de partes da sentença é crucial para entender

que, mesmo que a sentença seja uma unidade de análise, ela está composta por outras unidades de análise necessárias para entender a relação entre linguagem em uso e ontologia. O último item (2.2.2) analisa a nominalização, um fenômeno que tem atraído bastante atenção nas últimas décadas em linguística, e que –em filosofia – tem sido associado à referência a eventos. Nenhuma das questões analisadas nesta seção acarretam conhecimento prévio, mas é um conhecimento prévio à análise que será feita no capítulo 4.¹⁸

2.2.1.

Sentenças e partes da sentença

Esta parte visa esclarecer a noção de sentença, explicar como ela é definida em linguística, e dar à nossa tese um termo com um uso preciso. Também queremos explicar o que entendemos por partes da sentença e por que essa noção é fundamental para entender a análise proposta no capítulo 4.

A noção de sentença tem sido muito debatida na linguística, pois os limites entre uma sentença e outra são, às vezes, obscuros, e a estrutura interna das sentenças não é de fácil elucidação. Porém, queremos dar uma definição clara, sem entrar nos problemas antes mencionados, que são complexos e não se relacionam diretamente com nossa tese. Uma sentença pode ser definida como uma unidade mínima de predicação. Ou seja, sentenças podem ser definidas como “segmentos que ponen en relación un sujeto con un predicado” (RAE e AALE, 2009, p. 71). Esse sujeito e esse predicado devem ser entendidos como noções gramaticais, e não como noções lógicas ou semânticas. Entretanto, é possível defender, como Chomsky (1957, p. 94), que elas são funções gramaticais que correspondem a funções semânticas (como agente e paciente, numa sentença como *Pedro matou uma galinha*). Isso acarreta que o sujeito e o predicado, em linguística, não sejam interpretados logicamente, pois se o fossem estaríamos pensando em frases restringidas a funções semânticas, “(...) that of *referring to something or someone” (Honderich, 1995, p. 899). Isto é, se essas funções fossem

18 À diferença da seção anterior, que requeria algum conhecimento prévio. Contudo, esta é uma tese de filosofia e algumas questões são dadas como sabidas.

entendidas logicamente, seria estabelecida uma relação linguagem-mundo que não é relevante para a linguística em geral. As sentenças e os seus componentes são, então, unidades de análise gramatical, e não devem ser confundidas com proposições (mesmo quando as proposições podem ser analisadas em sujeito e predicado), nem com afirmações que envolvem o uso (voltamos a esta distinção no capítulo 4.).¹⁹ As sentenças estão compostas por partes da sentença que estão organizadas hierarquicamente: algumas são essenciais para a gramaticalidade da sentença e outras não. Por exemplo, em *Pedro matou uma galinha rapidamente*, *rapidamente* não é essencial para a gramaticalidade da sentença, mas *Pedro* e *matou uma galinha* são.

O conceito de partes da sentença é usado na gramática tradicional para analisar a classificação das palavras.²⁰ Contudo, pode ser utilizado para falar, também, das unidades intermédias que integram uma sentença (os sintagmas). As classes de palavras agrupam as palavras segundo tipos e comportamentos sintáticos. As classes de palavras são: o artigo (*a, uma*), o substantivo (*cão, água, construção*), o adjetivo (*bom, paternal*), o pronome (*você, quem*), o verbo (*existir, amar*), o advérbio (*sinceramente*), a preposição (*por, até*), a conjunção (*e, ou*), e a interjeição (*Ai!, Ui!*). Todas elas apresentam características diferentes, e algumas características similares. Sem entrar demasiadamente nas diferenças, podemos nos focar nas classes que interessam a nossa tese, que são os artigos, os adjetivos, os substantivos e os verbos.

O artigo é uma palavra que aporta informação gramatical, apresenta variação de gênero e número (*o/s, a/s*) determinada pelo substantivo que determina. Ou seja, a informação gramatical do artigo depende do substantivo (se o substantivo é feminino como *gata*, é combinado com o artigo feminino singular *a*, se é masculino como *cão*, é combinado com o artigo masculino singular *o*, etc.). Os artigos são classificados como definidos (*o, os, a, as*) ou como indefinidos (*um, uns, uma, umas*). Os artigos são retomados no capítulo 4., e são essenciais para a referência, como veremos. O verbo é facilmente definível com relação a critérios morfológicos e sintáticos, pois apresenta informação de tempo,

19 Geach (1965, p. 450) é um que reconheceu que sentenças são termos gramaticais que não devem ser confundidos nem com proposições nem com afirmações (*assertives*).

20 Esta seção está baseada em Polakof (2011).

modo, número e pessoa. Contudo, mesmo quando é facilmente reconhecível por estar flexionado (*amei, amarei, amaram*, etc.), se apresenta em formas não flexionadas ou não pessoais que dificultam a diferenciação dele de outras classes de palavras. Estas formas são o infinitivo (*cantar*), o particípio (*cantado*) e o gerúndio (*cantando*). Nesses casos, o verbo pode funcionar como verbo ou pode funcionar como outra classe de palavra. O infinitivo nos interessa particularmente, pois é a partir dele que analisamos a proposta de Vendler para o espanhol (no inglês, o problema é com o gerúndio). Em casos como *vou cantar*, funciona como verbo, e em casos como *o cantar de Alexandre*, funciona como substantivo (voltamos a este assunto em seções posteriores). O substantivo também pode ser reconhecido com bastante facilidade, pois determina o gênero e o número que os artigos e os adjetivos têm. Se temos um substantivo masculino e singular como *portão*, ele determina que o artigo e o adjetivo estejam no masculino e singular, como em *o portão vermelho*. O substantivo, acompanhado do artigo, cumpre a função de sujeito (e outras funções) da sentença, e pode apresentar poder referencial (voltamos a isto no capítulo 4.). Os nomes próprios como *Ana* e os pronomes como *eu*, que também são substantivos, não necessitam do artigo para ter poder referencial, e não são analisados em nossa tese. O adjetivo é outra classe de palavras que modifica o substantivo, e pode predicar sobre ele. Como mencionamos, ele concorda em gênero e número com o substantivo que modifica: *mesas quadradas, portões quadrados*, etc. (voltamos à caracterização dos adjetivos no capítulo 4.).

Devemos definir, agora, o que é um sintagma. Os sintagmas são unidades complexas que se formam a partir da combinação de palavras. Há, então, grupos de palavras que são vistos como unidades intermediárias que nos permitem analisar a sentença e que são, portanto, partes ou constituintes da sentença. Como as sentenças, os sintagmas apresentam uma estrutura interna organizada hierarquicamente, composta por constituintes léxicos que podem ser palavras ou outros sintagmas. Esse conceito está consolidado na gramática atual, e sua importância como unidade de análise da linguística é inegável. Os sintagmas apresentam um constituinte denominado *núcleo* (o de maior importância) que determina a classe de palavra do sintagma e que seleciona os constituintes

restantes, de menor hierarquia dentro do sintagma. Todos os sintagmas são endocêntricos, pois apresentam um núcleo que pode ser funcional (com conteúdo “gramatical”, como temos no caso dos sintagmas determinantes) ou léxico (com conteúdo “nocional”, como temos no caso de substantivos e adjetivos). O núcleo é, então, a palavra responsável pela classificação do sintagma como *sintagma determinante*, *sintagma nominal*, *sintagma adjetival*, ou *sintagma verbal*, entre outros. O núcleo proporciona ao sintagma as propriedades sintáticas características da classe. Um sintagma adjetival modifica um sintagma nominal, pois os adjetivos modificam os substantivos. O sintagma determinante seleciona um sintagma nominal, ao qual pode ou não dar poder referencial (ver capítulo 4) e permitir cumprir certas funções sintáticas na sentença (como a de sujeito, objeto, etc.). Os constituintes do sintagma são aqueles elementos que, de menor hierarquia que o núcleo, especificam a informação que o sintagma nos dá. Esses constituintes podem ser requeridos sintaticamente pelo núcleo e são chamados *complementos* do núcleo (por exemplo, o sintagma determinante *o cão* pode ser complemento interno do verbo *vi*, no sintagma verbal *vi o cão*); ou podem ser opcionais, e nesse caso são chamados *modificadores* (por exemplo, o sintagma adjetival *verde* é modificador do sintagma nominal *livro* em *livro verde*).

A próxima sentença nos permite analisar melhor os conceitos recém introduzidos:

Os meninos estudiosos realizam uma pesquisa bibliográfica

Reconhecemos dois constituintes maiores na sentença nos quais pode-se observar uma relação de predicação entre o sujeito (*os meninos estudiosos*) e o predicado (*realizam uma pesquisa bibliográfica*). Esses constituintes (sujeito e predicado) são também sintagmas que pertencem a distintas classes de palavras e que, por sua vez, estão constituídos por outros sintagmas que os complementam. O sujeito é um sintagma determinante e o predicado, um sintagma verbal. O sintagma determinante apresenta como complemento o sintagma nominal *meninos estudiosos* que apresenta, por sua vez, o sintagma adjetival *estudiosos* como modificador. O sintagma verbal apresenta um complemento requerido pelo

verbo *realizar* que é outro sintagma determinante composto de uma maneira similar ao primeiro, só que – neste caso em particular – o adjetivo relacional *bibliográfica*, o núcleo do sintagma adjetival (e o único constituinte, neste caso), é um complemento do sintagma nominal.

A seguir, analisamos o fenômeno da nominalização, que tem tido muita importância nos estudos de linguística atuais.

2.2.2.

A nominalização

A nominalização é um processo sintático-morfológico essencial para o desenvolvimento de nossa tese. A partir de uma nominalização, obtemos uma nova palavra, um novo substantivo. A nominalização pode ser obtida a partir de uma derivação (um processo de formação de palavras), ou a partir de um processo sintático complexo que transforma uma sentença num substantivo. A partir do processo de derivação, formamos um nome como *construção* a partir do verbo *construir*, ou formamos um nome como *brancura*, do adjetivo *branco*. A partir de uma transformação sintática, podemos transformar a sentença *João cantou* num nominal como *O cantar de João*. O estudo desse processo é relativamente recente, e a primeira análise formal é dos anos 1960 (Lees, 1960). Contudo, é o trabalho de Chomsky (1970) *Remarks on nominalizations* que realmente abre o caminho para o estudo das nominalizações como um fenômeno sintático-morfológico.

Nesse ensaio, Chomsky propõe que há três resultados possíveis a partir da nominalização deverbal: uma nominalização com comportamento verbal, outra com comportamento nominal, e outra com comportamento misto. O primeiro tipo de nominalização dá como resultado os gerúndios nominalizados do inglês (*John's being eager to please*). Eles têm comportamento verbal. Ou seja, têm sujeito, objetos e modificadores; não apresentam informação de gênero ou de número, entre outros. Esses nominais podem ser, portanto, explicados pela sintaxe (naquele momento pela sintaxe transformacional): com uma transformação, obtemos um nominal a partir de uma sentença. O segundo tipo dá como resultado

um nome derivado (*John's eagerness to please*). Eles são substantivos, apresentam morfologia nominal, comportamento nominal e têm informação de gênero e número. Ao contrário dos gerúndios, eles se formam a partir de regras morfológicas e não regras sintáticas (segundo Chomsky, 1970).²¹ O terceiro tipo dá como resultado nominalizações mistas (*John's refusing of the offer*).²² Essas nominalizações se aproximam do comportamento dos substantivos e se formam a partir de regras morfológicas (Chomsky, 1970, p. 215). São mistas, pois além de apresentarem comportamento nominal, também apresentam alguns comportamentos verbais, como manter a forma gerundiva do verbo. Esse artigo (Chomsky, 1970), como mencionamos, foi essencial para o desenvolvimento da análise das nominalizações, e é a partir dele que surgem várias análises de distintas perspectivas sobre a nominalização (como Chierchia, 1982; Grimshaw, 1990; Alexiadou, 2001; entre outros) em que não entramos.

A nominalização é um fenômeno complexo, como tentamos mostrar. Focamos nela como um processo de formação de palavras (ela é analisada como processo sintático ao considerar a proposta de Vendler (1967b) em 2.3.2). A partir de uma nominalização, obtemos uma palavra complexa, cujo significado se compõe a partir do significado da base (*construir* no caso de *construção*, *branco* no caso de *brancura*) e um sufixo (-ção no caso de *construção* e -ura no caso de *brancura*). O sufixo é um morfema (unidade de análise) que pertence a uma classe determinada de palavras. Os sufixos analisados em nossa tese pertencem à classe dos substantivos²³ e alteram a classe da palavra.²⁴ Como mencionamos, os substantivos se formam a partir de verbos e de adjetivos. No primeiro caso, estamos frente a nomes deverbais (como *construção*) e, no segundo, frente a nomes deadjetivais (como *brancura*). Esses dois processos de formação de

21 Há uma discussão interessante em linguística generativa sobre se as palavras se formam a partir de regras independentes da sintaxe (o que dá lugar a uma hipótese lexicalista) ou se as palavras se formam a partir das regras da sintaxe (que dá lugar à morfologia distribuída). Contudo, não é de interesse de nossa tese nos adentrar nestas questões. Elas foram tratadas com um pouco mais de detalhe em Polakof (2013).

22 Estas são nominalizações que mantêm comportamentos verbais e nominais (ver Harley e Noyer, 1998).

23 Há sufixos que pertencem a outras classes de palavras (por exemplo, o sufixo -mente pertence à classe de advérbios, o sufixo -ar à classe de verbos, etc.).

24 Há sufixos nominais que não mudam a classe da palavra (por exemplo, o sufixo -eiro pertence à classe de substantivos, mas não muda a classe da palavra: formo *floreiro* a partir de *flor* e os dois são substantivos).

palavras dão lugar a substantivos que apresentam variação de significado. A nominalização deverbal pode acarretar uma leitura eventiva (*a construção da ponte está sendo feita agora*), ou uma leitura resultativa (*a construção branca fica em frente à minha casa*). A nominalização deadjetival pode acarretar uma leitura concreta (*a brancura da parede durou 10 minutos*) ou uma leitura abstrata (*a brancura dos jasmims é uma característica deles*), como veremos no capítulo 4.

No capítulo 4, nos concentramos na leitura eventiva das nominalizações deverbais, e tentamos ver qual das duas leituras possíveis das nominalizações deadjetivais é a mais frequente. Por enquanto, achamos que essa breve e simples caracterização da nominalização é suficiente para poder entender as análises propostas no capítulo 4. A seguir, apresentamos certos fenômenos que nos permitem vincular a linguística à filosofia.

2.3.

A ontologia e a linguagem (ou linguística e filosofia)

Esta seção analisa certas questões que nos permitem relacionar a linguística com a filosofia, mais especificamente com a ontologia. Para encontrar esses vínculos, a filosofia analítica que usamos como base para o desenvolvimento de nossa tese é ideal, pois, como Dummett (1994, p. 4) argumentou:

What distinguishes analytical philosophy, in its diverse manifestations, from other schools is the belief, first, that a philosophical account of thought can be attained through a philosophical account of language, and, secondly, that a comprehensive account can only be so attained.

Ou seja, se quisermos encontrar um vínculo entre linguagem e ontologia, a filosofia analítica nos dá um marco especial para construí-lo. Contudo, como temos tentado argumentar neste capítulo, à diferença dos estudos tradicionais de filosofia analítica que partem da linguagem (ou dos termos singulares) para definir o que há na ontologia (como Tugendhat, 1982), argumentamos que, em primeiro lugar, é preciso propor a ontologia e, em segundo lugar, tentar

estabelecer uma relação entre essa ontologia e a linguagem em uso que, como entendemos, deve ser estabelecida a partir da referência.

Esta seção apresenta, em 2.3.1, uma introdução à referência que não visa ser exaustiva. A referência é um fenômeno muito complexo e, com esse item, só queremos estabelecer quais são as pautas que seguimos para falar em referência. Em 2.3.2, apresentamos a proposta de Vendler (1967b e 1967c). Essa proposta, como mencionamos, é a primeira que estabelece, a partir de análises linguísticas, uma relação entre certas descrições definidas e os eventos e os fatos. Por essa mesma razão, é essencial para o capítulo 4 de nossa tese, e é a partir dela que estabelecemos a metodologia de análise proposta para esse capítulo.

2.3.1.

A referência

A referência tem sido objeto de vários estudos analíticos (ver Orlando, 2009). Evans (1982, p. 3) argumenta que, embora seu livro comece com Frege, Russell foi o responsável por fazer da referência o foco da atenção filosófica. Desde então, várias controvérsias têm surgido, e várias aproximações a ela existem. Orlando (2009, p. 144) estabelece, por exemplo, que há duas maneiras de se aproximar das descrições definidas, uma russelliana, que entende que toda descrição definida é uma quantificação sobre uma proposição, e uma donnelliana, que entende que, às vezes, temos uma quantificação e que, outras vezes, as descrições definidas são exclusivamente referenciais. Foi Strawson (1950) quem conseguiu questionar efetivamente a teoria descritivista de Russell (1905), como é bem sabido, e quem defendeu que as descrições definidas podem ser referenciais. Donnellan (1966, p. 282), por seu lado, conseguiu ver que era possível estabelecer que as descrições definidas podiam ter usos referenciais e não referenciais. Evans (1979, p. 164) argumenta que as descrições definidas não se referem a nada. Devitt (2004, p. 289) argumenta que usamos as descrições definidas regularmente para referir, e as assimila aos demonstrativos. Korta e Perry (2011, p. 18) defendem uma perspectiva donnelliana que enfatiza o papel das intenções dos

falantes para assegurar a referência, e que enfatiza, também, o papel da comunicação. Assim, há várias aproximações às descrições definidas e à sua relação com a referência em filosofia analítica, e as que nomeamos não são suficientes sequer para dar um panorama geral da questão (ver Evans, 1982).²⁵

Não temos definido, ainda, o que se entende por referência. Para simplificar nossa tarefa, daremos uma definição breve de referência, suficiente para os objetivos de nossa tese. A referência é uma relação que nos permite vincular a linguagem ao mundo, mais particularmente à ontologia, de modo unívoco. Podemos, portanto, entender a referência como uma relação entre alguma expressão linguística e a realidade, de tal modo que a expressão assim vinculada corresponda a apenas uma entidade no mundo. Podemos, também, estabelecer que o que tem variado na história da filosofia analítica é o modo como essa relação tem sido entendida (ver Evans, 1982) e não a relação em si. Podemos, agora, defender alguma das alternativas aqui apresentadas. Entendemos que a proposta de Donnellan (1966) é a mais apropriada para explicar os dados linguísticos apresentados. Essa proposta não está livre de problemas (Wettstein, 1981 trabalha alguns desses problemas), mas defende que nem todas as descrições definidas – quando usadas – devem ser referenciais, como mencionamos. Assumimos, então, seguindo Donnellan (1966, p. 285), que, para que uma descrição definida refira, para que identifique alguma coisa unicamente, deve ser usada por um falante numa afirmação onde o falante “uses the description to enable his audience to pick out whom or what he is talking about and states something about that person or thing”.

A referência, então, está relacionada com certas descrições definidas e os usos que delas fazemos. Para evitar mal-entendidos, devemos ser mais precisos sobre o que entendemos quando afirmamos que para referir devemos usar uma

25 Em linguística, problemas relacionados com a referência (às vezes de maneira filosófica [Longobardi, 1994], às vezes de maneira linguística [Vergnaud e Zubizarreta, 1992]) têm sido associados com o artigo definido, mais especificamente com sintagmas nominais definidos. Entende-se que são os sintagmas determinantes os que acarretam a definitude do sintagma (ver Lyons, 1999). Essa definitude pode estar associada a um efeito de unicidade (como em Russell, 1905) ou a pressuposições de familiaridade (como em Heim, 1982). É a definitude de um sintagma que pode ser relacionada com a nossa noção filosófica de referência. A noção mais linguística de referência nos permite entender a referência como um fenômeno gramatical que envolve o escopo de uma expressão definida sobre a sentença (Vergnaud e Zubizarreta, 1992, nota rodapé 6). No entanto, não visamos uma aproximação linguística à referência. Assim, não aprofundamos mais esses temas.

expressão definida. Ou seja, devemos explicar o que entendemos por uso de uma expressão definida. Clark e Bangerter (2004, p. 26) mencionam que, a princípio, a referência através de sintagmas definidos era entendida como um ato simples: “the uttering of a referring expression adequate to pick out the intended referent uniquely”. Contudo, afirmam que essa ideia não considerava a cooperação (Grice, 1975) necessária para que o ato de referência seja exitoso. A ideia, então, é que se refere para outros, e não para nós. Os autores defendem que é necessário tratar a referência como uma atividade em conjunto, em colaboração com os outros. Estabelecem que há experimentos que mostram que a referência não é autônoma, e que “Work from the field shows that speakers routinely anchor their references to the material world...” (Clark e Bangerter, 2004, p. 41). Essas pesquisas nos permitem, portanto, confirmar que entender a referência a partir do uso e estabelecer a relação entre linguagem e mundo a partir da referência é o caminho a seguir.

Esses autores argumentam que essas precisões não são suficientes, pois a referência pode ser entendida como um ato composto pelo ato de descrever e pelo ato de indicar. A descrição pode ser feita exclusivamente com a linguagem, mas a indicação requer a localização do indivíduo e o referente no aqui e agora (indicar acarreta sinalar, indexicais, etc.) (Clark e Bangerter, 2004, p. 41). No entanto, a maioria aceitaria que referir não é um ato tão simples como aparenta ser, e que são necessários atos de descrever e indicar para referir. Contudo, mesmo quando achamos que essa interação entre descrição e indicação é necessária, nossa tese foca no ato de descrição. Quando falamos em referência, daqui por diante, estamos pensando na possibilidade de que uma pessoa use aquela descrição definida para referir através da linguagem, e não estamos considerando os outros fatores necessários para que a referência seja efetiva. Ou seja, não levamos em consideração fatores como a base comum (*common ground*), a cooperação e a indicação que acompanham o mero uso da descrição definida (ou o uso da sentença que inclui aquela descrição definida). A ideia é determinar se há descrições que nos permitiriam (acompanhadas pelas indicações adequadas) referir às entidades que nesta tese analisamos nos contextos adequados, como mostramos no capítulo 4.

A seguir, apresentamos a proposta de Vendler.

2.3.2.

A proposta de Vendler

O trabalho de Vendler é conhecido em linguística e em filosofia (embora seja, provavelmente, mais conhecido em linguística que em filosofia), e tem sido estudado por muitos (Asher, 1993, 1.1; Bennett, 1998; 1.2, Zucchi, 1993, 1.4.2.1; entre outros). Vendler (1967b, p.125) defende que as nominalizações, entendidas (em seu trabalho) como a transformação sintática de uma sentença numa frase (sintagma) nominal, são frequentes no discurso cotidiano. Segundo ele, esse uso frequente se deve às nominalizações nos permitirem formar sentenças complexas. Os produtos dessas nominalizações são chamados *nominais* por Vendler. Esses nominais, propõe, podem ser divididos em duas categorias; “one in which the verb is still alive as a verb, and the other in which the verb is dead as a verb, having become a noun” (Vendler, 1967b, p. 131). Ele chama aos primeiros *Nominais Imperfeitos* (NI) e, aos segundos, *Nominais Perfeitos* (NP). Quando esses nominais se combinam com uma sentença hóspede, ou seja, a parte da sentença que pode ter esses nominais como complementos, obtemos uma sentença complexa como *that he sang the song surprised me* ou *the destruction of the city surprised me*.

Exemplos de sentenças que incluem esses nominais são (Vendler 1967b: 124-125):²⁶

1.
 - a. I know *that John died*
 - b. *His death* surprised me
 - c. *The selection of the jury* took up the afternoon
 - d. I deny *ever having seen her*
 - e. *How he did it* is a mystery
 - f. *John's being able to walk* is the result of *an operation*

26 As cursivas são tomadas dos exemplos de Vendler.

- g. It is better *to give* than *to receive*
- h. I like *John's cooking*

Algumas sentenças incluem NIs, outras NPs, e 1f inclui tanto NIs como NPs. Os NIs são as orações subordinadas substantivas, os gerúndios e os infinitivos contidos em 1a, 1d, 1e, 1f, 1g e 1h. Todos eles apresentam comportamento verbal: as orações subordinadas substantivas e a construção complementante em cursiva em 1e são frases, os gerúndios podem ter aspecto e tempo incluídos (ver 1d), podem envolver maneira (como em 1h), e outros. Os NPs são os nominais derivados que aparecem em 1b, 1c e 1f. Eles se comportam como nomes: não têm flexão verbal (ver 1b), podem estar determinados pelo artigo definido e pelo artigo indefinido (ver 1f), os argumentos devem ser introduzidos por uma preposição (ver 1c), apresentam sufixos nominais como *-tion* (ver 1f), entre outros.

Vendler propõe que podemos estudar como funcionam esses nominais com relação a como eles se combinam com diferentes *recipients* (*containers*). Esses recipientes são as sentenças hóspede que mencionamos, e podem receber o nominal em diferentes posições sintáticas (como em 1f, na qual *John's being able to walk* é o sujeito da sentença, *the result of an operation* é um atributo, e *an operation* é o argumento interno do nominal *result*). Os recipientes podem ser *estreitos* (*narrow*) ou *soltos* (*loose*). Os primeiros só podem se combinar com NPs (ver 2), e os segundos podem se combinar tanto com NIs como com NPs (ver 3 e 4) [os exemplos foram mais ou menos tomados de Vendler, 1967b]:

- 2.
 - a. The collapse of the Germans occurred/ was gradual/ was sloppy/ was slow...
 - b. *That the Germans collapsed occurred/ was gradual/ was sloppy/ was slow...
 - c. *The Germans having collapsed occurred/ was gradual/ ...
- 3.
 - a. The destruction of the city surprises me/ is unlikely
 - b. That the city will be destroyed surprises me/ is unlikely

4.
 - a. I mentioned/ denied John's singing of the Marseillaise
 - b. I mentioned/ denied that John sang the Marseillaise
 - c. I mentioned/ denied his having sung

Os exemplos de 5, abaixo, envolvem a combinação de nominais com o nome (substantivo) *fact*, e têm sido amplamente usados como evidência de que os NIs referem a fatos (exemplos tomados de Vendler, 1967b, p. 136 e p.142):

5.
 - a. It is a fact that John sang the Marseillaise
 - b. His being able to sing well is a fact
 - c. the fact that John sang the Marseillaise
 - d. the fact of his being able to sing well
 - e. The collapse of the Germans is a fact

Depois de analisar os dados, Vendler estabelece não só que os NPs se comportam diferentemente dos NIs, mas também nos permite concluir que os NPs se referem a eventos, ao passo que os NIs se referem a fatos. A respeito dos recipientes soltos que aparecem em 3 e 4, Vendler propõe que um falante nativo aceitaria que esses NP seriam equivalentes a uma paráfrase com um NI. Portanto, poderíamos concluir que, nesses casos, os NPs se referem a fatos. Isso levou ao que Zucchi (1993, p. 174) chamou *the selection problem* (o problema da seleção) que emerge da possibilidade de selecionar os NPs tanto por recipientes que selecionam fatos como por recipientes que selecionam eventos (nos mantemos dentro da terminologia de Vendler). A solução que Vendler propõe – a única que aqui consideramos – é que os NPs têm uma leitura ambígua e podemos, portanto, nos referir com eles tanto a eventos como a fatos. O que diferencia se estamos lidando com um fato ou um evento é a (im)possibilidade de parafrasear o NP com um NI, e o recipiente com o qual o nominal se combina. Então, em 2a (*The collapse of the Germans occurred/ was gradual/ was sloppy/ was slow/ was an event ...*), nos referimos a um evento, enquanto, em 5e (*The collapse of the Germans is a fact*), nos referimos a um fato.

Mesmo quando a relação entre NIs e NPs com fatos e eventos pode ser vista em seus trabalhos, Vendler não foi claro ao definir o que fatos e eventos são, nem foi claro em como esses nominais se relacionam com fatos e eventos.²⁷ Para entender o que são fatos para Vendler, devemos nos ater a pelo menos seus 1967b e 1967c e, mesmo nesse caso, só podemos ter uma ideia geral do que ele entende por fato. Sua noção de fato parece ser bastante laxa, como alguma coisa que não está no mundo, pois fatos não são concretos. Ele parece entender fatos como alguma coisa que poderia ser equivalente ou similar às proposições (como vários outros filósofos), e que, como elas, não estão no mundo. Entretanto, ele não é muito claro com relação a isso. Eventos, por sua vez, parecem estar caracterizados como entidades que estão no mundo, pois eles estão temporalmente localizados e – indiretamente – espacialmente localizados (Vendler, 1967b, p. 144). Então, podemos, pelo menos, ter uma ideia geral do que ele interpreta como fato e como evento. No entanto, entender se a relação entre os nominais e fatos e eventos se dá a partir da referência é mais complicado. Em 1967b, ele não afirma explicitamente que referem. Ao ler os artigos 1967b e 1967c, podemos saber que esse é seu argumento, pois usa os Nominais Perfeitos como evidência de que os efeitos são eventos, ao passo que usa os Nominais Imperfeitos como evidência de que os resultados são fatos. E, como ele considera que os eventos estão no mundo, e que os efeitos são tipos de eventos, é possível inferir que ele tem a intenção de defender que os NPs se referem a eventos, e os NIs se referem a fatos.

Vendler deu valor referencial aos nominais imperfeitos, e aos nominais perfeitos. Essa ideia tem sido altamente influente, e há evidências do seu uso – como mencionamos – na obra de Bennett (1988), que também defende que a distinção entre eventos e fatos pode ser feita através da distinção entre nominais perfeitos e nominais imperfeitos, respectivamente. Consideramos que o trabalho de Vendler pode ser uma das razões pelas quais eventos são ainda considerados tipos de fatos (Corrêa, 2013). Porém, consideramos não ser apropriado o caminho

27 Esta vagueza na exposição também foi notada por Hamm e van Lambalgen's (2002, p. 5):

Vendler's description of the meaning of perfect and imperfect nominals and their respective containers is rather vague, but he clearly suggests that a category distinction between events and facts result from the philosophical basis for these empirical findings. Events are taken to somehow be related to the meaning of perfect nominals, and facts or results to the meaning of imperfect nominals.

meramente linguístico seguido por Vendler (e por tantos outros filósofos analíticos). Esse caminho nos leva a confundir comportamentos pura e exclusivamente linguísticos, que nada têm a ver com o mundo, com comportamentos linguístico-ontológicos que possibilitam estudar a relação entre linguagem e realidade. Embora não neguemos a existência dessa relação, não podemos aceitar que tudo na linguagem seja relação linguagem-mundo: a linguagem tem processos pura e exclusivamente linguísticos que devem ser reconhecidos como tais.

Resumindo, este capítulo teórico teve como objetivo introduzir o leitor aos conceitos fundamentais para nossa tese. Em primeiro lugar, se introduziram noções filosóficas que são necessárias para entender o capítulo 3. São noções que surgem de uma alternativa analítica que visamos, de alguma maneira, respeitar, e para as quais alguns conhecimentos prévios são necessários. A segunda seção introduziu algumas noções básicas da linguística, como o conceito de sentença, de classe de palavra e de nominalização. São noções introdutórias, úteis para leitores que não têm conhecimentos linguísticos. Elas são, em comparação com as noções introduzidas na primeira parte, mais básicas, mas essenciais para entender o capítulo 4. A terceira seção estabeleceu a noção de referência, básica para entender o vínculo entre filosofia e linguística. Finalmente, se apresentou a proposta de Vendler (1967b e 1967c), fundamental para o desenvolvimento do capítulo 4.

Os próximos dois capítulos são capítulos de análise, onde visamos propor uma delimitação ontológica entre eventos, fatos, e estados de coisas, para finalmente poder relacionar essas entidades à linguagem em uso a partir da referência. Esses capítulos foram construídos a partir dessas bases teóricas, que são essenciais para nossa proposta.

Delimitação ontológica entre eventos, fatos e estados de coisas

Eventos, fatos e estados de coisas têm sido considerados por vários autores (como Chisholm, 1976, por exemplo) uma única categoria ontológica. Alguns filósofos têm defendido uma distinção ontológica, porém a maioria deles faz uma redução de alguma das categorias. Davidson (1981a) aceita que há eventos, mas não aceita fatos (Davidson, 1969). Chateaubriand (2001) considera que há eventos (mesmo se ele não entra na distinção de eventos e objetos), mas considera que a mesma entidade pode ser nomeada por estados de coisas ou fatos. E a lista continua. Nós defendemos que são entidades diferentes. Eventos, por um lado, são concretos, enquanto fatos e estados de coisas são abstratos. Eventos envolvem objetos em fazeres (movimento, não movimento, ações, atividades, etc.). Fatos envolvem propriedades e entidades concretas. Estados de coisas envolvem propriedades. Eventos e fatos são temporais. Estados de coisas são atemporais. Essas diferenças podem ser analisadas; e as entidades podem ser caracterizadas e consideradas três categorias ontológicas diferentes.

Este capítulo caracteriza essas entidades, defende que devem ser diferenciadas, e argumenta contra a sua redutibilidade. Nossa caracterização parte da proposta de Chateaubriand, mas apresenta várias diferenças com relação à sua ontologia. Obtivemos, como resultado, uma ontologia diferente, que contém uma delimitação entre três categorias ontológicas que não tinham sido diferenciadas, e uma hierarquia que reflete tais diferenças. As características aqui consideradas podem ser criticadas. Contudo, tentaremos mostrar que nossa proposta explica as diferenças entre as entidades e permite explicar fenômenos, como a recorrência, que são difíceis de caracterizar. Aqui apresentamos, em primeiro lugar, a distinção entre concreto e abstrato. É uma distinção importante para diferenciar eventos de fatos e estados de coisas. Em segundo lugar, apresentamos a distinção entre fatos e estados de coisas, que deve ser traçada a partir das características que eles apresentam. Em terceiro lugar, apresentamos a caracterização dos eventos, que

apresenta algumas características controversas e outras, não. Em quarto lugar, apresentamos a hierarquia ontológica que inclui cinco categorias: objetos, eventos, propriedades, fatos e estados de coisas. Em quinto e último lugar, apresentamos as vantagens que nossa proposta tem com relação a outras anteriores.

3.1.

Concreto versus abstrato

Começamos a traçar nossa delimitação analisando a diferença entre abstrato e concreto, chave para fazer uma primeira separação. Podemos diferenciar os eventos, que são concretos, dos fatos e estados de coisas, que são abstratos. Contudo, essa delimitação não é suficiente para distinguir entre as três entidades, pois seria possível argumentar que, como fatos e estados de coisas são abstratos, são as mesmas entidades. Assim, podemos argumentar que é uma primeira delimitação que nos permite diferenciar eventos de fatos e estados de coisas, mas que não é suficiente para distinguir entre as três entidades. Todavia, não é simples definir o que é ser concreto e o que é ser abstrato. Essa distinção tem sido classificada como muito ingênua para ter relevância teórica por Honderich (1995, p.3), e há muitas maneiras de caracterizá-la.²⁸

Duas dessas distinções são essenciais e suficientes para nós, e elas têm a ver com o espaço-tempo e com a causalidade. A ideia é que as entidades concretas podem ser delimitadas espaço-temporalmente e podem ser/estar sujeitas à causalidade, enquanto as entidades abstratas, não.²⁹ A delimitação espaço-temporal, como nós a entendemos, depende de que as duas características sejam simultâneas: a entidade deve estar delimitada espaço-temporalmente. Falar em espaço-tempo (espaço e tempo) e não em espaço e/ou tempo evita que seja possível estabelecer que haja coisas localizadas no espaço e não no tempo, e evita

28 Hoffman e Rosenkratz (2003) apresentam uma síntese das diferentes maneiras em que se estabelece a diferença entre abstrato e concreto. Eles estabelecem que são todas problemáticas, e diferenciam abstrato de concreto a partir de um critério formalizado. Preferimos a combinação dos critérios que mencionamos, pois nos permite estabelecer claramente a diferença entre abstrato e concreto.

29 Esse critério tem sido criticado por Hale (1987). Contudo, Lowe (2001, pp.52-53) mostra que o argumento de Hale pode ser descartado facilmente e mantém que é possível usar esse critério para diferenciar entre o abstrato e o concreto.

argumentar que coisas que possam ter temporalidade (como os nossos fatos) sejam concretas. Ou seja, não usamos a distinção proposta por Lowe (2001, p. 155) de estar no espaço e/ou tempo, e sim a de estar no espaço-tempo para distinguir entre concreto e abstrato. Desta maneira, qualquer coisa que não esteja no espaço-tempo não será concreta.

Além de estar delimitadas espaço-temporalmente, as entidades concretas devem ser/estar sujeitas à causalidade. Ou seja, se as entidades podem ser a causa ou o efeito de outras entidades, devem ser concretas; se, por outro lado, elas são abstratas, não podem ser a causa ou o efeito de nenhuma outra entidade (seja ela abstrata ou concreta). A queda de uma pedra pode quebrar um vidro, e é, portanto, concreta. Que o ser humano seja mortal não pode causar nada, e é, portanto, abstrato. A combinação desses dois critérios permite restringir a distinção abstrato/concreto. As entidades com as duas características são concretas. As que não estão no espaço-tempo nem apresentam relações de causalidade são abstratas.

Estabelecemos, então, que a primeira distinção entre eventos, fatos e estados de coisas é que só os eventos são concretos. Eventos podem ser delimitados espaço-temporalmente e estão sujeitos à causalidade.³⁰ Fatos e estados de coisas não podem ser delimitados espaço-temporalmente e não estão sujeitos à causalidade.³¹ Portanto, é possível usar a distinção abstrato/concreto para distinguir parcialmente essas entidades. Há, contudo, uma dificuldade adicional à de definir que é abstrato e que concreto. Há autores que propõem que eventos são redutíveis a estados de coisas e reduzem, assim, o concreto ao abstrato. Chisholm (1976), por exemplo, defende que eventos podem ser reduzidos a estados de coisas. Segundo ele, os eventos são estados de coisas *concretizados* (termo usado por Chisholm, 1976).³²

A ideia de Chisholm é que há estados de coisas gerais e abstratos (como *o pôr do sol*) que se concretizam em determinados lugares e tempos. Então, o pôr do sol que está acontecendo neste momento é uma concretização do estado de coisas abstrato geral neste lugar e neste tempo. Ele argumenta que, dessa maneira, é

30 Voltaremos a esses pontos na seção de 3.3.

31 Veremos na seção 3.2 que propomos que fatos são temporais, o que não viola a restrição do abstrato pois, mesmo que apresentem temporalidade, como mencionamos, não estão delimitados espaço-temporalmente.

32 Parte desta análise foi publicada em Polakof (2017).

possível explicar muitos dos problemas que têm existido na filosofia analítica. Esse argumento mostra que é possível diluir os limites entre abstrato e concreto ao argumentar que estados de coisas abstratos podem ser concretizados em eventos. Queremos argumentar, contudo, que é possível rebater esse argumento, que é possível defender que a distinção entre concreto e abstrato é útil para diferenciar eventos de fatos e estados de coisas, e que os limites entre eles não podem ser diluídos a partir de *concretizações*.

Chisholm define os estados de coisas como entidades abstratas “which exist necessarily and which are such that some but not all of them occur, take place or obtain” (Chisholm, 1976, p. 114). Estados de coisas não dependem do concreto, nem de coisas individuais.³³ Portanto, mesmo se não houvesse coisas concretas, haveria estados de coisas. Ele argumenta que estados de coisas têm que ser aceitos por alguém, e compara seus estados de coisas com os pensamentos fregeanos (Chisholm, 1976, p. 117-118). Ele propõe como critério não trivial de identidade que, para que um estado de coisas *p* seja o mesmo que *q*, *p* *acarreta* (ou implica) *q* e *q* *acarreta* (ou implica) *p*. Estados de coisas existem necessariamente (mas não ocorrem necessariamente), como as propriedades e as relações. Dada uma propriedade *G*, se ela é exemplificada, temos um estado de coisas *p* que se obtém (por exemplo, *there being horses*), e se ele não está exemplificado temos um estado de coisas que não se obtém (por exemplo, *there being a round square*).³⁴ Ele adota uma versão extrema de platonismo para os estados de coisas (Chisholm 1976, p. 119), e uma ontologia ampla para os estados de coisas.

Ele argumenta que qualquer teoria que queira dar conta de eventos e estados de coisas deveria explicar como identificam os termos que aparecem nas treze sentenças a seguir. Ele defende que sua alternativa dá conta desses problemas, que aparecem no seguinte conjunto de sentenças (Chisholm, 1976, p. 115-116), e que envolvem a redução de eventos a estados de coisas:³⁵

33 Respeitamos aqui o uso que Chisholm propõe para *coisa*: “...I will use 'thing' in a very broad sense. Whatever there is may be said, in this sense, to be a thing: hence properties and relations are themselves things, and so are physical objects, persons and shadows” (Chisholm, 1976, p. 21).

34 Aceita, então, uma aproximação meignoniana à ontologia.

35 A proposta de Chisholm é, claramente, correspondentista. No próximo capítulo 4, criticaremos esse tipo de proposta que não diferencia linguagem de ontologia. Porém, nesta seção, focaremos na proposta de Chisholm, sem entrar em considerações relacionadas à linguagem.

1. What Jones fears most is what Smith is trying to bring about,
2. No proposition is both true and false,
3. For all events, p , q , and r , the probability of $p \& q$ in relation to r is the product of the probability of p in relation to r and the probability of q in relation to $p \& r$,
4. There being round squares is impossible,
5. One way of explaining the occurrence of an event e is to deduce e from a conjunction consisting of certain laws of nature and certain events which are known to have some prior probability,
6. For all events p and q , if it is a law of nature (is physically necessary) that p occurs, and if p logically implies q , then it is a law of nature (is physically necessary) that q occurs,
7. Someone walking is now occurring in Chicago,
8. Truman being elected President occurred prior to Eisenhower being elected President,
9. An incumbent President being re-elected has occurred more than seventeen times,
10. The storm came into being on Tuesday and was all over by Thursday,
11. Smith being ill contributed causally to Brown being re-elected,
12. Smith perceived Jones to be robbed,
13. The third occurrence of Jones being robbed contributed causally to his illness.

Ele defende que as seis primeiras nos comprometem com proposições, e as sete últimas, com eventos. Por essa mesma razão, só estudamos as sete últimas. Elas envolvem o tempo, o que parece problemático para a proposta de Chisholm, pois ele define estados de coisas como abstratos e eternos. Portanto, não poderiam estar conectados nem relacionados com lugares e tempos. Para resolver esse problema, ele propõe que estados de coisas possam ser *concretizados*, como mencionamos. A ideia é que, em alguns casos, quando temos um evento, algumas propriedades são instanciadas em coisas concretas que fazem o estado de coisas ser concreto. Por exemplo, podemos ter um estado de coisas como *César matando*

a *Brutus*, que foi concretizado no ano 44 a.C. por Brutus e César e que ocorreu em um certo lugar. Assim, introduz-se a ideia de um evento como um estado de coisas concretizado, os eventos são reduzidos a estados de coisas, e se esfumam os limites entre concreto e abstrato que, acreditamos, devem estar diferenciados e bem definidos.

Ele explica casos como 7 e 8 usando a seguinte estratégia: ambos dependem de lugares e tempos, e são concretizados nesses espaços e tempos, mas ambos são redutíveis a estados de coisas. Em 9, temos um caso que trata de eventos recorrentes: alguém foi eleito duas vezes. Chisholm argumenta que é o mesmo estado de coisas *ter sido eleito presidente* que é concretizado em tempos diferentes, e possivelmente em lugares diferentes. A ideia é que o estado de coisas é eterno, mas ele ocorre/é concretizado em certos lugares e tempos. Isso parece ser, segundo Chisholm (1976, pp. 128-129), uma vantagem de considerar eventos como concretos, pois a recorrência faria com que aceitássemos “eventos genéricos”. Todavia, a defesa dos estados de coisas como eternos parece contradizer 10. Se eles são eternos, eles não poderiam começar a ser, nem deixar de ser. Para resolver o problema, ele tem que mudar a sentença para uma que possa afirmar que a tormenta ocorreu de um tempo a outro tempo e que logo deixou de ocorrer. Assim, a noção de concretização pode ser utilizada também nesses casos e isso deixa de ser um problema para sua proposta. A análise de 11 envolve a causalidade: quando um evento ocorre, ele pode contribuir causalmente com outro evento. Então, para reduzi-los a estados de coisas, tem-se argumentado que tanto *Smith being ill* como *Brown being re-elected* foram concretizados quando ocorreram, e que, quando isso aconteceu, o primeiro causou o segundo. A causalidade, então, se apresenta só naqueles momentos em que há concretização. A sentença 12 trata de um caso no qual a percepção parece estar dirigida a alguma coisa concreta. Contudo, estados de coisas não são concretos. Chisholm argumenta que, neste caso, não é necessário aceitar eventos concretos. Segundo ele (Chisholm, 1976, p. 135), percebemos coisas individuais e estados de coisas, não eventos concretos. A sentença 13 tem a ver com ocorrências particulares. Envolve uma combinação das análises de 11 e 12 e, por tanto, pode ser resolvido de uma maneira similar. Ele termina a análise dessas sentenças assim:

I believe, then, that the view of states of affairs here presupposed is adequate to the pre-analytic data here set forth. I know of no other philosophical theory which is, or even claims to be, adequate to all these data (Chisholm, 1976, p. 136).

Este argumento de Chisholm parece, pelo menos, nos forçar a aceitar que a distinção entre concreto e abstrato não é suficiente para diferenciar entre eventos, fatos e estados de coisas, e, como mencionamos, esfuma os limites claros entre abstrato e concreto. Porém, achamos que o argumento de Chisholm pode ser descartado e suplantado por uma proposta que considere que eventos são concretos e não redutíveis a estados de coisas. Entendemos que a concretização do abstrato acarreta na redução do concreto em abstrato, o que nos levaria a uma redução dos objetos às propriedades que eles têm, que não pretendemos aceitar. Uma proposta como a nossa, que defende que eventos são concretos, pode explicar perfeitamente bem os problemas apresentados em Chisholm (1976).

Sem entrar em demasiados detalhes sobre o que é um evento (que será definido na seção 3.3), tentaremos mostrar que uma proposta que considera eventos como particulares concretos não teria por que ter problemas em resolver tais questões. Para isso, reiteramos novamente as sentenças e as reenumeramos.³⁶

14. Someone walking is now occurring in Chicago,
15. Truman being elected President occurred prior to Eisenhower being elected President,
16. An incumbent President being re-elected has occurred more than seventeen times,
17. The storm came into being on Tuesday and was all over by Thursday,
18. Smith being ill contributed causally to Brown being re-elected,
19. Smith perceived Jones to be robbed,
20. The third occurrence of Jones being robbed contributed causally to his illness.

Propomos, em primeiro lugar, que sentenças como a 14 procuram, sim, identificar um evento. O problema dessa sentença é que envolve uma indefinição:

³⁶ Respeitamos, nesta seção, o uso de “sentença” que Chisholm faz. Contudo, evitaremos usar esse termo no resto do capítulo, e no capítulo 4, ele será usado com o uso definido no capítulo 2.

há alguém caminhando agora em Chicago. Todavia, como não estamos agora em Chicago, não podemos identificar a localização exata do evento, nem a pessoa que caminha. Portanto, não temos uma identificação clara do evento. Isso não acarreta que não haja um evento concreto, só que nós não conseguimos identificá-lo, e não acarreta aceitar que eventos sejam concretizações de estados de coisas. O mesmo problema temos ao utilizar afirmações onde a estrutura utilizada para identificar um objeto é indefinida. Em casos como *Há um gato*, não temos como identificar o gato, mas o gato existe. O que fracassa, nesses casos, é a identificação. Porém, isso não acarreta que a entidade concreta não exista. Ou seja, a existência dessas afirmações nada tem a ver com o caráter concreto ou abstrato das entidades (ver capítulo 4).

As outras sentenças estão, em sua maioria, no passado e, portanto, não identificam um evento concreto, pois não há nenhum desses eventos agora. Não há nada de concreto nelas. Só por esse motivo, poderíamos descartar a proposta de Chisholm: não há nada a ser identificado. Contudo, podemos reescrever algumas das sentenças para que estejam no tempo presente e dar uma defesa de eventos como concretos para esse conjunto de sentenças. Primeiro, queremos descartar algumas das sentenças afirmando que elas, quando usadas, parecem querer identificar eventos históricos. Os eventos notados nas sentenças 15, 17 e 19 não existem mais. Que possamos falar agora de eventos que ocorreram não acarreta que tenhamos que os reduzir a entidades abstratas, para que sejam abstratos e atemporais. Falamos o tempo todo sobre personagens ficcionais sem necessidade de postular que sejam objetos abstratos.³⁷ Falamos sobre políticos históricos como Vargas ou filósofos mortos como Frege sem nos comprometer com sua existência: por que, então, deveríamos nos comprometer com eventos que não existem mais? Acreditamos que, para esses casos, os mesmos argumentos que podem ser utilizados para objetos podem ser utilizados para eventos: podemos falar do que aconteceu, sem que isso acarrete que tenhamos que nos comprometer com a existência de tudo aquilo do que podemos falar ou sobre o que podemos

37 Há, claro, filósofos, como Zalta (1983), que se comprometem com objetos ficcionais. Eles são realistas ficcionais, e essa perspectiva é bastante problemática. Everett (2005) trata desses problemas, como o indeterminismo ôntico e a incoerência lógica, e propõe uma alternativa para falar de personagens ficcionais com os quais não temos que nos comprometer ontologicamente.

raciocinar. Como Austin (1956-57, p. 8) sugeriu, devemos separar as palavras do mundo: “to hold them apart from and against it, so that we can realise their inadequacies and arbitrariness, and can re-look at the world without blinkers”. Ou seja, que sejamos capazes de falar de eventos passados não nos força a um comprometimento ontológico com eles.³⁸

Estudamos, agora, aquelas sentenças que, quando expressas em tempo presente, devem ser explicadas para defender que eventos são concretos: 15 (uma vez eliminada a referência histórica), 16 e 19. A 15 se relaciona com o problema da recorrência. Contudo, não é necessário comprometer-se com eventos genéricos para explicar esses casos. Se eventos são concretos, eles não podem recorrer (objetos também não podem recorrer). Para explicar o problema da recorrência, devemos transformar a 15 numa frase como *Duas pessoas caminhando ocorre aqui e agora*. É uma afirmação verdadeira, pois há aqui duas pessoas caminhando agora. Todavia, não temos por que aceitar que é o mesmo evento recorrendo. O mesmo acontece com objetos. Podemos falar de dois objetos nos quais a mesma propriedade é instanciada sem dizer que são o mesmo objeto. Podemos falar sobre dois ursos, sem assumir que o urso recorre. Podemos, então, falar sobre eventos diferentes, mas similares, pois eles compartilham as mesmas propriedades. Contudo, não é o mesmo evento que recorre, são dois eventos similares, da mesma classe, que estão aparentemente quantificados (do mesmo jeito que podemos falar de dois ursos sem achar que são o mesmo urso, como mencionamos). Podemos responder esse tipo de questão sem ter que usar a noção de eventos genéricos, e sem ter que reduzir eventos a estados de coisas: se podemos fazer o mesmo com objetos sem falar em recorrência, por que não com eventos?³⁹

A 17 não apresenta nenhum problema para uma teoria que defende que eventos são concretos. Ter um nome comum para identificar o evento parece nos permitir defender que podemos identificar unicamente os eventos, pelo simples fato de eles serem concretos (como mostraremos no capítulo 4). Há também nomes próprios (como *Doris*) para eventos como tormentas e furacões. Então, se

38 Este será o foco do próximo capítulo, onde tentaremos ver quais são as construções linguísticas que permitem se referir a e identificar estas entidades.

39 Esta possibilidade ficará muito mais clara uma vez que eventos, fatos e estados de coisas sejam mais bem definidos, e voltamos a ela ao caracterizar os eventos.

quisermos argumentar que há uma relação entre a existência de nomes próprios e a existência de entidades, poderíamos argumentar que há eventos. Este é um argumento que pode ser utilizado contra os argumentos dados por Chisholm, pois a paráfrase é ainda mais complicada com nomes próprios que com nomes comuns. Contudo, como poderá ser observado no próximo capítulo, esta não é uma ideia que possa ser defendida literalmente, pois podemos ter nomes para coisas que não existem (Parsons, 1999). Também não é problema para uma teoria que considera eventos como sendo concretos falar de alguma coisa começar a existir: *a tormenta começou as 13 e ainda continua*. Essa afirmação nos permite identificar um evento que existe e que é concreto. O nome *tormenta* era mais problemático para Chisholm do que para nós. Ele teve que usar paráfrases para falar sobre um estado de coisas geral relacionado à tormenta, pois o termo singular não deveria poder ser usado para se referir a alguma coisa geral.

A 19 pode ser reescrita assim: *Eu percebo Martim respirar (ou respirando)*. Que a respiração de Martim seja perceptível não seria problema para nossa proposta. Ela seria uma razão mais para estabelecer que eventos são concretos. Como eu consigo perceber que Martim respira, posso afirmar que o evento referido por *a respiração de Martim* é concreto. Ou seja, podemos defender que, se alguma coisa é fisicamente perceptível, ela deve ser concreta. Portanto, eventos são concretos e tentar reduzi-los a estados de coisas abstratos não dá explicações sobre os fenômenos relacionados a eles sem que pareçam forçadas (como a paráfrase de um nome comum a alguma frase gerundiva). Podemos, então, defender que o concreto não é redutível ao abstrato, e que eventos não são redutíveis a estados de coisas. Mantemos, assim, uma clara diferença entre concreto e abstrato, e uma não redutibilidade dessas entidades.

Finalizamos esta seção reafirmando que é possível, sim, traçar uma primeira distinção entre eventos, fatos e estados de coisas. Eventos devem ser considerados entidades diferentes dos fatos e estados de coisas, pois são concretos. Fatos e estados de coisas são abstratos e, portanto, diferentes dos eventos. Ainda que Chisholm tenha proposto que poderia haver uma concretização do abstrato ao concreto que permitiria reduzir eventos a estados de coisas, propomos que essa redução pode ser evitada, e mostramos que há uma alternativa

à de Chisholm para quem considera que eventos são concretos. Assim, podemos defender que esta é uma primeira delimitação em nossa proposta. Contudo, ainda temos que definir o que são essas entidades, pois a distinção abstrato-concreto não é suficiente, como mencionamos.

A seguir, definiremos o que são os fatos e os estados de coisas e os diferenciaremos. Após, serão definidos de uma melhor maneira os eventos. Uma vez que todas as entidades estejam bem definidas, mostraremos como essas diferenças se refletem em nossa ontologia.

3.2.

Fatos versus estados de coisas

Na seção anterior, definimos que tanto fatos como estados de coisas são entidades abstratas e diferentes dos eventos. Defendemos, também, que são entidades distintas, pertencem à ontologia, e apresentam características diferentes. Para diferenciar entre fatos e estados de coisas, nos baseamos na ontologia de Chateaubriand e na sua noção de estados de coisas (apresentadas no capítulo II). Esta não é a única alternativa possível, como foi mencionado. Porém, é a alternativa que melhor se adapta ao nosso objetivo: estabelecer essa distinção. Uma ontologia platonista que se organiza numa hierarquia que diferencia o concreto do abstrato e as propriedades dos estados de coisas é perfeita para os nossos objetivos.

Propomos (baseados em Chateaubriand, 2001) que os fatos envolvem propriedades, objetos e eventos e os estados de coisas, só propriedades. Para estabelecer essa diferença, temos duas opções. Podemos, por um lado, argumentar que a diferença entre fatos e estados de coisas radica no nível que eles ocupam. Por outro lado, podemos estabelecer que a diferença não está no nível, e sim nas características que as entidades apresentam. Esta seção apresenta as duas alternativas, para ver qual das duas é melhor, e, finalmente, define que a segunda alternativa é melhor que a primeira.

3.2.1.

Primeira alternativa⁴⁰

Como mencionamos, esta alternativa estabelece que fatos e estados de coisas pertencem a níveis da hierarquia distintos (apresentada no capítulo II). A ideia é que, como fatos envolvem a instanciação de uma propriedade em objeto/s e/ou evento/s, eles ocupam um nível inferior ao dos estados de coisas que não envolvem objetos nem eventos. Poderíamos, então, afirmar que fatos são entidades de nível 1 que resultam da instanciação de uma propriedade de nível 1 em algum objeto e/ou evento; já os estados de coisas seriam entidades de nível 2 e níveis superiores que resultam da instanciação de uma propriedade de nível igual ou superior a 2 numa propriedade ou propriedades que sejam pelo menos um nível inferior a ela. Estados de coisas teriam que ser de nível igual ou superior a 2, pois este é o nível mais baixo que permite a combinação entre propriedades. Fatos teriam que ser de nível 1, porque são o resultado da instanciação de uma propriedade em objeto/s e/ou evento/s. Tomemos, por exemplo, a propriedade lógica *Existência* que aparece no nível 1 e se instancia num objeto de nível 0.⁴¹ Ela aparece, depois, no nível 2 (pois temos uma hierarquia cumulativa) e se instancia numa propriedade de nível 1. Ela aparece, logo, no nível 3 e se instancia numa propriedade de nível 2, e assim por diante. A instanciação de *Existência1* em um objeto de nível 0 como *meu cão* resulta no fato $\langle \textit{Existência1}, \textit{meu cão} \rangle$. A instanciação de *Existência2* numa propriedade de nível 1 como *Diferença1* dá como resultado o estado de coisas $\langle \textit{Existência1}, \textit{Diferença1} \rangle$.⁴² Se esta primeira alternativa fosse correta, ela nos permitiria diferenciar entre fatos e estados de coisas segundo o nível que eles ocupam em nossa hierarquia. Também nos

40 Uma versão desta seção e da próxima, 3.2.2, apareceu publicada em Polakof (2016).

41 Esta existência não é o quantificador existencial. É a propriedade de existência, que pode ser entendida como “the property of having a location in space time” (Zalta, 1993, p. 404), para entidades concretas. Para nós, a propriedade pode ser instanciada tanto em entidades abstratas como concretas.

42 A notação aqui utilizada é a mesma de Chateaubriand (2001) e é bastante simples: no primeiro lugar temos a propriedade que está sendo instanciada, e depois as entidades nas quais se instancia a propriedade. Nesses casos, como temos um fato, temos a propriedade instanciada num objeto (como em $\langle \textit{Existência1}, \textit{meu cão} \rangle$ e, como temos um estado de coisas, temos uma propriedade que é instanciada numa outra propriedade (como em $\langle \textit{Existência2}, \textit{Diferença1} \rangle$).

permitiria separar as instanciações de propriedades em objetos e/ou eventos das instanciações de propriedades em propriedades. Isto constituiria, para nós, uma importante vantagem a respeito de considerá-las como as mesmas entidades, pois poderíamos diferenciar as entidades de níveis superiores das de níveis inferiores. Assim, poderíamos diferenciar entidades que poderiam ser aceitas por um nominalista (como os fatos de nível 1) de entidades que nunca seriam aceitas por um nominalista, pois são entidades de níveis superiores (como os estados de coisas).

Para conseguir uma delimitação mais satisfatória, o tempo pode ser considerado uma condição necessária para distinguir propriedades de objetos e eventos: objetos e eventos podem ser caracterizados como entidades temporais, enquanto propriedades podem ser caracterizadas como entidades atemporais.⁴³ Objetos e eventos são temporais pois poderia haver momentos em que não existissem, e propriedades são atemporais porque existem atemporalmente. Isto é, as propriedades são universais platônicos que estão e não têm por que ser instanciadas para existir.⁴⁴ Alguém poderia argumentar que *ser mortal* é uma propriedade temporal determinada pela mortalidade, mas isto seria confundir a propriedade abstrata *ser mortal* com o fato temporal que resulta, por exemplo, da instanciação dessa propriedade em algum objeto de nível 0. Poderíamos, então, argumentar que fatos como *<ser mortal, meu cão>* são entidades temporais, e que são temporais graças ao objeto ou ao evento no qual a propriedade é instanciada.⁴⁵ A propriedade mantém sua atemporalidade. Por outro lado, estados de coisas são

43 Assumimos que não há propriedades temporais, mesmo que Chateaubriand aceite a possibilidade de poder haver propriedades temporais (Chateaubriand, 2001, p. 424).

44 Como mencionamos na Introdução, nos posicionamos numa perspectiva *presentista*: o que é real é o presente. Então, um objeto que existe no presente deixará de existir em algum momento (e não existia antes de algum momento). Todavia, mesmo pela perspectiva *presentista*, as propriedades são platônicas e atemporais. Armstrong, do lado contrário, se posiciona com uma perspectiva antiplatônica das propriedades. Ele considera que “there is no separation of particulars and universals” (Armstrong, 1978, p. 113). Isto é, as propriedades não são independentes de serem instanciadas. Assim, seria possível uma aproximação que achasse que há algumas propriedades platônicas e outras aristotélicas (que parece ser uma perspectiva que Chateaubriand aceitaria [comunicação pessoal]). Nós decidimos manter uma aproximação platonista às propriedades.

45 Esta não é uma ideia nova. Chateaubriand (2001, p.312) argumenta que o conjunto {Frege, Russell} – estado de coisas na sua terminologia – “is just as temporal as Frege and Russell are, in the sense that the set did not exist before both of them did, and if they don't exist now neither does the set”. Assim, ele reconhece que podemos relacionar as características temporais do conjunto ou estado de coisas com as características temporais que os objetos têm.

atemporais porque não dependem de entidades temporais: são a instanciação de uma entidade atemporal (uma propriedade) em entidades atemporais (outra/s propriedade/s). Seria possível argumentar que esta é a razão pela qual estados de coisas como *<Existência3, Diferença2>* parecem ser mais gerais que fatos. Essa característica nos permite explicar por que estados de coisas de nível 2 como *<Subordinação Universal, ser humano, ser mortal>* têm sido tratados como fatos gerais: são estados de coisas que não envolvem objetos e são, portanto, mais gerais. Estamos convencidos de que a temporalidade tem que ser considerada se quisermos diferenciar aquilo que depende do concreto daquilo que depende do abstrato, e que isso é possível ao afirmar que fatos são temporais, enquanto estados de coisas são atemporais.

Essa primeira alternativa nos permite, também, fazer um tratamento mais homogêneo das entidades no que diz respeito a considerar fatos como sinônimos de estados de coisas. Se mantivermos que fatos são as mesmas entidades que estados de coisas, um tratamento heterogêneo seria dado à combinação de propriedades lógicas e não lógicas, porque devemos aceitar que podemos ter estados de coisas ou fatos lógicos e não lógicos (ver Chateaubriand, 2013).⁴⁶ Eles são lógicos se a combinação ocorrer entre propriedades lógicas, e não lógicos se houver pelos menos uma entidade não lógica envolvida na combinação. Deveríamos, numa ontologia como a de Chateaubriand, aceitar que todos os estados de coisas (ou fatos) de nível 1 seriam não lógicos porque envolvem objetos e/ou eventos, e que só a partir do nível 2 teríamos estados de coisas (ou fatos) não lógicos (como *<Subordinação Universal, ser humano, ser mortal>*) e lógicos (como *<Existência3, Diferença2>*). Se separarmos, como propomos, as entidades que são sempre não lógicas (como fatos de nível 1, objetos e eventos) das entidades que podem ser lógicas ou não lógicas (como os estados de coisas e as propriedades), podemos fazer um tratamento mais homogêneo dos fatos. A diferença que propomos nos permite estabelecer que fatos são não lógicos e estados de coisas podem ser lógicos ou não lógicos. Isso aproxima os fatos de objetos e eventos, e aproxima os estados de coisas das propriedades. Essa proposta nos permite mostrar que a similaridade dos fatos com os objetos e

46 Lembremos que Chateaubriand (2001, 2005 e 2013) considera que estados de coisas e fatos são a mesma coisa, a mesma entidade.

eventos se dá a partir da temporalidade e da não logicidade. Também nos permite mostrar que os estados de coisas são similares às propriedades não só pela atemporalidade, mas também pela possibilidade de ser lógicos ou não lógicos.

Essa alternativa apresenta, então, vantagens em relação às alternativas que consideram que fatos são as mesmas entidades que estados de coisas. Porém, também apresenta alguns problemas, que se relacionam com as definições que foram dadas inicialmente para as entidades, e com a condição de temporalidade imposta que defende que fatos são temporais enquanto estados de coisas são atemporais. O primeiro problema é que, mesmo quando definimos fatos como o resultado de propriedades sendo instanciadas em objetos e/ou eventos e estados de coisas como aqueles onde as propriedades são instanciadas em propriedades, as propriedades de nível 2 e superior teriam que poder ser instanciadas em fatos e/ou estados de coisas. Ambos tipos de entidades poderiam ser, perfeitamente, argumentos de uma propriedade de nível superior, porque trabalhamos dentro de uma hierarquia cumulativa. Portanto, deveríamos ter propriedades de nível 2 ou superior que poderiam se instanciar em fatos de nível 1. Poderíamos ter uma propriedade lógica como *Existência2* instanciada num fato como *<ser mortal, meu cão>*. Deveríamos, então, afirmar que essa entidade é um estado de coisas pois é uma entidade de nível 2, e deveríamos redefinir os estados de coisas como sendo entidades que resultam da instanciação de uma propriedade em propriedades e/ou fatos ou estados de coisas (se estamos em níveis iguais ou superiores a 3). Resolveríamos, assim, aparentemente, o primeiro problema. Porém, um segundo problema surge com essa definição. Pareceria ser que, se o exemplo dado fosse um estado de coisas, teríamos um estado de coisas temporal, pois o fato no qual a propriedade é instanciada é temporal. Ao manter isso, perderíamos uma das distinções entre fatos e estados de coisas: aquela que estabelecia que fatos eram temporais e estados de coisas atemporais, um preço que não estamos dispostos a pagar. Pensamos que, se aceitássemos que estados de coisas também podem ser temporais, a distinção entre fatos e estados de coisas seria somente uma diferença terminológica: nomeamos as entidades complexas de nível 1 *fatos*, e as outras, *estados de coisas*, sem uma diferença ontológica real entre elas. Não é o que queremos defender.

Portanto, mesmo que o primeiro problema pudesse ser resolvido simplesmente ao adicionar uma parte à definição de estados de coisas, o segundo problema não se resolve com tanta facilidade e outra alternativa tem que ser procurada. Fatos têm que ser entidades temporais e estados de coisas, atemporais. A diferença, então, não pode ser um corte claro segundo os níveis. Ela tem que ser achada de outra forma. Não está na distinção abstrato/concreto pois as duas são abstratas; também não está na distinção entre entidades obtidas e não obtidas proposta no marco de mundos possíveis, pois para nós as duas são obtidas. Para resolver este problema, devemos propor uma segunda alternativa que formulamos na próxima seção.

3.2.2.

Segunda alternativa

Esta segunda alternativa estabelece que podemos ter fatos em todos os níveis iguais ou superiores a 1, e que podemos ter estados de coisas em níveis iguais ou superiores a 2. Ainda podemos argumentar que só fatos são entidades de nível 1, temporais e não lógicas, enquanto estados de coisas continuam a ser entidades de nível 2 ou superior, atemporais e lógicas ou não lógicas. Porém, eles devem ser redefinidos da seguinte maneira:

- Fatos são entidades de nível 1 e superiores que envolvem a instanciação de uma propriedade em objeto/s e/ou evento/s.⁴⁷ Temos, então:
 - fatos de nível 1 como *<ser homem, Chateaubriand>*; *<ser mortal, meu cão>*, *<Existência1, meu cão>*, *<ser evento, o pôr do sol>*, *<Diferença1, Chateaubriand, meu cão>*, etc.
 - fatos de nível 2 como *<Existência2, <ser homem, Chateaubriand>>*; *<Diferença2, <ser homem, Chateaubriand>, <ser mortal, meu cão>, <meu cão>>*, etc.

⁴⁷ Fatos de níveis superiores podem envolver objeto/s, evento/s, fato/s de níveis inferiores, propriedade/s de níveis inferiores, e/ou estado/s de coisas de níveis inferiores. Quando um objeto está envolvido, temos um fato, e mesmo que ele se combine com um estado de coisas ou uma propriedade, continua sendo um fato.

- fatos de nível 3 como *<Existência3, <Existência2, <ser homem, Chateaubriand>>>*; *<Diferença3, <Diferença2, <ser homem, Chateaubriand>, <ser mortal, meu cão>, <Diferença1, Chateaubriand, meu cão>>, <Existência2, <ser homem, Chateaubriand>>, <ser mortal>>*, etc.
- e assim por diante.
- Estados de coisas são entidades de nível 2 ou superior que resultam da instanciação de uma propriedade em propriedade/s (não instanciadas em objeto/s nem evento/s) e/ou em estado/s de coisas (para estados de coisas de níveis iguais ou superiores a 3). Temos, então:
 - estados de coisas de nível 2 como *<Existência2, Diferença1>*; *<Subordinação universal, ser humano, ser mortal>*; etc.
 - estados de coisas de nível 3 como *<Existência3, Diferença2>*; *<Diferença3, Diferença2, Existência2, <Subordinação universal, ser humano, ser mortal>, <Existência2, Diferença1>>*, etc.⁴⁸
 - e assim por diante.

Essa segunda alternativa não nos permite diferenciar as entidades segundo níveis, mas ainda é possível manter que fatos podem ser entidades de nível 1, e estados de coisas só podem aparecer a partir do nível 2, como mencionamos. Embora a diferença clara segundo níveis tenha sido perdida, podemos manter a diferença segundo a temporalidade: fatos são entidades temporais e estados de coisas, atemporais. Nada é perdido com respeito à logicidade das entidades: fatos são não lógicos, pois envolvem entidades não lógicas, e estados de coisas podem ser lógicos ou não lógicos segundo as propriedades que estão envolvidas no estado de coisas.

Poder-se-ia argumentar que um nominalista não aceitaria mais nossos fatos e que uma das supostas vantagens de nossa distinção seria perdida. É uma crítica

48 Lembramos que temos uma hierarquia flexível e cumulativa. As propriedades podem ter uma aridade variável, portanto neste estado de coisas de nível 3, *Diferença3* foi instanciada em quatro entidades diferentes, enquanto no fato de nível 3 foi instanciada em três entidades (mas poderia ter sido instanciada em duas, quatro, cinco, etc.). Uma propriedade como *Diferença* também pode se combinar com diferentes tipos de entidades, e é por isso que ela pode ser combinada com objetos, eventos, propriedades, fatos e/ou estados de coisas.

válida, pois certamente um nominalista avestruz não aceitaria nossos fatos de níveis superiores, e como estamos forçados a aceitar esses fatos do mesmo jeito em que aceitamos os fatos de nível 1, nossa distinção perderia a validade. Acreditamos que, neste momento, a noção de *ground* (como usada em Fine, 2012) pode ser de alguma relevância: fatos estão *grounded* em objetos e/ou eventos, enquanto estados de coisas nunca estão *grounded* em objetos, e sim em propriedades que não são instanciadas em entidades concretas. Um nominalista poderia aceitar que, como fatos estão *grounded* em entidades concretas, eles existem.⁴⁹ Poderia afirmar que os fatos de níveis superiores não são necessários e são, então, redutíveis aos fatos que têm as entidades concretas como *grounds* imediatos (isto é, fatos de nível 1). Logo, o nominalista poderia dizer que os estados de coisas não são necessários para nada. Eles não têm por que ser reduzidos, porque como os seus *grounds* não existem, eles não existem. Assim, nossa distinção é mantida: fatos envolvem a instancição de uma propriedade em um objeto, enquanto estados de coisas envolvem propriedades não instanciadas em objetos. O nominalista poderia aceitar parcialmente os primeiros, mas não os segundos.

A distinção entre essas entidades é importante e nos permite distinguir entre entidades temporais e atemporais, e também separar o que é lógico do que é não lógico.⁵⁰ Acreditamos que isso é importante para uma ontologia lógica como a de Chateaubriand, e também para uma como a nossa. Se aceitarmos que há entidades lógicas, devemos aceitar que é importante diferenciá-las das que são não lógicas, e nossa distinção nos permite fazer justamente isso. Para complementar, se temos como objetivo ajudar na delimitação entre eventos, fatos e estados de coisas, nossa proposta se apresenta como viável. Assim, podemos defender que

49 Outro problema relacionado com o nominalista é se ele aceitaria a distinção entre evento e objeto ou não. Quine (1985) aceita que há eventos, mas parece contente em reduzi-los a objetos. Davidson (1981a), por outro lado, insiste na distinção e, mesmo não sendo tão nominalista como Quine, as tendências nominalistas dele têm sido notadas (Evnine, 1991, p. 26).

50 Poderíamos, também, tentar traçar uma distinção entre entidades contingentes (os fatos) e entidades necessárias (os estados de coisas). Porém, como notou um revisor do artigo publicado em Polakof (2016), isso nos leva a pensar em modalidade, e a modalidade não é uma questão considerada em nossa tese. Apresentamos uma ontologia das coisas que há, desde uma perspectiva presentista e atualista, que impede que sejam consideradas como existentes propriedades possíveis, impossíveis e necessárias, como mencionamos em capítulos anteriores.

fatos são diferentes de estados de coisas, e sintetizar as suas características da seguinte forma:

- Fatos são instanciações de propriedades em objeto/s, evento/s e/ ou outro/s fato/s.
- Estados de coisas são instanciações de propriedades em propriedade/s e/ou outro/s estado/s de coisas.
- Fatos são temporais: como dependem de entidades concretas temporais, eles são temporais.
- Estados de coisas são atemporais: como dependem de propriedades e as propriedades são atemporais, eles são atemporais.
- Fatos são não lógicos: envolvem entidades não lógicas.
- Estados de coisas podem ser lógicos ou não lógicos: envolvem propriedades que podem ser lógicas ou não lógicas.

Essa segunda alternativa não permite uma distinção simples de acordo com níveis, e, mesmo que tenhamos argumentado que são entidades ontologicamente diferentes, nenhuma explicação adequada na hierarquia foi dada. Dizer que fatos são entidades de nível 1 ou superior, e estados de coisas de nível 2 ou superior não é suficiente. Temos que dar uma distinção mais, e esta é a razão pela qual os tipos se tornam relevantes: essas entidades podem ser diferenciadas também segundo os tipos que apresentam. Entretanto, antes de distinguir entre tipos, fatos e estados de coisas, devemos dar um critério de identidade para fatos e estados de coisas, e definir o que são os eventos, pois sem o tipo dos eventos não podemos definir completamente o tipo das entidades abstratas.

3.2.3.

Critério de identidade

Estabelecer a identidade de fatos e estados de coisas é problemático. O critério de identidade, em si, está carregado de problemas, e a sua importância tem

sido questionada (Jubien, 1996). Ele pode ser entendido como tendo uma versão epistêmica, que acarreta saber se a é idêntico a b , e uma ontológica, que acarreta que a seja idêntico a b . Ele é criticado nas suas duas formas (Carrara e Giaretta, 2004, p. 222).⁵¹ Jubien (1996), além de criticar a importância do critério, ainda o chama de trivial. Contudo, é possível estabelecer que ele pode ser usado como uma ajuda para explicar a natureza das entidades que são especificadas no princípio (Carrara e Giaretta, 2004, p. 231), ou pelo menos para entender o que se relaciona com tais entidades. Geralmente, a discussão tem focado no critério de identidade de proposições e propriedades (ou na falta de critério para elas), e no critério de identidade para objetos e eventos (ao qual voltaremos na seção 3.3). O critério de identidade para fatos e estados de coisas não tem sido tão debatido quanto o dos eventos.

Meixner (2009, p. 67), que propõe uma abordagem a partir de mundos possíveis, por exemplo, se pergunta quando são dois estados de coisas idênticos, e define um critério de identidade para estados de coisas máximos. Porém, nossa proposta não é feita a partir de mundos possíveis, e outra alternativa tem que ser procurada. Chateaubriand (2001, p. 305), por seu lado, estabelece que o princípio de identidade dos indiscerníveis de Leibniz pode ser considerado um princípio geral de identidade para todos os objetos:

- $\forall x \forall y (x = y \leftrightarrow \forall Z (Zx \leftrightarrow Zy))$
- onde Z é uma variável de propriedades e x/y de objetos

Estados de coisas e fatos não são objetos. Contudo, conforme Chateaubriand (2001, p. 310), esse critério também pode ser considerado um critério geral para as propriedades e estados de coisas, mesmo quando envolve um certo tipo de “regresso” devido ao qual as propriedades são definidas a partir de propriedades. Assim, podemos aceitar o princípio geral enunciado acima, e estabelecer que a diferença entre estados de coisas e fatos radica nas propriedades

51 Há, também, uma terceira, a semântica (Carrara e Gaio, 2012, p. 228). A questão pode ser formulada como: “If a and b are Ks, when do ‘ a ’ and ‘ b ’ refer to the same object?”. Ela tem a ver com a referência, com a linguagem em uso, e, portanto, não será considerada. Se alguém quisesse definir a identidade semanticamente a partir da referência, teria um sério problema para estabelecer a referência a fatos e estados de coisas, como mostraremos no capítulo 4.

que são instanciadas neles. Podemos estabelecer que, no caso dos fatos, as propriedades que se instanciam são propriedades de fatos; no caso dos estados de coisas, as propriedades são propriedades de coisas; e que os tipos das propriedades são diferentes (ver seção 3.4), e propor o seguinte critério:

- $\forall f \forall h (f = h \leftrightarrow \forall P_f (P_f f \leftrightarrow P_f h))$
- onde P_f é uma variável de propriedades de fatos e f/h , de fatos
- $\forall s \forall r (s = r \leftrightarrow \forall P_s (P_s s \leftrightarrow P_s r))$
- onde P_s é uma variável de propriedades de estados de coisas e s/r , de estados de coisas⁵²

Podemos, também, aceitar – como Chateaubriand (2001, p. 310) – que a identidade é uma propriedade primitiva e pronto. Ou seja, podemos aceitar o que Jubien (1996, p. 351) chamou de "doctrine of the triviality of identity". Todas as entidades se apresentam como idênticas a si mesmas. Assim, definir o critério de identidade é trivial nesse sentido. Contudo, se estabelecer um critério de identidade pode ser usado para dar respeitabilidade ontológica (Carrara e Gaio, 2012) às nossas entidades, não achamos inadequado aceitar esse princípio geral que nos permitiria distinguir entre fatos e estados de coisas segundo as propriedades que neles se instanciam. Poderíamos estabelecer que, embora apresente problemas, ele não apresenta mais problemas que o critério de identidade para objetos e para eventos que são entidades concretas (ver seção 3.3.6).

O critério de identidade, mesmo que seja apresentado com sentido ontológico, não está completamente desvinculado de afirmações de identidade. Portanto, a linguagem (através da lógica) está vinculada ao problema, o que nos leva a propor que não é a partir do critério de identidade que o compromisso ontológico é feito. Embora tenhamos definido um critério de identidade muito geral para essas entidades (baseado em Chateaubriand, 2001), ele tem que ser aceito ou como uma trivialidade (como Jubien postulou), ou como um critério que

52 Esses critérios se estabelecem em uma lógica de segunda ordem, pois assumem uma estrutura proposicional para os estados de coisas e os fatos (como Chateaubriand, 2005, p. 190 estabelece).

nos ajuda a entender por que uma entidade (seja fato ou estado de coisas) é idêntica a si mesma. Este último ponto é epistêmico, e não ontológico. Assim, podemos estabelecer esses critérios de identidade, mas não baseamos nossa ontologia neles. O que define que as entidades existam são as suas características lógicas e ontológicas e não a ideia quineana de que não há entidade sem identidade (Quine, 1969, p. 23).⁵³

Uma vez estabelecidas as características ontológicas e o critério de identidade [trivial] para fatos e estados de coisas, podemos passar a definir os eventos.

3.3.

Eventos

Definir eventos é ainda mais complexo do que definir fatos e estados de coisas. São entidades mais problemáticas porque há argumentos a favor de serem abstratos (Bennett, 1988), de serem redutíveis a estados de coisas (Chisholm, 1976), de serem exemplificações de propriedades (Kim, 1976), e de serem particulares concretos independentes das propriedades (Davidson, 1981a). Como já mencionamos, nós defendemos que eventos são concretos e, portanto, todas as alternativas que propõem que eventos são abstratos ou podem ser redutíveis a entidades abstratas são rejeitadas logo de início. O problema é que, mesmo dentro das propostas que aceitam que eventos são concretos, há muitas divergências: um assassinato é um evento ou não? O critério de identidade é dependente de relações causais ou de matrizes espaço temporais? O critério de identidade é dependente das propriedades? Os eventos podem ser compostos de outros subeventos? Há eventos genéricos ou não? E as perguntas continuam, e continuam muitas vezes sem resposta.

Nosso objetivo é ajudar nessa definição de eventos como concretos.

53 Esta trivialização do critério de identidade, também, poderia ser estendida à ideia de que na mecânica quântica há entidades (*non-individuals*) sem identidade (Krause, 2007, p. 5): “Thus, in considering a suitable background theory, we can say, contrary to Quine, that there can be entities without identity”. Ou seja, se aceitarmos que não é a partir do critério de identidade que as entidades apresentam respeitabilidade ontológica, não podem ser descartados os não indivíduos da ontologia, e o critério de identidade perde um pouco a relevância.

Duvidamos, contudo, que seja possível dar resposta a todas essas questões. Acreditamos que podemos resolver algumas delas e, desta maneira, conseguir diferenciar essas entidades de uma maneira efetiva. Apresentamos já a proposta de Davidson (1981a). Porém, ela é bastante insuficiente. Baseia-se em critérios de identidade não muito bem definidos e, além de dizer que um evento é um particular concreto, não dá muitos exemplos (ver Evnine, 1991). Mesmo assim, tomamos como ponto de partida a proposta de Davidson. Ou seja, aceitamos que eventos são particulares concretos, e que eles ocorrem no espaço-tempo. Porém, várias coisas devem ser modificadas para ficarem mais bem definidas. Concordamos, todavia, com a essência da sua proposta de eventos como particulares concretos e irrepetíveis.

Esta seção analisa as características que os eventos têm em subseções diferentes. No item 3.3.1, defendemos que os eventos são particulares concretos, não são instanciáveis e são irrepetíveis. No item 3.3.2, defendemos que os eventos estão no espaço-tempo. Isto é uma consequência de serem concretos, como mostramos na seção 3.1. Além de defender que estão no espaço-tempo, defendemos que eles devem ser espaço-temporalmente contínuos (o que será explicado no mesmo item). No item 3.3.3, defendemos que os eventos têm causas e efeitos, o que também é uma consequência de serem concretos. No entanto, defendemos que a causalidade não pode definir o critério de identidade de eventos, pois daria como resultado um critério circular (como Quine, 1985, observou). No item 3.3.4, defendemos que eventos envolvem objetos em fazeres. Os fazeres nos permitem diferenciar objetos de eventos, mesmo quando a noção de *fazer* é epistêmica e não ontológica. No item 3.3.5 defendemos que os eventos são independentes de nosso conhecimento, de nossa cultura e sociedade. Portanto, aquelas coisas (no sentido chisholmiano antes mencionado) que dependam de nosso conhecimento coletivo, cultura e sociedade para serem definidas como eventos não são eventos em nossa ontologia. E, no item 3.3.6, damos um critério de identidade para os eventos. Esse critério de identidade é semelhante ao dado para os fatos e os estados de coisas, e é possível em nossa ontologia, pois assumimos uma ontologia platonista, e é tão trivial quanto os dos fatos e estados de coisas.

Muitas das características analisadas são literalmente tomadas da proposta de Davidson (1981a). Outras partem de suas ideias e as modificam, e outras são, acreditamos, propostas originais no que diz respeito ao tratamento de eventos como particulares. Lembremos, contudo, que nossa tese tem como foco a delimitação de eventos, fatos e estados de coisas. Portanto, a caracterização de eventos deixará, muito provavelmente, aos estudiosos de eventos descontentes. Isso não diminui a relevância que tem, pois nos permite explicar onde entram os eventos em nossa ontologia, e como eles se relacionam com fatos e estados de coisas.

A seguir, explicamos por que os eventos são particulares concretos.

3.3.1.

Eventos são particulares concretos

Eventos são particulares porque, diferentes dos universais, não são instanciáveis (ver Evnine, 1991, p. 27). Há, todavia, particulares abstratos como os tropos, como *a brancura da minha casa* (Bennett, 1988, p. 15), ou como nossos fatos. Assim, devemos falar de eventos como particulares concretos, para diferenciar nossa tese de teses como a de Bennett (1988, p. 16), que propõem que eventos podem ser considerados tropos. A concretude dos eventos é importante: eles não são só particulares, mas são particulares concretos como os objetos. Por serem particulares concretos, são opostos aos universais, devem ser delimitáveis espaço-temporalmente, e são irrepetíveis. Os dois primeiros itens não são demasiado controversos: os universais se opõem aos particulares; e se algo é concreto, tem que poder ser delimitado espaço-temporalmente (como argumentamos em 3.1). O terceiro é mais problemático, pois há autores, como Chisholm (1976), que defendem que eventos são, sim, repetíveis.

O problema com o terceiro item, como mencionamos, parece ser a possibilidade de falar de reiteração do mesmo evento, como numa reeleição ou a releitura de algum livro. Na seção 3.1, explicamos que a aparente quantificação dos eventos não os faz menos concretos que os objetos. Relacionamos eventos a

objetos e argumentamos que, se objetos podem ser quantificados do mesmo modo que eventos, não faz sentido nenhum utilizar tal quantificação como um argumento para a redutibilidade de eventos a estados de coisas, nem para estabelecer que eles são recorrentes. Entretanto, há uma solução mais convincente para esse problema, que está relacionada com nossa distinção entre fatos e eventos. Quando quantificamos (aparentemente) um evento e afirmamos algo como *duas falas estão ocorrendo agora*, não identificamos uma repetição do evento. Temos dois eventos similares que constituem dois fatos, também similares. Esses fatos resultam da instanciação de uma propriedade de eventos num evento determinado. Além disso, fatos de nível 1 não envolvem a quantificação, pois quando ela está envolvida em nossa ontologia, temos que subir alguns níveis. A propriedade numérica se instancia em dois fatos de nível 1 para ter um fato de nível 2. Esses dois fatos de nível 1 podem resultar, por exemplo, da instanciação da propriedade *ser uma ocorrência* em dois eventos diferentes. Um desses fatos seria *<ser uma ocorrência, a fala de Ana agora>*, e o outro *<ser uma ocorrência, a fala de Martim agora>*. Em seguida, teríamos a propriedade numérica (similar à propriedade numérica de Frege [1953, §46]), instanciada em dois fatos de nível 1, resultando no fato de nível 2: *<propriedade numérica 2, <ser uma ocorrência, a fala de Ana agora>, <ser uma ocorrência, a fala de Martim agora>>*. Não temos, então, repetição de eventos. Temos quantificação sobre fatos. Assim, resolvemos o problema da irrepetibilidade dos eventos. Temos eventos similares, mas não recorrentes. Não identificamos eventos genéricos, nem eventos recorrentes. Quantificamos sobre fatos que resultam da instanciação da mesma propriedade em eventos diferentes e simultâneos. Como não há objetos recorrentes, não há eventos recorrentes, só eventos nos quais as mesmas propriedades são instanciadas.

Concluimos este item afirmando que os eventos são particulares concretos. Portanto, são irrepetíveis. Ao serem irrepetíveis, devemos explicar por que, às vezes, parecem recorrentes. Defendemos que o motivo é estarmos frente a uma quantificação sobre fatos, o que nos permitiu descartar qualquer argumento que estabeleça que há eventos recorrentes.

A seguir, apresentamos uma característica que depende de os eventos

serem particulares concretos: eles estão no espaço-tempo.

3.3.2.

Eventos estão no espaço-tempo

A relação dos eventos com o tempo tem sido bastante analisada, e tem sido estudada como uma maneira de diferenciar eventos de objetos. Aceita-se comumente que eventos têm partes temporais e objetos não (Mellor, 1995, p. 122), como pode ser observado no argumento dado por Dorato (2000, p. 347):

Interestingly, the conceptual difference between objects and events is usually given in terms of their different ways of persisting through time. While objects endure by being wholly present at different moments of time, events perdure by having spatio-temporal parts, no one of which is fully present at more than one time.

A ideia é que eventos, e não objetos, têm partes no tempo. Afirma-se que, como eventos perduram no tempo, eles têm partes temporais. Uma refeição pode ter couvert, entrada, prato principal e sobremesa. Cada uma delas pode ser considerada uma parte temporal do evento (Mellor, 1995, p. 122). Lemmon (1967, p. 99), por exemplo, argumenta que coisas como *batalhas* são eventos com partes temporais (mais exatamente, com zonas espaço-temporais), e não deixam de ser o mesmo evento mesmo se a ação for interrompida em algum momento (por exemplo, para que os soldados bebam chá). Alguns desses argumentos são problemáticos, como veremos mais adiante. Porém, não há como negar, dentro de uma perspectiva de eventos como particulares concretos, que os eventos perduram no tempo.

O espaço, por sua vez, não permite necessariamente diferenciar eventos de objetos nem eventos de outros eventos. Tanto objetos como eventos têm extensão espacial, e essa extensão pode coincidir. Podemos ter, então, um objeto que esteja fazendo algo, mas que esse fazer seja interno ao objeto. Por exemplo, um urso respirando. Temos o evento que é a respiração do urso e o objeto que é o urso. Eles parecem coincidir espacialmente. Embora seja possível estabelecer que a

respiração ocupa só uma parte do urso e, portanto, não ocupa o mesmo espaço que o urso, temos que admitir que, no mínimo, há casos onde diferenciar espacialmente objetos de eventos seria muito difícil. Também é possível argumentar que pode haver dois eventos que ocupem o mesmo espaço. Por exemplo, duas reações químicas podem se dar no mesmo frasco, ou a radiação de duas frequências pode reverberar na mesma cavidade (exemplos tomados de Lewis, 1986, p. 245).

O espaço sozinho, então, não é suficiente para diferenciar objetos de eventos nem eventos de eventos, mas que eventos ocupam um certo espaço é inegável.⁵⁴ Também, o tempo sozinho não é suficiente para diferenciar objetos de eventos. Se, por exemplo, alguém aceitasse que a vida de um ser vivo é um único evento, ela ocuparia o mesmo tempo (e provavelmente o mesmo espaço) que esse ser vivo. A separação do tempo e do espaço foi feita aqui para mostrar que eventos e objetos não funcionam do mesmo jeito em relação a eles. Porém, essa separação não parece ser o mais natural, como argumentamos na seção 3.1. Por isso, de agora em diante, falamos em matriz espaço-temporal.⁵⁵ Quine (1985) argumentou, contra Davidson (1981f), que eventos podem ser delimitados espaço-temporalmente. Contudo, a delimitação espaço-temporal não pode ser considerada adequada, pois, como Brand (1976, pp.144-146) estabeleceu, com essa característica não conseguiríamos diferenciar eventos de objetos, e eventos são diferentes de objetos. Todavia, isto não acarreta que eventos não estejam no espaço-tempo. Eles estão, sim, no espaço-tempo, só que o espaço-tempo não pode determinar a identidade dos eventos.

A matriz espaço-temporal também não é suficiente para diferenciar eventos de eventos. Um exemplo clássico deste problema é o da bola de metal que rola e se esquentando ao mesmo tempo, presente na discussão Davidson (1981f, pp. 177-178) – Quine (1985, p. 167). O problema é determinar se eles são dois eventos diferentes ou o mesmo evento. Assim, se eventos forem identificados só

54 Isso poderia ser argumentado, também, para eventos mentais como pensar. Poderíamos estabelecer que o evento de pensar ocupa um certo espaço-tempo bio-físico-químico que ainda não descobrimos (não sabem exactamente onde o pensar está). No entanto, isso deveria ser pesquisado no futuro e deveria ser relacionado aos avanços das ciências cognitivas.

55 No sentido usado por Quine (1985, p. 170): “Space-time is the matrix on which we can draw for all our reifications of concrete objects, however small or large, diffuse or irregular”. Todavia, nós evitamos falar de reificação em nossa tese.

espaço-temporalmente, será difícil diferenciar entre eles, pois os dois ocupam a mesma matriz: a bola. As opções são aceitar que são o mesmo evento ou levar em consideração as causas e os efeitos que eles têm. Quine, de um lado, não tem problema nenhum em aceitar que são o mesmo evento: eles ocupam a mesma matriz espaço-temporal. Para ele, este não é um problema para a ciência, pois não há uma conexão causal entre o esquentamento e a rotação em geral. Poderia, então, ser descartado. Contudo, este exemplo apresenta outro problema para Quine, pois a rotação pode ser rápida e o esquentamento, lento. É possível que um evento seja ao mesmo tempo rápido e lento? Esses problemas são eliminados se reduzimos eventos a objetos, como Quine faz. Nós, por nosso lado, achamos que, se a rotação pode ser rápida e o esquentamento lento ao mesmo tempo, isso deveria ser considerado evidência de que estamos frente a dois eventos diferentes. Um evento não pode ser rápido e lento simultaneamente, do mesmo modo que um urso não pode ser macho e fêmea simultaneamente. Seja qual for a solução para esse problema (se são ou não o mesmo evento), acreditamos que estas objeções são suficientes para estabelecer que a matriz espaço-temporal não é suficiente para diferenciar eventos de objetos. Ela é, contudo, uma característica dos eventos.

Nossos eventos, além de estarem no espaço-tempo, são espaço-temporalmente contínuos. Esta característica está inspirada numa ideia de Lemmon (1967) que achamos interessante. Em seus comentários ao trabalho de Davidson, ele apresenta um critério de identidade de eventos a partir de zonas espaço-temporais. Ele não é muito diferente do critério de identidade proposto por Quine, já mencionado. O interessante aparece um pouco depois, onde ele se pergunta, e responde: “Is an event a topologically continuous space-time zone? Perhaps usually, but it need not to be” (Lemmon, 1967, p. 99). Mencionamos que Lemmon considera que *batalhas* são eventos, mesmo quando podem ser descontínuas. A noção de eventos ligada a zonas espaço-temporais topologicamente contínuas é muito interessante, mesmo quando não concordamos com a ideia defendida por Lemmon de que podem ser descontínuas.⁵⁶ Defendemos que todos os eventos devem ser topologicamente contínuos. Os exemplos da batalha e da reunião, dados por Lemmon (1967, p. 99), são especiais para explicar

⁵⁶ Para evitar confusões, esclarecemos que *topologicamente* é usado como sinônimo de *topograficamente*.

nossa postura. Como o da batalha já foi mencionado (ela ainda é a mesma se os soldados param para beber chá), mencionamos agora o da reunião. Ele argumenta que uma mesma reunião pode acontecer simultaneamente em duas salas separadas mediante comunicação telefônica entre os participantes: que ela aconteça em salas separadas não impede que seja um único evento, uma única reunião.

Nós defendemos que, se há dois fazeres iguais feitos por diferentes objetos em diferentes zonas, mesmo que seja no mesmo tempo, estamos frente a dois eventos diferentes. Podemos ver isso como um problema similar à recorrência: se quando falamos de duas caminhadas não estamos frente ao mesmo evento recorrente, então quando falamos de uma reunião que ocorre em duas salas separadas, estamos falando de pelo menos dois eventos diferentes.⁵⁷ Que tenhamos um único nome para a conexão entre estes dois (ou mais) eventos não acarreta que sejam um único evento (voltaremos aos problemas relacionados ao uso da linguagem no capítulo 4).

Concluimos este item afirmando que eventos têm uma matriz espaço-temporal que não é suficiente para diferenciar entre objetos e eventos, e também não nos permite diferenciar entre eventos distintos. Porém, esta é uma característica dos eventos. Além de estar no espaço-tempo, defendemos que os eventos são espaço-temporalmente contínuos. Podemos, então, descartar como eventos todas aquelas coisas que não cumpram este requisito. Uma batalha que é interrompida para que os soldados tomem chá, uma reunião que ocupa duas salas separadas, uma partida de xadrez que é interrompida para que os jogadores almochem não são eventos. Afirmar que os eventos são espaço-temporalmente contínuos é possível, mas não nos permite diferenciar entre eventos e coisas/processos que podem ser espaço-temporalmente contínuas, mas que não são eventos, como *enviuar*, *ser pai*, *assassinar*, entre outros. Estes e outros são os casos tratados no item 3.3.5.

A seguir, estabelecemos uma terceira característica dos eventos, que se relaciona com as duas primeiras: eles têm causas e efeitos.

⁵⁷ No item 3.3.5, nos concentraremos no problema de se coisas como *reuniões* são eventos ou não. Neste momento, é suficiente para nosso argumento mostrar que o exemplo de Lemmon não pode ser tratado como um único evento.

3.3.3.

Eventos têm causas e efeitos

Que eventos têm causas e efeitos é uma afirmação pouco controversa (em comparação com outras características mais controversas, como serem abstratos ou concretos, ou serem espaço-temporalmente contínuos ou descontínuos). Contudo, definir o que são as causas e seus efeitos não é simples. As relações de causalidade são, sem dúvida nenhuma, úteis na nossa compreensão do mundo e às vezes parece que somos capazes de as ver (Faye, 2010, p. 443). Contudo, isso não quer dizer que haja causas no mundo, e muitos têm tentado reduzi-las a regularidades, a questões modais, entre outras. É difícil responder se elas são eventos, se são fatos, se são relações abstratas ou produtos da nossa mente. Parece ser plausível argumentar que as crenças causais representam conhecimento genuíno do mundo (Faye, 2010, p. 445) e, portanto, que a causalidade está mais ligada a questões epistêmicas do que a questões ontológicas. Por esse motivo, e outros que apresentamos em seguida, deixamos as causas e os efeitos fora de nosso critério de identidade, sem negar que eventos tenham causas e efeitos e sem problematizar em profundidade o que essas causas e efeitos são.⁵⁸

Determinar, portanto, a identidade dos eventos a partir das causas e dos efeitos só poderia ter problemas, o que se viu refletido no critério de identidade proposto por Davidson (1981f) que é, provavelmente, um dos mais conhecidos: um evento é o mesmo se e só se ele tiver as mesmas causas e efeitos. Este critério tem sido altamente criticado pela sua circularidade (ver Cleland, 1991, p.230), e foi Quine (1985) quem, finalmente, convenceu Davidson de que o abandonasse em favor do critério espaço-temporal, como mencionamos. Essa circularidade faz com que não seja possível defender que o critério seja suficiente para individuar eventos, mesmo se não pudermos negar que ele é necessário.⁵⁹

58 Aachamos que um enfoque centrado nas causas nos afastaria de nossos objetivos. Isso seria um projeto de pesquisa diferente que, uma vez que os eventos estejam bem definidos, pode dar a lugar a um trabalho interessante sobre a direção do tempo e a causalidade. Mas isso está longe de nosso objetivo.

59 Como Faye (1989, p. 155) notou, dois eventos não podem ser idênticos se não tiverem as mesmas causas e efeitos. Contudo, ele afirma que é uma verdade que se deriva diretamente da Lei de Leibniz e, portanto, não é uma verdade muito interessante.

Um segundo problema relacionado com as causas e os efeitos é o da intencionalidade. Se são elementos constitutivos do evento, poderíamos estabelecer que um evento feito intencionalmente deveria ser diferente de um feito sem intenção.⁶⁰ A partir dessa perspectiva, seria possível dizer que, se minha batida em Martim é feita intencionalmente, ela difere de minha batida em Martim quando é feita não intencionalmente, pois as causas poderiam ser diferentes. Todavia, para saber se são diferentes ou não, deveríamos avaliar os processos físico-químicos para saber se são diferentes quando algo é intencional e quando não. Se fosse assim, teríamos dois eventos diferentes quando um fosse intencional e o outro, não. De todas maneiras, se eliminamos as causas e efeitos do critério de identidade, este não seria um problema relevante para a ontologia, e poderia ser resolvido por alguém que trabalhasse em filosofia da mente pois, para falar de intenção, não podemos não falar da mente. Temos, então, outro motivo para eliminar a causalidade do possível critério de identidade: ela está relacionada com problemas de filosofia da mente que escapam aos objetivos de nossa tese.

Um terceiro problema relacionado com a causalidade é sua relação com o tempo e com a modalidade. Para que um evento seja causa de outro, não é suficiente estabelecer que ele é anterior ao outro no tempo. Podemos ter eventos que se sucedem no tempo e que não estão relacionados. Imaginemos que Martim adormece antes de eu bocejar. Um precede o outro, mas não estão causalmente conectados. A dependência causal, então, não pode estar meramente determinada por questões de sucessão e contiguidade de eventos. Ou seja, não podemos reduzir a causalidade ao tempo. Assim, parece ser que, para diferenciar entre eventos relacionados causalmente dos não relacionados causalmente, o tempo não é suficiente e a modalidade tem que ser introduzida. Poderíamos, então, afirmar que a causa é necessária para que o evento ocorra e que o efeito necessita da causa para existir. Desta maneira, podemos diferenciar entre eventos causalmente relacionados de eventos não relacionados causalmente. Isto é, para resolver o problema, devemos introduzir conceitos que não estão na ontologia. Faye (2010, p. 454) argumenta que os seres humanos inventaram a ideia de eventos contíguos

60 Devemos notar que, neste caso em particular, não estamos pensando em como o conhecimento do que fazemos pode mudar se a descrição a respeito da intencionalidade mudar (no sentido usado por Anscombe, 1963, p.11).

conectados causalmente (por necessidade causal), para poderem entender por que há eventos contíguos que não estão conectados causalmente e por que há eventos contíguos que estão conectados causalmente. Ou seja, a causalidade depende de nosso conhecimento e não deve pertencer à ontologia.

Podemos eliminar as causas como definidoras dos eventos com base na ideia de que a causalidade é um construto do ser humano. Ou, em palavras de Faye (2010, p.460) “a notion like causality is a linguistic construction to speak about the actual observation with respect to past and future observation”. Não negamos que eventos sejam causas e efeitos de outros eventos. Porém, não necessitamos da causalidade para defini-los. Podemos, sim, defender que necessitamos dos eventos para definir a causalidade, e, para evitar a circularidade, não definiremos um a partir do outro. Introduzir a causalidade acarreta introduzir a temporalidade, que não é considerada em nossa tese. Contudo, acreditamos que se uma boa definição de eventos é dada, poderá ser encontrada uma boa definição da causalidade, e, desta maneira, se poderá analisar em mais detalhes o problema da direção do tempo.⁶¹ Descartamos, então, a causalidade, pois ela parece depender tanto de questões ontológicas como epistemológicas, além de ser inseparável do tempo.

A seguir, apresentamos uma característica dos eventos que nos permite diferenciá-los dos objetos.

3.3.4.

Eventos envolvem objetos em fazeres

À diferença dos fatos e dos estados de coisas que envolvem propriedades, os eventos envolvem objetos em fazeres. Eles não dependem da instanciação de propriedades para existir, mas, como no caso dos objetos, as propriedades se

61 Essa relação entre a causalidade e o tempo foi notada por Urchs (2000, p. 235):

Normally, the rhythm of a system is brought out by some underlying causal process. Actually all clocks encountered in the evolution of mankind (beginning with seasons, circulation of the moon, rotation of earth up to atom clocks) are of that type. In that sense, causality is indeed basic for time. Yet after all, causal order generates the direction of time indirectly.

instanciam neles. Quando uma propriedade é instanciada num evento, temos um fato. O mesmo acontece com os objetos. Tanto objetos como eventos são concretos e se relacionam entre eles, e é difícil estabelecer se algum deles tem prioridade sobre o outro. A teoria da relatividade, por um lado, favorece uma ontologia de eventos e não uma de objetos. A mecânica quântica, por outro lado, parece não favorecer nenhuma (Dorato, 2000, pp. 358-359). Portanto, nem eventos nem objetos são considerados primários em nossa ontologia. Ou seja, eles devem pertencer ao mesmo nível e nenhum deles pode ser eliminado. Todavia, sem aprofundar nas discussões físicas, parece claro que sem objetos não teríamos eventos e sem eventos não teríamos objetos ou, nas palavras de Bigger (1973, p. 36): “There are no objects without events, and conversely no events without objects”.

Para termos eventos, os objetos devem estar em *fazeres*. O termo *fazeres* é introduzido pois procuramos um termo mais neutro que outros como *ação*, *atividade*, *mudança* ou *movimento*. Estes últimos envolvem noções problemáticas. As *ações* envolvem agentes que agem, às vezes com intenção e às vezes sem (Anscombe, 1963), e podem ser consideradas eventos que têm agentes (Castañeda, 1967, p. 109). Contudo, nem todos os eventos envolvem agentes. Uma tormenta, por exemplo, não tem um agente. Portanto, não podemos definir eventos a partir de ações que podem ser consideradas subtipos de eventos. Se definíssemos eventos por envolverem objetos e ações, teríamos uma definição circular (porque as ações são definidas como tipos de eventos) e insuficiente (porque não inclui os eventos sem agente). As *atividades* têm um significado muito preciso (*accurate*) em linguística, que usa o termo como parte da classificação do aspecto dos verbos, como veremos. Um verbo como *nadar*, que se dá continuamente e não apresenta limite, é uma *atividade* (ver De Miguel, 1999, pp. 3044-3045). Esse termo é usado, também, a partir de uma perspectiva fenomenológica. Bigger (1973, p. 41), que propõe uma teoria de eventos a partir dessa perspectiva, afirma que eventos são “bundles of activities”. Assim, evitamos usar o termo *atividade*, pois ele tem um uso fixo em linguística (diferente do nosso), e porque tem um uso fenomenológico que preferimos evitar. As *mudanças* têm sido relacionadas com os eventos por vários autores (Kim, 1976; Thomson,

1971; Cleland, 1991; Lombard, 1975; entre outros). Contudo, definir os eventos a partir das mudanças é problemático, pois nem todas as mudanças são eventos (Lombard, 1975, p. 131). Algo como *virar pai* acarreta uma mudança, mas não é um evento (são os chamados “eventos Cambridge”, dos quais falaremos novamente mais adiante). Há também eventos que não envolvem mudança, e é possível argumentar que as não mudanças são eventos, como Lewis (1986, p. 261) propõe. É melhor, então, deixar as mudanças fora da nossa definição, mesmo que seja verdade que há eventos que envolvem mudanças. Os *movimentos* também são problemáticos, mesmo quando parece ser o uso mais intuitivo de todos, pois é possível argumentar que os eventos envolvem objetos e movimentos. Há, todavia, filósofos que argumentam que os eventos não se movimentam (Dretske, 1967, p. 492), e haveria entidades que não se movimentam.⁶² Mesmo desconsiderando a objeção de Dretske, apresenta-se um problema a respeito do movimento quando pensamos em estados (Kim, 1976, p. 310). Eles são entidades mais estáticas que podem ser incluídas entre os eventos. Do mesmo modo que podemos propor que ações são subtipos de eventos, os estados também podem ser subtipos de eventos. Portanto, usar o termo *movimento* também não parece adequado para definir eventos.

Devemos, uma vez descartados os termos supramencionados, definir o que é um *fazer*. Não é suficiente estabelecer que é um termo mais neutro do que *ação*, *mudança* e *movimento*. O *fazer* não está no mundo. Ele não é uma outra categoria ontológica, mas sim um conceito necessário para entender a diferença entre eventos e objetos. Procuramos, com o termo *fazer*, uma noção mais ampla, que abranja as noções que estão por trás de mudança e de movimento que têm sido usados para caracterizar eventos. Procuramos uma noção que evite os problemas relacionados com a estatividade (como *estar sentado*) e com as mudanças que não envolvem eventos (como *ser pai*), e tentamos, ao introduzir esse termo, incluir as definições que têm sido dadas por vários dos filósofos que defendem a concretude dos eventos (ver Simons, 2003). Esses fazeres podem envolver movimento (como em *minha corrida*), mudanças no objeto (como em *meu envelhecimento*), a estatividade que envolve, de alguma maneira, a não mudança (como em *eu estar*

⁶² A postura de Dretske não convence. Poderíamos argumentar, por exemplo, que o movimento da terra é um evento e, se ele é um evento, também é movimento.

sentada), entre outros. Propomos, então, que fazer é uma noção que nos permite diferenciar o evento do objeto, mas não é uma propriedade do evento.

Podemos, então, defender que coisas classificadas por alguns como categorias diferentes dos eventos são eventos. Estados, por exemplo, são subtipos de eventos: existem concretamente como outros eventos e são não mudanças.⁶³ *Eu estar sentada na cadeira* é um estado, e é um evento mesmo que o fazer não envolva mudança nem movimento. Nosso conceito amplo de *fazer* permite esse tipo de conclusão. Os estados são particulares concretos que envolvem objetos em fazeres. Poderíamos argumentar que estados são um tipo de evento que se caracteriza pela estatividade, e porque em algum momento deixarão de ser estados para passar a ser outro tipo de evento, como uma ação, por exemplo. O estado de eu estar sentada agora deixará de existir em algum momento, para dar lugar ao evento de eu me levantar. Quando isso acontece, o estado dá um passo em direção a uma ação. Assim, como estados interagem com outros eventos, devem ser eventos. Podemos, por fim, estabelecer que as características ontológicas são compartilhadas por todos os tipos de eventos (sejam eles estados, ações ou eventos sem classificação): todos envolvem objetos em fazeres.

Uma objeção possível a esta característica surge de filósofos que argumentam que há eventos independentes dos objetos. Strawson (1959, p. 46), por exemplo, argumentou que “that a flash or a bang occurred does not entail that anything flashed or banged”. Isto é, flashes e alguns sons não dependeriam de objetos. Se houvesse eventos que não envolvem objetos em fazeres, teríamos que ver como interpretá-los. Poderíamos argumentar que eles dependem de objetos microscópicos que não podemos perceber e que, mesmo que houvesse eventos que não envolvem objetos, há sim eventos que podem ser entendidos como objetos em fazeres. Ou seja, que essa característica seria válida, pelo menos, para todos aqueles eventos que envolvem objetos. Todavia, esta é uma característica que parece, no momento, plausível, mas se dados fossem encontrados para rejeitá-la, ela teria que ser revisada.

Definir o que é um objeto também é uma tarefa difícil, e é possível argumentar, sem entrar nessa discussão controversa, que os problemas dos eventos

63 Esta proposta se baseia na similitude que Kim (1976, pp. 310-311) viu entre estados e eventos.

são similares aos dos objetos e que os eventos existem de modo similar aos objetos. Isso fez com que Quine (1985) propusesse, como mencionamos, que eventos deviam ser individuados da mesma maneira que os objetos, espaço-temporalmente, e que podiam ser reduzidos a objetos. Contudo, já argumentamos contra a redução de eventos a objetos. Defendemos que eventos podem ser entendidos como objetos em fazeres, e que eles são diferentes dos objetos por esta e por outras características já mencionadas, como a causalidade.

A seguir, apresentamos uma característica que se relaciona com as seções anteriores.

3.3.5.

Os eventos são independentes de nosso conhecimento, de nossa cultura e da sociedade

Esta é uma característica muito importante e que pode ajudar na compreensão do que é um evento. Ela pode ser realmente controversa, mas é muito importante para nossa definição. Muitas coisas têm sido tratadas como eventos, desde caminhadas até assassinatos, guerras e festas. Achamos que isto se deve a várias questões linguísticas que influíram na definição de eventos. Porém, nem todas essas coisas cumprem os requisitos básicos para serem um evento. Ou seja, nem todas essas coisas têm as características que um evento deve ter. Como mencionamos, uma batalha pode ter um cessar fogo e estar inativa durante certo tempo. Assim, seria possível argumentar que, como elas não são topologicamente contínuas, não são eventos. Podemos nomear algo como o que aconteceu após a II Guerra Mundial de *Guerra Fria*. Todavia, defender que a guerra fria foi um evento é, no mínimo, questionável. Embora seja possível argumentar que ela teve duração, é pouco definível o espaço que ocupou e se houve continuidade temporal. Não teria, então, uma matriz espaço-temporal definida. Poderíamos argumentar, também, que em alguns desses casos não estamos frente a algo concreto pois não há/houve nada bélico ocorrendo nesse momento ou em outros momentos de outras guerras que pararam. Como argumentamos em 3.1, o

concreto tem que poder ser delimitado espaço-temporalmente, e alguns desses casos não parecem sê-lo, o que nos leva a uma definição de evento que procura ser mais restrita do que definições anteriores. Coisas como guerras, assassinatos e festas devem ficar fora de nossa definição. Algumas dessas coisas podem ser eliminadas da ontologia, pois não são espaço-temporalmente contínuas, como mencionamos. Outras dessas coisas que têm sido consideradas eventos parecem ser contínuas, e alguma outra característica tem que ser definida para conseguir argumentar que essas coisas não são eventos. Assim, a característica apresentada neste item é importante para eliminar casos como os dos eventos Cambridge que explicamos abaixo.

Os eventos Cambridge são problemáticos, são aqueles supostos eventos que dependem de outros eventos, mas não estão relacionados causalmente com eles. Por exemplo, que Xantipa ficasse viúva dependeu da morte de Sócrates, mesmo quando eles não interagiram causalmente: um ocorreu distanciado do outro. A dependência de um “evento” desses do outro é nomeada dependência Cambridge por Kim (1974, p. 49), inspirado em Geach (1969). Esses casos são problemáticos pois, além de parecer serem eventos sem causa, não envolvem fazeres nem parecem ser concretos. Eles têm sido tomados como eventos por envolverem mudanças. Porém, essas mudanças se dão porque há uma relação com outros objetos que mudam (como no caso de *enviuvar*). Brand (1976, p. 147) propõe que é possível estabelecer que eventos envolvem mudanças não relacionais, e, assim, eliminar a possibilidade de que os eventos Cambridge sejam considerados eventos (pois são mudanças relacionais).⁶⁴

O argumento de Brand é razoável e útil para descartar que coisas como *enviuvar* ou *ser padre* ou *ser filho* sejam eventos. Contudo, achamos que é possível ter um critério mais geral que descarte outras coisas como eventos. O

64 Faye (1989, p. 157) faz uma distinção interessante entre eventos nominais e eventos naturais. Dentro dos nominais entrariam os eventos Cambridge, mas também haveria eventos como um jogo de xadrez, uma eleição presidencial e um assassinato. Ele argumenta que, nesses casos, haveria alguma descrição ou conjunto definido de regras que permite determinar corretamente quando uma mudança é um enviuvamento, ou um jogo de xadrez. Por outro lado, argumenta que os eventos naturais não podem ser estritamente definidos desta maneira. Dentre eles estão terremotos, tormentas, guerras, atos de comer, beijos e outros. O problema se apresenta com as guerras, pois elas não devem ser consideradas eventos como as caminhadas ou beijos. Se a sua proposta tivesse considerado guerras como eventos nominais, o argumento teria sido ainda mais interessante (mesmo sendo possível argumentar que as regras que determinam uma guerra não estejam tão bem definidas como num jogo de xadrez).

critério de Brand, por exemplo, não descarta coisas como *guerras*, *festas* e *assassinatos*. Os últimos dão lugar a perguntas como: disparar é o mesmo que assassinar quando o alvo morre ou não? (Thomson, 1971; Lombard, 1974, e outros). Esta pergunta tem originado várias discussões. Kim (1976, p.322), por exemplo, defende que assassinar não é uma ação básica e, portanto, deve envolver dois eventos: “one an action performed by the killer and the other the death caused by the action”. Ou seja, Kim argumenta que assassinatos não são eventos, pois envolvem dois eventos ou duas ações diferentes. Consideramos que Kim está correto e que assassinatos não são eventos, pois são compostos por eventos ou ações diferentes. Assim, aquilo que for composto por eventos diferentes (objetos em fazeres diferentes) não seria um evento, o que não acarreta rejeitar a existência de eventos complexos. Do mesmo modo que temos objetos complexos (como um urso), podemos ter eventos complexos (como a caminhada composta pelo movimento dos meus pés, que poderia ser considerada um evento). O problema é determinar como os diferenciamos dos que não são eventos. Se há eventos complexos, como diferenciamos aqueles que são eventos dos que não são eventos, como os assassinatos?

A diferença entre os eventos complexos e guerras ou festas é que os primeiros não dependem de nossa cultura, nem de nossa mente (outros animais caminham, outros objetos caem, outros animais emitem sons, etc.). Os segundos dependem de questões socioculturais, e, portanto, não pertencem à nossa ontologia. Os primeiros compõem fatos brutos, os segundos não. Assim, o que diferencia um evento complexo como uma caminhada de um processo (ou “evento conceitual”) é que a caminhada é um evento porque há uma propriedade como *ser um único evento* que se instancia nela, ao passo que não temos essa propriedade sendo instanciada em uma guerra, pois a guerra não existe como um evento na ontologia. Ou seja, a caminhada conforma um fato bruto (Markosian, 1998 e 2008) e a guerra, não.⁶⁵ Defendemos, então, que coisas que têm sido consideradas

65 Assumimos, então, uma composição “brutal” como a defendida por Markosian (1998, 2008). Esta proposta apresenta alguns problemas, mas nos permite defender que há eventos (e objetos) complexos sem ter que aceitar uma composição irrestrita, e ela é compatível com nossa ontologia platonista. Obviamente, quem esteja interessado em problemas de mereologia não estará satisfeito com nossa breve menção ao problema da composição. Contudo, nossa tese não visa resolver estes problemas e sim dar um critério adequado para definir o que é um evento e o que não é um evento.

eventos quase sem questionamento não são eventos. Há filósofos que defendem que uma coisa como um jogo de xadrez não é um evento natural, mas que uma guerra é (Faye, 1989, p.157). Porém, nos perguntamos: o que há de natural numa guerra? Há, também nesse caso, um conjunto de regras determinado que faz com que algo seja declarado uma guerra ou não, e a guerra (como o jogo de xadrez) não compõe nenhum fato bruto.

Que guerras possam ser declaradas nos leva a observar outra questão. Muitas das coisas que estão sendo consideradas neste item (dependentes de nosso conhecimento e de nossa cultura) dependem de uma pessoa “externa” à ação para que os processos sejam iniciados. Isto é, muitas dependem de uma pessoa que não participa diretamente da ação, e outras dependem de um acordo entre pelo menos duas pessoas para serem iniciadas. Coisas como guerras, jogos de xadrez e jogos de futebol dependem de que alguém determine seu início e o fim para que comecem ou acabem. Uma guerra tem que ser declarada. Um jogo de futebol não começa antes do árbitro apitar. Um jogo de xadrez não começa até que os dois jogadores decidam jogar. Por outro lado, eventos como o pôr do sol não dependem de uma pessoa para começar. O pôr do sol começa quando o sol está numa determinada posição. É completamente independente do ser humano. Não há ninguém que dê início ao pôr do sol, não há apito, declaração, nem convenção que seja válida. Eventos existem independentemente de nosso conhecimento, como os objetos.

Alguém poderia argumentar que a definição de evento depende de nós, pois não há nada que seja independente de nós. Não negamos que a definição de evento dependa de nós. Contudo, estamos tentando dar uma definição que seja relativamente independente dos seres humanos e respeite o caráter real dessas entidades. Temos consciência de que isso não é 100% possível, mas queremos uma definição de evento que determine entidades que não dependam pura e exclusivamente da conceitualização que os seres humanos fazemos. É nessas questões que pensamos quando falamos de algo independente de nós. Outro poderia argumentar que há eventos que dependem de nós: aqueles dos quais os seres humanos participam. Também não negamos que os seres humanos participem de eventos. Nós, como qualquer outro objeto, somos parte dos eventos.

Porém, esses eventos são independentes de nossa episteme. Uma caminhada é um evento, um bocejar também é um evento, mas um jogo de futebol, uma festa ou uma guerra não são eventos. Nada que dependa do nosso conhecimento (coletivo ou não), cultura e sociedade será considerado um evento em nossa ontologia.⁶⁶

3.3.6.

Critério de identidade dos eventos

O critério de identidade tem sido importante para o desenvolvimento da teoria de eventos (tanto para Davidson, 1981f; como para Kim, 1976; e para Brand, 1976). Embora existam autores, como Martin (1975, p.189), que argumentaram que o critério não é tão importante assim, e nós argumentamos (em 3.2.3) que é trivial, podemos acompanhar a definição de eventos com um bom critério de identidade. A maioria das características que temos dado dos eventos não são suficientes para prover um critério de identidade satisfatório, como mencionamos. Prover esse critério não é uma tarefa simples, como se pode observar em Davidson (1981b e 1981f). Todos os critérios que têm sido formulados apresentam vários problemas. Identificar um evento a partir de suas características espaço-temporais não é suficiente para diferenciá-los de objetos nem de outros eventos. Identificar um evento segundo as suas causas e efeitos apresenta problemas similares: não podemos diferenciar entre eles o tempo todo. Identificar os eventos segundo as propriedades exemplificadas (à la Kim, 1976, p. 311) permite uma reduplicação desnecessária de eventos. Identificar os eventos de acordo com as mudanças apresenta o problema de que há eventos que são não mudanças. E os problemas continuam. É claro, então, que prover um bom critério

⁶⁶ Essas coisas que são definidas como eventos por vários filósofos são consideradas conceitos em nossa ontologia. Não são eventos, mas estão no mundo como conceitos em nossa mente. Como dependem de nossa mente (do mesmo modo que estados ou eventos mentais dependem de nossa mente), não constituem uma categoria ontológica básica em nossa ontologia. No futuro, deveria ser analisado o lugar que esse tipo de coisa ocupa na ontologia. No caso dos conceitos, deveria ser analisado se eles ocupam mesmo algum lugar ou se podem ser reduzidos a (por exemplo) processos físicos de algum tipo. No caso dos eventos ou estados mentais, deveria ser analisado se eles são redutíveis a eventos físico-químico-biológicos, ou se podem ser classificados também como conceitos. Todavia, esta é uma pesquisa que deverá ser feita no futuro.

de identidade não é nada simples, mas é a tarefa que queremos enfrentar agora.

Em Polakof (2013, 2015), defendemos que uma combinação dos dois critérios proporcionados por Davidson (1981b e 1981f) seria suficiente para identificar eventos. Argumentamos que o critério de identidade a partir das causas e dos efeitos de Davidson não era suficiente por si mesmo, mas que sua combinação com o critério de identidade a partir da matriz espaço-temporal de Quine poderia ser suficiente. Naquele momento, propusemos como critério de identidade o seguinte: “dois eventos são o mesmo se e só se eles ocupam a mesma matriz espaço-temporal e se eles têm as mesmas causas e efeitos” (Polakof, 2015, p. 9). A combinação dos critérios evita alguns problemas, como o da bola de metal que rola e se esquentava. Podemos estabelecer que, nesse caso, os eventos ocupam o mesmo espaço-tempo, mas, como têm causas e efeitos distintos, são eventos diferentes. Também podemos diferenciar entre eventos e objetos, pois só os primeiros seriam determinados a partir das suas causas e efeitos. Porém, há vários problemas relacionados com as causas e os efeitos que não são resolvidos e se relacionam com o item 3.3.3. Não é fácil determinar se uma caminhada intencional é diferente de uma caminhada não intencional, e não parece ser possível eliminar a modalidade de uma definição que depende da causalidade, como mencionamos. Assim, mesmo se os problemas relacionados com o espaço-tempo puderem ser resolvidos, os problemas relacionados com a causalidade não podem. Portanto, esse critério tem que ser considerado, também, um critério insuficiente.

Devemos, então, propor um critério de identidade que seja independente das questões espaço-temporais e causais. Ele está relacionado com o vínculo que há entre eventos e objetos, e com a característica apresentada em 3.3.4. Esta é, acreditamos, a característica menos controversa das aqui apresentadas. Como definimos o *fazer* como um conceito abrangente, achamos que é possível determinar um critério de identidade a partir dele. O critério pode ser descrito, em primeira instância, como: dois eventos são o mesmo evento se e só se eles forem o mesmo objeto no mesmo fazer. Este critério elimina a referência à matriz espaço-temporal e à causalidade. Mas, será que ele resolve mesmo os problemas? O que acontece com a bola que rola e se esquentava? Achamos que, para esse caso,

também é possível defender que, como são dois fazeres diferentes, estamos frente a eventos diferentes que têm o mesmo objeto como participante, sem ter que usar a noção de causalidade. Ficam, também, descartadas coisas como as guerras, os jogos de xadrez e as festas, pois todas elas envolvem mais de um objeto em mais de um fazer ou o mesmo objeto em mais de um fazer. Assim, parece resolver, pelo menos à primeira vista, nossos problemas sem ter que usar, na definição, a noção de causalidade nem noções que se refiram a questões sociais ou mentais.

Há, contudo, problemas que surgem com esse critério de identidade. O primeiro se relaciona com a noção de *fazeres*. Como determinamos os limites dos fazeres? Como estabelecemos que no caso da bola temos dois fazeres, e no caso da corrida temos só um? Muitos diriam, concordando com Quine, que na verdade a rotação e o esquentamento são, nesse caso, o mesmo evento. Contudo, achamos que nossa intuição (usada ingenuamente) parece ajudar na tarefa: não parece possível defender que o esquentamento e a rotação sejam o mesmo fazer (pois eles podem acontecer de maneira independente: posso rodar um pneu sem que ele se esquite, posso esquentar um café sem que ele rode, e em geral as bolas rodam sem se esquentar).⁶⁷ Alguém poderia objetar que um assassinato poderia ser classificado como um único fazer. Contudo, essa objeção pode ser respondida de maneira similar à anterior: um assassinato não é um fazer pois, para que o fosse, deveria ser simples. Os fazeres são simples, envolvem mudanças, movimentos, não mudanças, estatividade, e não são produções intelectuais humanas. Portanto, um assassinato que, como Kim (1976, p. 321) estabeleceu corretamente, envolve pelo menos dois eventos não pode ser jamais um único fazer. Não respeita, esta ideia, nossa definição de fazer. Além disso, os fazeres, do mesmo jeito que os eventos, não podem ser regulados por condutas sociais nem por convenções e devem ser independentes de nós, coisa que não acontece com o assassinato.

O segundo problema se relaciona com a singularidade do objeto. Por que só um objeto e não mais? Nossa definição procura eliminar simplesmente coisas como guerras e jogos de nossa ontologia. Porém, mesmo se estes forem

67 Certamente, o exemplo de Quine parece ir contra as nossas intuições (usado ingenuamente) e das nossas experiências com os objetos no mundo. Quantas vezes jogamos com uma bola (mesmo sendo de metal) e ela não esquentou? A resposta seria muitas vezes e nunca (ou quase nunca) esquentou. Parece ser bem intuitivo defender que a rotação e o esquentamento são dois eventos diferentes, pois diferentes propriedades se instanciam neles. Portanto, poderíamos os classificar simplesmente como dois fazeres diferentes.

eliminados da nossa ontologia, há outros acontecimentos que pareceriam ser eventos, mas também seriam jogados fora. Nossa definição descarta, também, coisas como *a colisão de dois carros* e *a fusão nuclear*. Podemos estabelecer que os dois são coisas complexas: parecem envolver dois eventos separados que em algum momento colidem ou se unem em um evento ou coisa. Com a fusão se poderia estabelecer que temos dois eventos que se concluem num único objeto. Portanto, achamos que pode ser explicado a partir deste critério e pode ser eliminado da ontologia. Ao partir de dois objetos em fazeres diferentes, não é um único evento. São dois eventos simultâneos que têm o mesmo ponto final: a fusão que resulta num único objeto. Porém, quando dois carros colidem, não temos um objeto final que seja o resultado da colisão. Se houvesse, a explicação poderia ser a mesma que para a fusão. Podemos nos perguntar, então: onde acaba o evento? Há um evento que seja a colisão? É o momento no qual os dois carros colidem? O que é esse momento? É claro que no momento da colisão há dois objetos em contato e não um objeto final. Podemos estabelecer que a colisão também não é um evento, e sim uma coisa complexa que inclui mais de dois eventos que se finalizam semissimultaneamente, mas não constituem um único evento. Um último problema se relaciona com eventos que poderíamos chamar meteorológicos, como os terremotos, furacões, etc. Não parece ser claro que eles não envolvam objetos, e se os envolvem, seguramente envolvem mais de um objeto. Nós inicialmente achamos que eventos meteorológicos eram eventos. Porém, como envolvem mais de um objeto, teríamos que usar outro critério de identidade ou adaptar nosso critério para que eles fossem considerados eventos em nossa ontologia.

Devemos, então, decidir se os problemas apresentados podem ser resolvidos ou se outro critério tem que ser procurado. O primeiro problema, relacionado com o fazer, pode ser resolvido mediante uma analogia com os eventos. Se podemos reconhecer fazeres diferentes, eles devem ser diferentes, o mesmo que acontece com eventos. O fazer é usado para entender o que é um evento. Devido a essa relação, é válido usar argumentos similares aos dos eventos para deixar de fora dos nossos fazeres coisas como assassinatos, e defender que, se eles podem ser independentes (como no caso da rotação e do esquentamento),

então devem ser diferentes. O segundo problema, relacionado com os objetos, é mais problemático. Mesmo eliminando de nossa ontologia, a partir do critério, coisas como guerras, parece mais difícil explicar por que coisas como colisões, fusões e furacões (entre outros), que intuitivamente seriam selecionadas como eventos mesmo envolvendo mais de um objeto, não são eventos. Explicamos que casos como a fusão onde dois eventos acabam na formação de um objeto podem ser explicados: são dois eventos que acabam ao coincidir na formação de um novo objeto. Então, a fusão não seria um evento e sim um nome que damos à união de dois eventos e seu resultado final. Porém, como mencionamos, casos onde não há um novo objeto são mais difíceis de explicar. Temos, no caso dos carros, dois eventos diferentes que terminam numa colisão, mas o ponto final desses eventos também não é um evento, nem um objeto: são dois eventos simultâneos intimamente relacionados, mas que, como envolvem dois objetos diferentes, são dois eventos diferentes. É de novo um caso em que temos um nome para uma coisa que envolve mais de um evento, mas a coisa não é um evento. A coisa combina vários eventos (e envolve dois que são estados finais). Temos que explicar, ainda, os eventos meteorológicos que parecem ser eventos (tanto que temos nomes simples para nos referir a eles). Será que devemos abandonar nosso critério devido aos eventos meteorológicos? Ou será que é um único objeto em um fazer que causa vários eventos que reconhecemos com um único pois não temos o conhecimento suficiente para os reconhecer como tais? Não temos uma resposta satisfatória para essas perguntas, mas muito provavelmente poderíamos responder que sim à última, sem ter que mexer em nosso critério, ou poderíamos deixar o plural em objetos, sendo que guerras e festas seriam descartadas pois não seriam um único fazer, do mesmo modo que com coisas como colisões.

É possível determinar que, mesmo com os problemas mencionados e à primeira vista, nosso novo critério de identidade é melhor que o anterior, pois evita os problemas relacionados com as noções de espaço-tempo e de causalidade. Ele se diferencia de critérios que definem eventos como mudanças (como o dado por Cleland, 1991 e o dado por Lombard, 1998), pois a noção de fazer é ampla e abrange mudanças, não mudanças, movimento e estatividade; não necessita da modalidade, como o critério de Brand (1976, 145); mostra a relação entre eventos

e objetos que, argumentamos, é essencial e inegável; e pode ser formalizado da seguinte maneira:⁶⁸

- $e=f \leftrightarrow \forall H (e \in H \leftrightarrow f \in H)$ ⁶⁹
- Onde e e f são variáveis de eventos e H é a variável do fazer no qual o/s objeto/s participam

Como esse critério depende dos fazeres, poder-se-ia argumentar que nos compromete ontologicamente com os fazeres. Contudo, os fazeres são usados para entender o que são os eventos e os diferenciar dos objetos. Portanto, esse critério não consegue delimitar corretamente as entidades na ontologia. Ele poderia, sim, ser usado como critério de individuação no sentido usado por Brand (1976, p.144), isto é, como um critério epistemológico que nos permite definir se há ou não eventos distintos a partir da informação que temos. Não é, então, um critério inválido, mas devemos procurar, como critério de identidade ontológico, um que não nos comprometa ontologicamente com os fazeres. Esse critério deve resolver os mesmos problemas que eram resolvidos com o critério anterior: a formalização deve ser diferente, mas deve caracterizar corretamente os eventos.

Poderíamos, então, usar um critério de identidade que dependesse das propriedades e que seja ainda mais próximo ao *Princípio de Identidade dos Indiscerníveis* (ver Look, 2014), como foi feito para fatos e estados de coisas. Poderíamos propor que as propriedades que se instanciam nos eventos são propriedades de eventos e não propriedades de objetos. Portanto, não seria um critério de identidade que misturaria objetos com eventos (do mesmo modo que podemos diferenciar os fatos dos estados de coisas de acordo com as propriedades que neles se instanciam).⁷⁰ O critério seria, então: dois eventos são o mesmo evento se e só se as mesmas propriedades de eventos se instanciarem neles. Temos, então, um critério mais tradicional, que aproxima os eventos dos objetos,

68 Obviamente, essa formalização é só um veículo para informar o que já foi argumentado, e não válida por si só nosso critério de identidade.

69 Esse critério também poderia ser dado em uma forma mais leibinziana: $e=f \leftrightarrow \forall H (He \leftrightarrow Hf)$ onde H poderia ser interpretado como uma classe.

70 Crítica que, como mencionamos, tinha sido feita ao critério espaço-temporal por Brand (1976, p. 145).

sem perder a distinção entre eles. Esse critério poderia ser formalizado como:

- $\forall e \forall f (e=f \leftrightarrow \forall P_e (P_e e \leftrightarrow P_e f))$,
- onde e e f são variáveis de eventos, e P_e abrange as propriedades de eventos

Esse critério não é muito original e envolve, também, aquela “regressão” que tinham os critérios para fatos e estados de coisas.⁷¹ Além da especificação de que estamos frente a propriedades de evento que apresentam tipos diferentes das propriedades de objetos, como já mencionamos e mostramos na próxima seção, usar propriedades no critério de identidade de eventos não é novo. Kim (1976, p. 311), por exemplo, define o critério de identidade de eventos a partir das propriedades exemplificadas numa substância num tempo determinado: $[x, P, t]=[y, Q, t']$ somente no caso em que $x=y$, $P=Q$ e $t=t'$. Porém, nosso critério é diferente do de Kim, pois falamos de instanciação de propriedades em eventos e não em objetos. Esta é uma diferença importante, pois apresenta critérios diferentes: a de Kim se centra em objetos, e a nossa em eventos. Ou seja, para nós, o evento é uma entidade diferente do objeto, o que se reflete no critério, e para Kim, o evento é o resultado da exemplificação da propriedade num objeto, o que se reflete no seu critério de identidade.

Como esse novo critério se baseia ainda mais no PII, que vários filósofos têm tentado refutar desde Kant (ver Hacking, 1975), ele não está livre de problemas. Com certeza, compartilha alguns dos problemas que podem ser vistos com relação aos objetos, como os relacionados à mecânica quântica.⁷² Porém, podemos preservá-lo, pois, como Hacking (1975, pp. 255-256) afirma, é possível descrever o que há “in such a way that the identity of indiscernibles is preserved.

71 Uma alternativa seria utilizar o cálculo de indivíduos de Goodman (1966, p. 49) com o predicado *se superpõe (overlaps)* \circ . Este poderia ser dado assim: dois eventos são idênticos se e somente se eles superpuserem (overlap) os mesmos indivíduos (eventos neste caso), e a formalização seria: $e=f \leftrightarrow \forall g (g \circ e \leftrightarrow g \circ f)$ [onde todas as variáveis são sobre eventos]. Por um lado, esta não é uma perspectiva que queiramos defender, pois as propriedades são importantes em nossa ontologia realista. Por outro lado, aceitar a proposta de Goodman nos levaria a aceitar algum tipo de composição irrestrita que não queremos aceitar, pois ela nos leva a aceitar consequências contraintuitivas como a de que um quark no meu nariz e outro perto do centro de Alpha Centauri compõem um objeto (Markosian, 2008, p. 343).

72 Hawley (2009) trata dos problemas e das possíveis soluções para o PII.

This is a fact not about God but about time, description and the laws we ascribe to nature”. Estabelece-se também uma relação com os fatos e estados de coisas: mantemos um critério de identidade similar, que nos permite diferenciar as entidades de acordo com as propriedades que nelas se instanciam, o que reflete as características ontológicas dos eventos, fatos e estados de coisas.

Com esse critério, alguns problemas referentes às propriedades de eventos deveriam ser confrontados. Esses problemas se relacionam, em sua maioria, com o tempo: como definir quando o evento muda? Se a minha caminhada é rápida e logo passa a ser lenta, ela é o mesmo evento ou dois eventos diferentes? As propriedades nela instanciadas são claramente diferentes. Contudo, este não é um problema distante dos objetos, para os quais a identidade através do tempo é também problemática (ver Chisholm, 1976, pp. 89-90). Poderíamos, então, afirmar que esse critério não traz mais problemas que o critério para os objetos e que, portanto, podemos mantê-lo.⁷³

Esse critério é bom porque não nos compromete com entidades novas em nossa ontologia. Temos os eventos, e temos as propriedades de eventos. Os dois tipos de entidades pertencem a nossa ontologia, o que é animador. Porém, ele não parece, à primeira vista, ser capaz de descartar coisas como guerras e jogos de xadrez como eventos: alguém poderia argumentar que propriedades de eventos como *ser rápido* podem se instanciar em coisas como jogos de xadrez ou mesmo guerras. Contudo, essa objeção pode ser facilmente descartada: guerras e jogos de xadrez não são eventos concretos no mundo e, portanto, nenhuma propriedade pode instanciar-se neles. É simplesmente uma contrariedade aparente, mas não uma contrariedade real.

É possível, então, manter esse critério que, mesmo não sendo inteiramente satisfatório, nos permite especificar a identidade dos eventos, e diferenciá-los dos objetos. Se combinarmos o critério de individuação e o critério de identidade aqui propostos, temos uma definição muito boa de eventos. Ela nos permite identificar os eventos; deixa fora coisas como guerras, jogos, enviuvamentos; e dá um argumento a mais para considerar que eventos são particulares concretos.

Podemos, agora que definimos nossas entidades e fundamentamos por que

73 Mellor (1991, pp.125-126) também defende que o critério de identidade de eventos não está em piores condições que o das coisas, e que, portanto, pode ser mantido.

elas são categorias ontológicas básicas, explicar como fica a hierarquia com a inclusão de nossas entidades.

3.4.

A hierarquia

Nesta seção, apresentamos a hierarquia com a inclusão dessas novas entidades e, finalmente, o tipo de todas as entidades que aparecem na nossa ontologia. Uma vez que todas as entidades foram definidas, e uma vez que o tipo dos eventos seja dado, o tipo das propriedades e dos fatos podem ser estabelecidos. Sem o tipo das entidades de nível 0, o tipo das entidades de níveis superiores não pode ser dado. Como mencionamos na seção de fatos e estados de coisas, o nível não é uma condição suficiente para diferenciar fatos de estados de coisas e o tipo tem que ser introduzido. No entanto, antes de dar os tipos das entidades, algumas questões devem ser esclarecidas.

Quando Chateaubriand propõe sua hierarquia, inspira-se em Frege e em Russell, como mencionamos. Nós nos inspiramos na hierarquia de Chateaubriand (apresentada no capítulo 2). Como Chateaubriand, consideramos que as entidades concretas (além de objetos, propomos que eventos são concretos) pertencem ao nível 0 da hierarquia. Eventos e objetos se diferenciam das outras entidades pois não são abstratos. No nível 1, temos o primeiro nível do abstrato, e nele aparecem as propriedades pela primeira vez. Como mencionamos, as propriedades podem ser lógicas e não lógicas. As propriedades que aparecem no nível 1 são as que podem ser instanciadas em objetos e/ ou eventos. Portanto, as propriedades lógicas que aparecem no nível 1 são limitadas. As propriedades lógicas que aparecem no nível 1 são *Diferença*, *Identidade* e *Existência*.⁷⁴ As propriedades não lógicas que aparecem no nível 1 são todas aquelas que podem se instanciar em objetos e/ou eventos, como *ser humano*, *ser mortal*, *ser evento*, *ser um pôr do sol*,

74 Não aceitamos, ao contrário de Chateaubriand (2001, p. 304), que a *não Existência* seja uma propriedade lógica de nível 1. Também não aceitamos que as combinações entre tais propriedades mediante conectores lógicos sejam propriedades de nível 1. O nível 1 é bastante restrito e só as propriedades que podem se instanciar diretamente numa entidade de nível 0 aparecem nele.

etc. Temos, também, no nível 1, fatos que resultam da instanciação de alguma propriedade numa entidade concreta ou entidades concretas (como *<ser homem, Chateaubriand>*). A partir do nível 2, temos propriedades lógicas e não lógicas, fatos e estados de coisas.⁷⁵ A hierarquia, como a do Chateaubriand, é flexível e cumulativa. As propriedades lógicas (e só elas) podem ter uma aridade variável, podem aparecer em níveis distintos, e podem ter diferentes entidades como argumentos. Essas diferenças se evidenciam nos tipos que proporemos. O tipo das entidades, de maneira similar à de Chateaubriand, varia segundo o nível, as entidades que podem ser argumentos, e as entidades nas quais uma propriedade é instanciada. Enquanto a complexidade das entidades cresce, a complexidade do tipo também cresce. Para conhecer seus tipos, é possível começar do nível mais baixo e alcançar uma propriedade complexa de nível λ e aridade κ que, se instanciada, dará um fato ou estado de coisas do mesmo nível.

No próximo item, damos o tipo dos eventos, e, na seguinte, continuamos com o tipo de todas as entidades da nossa hierarquia (incluem-se objetos, eventos, propriedades, fatos, e estados de coisas).

3.4.1.

Eventos são de nível 0⁷⁶

Como eventos são concretos, como os objetos, não podem pertencer a níveis iguais ou superiores a 1 (pois estão reservados para entidades abstratas). Se queremos argumentar que eles não são a mesma coisa que os objetos, temos que proporcionar alguma maneira de diferenciar esse tipo de entidade. Se são concretos, apresentam alguma semelhança com os objetos de nível 0; mas são também complexos, pois envolvem objetos em fazeres. Queremos diferenciá-los

⁷⁵ As propriedades não lógicas a partir do nível 2 seriam pura e exclusivamente aquelas que se instanciam em propriedades ou estados de coisas. Exemplos são *ser uma propriedade lógica*, *ser uma propriedade não lógica*, *ser um fato*, etc. Porém, a “riqueza” das propriedades não lógicas vai diminuindo conforme o nível sobe. Propriedades como *ser vermelho*, *ser homem*, etc. não existem em níveis superiores porque essas são propriedades que podem ser instanciadas em entidades concretas e não em entidades abstratas. Portanto, do mesmo jeito que é possível estabelecer que há poucas propriedades lógicas no nível 1, é possível estabelecer que as propriedades não lógicas diminuem quando o nível aumenta. Poderíamos argumentar que propriedades não lógicas aparecem só no nível 1. Porém, para manter o espírito platonista, diremos que há propriedades não lógicas restringidas a partir do nível 2.

⁷⁶ Um artigo baseado nesta seção foi publicado em Polakof (2015).

das outras entidades que pertencem ao nível 0, ou seja, não queremos concluir quineanamente que são objetos. Argumentamos, então, que eles pertencem sim ao nível 0, mas que apresentam um tipo diferente dos objetos. Assim, conseguimos diferenciar objetos de eventos sem ter que propor que pertencem a níveis diferentes: os primeiros têm um tipo mais simples que os segundos.

Então, se o tipo dos objetos é 0: qual é o tipo dos eventos? É semelhante ao das propriedades ou ao dos fatos? O tipo das propriedades e o tipo dos fatos, que apresentamos na próxima seção, dependem do nível no qual as entidades aparecem, da aridade das propriedades, e do tipo dos argumentos das propriedades. Ou seja, tanto propriedades como fatos têm tipos variáveis que dependem de vários fatores determinados pela flexibilidade e a cumulatividade de nossa hierarquia. Porém, há vários problemas ao tentar estabelecer que o tipo dos eventos é semelhante ao das propriedades ou ao dos fatos. Primeiro, seja qual for a entidade, elas são entidades abstratas e não parece correto assimilar o tipo de entidades concretas a entidades abstratas. Segundo, o tipo dos argumentos da propriedade tem que ser algum nível inferior ao do nível da propriedade; mas se o nível dos eventos for 0, não há nenhum tipo que seja de nível inferior. Terceiro, as propriedades (e os fatos que resultam da instanciização da propriedade) apresentam uma aridade determinada, como mencionamos; mas é problemático estabelecer qual é a aridade dos eventos. No caso das propriedades, há uma aridade variável. Contudo, parece possível argumentar que eventos não têm aridade por serem de nível 0. Portanto, determinar que o tipo dos eventos seja similar ao das propriedades ou fatos não parece adequado.

Se quiséssemos falar em aridade de eventos, poderíamos relacioná-la com os participantes do evento, e perguntar quantos participantes o evento tem. A bibliografia diz muitas coisas a esse respeito, e geralmente parece aceitar-se que eventos têm mais de um participante. Quando temos algo como *o assassinato de César por Brutus*, geralmente é pensado como envolvendo, além do evento, dois participantes. Por outro lado, quando temos um evento como *a minha corrida*, geralmente é pensado como sendo uma entidade que tem, além do evento, só um participante. Portanto, aparentemente se aceita que há certa variabilidade de

participantes (mesmo que não seja infinita).⁷⁷ Porém, pensamos que os eventos não podem ter aridade, pois isso implicaria em aceitar que há algo (poderia ser um fazer) independente dos objetos. Como mencionamos, não consideramos que seja correto pensar nos fazeres como sendo independentes dos eventos, e, portanto, esta possibilidade deve ser descartada. Se eventos são entidades de nível 0 e são semelhantes aos objetos, então não podem ter um tipo variável como o das propriedades nem como o dos fatos, e o tipo deles não pode ter aridade.

Consideramos, então, que eventos deveriam ter um tipo fixo, mesmo sendo entidades complexas. Isto é, o tipo deveria ser sempre o mesmo, sem importar a complexidade do evento. É, em todo caso, problemático encontrar o tipo dos eventos: não pode ser 0, mas também não pode ter a complexidade do tipo das propriedades nem do tipo dos fatos. Uma maneira possível de diferenciar o tipo dos eventos do tipo dos objetos é propor que seja $\langle 0 \rangle$. Desta maneira, reconhece-se uma maior complexidade do tipo em relação ao tipo do objeto, mas muito mais simplicidade com relação às entidades abstratas. Do mesmo modo que o tipo do objeto é 0, sem importar se ele está composto por outros objetos,⁷⁸ o tipo do evento não muda.

É verdade que, como mencionamos, eventos costumam ser classificados como envolvendo objetos e participantes. Então, voltando a Davidson, por exemplo, ele diria que um evento como *a minha batida em Martim* envolve dois objetos: o agente e o paciente. Nós discordamos: sou eu que bato, e Martim delimita o evento espaço-temporalmente, mas Martim não faz parte desse evento como participante. Ele faz parte do evento que seria ser batido, ou seja, daquele evento que é causado por minha batida. Então, seriam dois eventos separados, e um deles causa o outro. Martim delimita a extensão do meu evento, mas ele não é parte do meu evento, o que concorda com o que foi estabelecido em 3.3.4.

Mesmo quando pareceria haver casos onde há mais de dois participantes, isso não tem por que influir no tipo dos eventos, do mesmo jeito que a complexidade do objeto não influi no tipo dos objetos. Isto é, não importa quantos

77 Davidson (1981b) propõe que ela não pode ser infinita e que a modificação adverbial não pode ser pensada como parte dos participantes fixos de evento.

78 Poderia argumentar, por exemplo, que eu sou um acúmulo de elétrons, quarks e átomos, mas isso não acarreta que eu, como objeto, deixe de ter o tipo 0, nem deixe de ser localizável espaço-temporalmente.

participantes o evento tenha, ele tem o tipo complexo $\langle 0 \rangle$. Esse tipo não diz nada a respeito dos participantes do evento nem de sua constituição, o que deve ser esperado se o que temos no nível 0 são entidades concretas. O mesmo acontece com os objetos que têm o tipo 0, sem importar a sua complexidade (se é um átomo ou uma pessoa: o tipo é sempre 0).

Então, concluímos que o tipo dos objetos é 0 e o dos eventos é $\langle 0 \rangle$, sem aridade, e com as chaves para indicar maior complexidade que a dos objetos. Essas diferenças são importantes para nossa hierarquia, pois, como mencionamos, o tipo das propriedades e dos fatos varia segundo o tipo do argumento. Então, se diferenciamos os tipos de objetos e eventos, também podemos diferenciar entre o tipo das propriedades de objetos e o tipo das propriedades de eventos. Isso se deve a que, como o tipo das propriedades depende do tipo do argumento da propriedade, o tipo de uma propriedade que envolve um objeto vai diferir do tipo de uma propriedade que envolve um evento. O mesmo acontece com os fatos e os estados de coisas, como veremos no item 3.4.2. Que os tipos das propriedades sejam diferentes, também, nos permite notar que, mesmo sendo triviais e válidos epistemicamente, os critérios de identidade por nós estabelecidos para eventos, fatos e estados de coisas nos permitem identificar corretamente (e diferenciá-los de acordo com as suas propriedades).

A seguir, apresentamos a hierarquia com os tipos de todas as entidades existentes em nossa ontologia.

3.4.2.

A hierarquia completa

Nossa proposta, inspirada na de Chateaubriand (2001), como mencionamos, diferencia-se dela por apresentar novas entidades e por propomos que o tipo das entidades seja fixo, contra Chateaubriand, que aceita alterar o tipo das propriedades dependendo de seu nível e sua complexidade.

A seguir, apresentamos os tipos que propomos (alguns deles coincidem com o tipo dado por Chateaubriand, 2001):

- Objetos têm o tipo 0: este é o tipo proposto por Chateaubriand (2001, p. 301) para as entidades de nível 0.
- Eventos têm o tipo $\langle 0 \rangle$: este foi o tipo defendido por nós no item anterior.
- Propriedades têm o tipo geral $\langle \langle \lambda, \kappa \rangle, T_0, T_1, \dots \rangle$:⁷⁹ as únicas mudanças aqui propostas, com relação a Chateaubriand (2001), são propor T como o tipo das entidades que as propriedades tomam como argumento (que é mais geral que τ) e que o tipo da propriedade seja o tempo todo este, sem importar a sua simplicidade (ou seja, sem importar se são propriedades de nível 1 de objetos ou propriedades de nível 3 de estados de coisas).⁸⁰
- Fatos têm o tipo geral $\langle \langle \langle \lambda, \kappa \rangle, T_0, T_1, \dots \rangle, T_0, T_1, \dots \rangle$: ele varia de acordo com o nível da propriedade que é instanciada. Porém, o que todos os fatos têm em comum é que pelo menos um T deve envolver um objeto ou evento (seja ele uma entidade de nível 0 ou um fato de nível inferior).
- Estados de coisas têm o tipo geral $\langle \langle \langle \lambda, \kappa \rangle, \tau_0, \tau_1, \dots \rangle, \tau_0, \tau_1, \dots \rangle$: a diferença entre o tipo dos estados de coisas e o tipo dos fatos é que λ tem que ser igual ou superior a 2, e que τ não pode envolver nunca um objeto, nem um evento, nem um fato.⁸¹

Podemos, agora, dar exemplos para tornar a diferença mais clara. Começamos com os fatos. Um fato de nível 1 como $\langle \text{ser mortal, meu cão} \rangle$ teria o tipo $\langle \langle \langle 1, 1 \rangle, 0 \rangle, 0 \rangle$, pois temos uma propriedade instanciada num objeto que tem 0 como seu tipo. Um fato de nível 1 como $\langle \text{ser evento, o pôr do sol} \rangle$ teria o tipo $\langle \langle \langle 1, 1 \rangle, \langle 0 \rangle \rangle, \langle 0 \rangle \rangle$, pois temos uma propriedade de eventos instanciada

⁷⁹ Usamos “tipo geral” para incluir todos os tipos que as propriedades podem ter, porque as propriedades variam de nível segundo o nível, a aridade e o tipo dos argumentos.

⁸⁰ Chateaubriand (2001) admite certa variabilidade no tipo das propriedades. Em 2001 (p. 301), define o tipo de uma relação binária de nível 2 entre duas propriedades de nível 1 como $\langle \langle 0 \rangle, \langle 0 \rangle \rangle$. Como as propriedades de nível 1 tomam como argumentos só um objeto de nível 0, Chateaubriand simplifica o tipo das propriedades a $\langle 0 \rangle$. Desta maneira, também é simplificado o tipo da relação de nível 2 para $\langle \langle 0 \rangle, \langle 0 \rangle \rangle$. Para nós, o tipo da propriedade não muda (mesmo se só tem como argumentos objetos). Então, o tipo para tal relação é definido como: $\langle \langle 2, 2 \rangle, \langle \langle 1, 1 \rangle, 0 \rangle, \langle \langle 1, 1 \rangle, 0 \rangle \rangle$. Nele, se apresenta o nível e a aridade da relação em primeiro lugar, e depois se apresenta o tipo das propriedades que a relação toma como argumentos que, neste caso, compartilham o tipo: $\langle \langle 1, 1 \rangle, 0 \rangle$.

⁸¹ Como mencionamos nas propriedades, usamos T para propriedades ou fatos porque as propriedades podem, em princípio, ser instanciadas em qualquer tipo de entidade, e o mesmo acontece no caso dos fatos, quando envolverem pelo menos um objeto, evento ou fato. Usamos τ para estados de coisas porque, neste caso, as propriedades só podem ser instanciadas em propriedades e/ou estados de coisas. Portanto, τ apresenta mais restrições que T.

num evento que tem o tipo $\langle 0 \rangle$. Um fato de nível 2 como $\langle \text{Diferença2}, \langle \text{ser homem}, \text{Chateaubriand} \rangle, \langle \text{ser mortal}, \text{meu cão} \rangle \rangle$ teria o tipo $\langle \langle \langle 2, 2 \rangle, \langle \langle \langle 1, 1 \rangle, 0 \rangle, 0 \rangle, \langle \langle \langle 1, 1 \rangle, 0 \rangle, 0 \rangle \rangle, \langle \langle \langle 1, 1 \rangle, 0 \rangle, 0 \rangle, \langle \langle \langle 1, 1 \rangle, 0 \rangle, 0 \rangle \rangle \rangle$; onde o primeiro 2 é o nível da propriedade e o segundo é a aridade da propriedade. Temos, então, os tipos de dois fatos de nível 1 que nos dão o tipo da propriedade, e os tipos daqueles fatos repetidos, que nos dão a informação de que a propriedade foi instanciada. Estamos, então, frente a um fato e não uma propriedade quando o tipo do/s argumento/s for repetido. Um fato de nível 3 como $\langle \text{Existência3}, \langle \text{Existência2}, \langle \text{ser homem}, \text{Chateaubriand} \rangle \rangle \rangle$ teria o tipo $\langle \langle \langle 3, 1 \rangle, \langle \langle \langle 2, 1 \rangle, \langle \langle \langle 1, 1 \rangle, 0 \rangle, 0 \rangle \rangle, \langle \langle \langle 1, 1 \rangle, 0 \rangle, 0 \rangle \rangle \rangle, \langle \langle \langle 2, 1 \rangle, \langle \langle \langle 1, 1 \rangle, 0 \rangle, 0 \rangle \rangle, \langle \langle \langle 1, 1 \rangle, 0 \rangle, 0 \rangle \rangle \rangle \rangle$; e assim por diante. Evidentemente, o tipo dos fatos se torna tão mais complexo quanto mais alto é o nível. Porém, podemos observar a partir dos exemplos que todos eles têm no seu tipo um fato de nível 1 incluso no tipo complexo, e, portanto, respeitam a definição dada para fatos.

Os estados de coisas que aparecem a partir do nível 2 também têm tipos variáveis. O tipo de um estado de coisas como $\langle \text{Diferença2}, \text{ser homem}, \text{ser evento} \rangle$ seria $\langle \langle \langle 2, 2 \rangle, \langle \langle 1, 1 \rangle, 0 \rangle, \langle \langle 1, 1 \rangle, \langle 0 \rangle \rangle \rangle, \langle \langle 1, 1 \rangle, 0 \rangle, \langle \langle 1, 1 \rangle, \langle 0 \rangle \rangle \rangle$. É possível notar que, como não envolve a instanciação das propriedades nem em objetos nem em eventos, o tipo é mais simples que o que tínhamos para fatos de nível 2. Um estado de coisas de nível 3 como $\langle \text{Existência3}, \text{Existência2} \rangle$ teria o tipo $\langle \langle \langle 3, 1 \rangle, \langle \langle 2, 1 \rangle, \langle \langle 1, \kappa \rangle, 0, 0 \dots \rangle \rangle, \langle \langle 2, 1 \rangle, \langle \langle 1, \kappa \rangle, 0, 0 \dots \rangle \rangle, \text{que corresponde à propriedade } \text{Existência3} \text{ sendo instanciada na propriedade não instanciada } \text{Existência2}. \kappa \text{ está lá pois } \text{Existência2} \text{ pode tomar como argumento qualquer propriedade de nível 1 já que nossa hierarquia tem natureza cumulativa.}^{82}$ O tipo de um estado de coisas que resultasse da instanciação de uma propriedade num outro estado de coisas, como no caso de $\langle \text{Existência3}, \langle \text{Diferença2}, \text{ser homem}, \text{ser evento} \rangle \rangle$, é: $\langle \langle \langle 3, 1 \rangle, \langle \langle \langle 2, 2 \rangle, \langle \langle 1, 1 \rangle, 0 \rangle, \langle \langle 1, 1 \rangle, \langle 0 \rangle \rangle \rangle, \langle \langle 1, 1 \rangle, 0 \rangle, \langle \langle 1, 1 \rangle, \langle 0 \rangle \rangle \rangle, \langle \langle \langle 2, 2 \rangle, \langle \langle 1, 1 \rangle, 0 \rangle, \langle \langle 1, 1 \rangle, \langle 0 \rangle \rangle \rangle, \langle \langle 1, 1 \rangle, 0 \rangle, \langle \langle 1, 1 \rangle, \langle 0 \rangle \rangle \rangle \rangle$. Os exemplos ficam mais complicados quanto mais alto é o nível. Porém, com estes exemplos, é possível ver que o tipo de um fato não poder

82 Este exemplo poderia ser simplificado: assumamos que trabalhamos com o estado de coisas específico $\langle \text{Existência3}, \text{Existência2} \rangle$, que tem como argumento a propriedade Existência2 , que toma como argumento a propriedade ser homem . O tipo, então, fica fixado e é: $\langle \langle \langle 3, 1 \rangle, \langle \langle 2, 1 \rangle, \langle \langle 1, 1 \rangle, 0 \rangle \rangle, \langle \langle 2, 1 \rangle, \langle \langle 1, 1 \rangle, 0 \rangle \rangle \rangle$.

ser encontrado em nenhum deles, o que nos permite diferenciá-los dos fatos e, portanto, a definição que demos para estados de coisas é também respeitada.

Nossa hierarquia não é simples, e a tipologia aqui apresentada é complexa. Porém, as diferenças entre eventos, fatos e estados de coisas ficam claras nela, pois os tipos das entidades nos permitem diferenciá-las. Embora os tipos dos fatos e dos estados de coisas fiquem mais complexos quanto mais alto for o nível, podemos diferenciar as categorias ontológicas finamente. Pode não ser a alternativa mais simples possível, mas ela permite diferenciar e classificar as entidades e sem ambiguidades. Obviamente, um nominalista não vai se convencer com a nossa proposta, mas um platonista poderia se convencer de que esta é uma boa alternativa que, nos permite diferenciar as entidades que dependem de objetos e/ou eventos das entidades que dependem só de propriedades.

3.5.

Vantagens de nossa proposta

Este capítulo apresentou nossa proposta ontológica. Argumentamos que eventos, fatos e estados de coisas são entidades diferentes. Argumentamos, também, que essa demarcação é vantajosa em comparação com outras, que os tratam como entidades semelhantes, entidades redutíveis a outras, ou residindo a diferença em algumas se obterem e outras não, etc. Porém, ainda temos que dar uma fundamentação mais convincente de por que apresenta uma vantagem.

Começamos primeiro com a não redutibilidade de eventos a fatos nem a estados de coisas. Mostramos que eventos não são redutíveis a estados de coisas, como Chisholm (1976) tinha proposto. Defendemos que não é possível reduzir eventos a estados de coisas, pois são entidades diferentes. Nossa distinção entre essas entidades nos permite estabelecer outras distinções que ajudam na argumentação contra a redutibilidade de eventos a entidades abstratas. Em primeiro lugar, é fácil argumentar por que não podem ser reduzidos a estados de coisas. Nossos estados de coisas não envolvem entidades concretas e, portanto, seria muito difícil argumentar que um evento poderia ser reduzido a uma entidade

que não se vincula com eventos (mesmo quando pode haver estados de coisas que envolvam propriedades de eventos, como em *<Existência2, ser um pôr do sol>*, não há estados de coisas que envolvam eventos). Em segundo lugar, eventos não podem ser reduzidos a fatos, pois se o fossem, também objetos poderiam ser reduzidos a fatos. Argumentamos, na seção 3.1, que não achamos que o concreto possa ser redutível ao abstrato, pois são domínios independentes. Contudo, eles se relacionam quando uma propriedade é instanciada numa entidade de nível 0. Os fatos, então, se relacionam com os eventos. Porém, achamos que, se alguma coisa pudesse ser reduzida, seriam os fatos, que poderiam ser reduzidos ao concreto (pelo menos no caso dos fatos, pois os estados de coisas são completamente independentes do concreto). Argumentamos, no entanto, contra a redução de qualquer uma dessas entidades às outras entidades. Achamos que a fundamentação proporcionada neste capítulo é suficiente para estabelecer a necessidade da diferenciação entre essas categorias.

Em segundo lugar, podemos reiterar as razões pelas quais diferenciar fatos de estados de coisas é vantajoso. Essa diferenciação nos permite separar o que é lógico do que não é lógico, e aquilo que pode ser lógico (como as propriedades e os estados de coisas) daquilo que não pode ser lógico (como objetos, eventos e fatos). Também nos permite fazer a diferenciação de acordo com o nível e tipo das entidades distintas; e nos permite diferenciar o que é temporal do que é atemporal. Outras propostas que não diferenciam entre fatos e estados de coisas (sejam elas uma alternativa como a de Chateaubriand, 2001, ou como a de Armstrong, 1997) não consideram essas diferenças, que poderiam ser aceitas numa ontologia realista. Mesmo em propostas como as de mundos possíveis, dentro do obtido, temos que diferenciar esses tipos de entidades, para termos uma melhor definibilidade. É claro que, para um caso como o de mundos possíveis, a terminologia deveria ser repensada, mas as diferentes entidades deveriam ser mantidas.

As alternativas nominalistas, como as de Quine e Davidson (1969), não conseguem explicar corretamente o que são fatos nem estados de coisas. Davidson (1969) utiliza o argumento do *slingshot* para chegar à conclusão de que, se houvesse fatos, teríamos um único fato geral e, portanto, fatos podem ser

rejeitados. Esses argumentos, como mostramos no próximo capítulo, apresentam uma forte dependência da linguagem. Isso os torna menos fortes ontologicamente, pois a ontologia deveria ser considerada independente da linguagem para não cair no linguisticismo (Martin, 2008), como voltaremos a mencionar.⁸³ Alguns nominalistas atuais, ou novos nominalistas avestruz (Imaguire, 2014, p. 193), utilizam a noção de *ground* para tentar dar sentido a essas diferenças. Eles aceitam fatos fundamentais (que poderiam coincidir com nossos fatos de nível 1), mas não fatos de níveis superiores. O argumento é que esses fatos são derivados, e não fatos fundamentais, que são *grounds*, (ver Imaguire, 2014, p. 194). Porém, essa explicação não parece natural. Do mesmo modo, devem explicar por que há fatos que são *grounds*, o que acarreta que as definições dependam de propriedades intrínsecas, mas o que são essas propriedades intrínsecas? Nossa alternativa parece proporcionar uma explicação natural (pelo menos no que se refere a fatos e estados de coisas). Uma ontologia platonista e hierarquizada explica a diferença entre fatos que são *ground* e fatos derivativos: os primeiros são fatos de nível 1, enquanto os outros pertencem a níveis superiores. É verdade que, para aceitar nossa proposta, devemos nos comprometer com propriedades, fatos e estados de coisas (além dos objetos e eventos). Porém, se nossa intenção é procurar explicar a diferença entre essas entidades, nossa alternativa parece boa.⁸⁴

Terminamos, então, este capítulo defendendo nossa proposta, e reafirmando que ela deve ser levada em consideração, pois nos permite diferenciar eventos de fatos e de estados de coisas. Explica, ainda, por que eles são categorias ontológicas diferentes e como essas entidades se relacionam, o que nos permite explicar por que elas têm sido confundidas entre si em tantas ocasiões, por que eventos e fatos têm sido reduzidos a estados de coisas, entre tantas outras questões. Ela também pode ser utilizada por outras alternativas para fundamentar

83 Os argumentos do *slingshot* (incluído o de Davidson), e também a crítica apresentada por Chateaubriand a eles (2001, 2004a e 2015), aceitam uma versão da teoria de correspondência que não estamos dispostos a aceitar: a ideia de que sentenças ou afirmações se referem a fatos. Como veremos no próximo capítulo, o argumento do *slingshot* pode ser descartado por outros motivos que não se centram em problemas de definição.

84 Poderíamos comparar nossa proposta com uma fenomenológica. Porém, se argumentássemos quais são as vantagens da nossa proposta contra uma fenomenológica, teríamos que fazer o mesmo com outros marcos, o que não cabe nos limites desta tese. Nossa ideia foi simplesmente a de comparar com algumas das outras propostas que há dentro da filosofia analítica (também nessa comparação, não fomos exaustivos; não analisamos, por exemplo a noção de fatos e estados de coisas presente em Wittgenstein, 1922).

por que fatos e estados de coisas não são necessários, e até pode ser utilizada como hierarquia epistemológica sem necessidade de se comprometer ontologicamente com essas entidades. Nós, porém, estamos convencidos dessas diferenças e achamos que esta alternativa apresenta uma boa delimitação e uma boa definição das entidades (o que não acarreta que ela esteja isenta de problemas).

No próximo capítulo, veremos como relacionar a linguagem em uso com as nossas categorias ontológicas, e tentaremos mostrar que o problema não é tão simples de definir como parece à primeira vista.

Da lógica ontológica ao uso da linguagem

No capítulo anterior, argumentamos que era possível diferenciar eventos, fatos e estados de coisas, o que nos permitiu defender que os três são categorias ontológicas básicas diferentes. As três entidades se diferenciam segundo a concretude, generalidade, temporalidade e logicidade. Os eventos são concretos, particulares, temporais e não lógicos. Os fatos são abstratos, particulares, temporais e não lógicos. Os estados de coisas são abstratos, gerais, atemporais e podem ser lógicos ou não. Essas características foram definidas desconsiderando a linguagem em uso, pois a ontologia é independente da linguagem. Assim, não podemos definir nossas entidades (sejam elas objetos, eventos, propriedades, fatos ou estados de coisas) a partir das nossas afirmações ou dos usos que fazemos das descrições definidas. Os nossos usos podem não corresponder a nada na realidade. Podemos falar do unicórnio azul para outra pessoa e ela nos compreenderá. Todavia, isso não significa que acreditamos na existência do unicórnio azul. As afirmações, como veremos, são usadas para comunicar, e, na comunicação, poucas vezes importa se o que é descrito na afirmação é um fato, um evento, uma propriedade, ou a coisa que é (ou não é). Embora a ontologia possa (e deva) ser definida independentemente da linguagem, é possível estabelecer uma relação entre essas entidades e a linguagem em uso.

Este capítulo visa analisar essa relação, mesmo quando entendemos que não há para cada unidade linguística uma entidade correspondente à qual referir, nem para cada entidade uma unidade linguística correspondente que seja referencial. Ao estudarmos essa relação, podemos fazer uma análise que vincule a filosofia à linguística, e que consiga construir uma ponte entre as duas disciplinas. Este capítulo, então, passa da ontologia lógica do capítulo anterior à linguagem em uso e visa estabelecer relações entre ambas. Ele começa, primeiro, com uma seção que analisa versões correspondentistas da verdade. Essas teorias têm estabelecido uma relação entre linguagem e ontologia que poderia ser entendida como “um para um”: a cada afirmação verdadeira temos uma entidade ontológica correspondente. Elas são teorias filosóficas que visam analisar a estrutura da reali-

dade a partir de tais afirmações. Contudo, mostraremos que, embora seja possível encontrar alguma relação unívoca entre a linguagem em uso e a realidade, ela não deve ser procurada a partir de afirmações, uma vez que afirmações não são referenciais. A referência, como mencionamos no capítulo 2, está vinculada às descrições definidas. Portanto, é a partir da análise dessas entidades linguísticas (e não das afirmações) que o vínculo é estabelecido em nossa tese. O capítulo analisa, em segundo lugar, a proposta de Vendler, uma das primeiras a vincular o comportamento de certos nominais à referência a fatos e a eventos, e focamo-nos na referência a fatos. Estabelecemos que seus nominais imperfeitos não são referenciais e, portanto, não podem ser usados para referir fatos. À vista disso, uma outra alternativa teve que ser procurada para ver se é possível referir fatos e a estados de coisas ou não. Assim, se analisam, em terceiro lugar, nominalizações a partir de adjetivos, pois os adjetivos são predicativos e apresentam um significado que pode ser relacionado às propriedades universais como *ser vermelho*, *ser redondo*, etc. A análise é feita a partir de dados linguísticos de um conjunto grande de dados, como mostraremos, o que diferencia nossa metodologia da usada por Vendler, que trabalhou só com sua intuição linguística. No entanto, décadas se passaram desde seu trabalho, e preferimos trabalhar com dados. A análise dos dados nos permite estudar os sintagmas nos quais essas nominalizações aparecem, para ver se podemos referir fatos e estados de coisas. Este capítulo visa estabelecer, em quarto lugar, se é possível referir eventos concretos a partir dos dados. Para isso, analisamos substantivos de evento (nominalizações a partir de verbos, como *descongelamiento*, e nomes simples de eventos, como *tormenta*), e os sintagmas nos quais eles aparecem. Analisamos os substantivos nos sintagmas e não as sentenças nem os verbos, pois, como mencionamos, vinculamos a referência às descrições definidas (sintagmas determinantes nestes casos) construídas com nominais. Finalmente, respondemos à pergunta sobre a possibilidade de referir ou não eventos, fatos e estados de coisas, concluindo este capítulo.

4.1.

Sentenças, afirmações e correspondência (ou a falta de)

O argumento do *slingshot* foi chamado assim por Barwise e Perry (1975) devido à sua sinteticidade e ao uso feito dele por Davidson.⁸⁵ É usado como defesa de que sentenças só podem se referir ao verdadeiro ou ao falso – a tese de Frege –, e como argumento de que se houvesse fatos, haveria um único grande fato (Davidson, 1969). Esse argumento é analisado tanto por aqueles que rejeitam fatos como por aqueles que os defendem. Os segundos devem encontrar argumentos para mostrar que o argumento do *slingshot* (*argumento da funda* de agora em diante)⁸⁶ não é suficiente para eliminar os fatos da ontologia (Chateaubriand, 2001). Todas as propostas que analisam o argumento compartilham uma visão correspondentista: deve haver algum tipo de correspondência (entendida como referência ou identificação) entre as sentenças e a realidade.⁸⁷

Nesta seção introduzimos, portanto, o argumento da funda. Analisamos, em primeiro lugar, o argumento dado por Church (1956), o primeiro a retomar a tese de Frege (1892), de que, se as sentenças referem, devem referir o verdadeiro ou o falso. Seguimos, então, para o argumento de Davidson (1969), que utiliza essa tese para estabelecer que, se há uma correspondência entre sentenças e fatos, ela serve para demonstrar que há um único grande fato. Em segundo lugar, introduzimos o argumento de Chateaubriand (2001) sobre podermos contestar o argumento da funda, defendendo que há uma correspondência entre sentenças e fatos ou estados de coisas.⁸⁸ Em terceiro lugar, apresentamos uma terceira alternativa que visa contestar o argumento da funda. Esta terceira alternativa nos permite argumentar que não se deve assumir uma correspondência unívoca entre afirmações e ontologia. Mostraremos que, mesmo sendo possível evitar o

85 “The term ‘slingshot’ was originally suggested to us by Donald Davidson’s use of this compact piece of philosophical artillery in his wars against some of the giants of our industry” (Barwise e Perry, 1975, p. 400).

86 Seguimos a Abilio Rodrigues (2007) no uso desta tradução.

87 O artigo de Davidson que trabalhamos tem a intenção de ir contra certas teorias correspondentistas, mas ele é correspondentista: “In this paper I defend a version of the correspondence theory” (Davidson, 1969, p. 748).

88 O interesse do autor em contestar o argumento não tem diminuído, como pode-se observar em Chateaubriand (2015). Contudo, focaremos a atenção desta seção nos argumentos dados por ele em 2001.

argumento da funda usado por Davidson em *True to The Facts* – como foi feito por Chateaubriand (2001) ou por Barwise e Perry (1975), entre outros –, o problema está em não reconhecer que as afirmações são descritivas e não referenciais. Finalmente, apresentamos nossa alternativa, que relaciona a referência às descrições definidas, e tentamos mostrar que nossa proposta é imune as objeções que surgem a partir do argumento da funda.

4.1.1.

O argumento da funda

O argumento da funda está baseado na tese de Frege (1892) de que as sentenças verdadeiras se referem ao verdadeiro e as sentenças falsas, ao falso, como mencionamos. Embora aceitar o verdadeiro e o falso como objetos seja problemático, a tese de Frege tem sido defendida por vários filósofos. Church foi o primeiro (depois de Frege) a utilizar esse argumento para concluir que a única alternativa possível – para quem considera que a sentença é um tipo de nome (Church, 1956, p. 24) – é a fregeana. Ou seja, a única alternativa possível é defender que todas as sentenças verdadeiras se referem ao verdadeiro. Este argumento – que é a base do argumento usado por Davidson – se fundamenta em dois princípios (tomados de Ruffino, 2004b, p. 25):

- (R) Quando, numa expressão complexa, uma expressão constitutiva é substituída por outra com a mesma referência, a referência não muda.
- (S) Sentenças sinônimas têm a mesma referência.

Tendo esses princípios em consideração, o argumento de Church propõe que podemos passar de 1 a 2, de 2 a 3, e de 3 a 4:

1. Sir Walter Scott is the author of Waverley.
2. Sir Walter Scott is the man who wrote twenty-nine Waverley novels altogether.

3. The number, such that Sir Walter Scott is the man that wrote that many Waverley novels altogether, is twenty-nine.
4. The number of counties in Utah is twenty-nine.

Church argumenta que, ao passar de sentença em sentença, é possível estabelecer que elas têm a mesma denotação. Contudo, a primeira e a última parecem não ter nada importante em comum, com exceção do valor de verdade. Se usarmos os dois princípios (R e S), podemos ver como a análise é feita. A sentença (2) resulta da (1) a partir da substituição de uma descrição por outra, sendo que as duas descrevem a mesma pessoa, Scott. A sentença (4) resulta da (3) por um movimento similar, com as descrições na posição de sujeito descrevendo um número. O passo de (2) a (3), porém, é de um tipo diferente. Church afirma que (2), mesmo podendo não ser sinônima de (3), “is at least so nearly so as to ensure having the same denotation”. (Church, 1956, p. 25) o que faz com que as substituições sejam possíveis. Church estabelece, então, que “Elaboration of examples of this kind leads us quickly to the conclusion, as at least plausible, that all true sentences have the same denotation”. (Church, 1956, p. 25).

O argumento se dá a partir dos princípios antes enunciados (R e S) e é considerado como uma prova válida de que se as sentenças denotam (ou referem), elas denotam (ou referem) o mesmo valor de verdade (como Frege [1892] tinha argumentado).⁸⁹ Porém, isto não significa que a análise não seja vista como um tanto forçada. Barwise e Perry (1975, p. 395), ao tentar explicar a falha do argumento, dizem

The argument is like an ambiguous figure or an Escher drawing. If you are aware of situations, you have to keep shifting perspective to let the argument trick you. From one perspective the first and last steps are fine but the middle step is wrong. From a second perspective the middle step is reasonably good but the first and last steps are completely unfounded.

Ou seja, não se apresenta como totalmente natural para quem quer defender que as sentenças identificam uma coisa diferente dos valores de verdade. O argumento conciso – como pode ter sido observado na análise apresentada – visa descartar qualquer teoria que pretenda defender que sentenças podem ter

⁸⁹ Essa prova depende das respectivas formalizações, nas quais não entramos.

referentes diferentes, e tem sido usado por diversos autores.⁹⁰ No caso do artigo de Davidson (1969), o argumento ocupa menos de dois parágrafos de um artigo de 17 páginas, o que é característico do argumento da funda.⁹¹

The confirming argument is this. Let 's' abbreviate some true sentence. Then surely the statement that s corresponds to the fact that s. But we may substitute for the second 's' the logically equivalent '(the x such that x is identical with Diogenes and s) is identical with (the x such that x is identical with Diogenes)'. Applying the principle that we may substitute coextensive singular terms, we can substitute 'T for 's' in the last quoted sentence, provided 't' is true. Finally, reversing the first step we conclude that the statement that s corresponds to the fact that t, where 's' and 't' are any true sentences.

Since aside from matters of correspondence no way of distinguishing facts has been proposed, and this test fails to uncover a single difference, we may read the result of our argument as showing that there is exactly one fact. Descriptions like 'the fact that there are stupas in Nepal', if they describe at all, describe the same thing: The Great Fact. No point remains in distinguishing among various names of The Great Fact when written after 'corresponds to'; we may as well settle for the single phrase 'corresponds to The Great Fact'. (Davidson, 1969, p. 753)

Ou seja, é possível substituir qualquer parte da sentença verdadeira por outra que não afete a sua verdade e chegar à conclusão de que temos um único grande fato. Não entramos na formalização do argumento, pois nos interessa simplesmente a sua meta: demonstrar que, se aceitarmos o princípio de substituição proposto por Frege, é possível chegar a uma conclusão similar à que ele chegou. Neste caso em particular, em lugar de argumentar que todas as sentenças verdadeiras se referem a ou denotam o verdadeiro, deveríamos concluir que, se há fatos, todas as sentenças denotam um único grande fato.⁹²

4.1.2.

Chateaubriand contra o argumento da funda

90 Por mais informações, ler Barwise e Perry (1975), o capítulo 4 de Chateaubriand (2001), e a tese de doutorado de Abilio Rodrigues (2007).

91 Não entramos na discussão prévia do artigo, pois nos focamos no argumento.

92 A formalização do argumento de Davidson (1969) pode ser encontrada na tese de Abilio Rodrigues (2007) na seção 2.2.

Chateaubriand (2001) defende que sentenças verdadeiras referem ou identificam fatos.⁹³ Ele trabalha com os argumentos dados por Church, Davidson e Gödel como sendo defesas do argumento de Frege de que todas as sentenças denotam valores de verdade (o verdadeiro ou o falso). Especificamente sobre o argumento de Davidson em *Truth and Meaning*, Chateaubriand defende que é uma reformulação do argumento de Church para a denotação. Davidson propõe, segundo Chateaubriand (2001, p. 143), que se aceitarmos o princípio de que expressões logicamente equivalentes têm a mesma denotação, e aceitarmos o princípio de Frege de substitutividade, “...then sentences that have the same truth value have the same denotation”. Mesmo não sendo o artigo em que focamos, pode ser visto como um pré-argumento para o que será defendido em *True to the Facts*: se há uma denotação das sentenças verdadeiras, todas denotam o único grande fato. Segundo Chateaubriand, esse tipo de argumento assume que a equivalência lógica deve ser uma relação muito forte para garantir igualdade de denotação. Contudo, segundo ele, todas as reformulações do argumento se baseiam no erro de aceitar que essa relação preserva significado, sentido ou denotação. Ele continua a argumentar que, mesmo se aceitarmos que a equivalência lógica preserva o valor de verdade – o que, na sua teoria que aceita sentenças que não são nem verdadeiras nem falsas, não se dá tão facilmente –, não é nada claro que a igualdade em valor de verdade garanta igualdade de denotação.

Ele diz, então, que o tratamento de Davidson não é satisfatório, e termina o capítulo 4 com o argumento de Gödel, para concluir que nenhum dos argumentos apresentados é satisfatório para defender a tese de Frege (Chateaubriand, 2001, p.153). Ou seja, não há razões para aceitar o argumento da funda, pois ele pode ser questionado.⁹⁴ As críticas que Chateaubriand faz ao argumento podem ser classificadas em três (Ruffino, 2004a): não há uma definição clara do que é a

93 No seu sentido amplo de fato que não coincide exatamente com a definição de fatos que nós defendemos, como mostramos no capítulo anterior.

94 Há vários autores que tentam contestar o argumento. Barwise e Perry (1975) questionam o argumento e dizem que seu uso pode ser evitado pois baseia-se em mudanças de interpretações *value-free* e *value-laden*. Argumentam que o valor é carregado nas primeiras descrições definidas, depois é descarregado (sem valor), e, finalmente, carregado novamente. Neale (2001) estabelece que só se pode evitar o uso do argumento se fatos forem entendidos como entidades estruturadas, mas não nos casos em que eles forem vistos como simples. Restall (2004) tenta mostrar que uma abordagem de modelos também evita usar o argumento. Rodrigues (2007) defende na sua tese que uma aproximação ao problema a partir de fazedores de verdade empíricos também resolve o problema, entre outros.

sinonímia; não temos por que aceitar que o princípio de Gödel ‘ $F(a)$ ’ e ‘ $a=(\exists x)(F(x) \ \& \ x=a)$ ’ é válido sempre (pode depender de contingências); e o argumento pode ser evitado se analisarmos as sentenças combinando uma análise fregeana para os sujeitos e uma russelliana para os predicados. Essa análise não permite fazer as substituições quando as descrições definidas estão no predicado (de 2 a 3) e contesta, portanto, o argumento.

Todavia, defesas como as de Chateaubriand podem ser criticadas, pois aceitam que as sentenças são tipos de nomes.⁹⁵ A seguir, apresentamos uma terceira alternativa que questiona a ideia da correspondência entre afirmações e fatos.

4.1.3.

Uma terceira alternativa às anteriores

Há, à primeira vista, dois caminhos possíveis a respeito do tratamento dos argumentos da funda: ou aceita-se uma proposta equivalente à de Chateaubriand (2001 e 2004a) ou aceita-se, como Ruffino (2004a), que os argumentos lá apresentados não são suficientemente fortes para contestar o argumento da funda. No entanto, o argumento da funda não é suficiente para descartar fatos da ontologia e há bases para questionar a ideia de que todas as afirmações verdadeiras se referem a um mesmo fato. O problema dessas duas alternativas é que o argumento depende da aceitação de alguma versão de correspondência entre afirmações e realidade. O caminho tomado por Davidson aceita uma correspondência a um único grande fato. O caminho tomado por Chateaubriand (2001) apresenta uma correspondência a fatos (estados de coisas) enfraquecida pelos argumentos da funda que, afinal, Chateaubriand logra rejeitar. Há, contudo, uma terceira alternativa – a que defenderemos – que não aceita nenhuma das análises apresentadas nesta seção. Ela foi pensada a partir de Barwise e Perry

95 Os argumentos dados por Chateaubriand podem ser criticados. Ruffino (2004a) afirma que esses três pontos podem ser questionados e que a única maneira de contestar o argumento seria usar “(...) something like Russell's pure theory, which eliminates the descriptions in the subject position as well” (Ruffino, 2004a, p. 208). Por seu lado, Chateaubriand (2004a) afirma – contra Ruffino (2004a) – que a sua proposta contesta, sim, o argumento.

(1983, p. 67), onde se afirma que só descrições definidas referem, e que sentenças descrevem.⁹⁶ Ou seja, o argumento da funda é evitado pois sentenças não referem. Essa alternativa foi prevista, também, por Ruffino (2004b, p. 26): “But, of course, one could still avoid Frege’s thesis by (...) denying that sentences do in fact refer (i.e., by denying the parallel between sentences and proper names) (...)”. Portanto, nossa alternativa contesta o argumento, pois não aceita que sentenças sejam nomes próprios. Não aceitamos a tese de Frege.

Antes de continuar, algumas distinções terminológicas devem ser feitas. Entendemos que as sentenças são unidades gramaticais, como mostramos no capítulo 2. Portanto, são incapazes de se referir (apontar para alguma coisa no mundo) e não possuem valores de verdade. O argumento da funda, então, não deveria se dar a partir de sentenças e sim a partir de afirmações, como bem notou Davidson (1969, p. 754), “Truth is not a property of sentences, it is a relation between sentences, speakers, and date”. São as afirmações – proferências feitas pelo falante que se relacionam com as sentenças, mas não são sentenças – as que podem ter relação com a verdade e o mundo.⁹⁷ É a partir das afirmações que os argumentos da funda deveriam ser construídos. Mesmo quando a maioria dos filósofos aceita a distinção entre sentença e afirmação, é comum ler artigos onde se fala em verdade das sentenças (como pode ter-se observado na citação anterior de Ruffino 2004b) e, reiteramos, sentenças não têm valores de verdade. Assim, acreditamos que, para falar em algum tipo de correspondência, devemos falar em afirmações.⁹⁸

96 Vale notar que a aproximação de Barwise e Perry (1983), que funciona muito bem na semântica, é fraca quando pensamos em questões ontológicas, pois distintas entidades podem ser classificadas como situações. Por esta mesma razão, tomamos a ideia de que sentenças descrevem e não referem, mas não usamos a semântica de situações lá apresentada.

97 Poderia-se objetar que seria melhor falar em “tokens de sentenças” que seriam os que teriam valores de verdade, pois as afirmações contêm uma força ilocucionária impressa nesse token linguístico, que seria o que seria verdadeiro ou falso. O problema é que o token da sentença (se entendermos a sentença como um tipo) não tem valor de verdade. Se eu escrevo “O meu amigo é Pedro”, ele é um token de uma sentença sem valor de verdade. O valor de verdade ganha-se uma vez que temos alguma relação entre linguagem e realidade. Assim, assumimos que é a afirmação (que pode estar relacionada à sentença e à proposição) que tem valor de verdade e não o token linguístico. Certamente, isso levanta problemas relacionados com as proposições e a verdade que não são considerados nesta tese, mas poderão ser pesquisadas num futuro.

98 É, também, muito usual encontrar, usadas como sinônimos de sentenças, as proposições (ver Geach, 1965). Esta é uma distinção mais complicada de fazer. Achamos que, se há proposições, elas devem, sim, estar vinculadas à verdade. Portanto, estariam mais próximas das afirmações que das sentenças. Contudo, não entramos no debate de o que são as

Ao assumirmos que sentenças não têm valor de verdade (pois são unidades de análise gramatical), que não são equivalentes a nomes e que, ao serem usadas, não se referem a nada, não denotam fatos, nem situações, nem estados de coisas, podemos evitar o argumento da funda. Obviamente, em toda afirmação pode haver embutida alguma referência a alguma coisa, mas a referência está ligada aos termos singulares, às descrições definidas, e aos nomes próprios que nelas encontramos.⁹⁹ Por exemplo, quando afirmo algo como “a televisão está ligada” descrevo um evento, mas não me refiro ao evento (como bem nota Davidson em *The Logical Form of Action Sentences*), e quando afirmo algo como “Ana é uma mulher” descrevo um fato, mas não me refiro ao fato. Há sim referência, nestes casos, à *televisão*, o objeto que está participando do evento, e a *Ana*, o objeto no qual se instancia a propriedade *ser mulher*, que estão incluídos naquelas afirmações. Contudo, não há referência a fatos (nem a eventos) em nenhuma dessas afirmações.

Consideramos que, como as afirmações descrevem muitas coisas (em sentido chisholmiano), tentar estabelecer os tipos de coisas que as afirmações descrevem não faz sentido, podem ser tão variados quanto as coisas que houver ou não houver na realidade. Podemos fazer afirmações de coisas que não existem sem comprometer-nos com elas. Por exemplo, neste momento a Globo está passando o desenho *O gato de botas*. Posso afirmar “O gato de botas está falando” e essa afirmação descreve uma coisa que estou observando. Porém, esse “objeto” e o “evento” do qual ele participa não estão no mundo, mesmo quando essa afirmação descreve uma coisa a que estou assistindo. A pessoa que está do meu lado poderá confirmar que o gato de botas está falando. Contudo, isso não acarreta que deva me comprometer com a existência do gato de botas. É possível evitar o linguisticismo (Martin, 2008), evitar a ideia de que porque há uma variável há alguma coisa. A linguagem deve ser separada da ontologia, e não podemos definir os nossos fatos a partir das nossas afirmações, pois muitas delas não correspondem a nada na realidade. Elas são usadas para comunicar, e na comunicação poucas vezes importa se o que é descrito na afirmação é um fato, um

proposições, pois escapa aos objetivos da nossa tese.

99 Nem todas as descrições definidas são referenciais – como argumentamos nas próximas seções.

evento, uma propriedade, ou a coisa que é (ou não é). Importa que quem está me ouvindo me compreenda, e possamos ter uma comunicação efetiva (à la Grice), como mencionamos no capítulo 2. Nossa proposta argumenta contra as versões correspondentistas “clássicas”; não porque achemos que não há nada na realidade (de fato propomos uma ontologia bem rica, com 5 categorias ontológicas básicas, como mostramos no capítulo anterior), mas porque achamos que é um erro entender que as afirmações devem corresponder a alguma coisa (ou vice-versa, que as coisas devem corresponder a uma afirmação).

Consideramos, então, que os defensores e os críticos do argumento da funda têm em comum uma coisa muito importante: a linguagem. Ambos parecem acreditar que, como há afirmações verdadeiras, é possível definir se temos fatos ou não. Se aceitarmos o argumento de Davidson, usamos algum tipo de argumento da funda para provar que se há fatos, há só um único grande fato. Se aceitarmos uma aproximação do tipo russelliana ao assunto, deveríamos afirmar que as afirmações verdadeiras identificam (ou apontam para) fatos, e os fatos que são apontados por essas afirmações são fatos diferentes. Uma alternativa destas é a de Chateaubriand (2001), onde se propõe que sentenças/afirmações/proposições verdadeiras apontam a estados de coisas na realidade. Para defender a sua alternativa, precisou refutar o argumento da funda. Os argumentos que ele dá são, para nós, suficientes. Porém, para filósofos como Ruffino, os argumentos dados por Chateaubriand não resolvem o problema (também não resolvem o problema os argumentos dados por Barwise e Perry, 1975, em Ruffino 2004b).

Podemos estabelecer (como defensores da existência de fatos) que não importa em qual lado do argumento você se encontre, ambas perspectivas dependem fortemente da linguagem.¹⁰⁰ Consideramos que o problema está, reiteramos, em tentar resolver o problema (contra ou a favor) usando a linguagem. A linguagem não tem uma relação “um para um” com a realidade, como mencionamos. É possível defender que afirmações são usadas para descrever coisas que podem estar ou não na ontologia, e, portanto, que fatos são independentes das afirmações que podemos fazer sobre eles. Não queremos dizer

100 Há alguns autores que apresentam posturas intermédias, como Neale (2001). Ele defende que é possível ir contra o argumento caso os fatos sejam estruturados, mas não no caso em que eles sejam entendidos como entidades simples.

com isto que não é possível estabelecer uma relação entre linguagem e ontologia, só queremos argumentar que não é possível estabelecer, a partir de teorias correspondentistas, como as mencionadas, se há fatos ou não. Devemos ter cuidado ao estabelecer essa relação, pois nem tudo o que podemos afirmar existe, como já tinha reconhecido Vendler (1967d, p. 69) para os termos singulares:

For the time being, we have to be satisfied with the conclusion that the discourse in which a referential *the N-* phrase occurs entails a *There is an N ...* assertion. But we should add the *caveat*: there are things that do not really exist.

Terminamos, então, esta seção, defendendo que – mesmo quando é possível usar o argumento da funda para descartar argumentos a favor de fatos, e tentar encontrar argumentos para contestar o argumento da funda e defender a existência de fatos – o erro nos dois casos está em assumir que há uma correspondência entre sentenças (ou mesmo afirmações) e mundo. Há fatos na ontologia que são entidades abstratas e resultam da instanciação de uma propriedade universal numa entidade concreta, e independem de qualquer tipo de afirmação que possa ser feita sobre eles. Qualquer teoria que tente defender que há fatos a partir de uma teoria de correspondência (ou que todas as afirmações verdadeiras correspondem a fatos) nunca poderá rebater totalmente o argumento da funda usado pelos detratores de fatos. Fatos são independentes da linguagem, e qualquer teoria que use a linguagem para tentar defender ou rejeitar a sua existência deixa de se dar conta desta importante questão.

Acreditamos, contudo, que podemos analisar se é possível ou não se referir, num sentido donnelliano (1966), às entidades que interessam. Para isso, devemos determinar se há descrições definidas que possam ser usadas para se referir às entidades aqui analisadas, pois já descartamos a possibilidade de referir a partir de afirmações. Um dos argumentos mais conhecidos para defender a referência a fatos e eventos a partir de nominais é o de Vendler (1967b). Essa proposta, que defende que nominais imperfeitos se referem a fatos e nominais perfeitos se referem a eventos é analisada na próxima seção para o espanhol. Nossa análise se concentra nos nominais imperfeitos, pois são os que deveriam referir a fatos, e – como descartamos que as afirmações se referissem a fatos –

devemos procurar outra alternativa. Os nominais imperfeitos do espanhol são os infinitivos e as orações subordinadas que, junto com o artigo definido, formam sintagmas determinantes (como *el cantar Juan esa canción*, ou *el que haya llegado Juan*, respectivamente). Analisaremos estruturas que contêm esses nominais; mostraremos que não se comportam como substantivos semanticamente e não formam sintagmas determinantes com poder referencial. Assim, eles não podem se referir nem a fatos nem a estados de coisas e ficamos com a tarefa de ver se há outras estruturas que nos permitam a referência ao abstrato que analisamos na seção 4.3, onde analisaremos nominalizações a partir de adjetivos qualificativos que poderiam – em hipótese – ser usados para se referir a fatos e estados de coisas. Depois de ter analisado a possibilidade de se referir às entidades abstratas que nos interessam, analisamos a possibilidade de se referir aos eventos a partir da análise de nomes de evento, na seção 4.4.

4.2.

Os nominais imperfeitos de Vendler não referem

O trabalho de Vendler inspirou nossa tese, pois relaciona o comportamento dos nominais à referência. Ele defende, como mencionamos, que nominais perfeitos se referem a eventos e os imperfeitos a fatos. Contudo, sua proposta deu poder referencial a todos os nominais, e consideramos que é possível questionar a referencialidade de seus nominais imperfeitos. Nesta seção, adentramos lentamente num tratamento um pouco mais linguístico da referência, pois determinamos linguisticamente se as estruturas do espanhol aqui analisadas podem ser usadas para referir ou não.

Os nominais imperfeitos (NI) são o produto da nominalização de uma sentença que pode funcionar como argumento de outra sentença. Eles são nominais que ainda estão vivos como verbos (Vendler, 1967b, p. 131), como mencionamos no capítulo 2. Os NIs, no espanhol, são as orações subordinadas substantivas (*que él vino*, *el que haya venido*) e os infinitivos (*el llegar él*). Vendler (1967b e c) nos permite concluir que os NI podem se referir a fatos. Essa

proposta, como mencionamos, tem sido amplamente aceita, tanto na filosofia analítica como na linguística formal, e poucas modificações têm sido propostas.

Esta seção visa determinar se esses nominais imperfeitos têm poder referencial, levando em consideração avanços que têm sido feitos na linguística contemporânea. Nesta seção, queremos determinar se os nominais imperfeitos podem referir (no sentido apresentado no capítulo 2) ou não. Para isto, assumimos que há na sintaxe distintos tipos de sintagmas determinantes com distinto poder referencial, ideia que surge a partir de discussões recentes sobre a referencialidade (como em Aguilar-Guevara, Le Bruyn e Zwarts, 2014). Afirmamos que há sintagmas determinantes expletivos, sintagmas determinantes fracos e sintagmas determinantes fortes.¹⁰¹ Os três tipos apresentam comportamentos diferentes, como veremos ao longo deste capítulo, mas defendemos que só os últimos apresentam poder referencial, pois estão ligados ao artigo substantivo (no sentido usado por Longobardi, 1994 [ver o item 4.2.2]). Argumentamos que, como eles têm poder referencial, podem ser usados para referir. Assim, podemos argumentar também que é possível estipular o poder referencial na gramática, mesmo quando a referência se ganha no uso e cumprindo certos requisitos (deve haver cooperação, um solo comum e alguma indicação, como mencionamos no capítulo 2). Afirmamos, portanto, que, quando os nominais formam sintagmas determinantes que não têm poder referencial, não podem ser usados para referir. No caso dos nominais imperfeitos, defendemos que não podem se referir a nada porque não são referenciais e não aparecem em sintagmas determinantes fortes.

Nas próximas seções, aplicamos a metodologia usada por Vendler, de usar exemplos linguísticos, para explicar – a partir de dados do espanhol – por que os NI não podem ser usados para se referir a fatos. No item 4.2.1, apresentamos pela primeira vez os dados a partir do espanhol. Analisamos os infinitivos, as orações subordinadas substantivas e a combinação deles com a estrutura *el hecho de*. No item 4.2.2., apresentamos a proposta de Longobardi (1994) que não existia no tempo de Vendler. Acreditamos que essa proposta nos permite analisar os nominais imperfeitos de uma nova maneira e defender que eles não são

101 Há diferentes aproximações à referencialidade fraca (Poesio, 1994, Barker, 2005, Klein et al, 2013). É um assunto relativamente novo em linguística e, portanto, não é um assunto definido, como veremos.

referenciais. Ela é uma proposta problemática, como mencionaremos, mas se apresenta como suficiente para dar os fundamentos teóricos que nos permitem resolver a análise dos dados aqui analisados. No item 4.2.3, reanalisamos os dados do espanhol, levando em consideração a proposta de Longobardi e outras propostas mais recentes, que nos permitem defender nossa hipótese: os nominais imperfeitos são inerentemente não referenciais e formam sintagmas expletivos. No item 4.2.4, fazemos uma síntese da seção e explicamos a importância do trabalho de Vendler para o desenvolvimento de nossa pesquisa e da relação entre análises linguísticas e a ontologia.

4.2.1.

Evidência linguística a partir do espanhol

Os infinitivos no espanhol (como os gerúndios no inglês) podem ser nominais perfeitos ou imperfeitos, e têm sido objeto de vários estudos linguísticos, tanto de uma perspectiva descritiva como de uma perspectiva formal.¹⁰² A literatura hispânica tem se concentrado mais no uso dos infinitivos como nominais perfeitos (ver de Miguel 1995, Demonte e Varela 1997, Fábregas e Varela 2006, entre outros), e não tem prestado muita atenção ao uso deles como NIs.¹⁰³ Porém, as análises existentes são suficientes para definir qual é o comportamento sintático dos infinitivos como imperfeitos no espanhol.

Mostramos, aqui, muito brevemente, os usos dos infinitivos do espanhol como nominais imperfeitos combinados com recipientes (*containers*) que poderiam hospedar nominais imperfeitos, segundo a proposta de Vendler (exemplos tomados de Miguel, 1996).¹⁰⁴

102 Algumas das referências para o espanhol são Hernanz 1999, de Miguel 1996, Ramírez 2003, entre outros.

103 Se o espanhol tivesse um infinitivo flexionado, como o português (ver Raposo 1987, Madeira, 1994, Brito 2012, por nomear alguns), a história poderia ter sido diferente.

104 Isto envolve uma simplificação grosseira de como os infinitivos funcionam, mesmo quando estudamos só o comportamento deles como NIs. Eles podem aparecer como complementos de predicados declarativos/epistêmicos, complementos de predicados factivos, orações subordinadas substantivas subjetivas, orações subordinadas reduzidas introduzidas por preposição, entre outros (ver Madeira, 1994, pp. 180-181). Não estamos interessados, contudo, em prover detalhes sobre o comportamento dos infinitivos, só queremos mostrar que eles se comportam como imperfeitos em uma maneira vendleriana.

1. El morir Juan tan repentinamente nos sorprendió.
2. Lamento el haber andado el niño por ahí.

Esses infinitivos são imperfeitos, pois mantêm propriedades verbais: selecionam seus argumentos, têm aspecto/tempo, podem ser modificados por advérbios, entre outros (Ramírez, 2003, p. 118). Mesmo sendo imperfeito, o infinitivo pode aparecer com o artigo definido, como pode ser observado em (1) e (2). O sujeito do infinitivo aparece depois do verbo, e não é introduzido pela preposição (nesses casos, estamos frente a infinitivos perfeitos, como em *El cantar de Juan*).¹⁰⁵ Atualmente, os infinitivos imperfeitos (tanto no espanhol como no português) são analisados como orações subordinadas substantivas (frases complementantes ou CPs) (ver Brito, 2012, p.112). Esse tratamento aproxima os infinitivos das orações subordinadas e reforça o caráter verbal deles. Sem entrar em detalhes, é possível afirmar que podem ser analisados como tendo a mesma estrutura formal que as CPs, e que são claramente imperfeitos no sentido já descrito por Vendler.

Entramos, agora, no departamento das orações subordinadas substantivas, que se mostra nos exemplos embaixo:

3. Me sorprendió que la ciudad haya sido destruida.
4. Mencione que Pedro cantó el himno Nacional.
5. El que hayas llamado me sorprendió.

É possível ver que, a respeito das orações subordinadas substantivas, quase tudo parece funcionar como Vendler postulou. Eles parecem poder se referir a fatos, porque se combinam com recipientes que selecionam nominais que se referem a fatos (de acordo com Vendler). Contudo, algo interessante surge com as orações subordinadas substantivas do espanhol, cujo comportamento parece se aproximar dos infinitivos nominais: elas podem – em alguns contextos – aparecer

¹⁰⁵ Há alguns casos do espanhol que permitem a aparição do sujeito na posição anteposta, como em orações finais internas que funcionam como complementos dentro da oração principal, como em *Me reservo la mañana del viernes para yo leerlo*. Agradeço a menção a estes casos e o exemplo a Virginia Bertolotti.

junto do artigo definido (ver 5). Parece que temos, assim, mais uma evidência a favor da proposta de Vendler: como podem se combinar com artigos definidos, então, eles deveriam definitivamente se referir, e deveriam se referir a fatos.

Uma última peça a favor da ideia de Vendler parece ser a possível combinação dos NIs com o nome *hecho*, que analisamos na seção teórica para o inglês e também é possível no espanhol:

6. Es un hecho que Juan cantó el Himno Nacional.
7. El hecho de que Juan haya cantado el Himno Nacional me sorprendió.
8. El hecho de poder cantar bien Juan me sorprendió.

Estes exemplos parecem confirmar a hipótese de Vendler, e os linguistas normalmente tomam essas combinações como evidência de que essas estruturas se referem a fatos, o que pode ser observado em:

Es aquí donde entra en juego la marca suplementaria de la que dispone el español, a saber, el determinante *el*, a veces ampliado por *hecho de*, delante de la conjunción subordinante *que*. La presencia del determinante modifica el valor epistémico de la subordinada: señala que lo que sigue debe interpretarse como un hecho. (Delbecque e Lamiroy, 1999, p. 1969)

Alguns gramáticos chegam a argumentar que as orações subordinadas substantivas sempre são equivalentes a frases nominais que correspondem a *o fato de que* e *o fato de* + o infinitivo (Neves, 2000, p. 333). Outros argumentam que as combinações com *el hecho de* não tiram as propriedades verbais dos infinitivos (Kornfeld, 2004, p. 281). Contudo, deveríamos explicar por que – se os NIs não se referem a fatos – eles podem combinar-se com esse nome. Ou seja, estamos longe de demonstrar por que o tratamento dos NIs de Vendler está equivocado.

Devemos, então, chegar a um melhor entendimento do artigo definido que acompanha os nominais imperfeitos. O aparecimento dos NIs do espanhol junto ao artigo definido parece reforçar a ideia de que são referenciais, e que eles apareçam combinados com o nome *hecho* pode ser visto como evidência de que eles se referem a fatos. Entretanto, queremos defender que em nenhuma dessas circunstâncias eles formam sintagmas determinantes fortes. Ou seja, queremos argumentar que eles não têm poder referencial. Para poder defender nossa

proposta, devemos levar em consideração como o artigo funciona, e fazer uso das distinções entre artigo definido substantivo e expletivo propostas por Longobardi (1994).

4.2.2.

O artigo definido e os nominais imperfeitos

Longobardi (1994) foi um dos primeiros autores a reconhecer que o artigo definido pode ter mais de um uso.¹⁰⁶ Ele propõe que o artigo tem duas funções diferentes: uma substantiva (*substantive*), e uma expletiva. A substantiva dá ao nome valor referencial, enquanto a expletiva não. A diferença está em que quando ele é substantiva, “a single singular determiner is sufficient to impose singular designation to the entire nominal expression (...)” (Longobardi, 1994, p. 621), e quando é expletivo, não impõe designação singular e não dá ao nome poder referencial. Por exemplo, uma vez que combinamos o artigo definido substantivo com um nome comum, como em 9a, obtemos uma expressão referencial; quando combinamos o artigo com um nome próprio (possível em espanhol, português e outras línguas românicas), como em 9b, o artigo é expletivo pois o nome próprio tem poder referencial; e quando combinamos o artigo expletivo com um nome singular que não identifica unicamente um objeto, obtemos um SD genérico singular (Longobardi, 1994, p. 650), como em 9c:

9.

- a. El gato
- b. El Juan
- c. El castor es un animal

Longobardi (1994, pp. 655-656) defende que, se sua hipótese é correta, deveria haver pelo menos alguma língua onde o artigo substantivo e o expletivo

¹⁰⁶ Vergnaud e Zubizarreta (1992) também reconhecem que há um uso expletivo do artigo definido. Contudo, sua aproximação à referência é linguística. Por este motivo, usamos a aproximação de Longobardi, que explicitamente procura explicar a referencialidade de uma maneira semântico-filosófica.

não sejam homófonos, e há. Segundo o autor, muitas variedades de catalão diferenciam o artigo expletivo quando se combina com nomes próprios do artigo quando se combina com outros nomes, comparem 10a a 10b.

10.

a. En Pere

O Pedro

b. El gos

O cão

Esses exemplos podem ser vistos como evidência a favor da hipótese de Longobardi.¹⁰⁷ Sua proposta explica o estatuto referencial das descrições definidas com o artigo definido na função substantiva. Quando o artigo expletivo é usado, a referencialidade do nome não deveria ser afetada: se os nominais são referenciais, eles deveriam manter a referencialidade, e se eles são não referenciais, eles deveriam manter a não referencialidade (como no caso dos nominais imperfeitos que veremos proximoamente).

Esta proposta deve presumir que todas as línguas naturais têm sintagmas determinantes, e que para que os substantivos possam ser argumentais, devem estar dentro de um sintagma determinante (SD).¹⁰⁸ O artigo definido seria o determinante (D) do SD substantivo em línguas que têm artigo definido, e um artigo nulo deveria tomar sua posição em línguas que não têm artigos definidos (como o russo, por exemplo). Todas as línguas teriam um uso substancial do artigo e um uso expletivo, e todas teriam “nominal arguments projected as full DPs” (Cyrino e Espinal, 2015, p. 472).¹⁰⁹ Essa ideia, então, permitiria expandir a

107 A proposta de Longobardi não está livre de problemas. Por exemplo, Bernstein et al. (2016) mostram, para o determinante pessoal em catalão de Maiorca, que algumas das conclusões de Longobardi deveriam ser reconsideradas. Contudo, a ideia de que há um uso expletivo do artigo pode ser mantida sem grandes alterações.

108 Para uma aproximação diferente à hipótese SD, ver Boškovic (2005). Ele, e outros, propõem que algumas línguas são SD, e outras (como o russo, polaco, checo, etc.) são SN.

109 Giusti (1999, 2015) dá uma explicação diferente a esses fenômenos. Ela defende que o artigo deveria ser parte da morfologia flexiva do nome, e que não tem nada a ver com a frase ser referencial ou não. Seria a frase indexical (uma categoria funcional mais alta/elevada) que determinaria se estamos frente a uma estrutura referencial ou não: se o operador-iota estivesse presente, seria referencial, e se não, teríamos uma leitura de frase em terceira pessoa. Comparem:

análise da referência às entidades aqui analisadas a todas as línguas, mesmo àquelas que não apresentam artigos (expansão que poderia ser retomada em pesquisas futuras), e permitiria explicar por que nem todos os sintagmas determinantes que temos são referenciais (como já tinha observado Vendler).

Mesmo podendo ter algum problema, a ideia de Longobardi sobre o artigo expletivo nos dá uma explicação possível ao fenômeno da combinação entre o artigo definido e os NIs analisados no item anterior (como 1. *El morir Juan tan repentinamente nos sorprendió* e 5. *El que hayas llamado me sorprendió*). Também nos permite defender que, nesses casos, estamos frente a um artigo expletivo sem estatuto referencial.¹¹⁰ Esta ideia pode ser reforçada pela opcionalidade do artigo definido no espanhol (tanto para os infinitivos como para as CPS), como mostraremos no próximo item, e a opcionalidade é uma das predições que o artigo expletivo nos permite fazer (ver Longobardi, 1994, p. 654). Seria possível, então, explicar os artigos que aparecem em infinitivos como em *(el) decirlo tú me sorprende* numa analogia com os artigos em nomes próprios como em *(el) Martín me sorprende*. No caso dos nomes próprios, temos estruturas referenciais às quais o artigo não adiciona – nem elimina – referencialidade, e no caso dos infinitivos teríamos estruturas não referenciais às quais o artigo não adiciona referencialidade. Estas últimas formariam – defendemos – sintagmas determinantes expletivos. Deveríamos, se comprovarmos que há sintagmas expletivos, adicionar à proposta de Longobardi uma outra categoria, (possivelmente) um 9d. *El haber llegado Juan*, que fosse um sintagma expletivo. Assim, teríamos um panorama que explicaria melhor as diferenças no uso do artigo expletivo quando: (i) se combina com um nome próprio que tem poder referencial; (ii) se combina com um nome comum com o qual apresenta uma leitura genérica; e (iii) se combina com um nominal imperfeito que não tem poder

-
- a. Se busca la/una persona ideal para este trabajo. (indP nulo)
 - b. La tele está prendida. (indP referencial)

Não consideramos esse marco, pois Longobardi nos permite explicar o mesmo fenômeno sem ter que usar uma frase indexical mais alta/elevada.

¹¹⁰ Esta não é a única aproximação aos artigos (como mencionamos na nota anterior), mas é básica para o seu entendimento, e suficiente para as questões que nos competem. Poderíamos, por exemplo, ter resumido a proposta de Partee (2002) para a referência. Porém, pensamos que esta aproximação é suficiente para mostrar que há explicações possíveis a porque o artigo definido + o NI não são referenciais, sem entrar em semântica formal.

referencial. Justificaremos isso nos próximos itens.

Podemos afirmar que estudar o uso dos sintagmas para referir é um assunto complicado e que, para entendê-lo em sua totalidade, devemos entender como funcionam os sintagmas determinantes definidos. Esta seção é um passo para entender a relação entre diferentes tipos de SDs e a referência.

4.2.3.

Reanalizando as evidências de 4.2.1

Podemos argumentar, depois de ter introduzido a noção de artigo expletivo, que – em casos como 11a e b – os NIs estão unidos ao artigo expletivo e, portanto, os NIs não aparecem em SDs referenciais ou fortes:

11.
 - a. (El) morir Juan tan repentinamente nos sorprendió.
 - b. (El) que tú hayas llegado nos sorprendió.

Contudo, a possibilidade combinatória desses nominais não é suficiente para defender que os sintagmas determinantes não são referenciais. Não podemos determinar que, por se combinarem com o artigo expletivo, eles não são referenciais, pois o poder referencial não depende só do artigo. Ele depende de sua combinação com o nominal. Por exemplo: a combinação do expletivo com um nome próprio dá como resultado um sintagma forte. Então, para defender que estamos frente a sintagmas expletivos, devemos explicar algumas questões.

Primeiro, devemos explicar por que expressões tipo-sentença podem aparecer com o artigo definido. Se definirmos o artigo como núcleo do SD que tem por complemento um sintagma nominal (SN), devemos ler os infinitivos e as orações subordinadas substantivas como nominais. Devemos, portanto, aceitar uma aproximação à la Chierchia (1982, p. 305) da nominalização na qual a terminologia linguística tradicional é estendida para dar conta de todos os “syntactic and semantic processes by which sentences, verb phrases, common

nouns and other items are 'transformed' into noun phrases (...)''. Podemos, então, defender que os NIs do espanhol são lidos pela sintaxe, pelo menos, como estrutura nominal e não como estrutura verbal.

Segundo, devemos explicar por que – se eles são nominais – não são referenciais. A não referencialidade não está diretamente associada à expletividade do artigo, como mencionamos, nem à opcionalidade do artigo expletivo. Isso se dá porque a opcionalidade não tem por que ser evidência da expletividade do artigo (e muito menos da expletividade do sintagma). Cyrino e Espinal (2015) têm mostrado que, para o Português Brasileiro, os nominais nus podem ser SDs fortes com um determinante nulo.¹¹¹ Exemplos como *Gerente e diretora trabalham no banco*, onde “we have a coordination of two DPs that refer to two different people, and the verb may manifest plural morphology” (Cyrino e Espinal, 2015, p. 492), mostram que é possível a ausência do artigo sem que o sintagma seja expletivo. Como o verbo tem morfologia plural, o sujeito envolve dois SDs referenciais (com determinantes substantivos nulos). Portanto, a opcionalidade do artigo não é nem uma condição necessária, nem uma condição suficiente para mostrar que estamos frente a um determinante expletivo ou que estamos frente a um sintagma determinante expletivo. Então, se a expletividade do artigo não está diretamente relacionada à expletividade do SD, deveríamos explicar por que os NIs não podem formar SDs referenciais.

A aparição do artigo nos força a aceitar que os NIs são nominais, como mencionamos. Eles são contextualmente reconhecidos como nominais: podem ser sujeito, complemento, etc. Queremos argumentar, igualmente, que serem eles sintaticamente reconhecidos como nominais não nos força a aceitar que devam ser reconhecidos como nomes/substantivos. Isto é, os NIs não têm as características que esperaríamos de substantivos: não apresentam variação de número (12-13); não têm gênero (14-15); não podem se combinar com índices referenciais como os demonstrativos (16-17); entre outros.¹¹²

111 Os nominais nus são nominais que aparecem sem artigo em línguas com artigo, como o português e o espanhol.

112 Eles não denotam objetos nem eventos, como em **El haber escrito ella esos poemas es un objeto* e **que esta feria ocurre en nuestro país es un evento*; e não podem ser combinados com adjetivos individuais, absolutos (intersectivos) e não gradáveis de cor e forma que nos permitem descrever e singularizar entidades (Demonte, 1999, p. 172), como em **El morir Juan tan repentinamente es azul* e **que esta feria ocurra en nuestro país es redondo*. Contudo, estes não são critérios homogêneos e descartariam nominais perfeitos como *amizade*,

12. *Los morires Juan tan repentinamente nos sorprendieron.
13. *que esta feria ocurra en nuestro país y que la otra feria ocurra en Argentina nos sorprendieron.
14. *El que esta feria ocurra en nuestro país es el que quiero
15. *El morir Juan tan repentinamente no fue el peor del mundo
16. *Este que esta feria ocurra en nuestro país
17. *Este haber escrito ella esos poemas¹¹³

Esses exemplos proporcionam ambientes diferentes que mostram que, mesmo quando funcionam como nominais, eles não se comportam sintática ou semanticamente como nomes.¹¹⁴ Por isso, os exemplos em (12-17) são agramaticais: se fossem gramaticais estaríamos lidando com nominais perfeitos, o que não é o caso. Os NIs são nominais. Porém, eles não são substantivos. 12 mostra que o infinitivo não tem número, pois a pluralização resulta na agramaticalidade da sentença. 13 mostra que as subordinadas não têm número, pois a sua coordenação na posição de sujeito não força a concordância plural com o verbo principal. 14 mostra que as subordinadas não têm gênero, pois não concordam com o pronome masculino. Para que a sentença fosse gramatical, ela deveria concordar com o neutro: *que esta feria ocurra en nuestro país es lo que quiero*. 15 mostra que os infinitivos imperfeitos não têm gênero, pois não concordam com o pronome masculino. Para que a sentença fosse gramatical, também deveria concordar com o neutro: *El morir Juan tan repentinamente no fue lo peor del mundo*. Como o espanhol não tem gênero neutro, é possível concluir que os NIs não têm gênero. A ausência de gênero e número mostra que eles não são nomes e não formam frases nominais (Picallo, 2008, p.61). A

blancura ou *tradução*. Por isso, não são dados como parte dos critérios fundamentais para determinar se os nominais imperfeitos são substantivos.

113 No espanhol, alguns infinitivos podem ser combinados com demonstrativos: *ese estar siempre listo*. Contudo, a aparição do demonstrativo força uma leitura de maneira do infinitivo. Kornfeld (2004, p. 281) propõe que eles deveriam ser lidos como tendo um núcleo nominal que deveria ser lido como “maneira/ forma de”. Teríamos, então, um NI em aposição àquele nominal nulo. Fábregas e Varela (2006) analisam essas estruturas que não têm o mesmo comportamento dos infinitivos que estamos analisando aqui.

114 Iordăchioaia (2013, p. 1) as chama nominalizações defectivas, porque não apresentam uma estrutura nominal completa. Nós mantemos a terminologia de Vendler.

ausência de número e gênero, somada à impossibilidade combinatória destes nominais com demonstrativos, mostra que eles não são referenciais. Assim, podemos afirmar que são inerentemente não referenciais, porque não apresentam as características necessárias para formarem SDs referenciais. Não há uma maneira na qual eles possam identificar unicamente alguma coisa. Poderíamos, então, defender que se combinam com o artigo expletivo para formar um SD expletivo (no sentido usado em Vergnaud e Zubizarreta, 1992) porque são não-referenciais.¹¹⁵

Devemos, portanto, estender a análise dos sintagmas propostos por Longobardi para incluir esses sintagmas expletivos. Teríamos, continuando na proposta de Longobardi, sintagmas fortes com a presença do artigo que surgem da combinação do artigo substantivo e um nome comum (como 9a. *El gato*) e da combinação do nome próprio com o artigo expletivo (como em 9b. *El Juan*), sintagmas genéricos que surgem da combinação do artigo expletivo e um nome comum (como em 9c. *El castor es un animal*), e sintagmas expletivos que surgem da combinação do artigo expletivo e um NI (como poderia ser 9d. *El haber llegado Juan*). Obviamente, é possível que esta proposta não dê conta de todas as possibilidades combinatórias de nomes com o artigo definido, e que outras propostas devam ser consideradas (sobretudo no que diz respeito a casos como 9c.), mas é, pelo menos, uma proposta que amplia os casos analisados por Longobardi (1994).

As estruturas analisadas em (6-8) devem ser analisadas independentemente. Como envolvem o nome *hecho*, são usadas geralmente para

115 Não somos os primeiros em perceber que os NIs são não referenciais. Moltmann (2013, p. 122) defende que as orações subordinadas substantivas são termos não referenciais, mas quase-referenciais (2013, p. 203). Defendemos, porém, que eles são inerentemente não referenciais, e que – a respeito de fatos (ou qualquer outra entidade) – não aparecem em construções referenciais (nem quase-referenciais). Iordăchioaia (2013) defende que os infinitivos são não referenciais. A sua proposta é feita com base na Morfologia Distribuída, e argumenta que, como os infinitivos apresentam traços *default*, são não referenciais (Iordăchioaia, 2013, p. 11). Mesmo quando a conclusão a que chega é muito similar à nossa, as motivações e o caminho tomado para chegar a ela diferem. Além disso, Iordăchioaia (2013, nota de rodapé 6) argumenta que os infinitivos podem envolver, às vezes, uma anáfora referencial (uma anáfora para fatos), porque “infinitives easily allow for a factive interpretation, besides the eventive one”. Isso relaciona infinitivos a fatos, que é exatamente a ideia contra a qual estamos argumentando. Isto é, estamos argumentando contra a ideia de que os infinitivos se referem a fatos e também contra a ideia de que identificam fatos.

argumentar que a estrutura se refere a um fato. As paráfrases com *o fato de que p* têm sido usadas para defender que *p* se refere a fatos por muitos autores, desde Vendler (1967) a Cresswell (1985) e Asher (1993). Kratzer (2002), por exemplo, questiona a facilidade com a qual essa ideia tem sido tomada como garantida, mas aceita, mesmo assim, que, em alguns casos, poderia ser usada como uma defesa de que o que aparece depois do nome é um fato. Isso pareceria ser evidência extra para propor que, pelo menos nesses casos, estaríamos frente a SDs fortemente referenciais, que poderiam permitir referir a fatos. Esta ideia tem sido, como mencionamos antes, tomada como certa no espanhol, em estudos gramaticais como o de Delbecque e Lamiroy (1999). Contudo, poderíamos argumentar que, mesmo nesses casos, o nome *hecho* não remove as características verbais dos NIs (como defende Kornfeld, 2004). Não importa se toda a frase parece mais nominal que o NI sozinho no SD; o NI continua sendo imperfeito. Poderíamos, por exemplo, usar a ideia de Kiparsky e Kiparsky (1970, p. 144) de que só em factivos (os predicados nos quais a verdade é pressuposta pelo falante) podem as orações substantivas ou os infinitivos se combinarem com o nome *hecho*. Assim, poderíamos defender que nesses casos teríamos frases nas quais o nome *hecho* reforça a pressuposição de que o que vem depois é verdadeiro. Ou seja, todas essas sentenças (6. *Es un hecho que Juan cantó el Himno Nacional*, 7. *El hecho de que Juan haya cantado el Himno Nacional me sorprendió*, e 8. *El hecho de poder cantar bien Juan me sorprendió*) podem ser analisadas como factivas. O resultado não implica na alteração do poder referencial dos NIs; apenas que o falante assume que está dando uma descrição fiel de alguma coisa no mundo ou no discurso que não é identificada unicamente.

Para reforçar esse argumento, voltamos aos exemplos dados em (6-8). Neles, *el hecho de/o fato de* é opcional, e, mesmo quando *hecho de* é omitido, o artigo pode ser mantido (ver 18 e 19). Nesses casos, a opcionalidade de *hecho de* pode ser explicada propondo um traço abstrato semanticamente equivalente ao nome, Ø (Kornfeld, 2004, p. 281). Isto é, mesmo se não está lá fonologicamente, está lá (pelo menos de um ponto de vista semântico). Portanto, ainda poderíamos argumentar que estamos frente a uma frase nominal quando *hecho de* é omitido. Como podemos, então, justificar que deveriam ser entendidos como SDs

expletivos? Poderíamos utilizar a opcionalidade do artigo novamente pois, nesses casos, uma vez que eliminamos *hecho de*, o artigo pode ser omitido também sem afetar a gramaticalidade da sentença (ver 18), e às vezes deve ser omitido para não afetar tal gramaticalidade (ver 19)?

18. (El [hecho de]) haber abandonado ellos el equipo me sorprendió.

19. a. Me olvidé de(l hecho de) que habías llegado.

b. *Me olvidé del que habías llegado.

Como mencionamos para os casos sem *el hecho de*, a expletividade do artigo não pode ser determinada a partir da sua opcionalidade, e a expletividade do sintagma não pode ser determinada a partir da expletividade do artigo. Portanto, outra explicação deve ser encontrada. Esses SDs parecem ser, à primeira vista, referenciais; a combinação desse nome com o NI parece sim identificar alguma coisa unicamente. Contudo, ainda queremos defender que, nesses casos, estamos frente a estruturas não referenciais. Poderíamos defender que, em presença desse nome, estaríamos frente a SDs fracos e não expletivos? A discussão sobre referencialidade fraca é recente, como mencionamos, e não há um tratamento unificado do assunto (ver Klein et al., 2013). Porém, podemos tentar ver se nossas frases podem ser fracas na posição correta ao compara-las a algumas das aproximações a essa temática.¹¹⁶ Mais especificamente, fazemos comparações com Poesio (1994) e Barker (2005); Aguilar-Guevara, Le Bruyn e Zwarts (2014); e Klein et al. (2013). Todos autores que têm trabalhado com a ideia de que há certos sintagmas determinantes que não apresentam força referencial, e os têm associado a distintos fenômenos, como veremos.

Poesio (1994) e Baker (2005) analisam sintagmas longos genitivos (como *o aluno de Chomsky* em *John deu os dados ao aluno de Chomsky*) que não se apresentam como fortemente referenciais dentro do predicado, pois não há uma identificação forte do indivíduo (não podemos determinar exatamente qual aluno é). Se formos considerar a referencialidade fraca como esses autores, deveríamos ver se os casos que analisamos respeitam a estrutura longa [NP1 the N1 of [NP2 D

¹¹⁶ Excluimos aproximações que tratam a referencialidade fraca como expletivos, pois os consideramos fenômenos diferentes.

N2]] (Poesio, 1994, p. 284), o que não acontece: os NIs estão em aposição ao nome *hecho*, e não há uma relação genitiva entre eles.¹¹⁷ Portanto, não podem ser tratados como referenciais fracos no sentido usado por estes autores. Aguilar-Guevara, Le Bruyn, e Zwarts (2014, p. 4) associam a referencialidade fraca a *kinds* (de agora em diante “tipos/espécies”) e as relacionam à genericidade. A ideia é que os sintagmas fracos (como em *Fui ao hospital*, onde *o hospital* não é o hospital x e pode ser interpretado como um genérico) deveriam denotar ou referir tipos/espécies. Contudo, podemos perguntar-nos, quais tipos/espécies denotariam os SDs que estamos analisando? Deveriam denotar/referir fatos/proposições? Esta não é uma perspectiva que queiramos defender, pois eles não estão diretamente relacionados a fatos nem a proposições, e deveriam ser considerados como não referenciais. Além disso, não parece ser viável tratá-los como tipos/espécies, pois não constituem uma classe uniforme. Parecem poder estar relacionados tanto a eventos, como a fatos e outras coisas (igual às afirmações). Klein et al. (2013), finalmente, relacionam a referencialidade fraca a processos de incorporação. Esses processos fusionam (*fuse*) duas palavras (o verbo e o argumento interno) de uma maneira tal que o significado da soma das partes não é plenamente composicional (como em *Maria leu o jornal*, onde parece haver associada uma leitura eventiva determinada para a qual não é importante saber qual jornal Maria leu, só que ela fez a ação x [ver Klein et al., 2013, pp. 2-3]). O problema é que os nossos SDs não atravessam um processo de incorporação na posição interna do sintagma verbal. Eles não estão fusionados na posição de objeto (que pode ser observado no próximo exemplo).

20. Lamento el hecho de haber abandonado ellos el equipo.

Podemos defender, depois de analisar as alternativas, que não é possível tratar esses SDs como fracos. Eles não se encaixam no comportamento esperado dos sintagmas fracos, e, mesmo que se encaixassem, esse tratamento poderia explicar o seu funcionamento só em contextos fracos (em posições internas do

¹¹⁷ Defendemos que estão em aposição, em analogia à proposta de Stowell (1981, p. 200) a respeito de nominais derivados como *claim*. Estão em aposição porque o nome não dá um rol-theta (semântico) à cláusula substantiva.

sintagma verbal), e outra explicação deveria ser procurada para os contextos não fracos (como a posição de sujeito na qual estes SDs também aparecem). Defendemos, então, que, mesmo em casos que envolvem *hecho*, estamos frente a SDs expletivos que não são referenciais. Podemos argumentar que não estamos frente a expressões referenciais e que os NIs não formam frases referenciais quando estão em aposição a esse nome. É possível defender que, nessas estruturas, *hecho* pode ser tomado como um item léxico semanticamente vazio. Poderia ser argumentado que são usados para reforçar a pressuposição de que o que vem logo é verdadeiro, como mencionamos, mas eles não têm a capacidade de ser referenciais (nem mesmo fracamente referenciais) porque são semanticamente vazios. Essa ideia pode ser reforçada ao constatar que, quando os NIs aparecem em aposição a esse nome, algumas das restrições dos NIs que mostramos antes mantêm-se, como se pode observar nos exemplos abaixo.¹¹⁸

21. *Los hechos de llegar Juan repetidamente nos sorprendieron.
22. *Los hechos de que estas férias ocorran nos sorprendieron.
23. *Este hecho de que esta férias ocorra en nuestro país
24. *Este hecho de haber escrito ella esos poemas

A defesa de que o item lexical *hecho* é semanticamente vazio também pode ser reforçada ao constatar que, geralmente, o que vem logo do item lexical não envolve um fato, e, em geral, envolve um evento. E, mesmo quando o que vem depois de *hecho* envolve um fato (como em *el hecho de ser azul el cielo*), podemos defender que a única razão pela qual se pode combinar com NIs que envolvem fatos e NIs que envolvem eventos é porque o item lexical é semanticamente vazio. Se não o fosse, não aceitaria NIs que envolvessem eventos. Podemos concluir, então, que, mesmo em aposição ao nome *hecho*, estamos frente a SDs expletivos. Mesmo que possam aparentar ser mais referenciais, a referencialidade é só aparente. Nesses casos, estamos frente a

118 *Hecho* tem gênero, pois é um nome. Portanto, essa restrição não se mantém. As outras restrições, as não homogêneas, se mantêm. Eles não denotam objetos nem eventos, como em **El hecho de haber escrito ella esos poemas es un objeto* e **El hecho de que esta férias ocorre en nuestro país es un evento*; e também não podem ser combinados com adjetivos individuais, absolutos (intersectivos) e não gradáveis de cor e forma, como em **El hecho de morir Juan tan repentinamente es azul* e **El hecho de que esta férias ocorra en nuestro país es redondo*.

estruturas factivas que reafirmam a verdade das afirmações, mas não há uma alteração do poder referencial dos SDs.¹¹⁹ Assim, estamos frente a estruturas factivas, o que pode ser reforçado pela impossibilidade de a estrutura *el hecho de* + *NI* se combinar com predicados não factivos, como em:

25. *Quiero el hecho de que esta feria ocurra en este país.

26. *Pido el hecho de que esta feria ocurra en este país.¹²⁰

Concluimos, então, que estamos, em todos os casos analisados, ante estruturas não referenciais.

4.2.4.

Vendler e os NI

A proposta de Vendler era tão convincente linguisticamente, que as implicações filosóficas de sua proposta quase não foram questionadas. Os que as questionaram (McCann 1979, Peterson 1997), se concentraram em temas mais questionáveis que os tratados por Vendler. Por um lado, argumentar que deveríamos tratar os gerúndios separadamente das orações subordinadas substantivas (como McCann propõe) parece ir contra o tratamento linguístico atual dos gerúndios (ou infinitivos) e das orações subordinadas. Por outro lado, o argumento de que o erro de Vendler esteve em não ver que o predicado também mudava o estatuto referencial dos NIs (como Peterson argumentou) parece perder o ponto central da questão. Ninguém questionou o estatuto referencial desses nominais, nem seu estatuto denotacional. Aceitava-se que deveriam referir ou denotar algum tipo de entidade proposicional, o que só foi possível porque Vendler nunca foi muito preciso sobre o que um fato era (mesmo quando provavelmente pensava que era alguma entidade tipo-proposicional), e porque seu

119 É possível que haja uma alteração na estrutura interna do SD. Contudo, isso deverá ser pesquisado no futuro.

120 Estas sentenças se transformam em gramaticais se eliminarmos *el hecho de*, como pode-se observar em: *Quiero que esta feria ocurra en nuestro país* e *Pido que esta feria ocurra en nuestro país*.

trabalho é quase perfeito.

Mostramos, usando quase o mesmo método de Vendler, que evidências linguísticas podem ser encontradas a favor da defesa de que os NIs não podem referir. Se jogarmos fora o seu poder referencial, mostramos que a proposta de Vendler para os NIs não estava inteiramente correta. Porém, não estava inteiramente incorreta, também. Eles têm sim comportamento tipo verbal. O erro foi dar-lhes estatuto referencial que, como mostramos, eles não têm. Deveríamos, então, afirmar que os NIs são imperfeitos em todos os sentidos: eles têm comportamento verbal, mas não formam frases com poder referencial. Defendemos que, no caso dos NIs, estamos tratando de recursos que as línguas naturais têm para construir sentenças complexas.¹²¹

Nossa proposta não tem a intenção de diminuir a importância do trabalho de Vendler para o desenvolvimento da linguística, nem para a discussão filosófica sobre a delimitação entre eventos e fatos. Acreditamos que, na tradição analítica em que Vendler estava imerso, era impensável defender que estruturas nominais não fossem referenciais. Porém, podemos defender que nem todas as construções que existem nas línguas naturais devem ser referenciais. A opcionalidade do artigo definido expletivo mais a sua inabilidade de se comportar como nome podem ser vistas como evidência da não referencialidade dos NIs em espanhol, e pode ser usada para defender que são recursos das línguas naturais para construir sentenças complexas sem nenhum estatuto referencial, como mencionamos.¹²²

A seguir, analisamos se é possível, a partir de nominalizações a partir de adjetivos, se referir a fatos e estados de coisas.

121 Deveria ser analisado, futuramente, qual valor semântico deveriam ter esses NIs. Essa perspectiva semântica não é considerada nesta tese, pois entendemos que primeiro deve ser estabelecido o poder referencial das estruturas, para depois ver qual é o estatuto semântico e o valor semântico que estas estruturas, que aqui concebemos como recursos sintáticos, devem ter.

122 Sugeriu-se que trabalhássemos com o problema da anáfora a esses nominais, como em *María lamenta [que Juan esté enfermo]. Eso_(i) también me preocupa a mí*. O demonstrativo neutro do espanhol *eso* é tomado como evidência de correferência entre ele e o nominal imperfeito. Ou seja, a ideia é que os itens anafóricos (neste caso o demonstrativo) podem ser usados para se referir ao conteúdo do nominal imperfeito. Contudo, podemos defender que a anáfora estabelece uma relação entre partes do discurso que não é uma relação de referência. Não temos, nesses casos, um uso fortemente referencial do demonstrativo que deveria ser analisado em mais profundidade no futuro. Deveríamos, nessa pesquisa futura, explicar por que o demonstrativo pode ser, às vezes, referencial e funcionar como um indexical, e, em outras vezes, ser simplesmente um elemento que liga partes do discurso.

4.3.

Referência às entidades abstratas

Na seção anterior, argumentamos que os nominais imperfeitos de Vendler não são referenciais. O problema, agora, é estabelecer se é possível se referir a fatos e estados de coisas a partir de outro tipo de nominalização. Particularmente, queremos estabelecer se é possível utilizar nominalizações deadjetivais para construir frases que sejam fortemente referenciais e, portanto, possam ser usadas para se referir a fatos ou estados de coisas. Entendemos que, para referir, como foi mencionado, é necessário que um SD forte seja usado pelo falante para identificar unicamente uma coisa. Então, se queremos analisar se é possível ou não se referir às entidades abstratas, devemos analisar se é possível ter nomes que integrem expressões definidas que possam ser usadas para referir. Ou seja, os sintagmas devem conter nominais perfeitos que, combinados com o artigo substantivo, formem sintagmas definidos fortemente referenciais, pois já mostramos que os nominais imperfeitos não são referenciais e formam sintagmas expletivos. A nossa hipótese é que, se fosse possível se referir a fatos e estados de coisas, os nomes usados para se referir a eles deveriam estar formados a partir de adjetivos não relacionais, pois não há nominalizações a partir de adjetivos relacionais (Roy, 2010, p. 131).

Este item tem como objetivo analisar essas nominalizações e ver se podem ser usadas para se referir às entidades abstratas que nos interessam. Para estudar essa possibilidade, primeiro restringimos a análise às nominalizações deadjetivais a partir de qualificativos; segundo, restringimos, dentro desse grupo, a análise às nominalizações que se formam a partir de adjetivos que descrevem propriedades universais; terceiro, estabelecemos se esses nominais são usados ou não; e, quarto, estabelecemos se podem ou não se referir às entidades abstratas que nos interessam. Essas restrições são necessárias pois partimos da ideia de que não há uma relação um para um entre linguagem e ontologia, e devemos selecionar os itens lexicais que mais chances têm de corresponder a alguma das nossas propriedades universais. Essa restrição limita um pouco o alcance de nossa

pesquisa, pois deixamos fora, por exemplo, nomes como *existencia*, que se relacionam com propriedades lógicas. Todavia, ele não se forma a partir de um adjetivo qualificativo e outra análise deveria ser proposta para casos similares a esse. Isto acarretaria uma extensão ainda maior do capítulo, e acreditamos que a análise feita nesta seção é suficiente para estabelecer se é possível ou não se referir a entidades abstratas. Também acreditamos que esta análise poderá ser estendida a esse tipo de nomes sem problemas no futuro, pois o comportamento que temos observado para nomes como *existencia* é similar ao das nossas nominalizações, pelo menos no que respeita à conformação do SD.

Devemos explicar como obtivemos nossos dados linguísticos, pois há várias opções para analisar esses dados. Eles poderiam ser selecionados: 1) a partir de nossa intuição linguística (Lasnik, 2005); 2) a partir de questionários para que pessoas (falantes nativos da língua analisada) construíssem expressões definidas como as que procuramos; ou 3) a partir de um corpus (conjunto de documentos usados para pesquisa linguística) para ver se essas estruturas são usadas ou não. Todas as alternativas apresentam problemas. A primeira pode nos levar a produzir construções que nenhum falante usaria (como *o fato de que chove existe*) para argumentar a favor de nossa proposta. A segunda, mesmo sendo mais confiável do que a primeira, tem o problema de que os dados são forçados pelo questionário. É melhor do que a primeira, pois não é o pesquisador quem julga as expressões, mas elas são forçadas e não necessariamente refletem o uso feito delas numa determinada comunidade linguística. A terceira, que é a que escolhemos, tem o problema de não apresentar a coloquialidade e a espontaneidade próprias da fala cotidiana. Ou seja, não há oralidade (fala) nos dados que se apresentam no corpus, pois a maioria das construções se apresentam no estilo escrito. Obviamente, não é o ideal, mas, para uma pesquisa como a nossa, é suficiente e elimina os problemas das outras alternativas.

Para obter nossos dados, poderíamos ter feito, simplesmente, uma procura na internet, construir um determinado corpus, e ver se as estruturas são ou não usadas. Contudo, as pesquisas online apresentam resultados difíceis de classificar, e não temos a possibilidade “de caractériser les pages sur le plan du domaine, du genre, du statut de l’auteur, de la validité du contenu, etc.” (Tanguy e Hathout,

2002, p. 4). Portanto, o trabalho com um corpus já pronto nos permite uma procura mais centrada nos dados, com a possibilidade de saber de onde eles provêm, e com a possibilidade de classificar melhor nossos resultados. Por isso, decidimos usar para esta seção (4.3) e a próxima (4.4) o CORPES,¹²³ um recurso em construção que contém documentos de diferentes variedades do espanhol pertencentes ao século XXI. É possível utilizar filtros distintos para criar um subcorpus. Em nosso caso, o único que utilizamos foi o de eliminar os documentos ficcionais. Isto foi feito para tentar evitar usos demasiado metafóricos e pouco comuns (como *el mordisco de la muerte le había mostrado la blancura de su ferocidad* [CORPES XXI]). Utilizamos a versão 0.83 (1 de junho de 2016), na qual aproximadamente 30% dos documentos são da Espanha e 70% da América. As formas contidas nesse subcorpus chegam quase aos 158 milhões (CORPES, 2016, Datos generales), e nossas pesquisas foram feitas desde agosto de 2016 até janeiro de 2017.

Agora, podemos explicar a estrutura da seção. Em primeiro lugar, limitamos a análise dos dados. Estabelecemos quais são os nominais que serão analisados, pois nem todas as nominalizações deadjetivais se relacionam com nossas entidades abstratas. Portanto, devemos selecionar quais são os adjetivos qualificativos que formam nominalizações que têm o potencial de ser usadas para se referir a entidades abstratas, e introduzir noções teóricas fundamentais para traçar esse limite. Em segundo lugar, apresentamos os dados analisados que são tomados do CORPES, a partir do uso de certas funções que são apresentadas no item 4.3.2. Fazemos também uma análise quantitativa dos dados que não é estatisticamente significativa. Todavia, esses dados são significativos, uma vez que são comparados às frequências que apresentam os nominais eventivos, como veremos em 4.4. Em terceiro lugar, apresentamos uma análise qualitativa dos dados no item 4.3.3. Esse item analisa as nominalizações em várias funções, mas focaliza na análise das nominalizações em função de sujeito, pois é a posição tipicamente referencial. Se as nominalizações formam sintagmas fortes, elas devem formá-los nessa posição. Analisamos várias sentenças a partir do tipo (se

123 CORPES. REAL ACADEMIA ESPAÑOLA: Banco de datos (CORPES XXI) [en línea]. *Corpus del Español del Siglo XXI (CORPES)*. <<http://www.rae.es>>.

elas são predicativas ou copulativas), e a partir do aspecto léxico. Argumentaremos que essas nominalizações não formam sintagmas fortemente referenciais e não podem ser usadas para referir, mas sim para denotar (Lyons, 1977) o abstrato.¹²⁴

A seguir, apresentamos o funcionamento dos adjetivos qualificativos (pois os relacionais não formam nominais, como mencionamos), estabelecemos quais são os adjetivos qualificativos que serão considerados, e proporcionamos algumas das suas características que foram analisadas por McNally e de Swart (20011) e Alexiadou (2013).

4.3.1.

Limitando a análise

Os adjetivos se diferenciam dos nomes por serem gerais e poderem ser aplicados a muitos nomes (*livro verde*, *árvore verde*, *água verde*, etc.) (Demonte, 1999, p. 134). Por isso, são chave para descreverem propriedades dos objetos. Quando *verde* modifica um nome como *árvore*, é possível estabelecer que o nome tem a característica, a propriedade de ser *verde*, e podemos estabelecer que ele pertence à classe de objetos verdes, por exemplo. Os adjetivos qualificativos são variados: alguns são graduáveis, modificáveis por advérbios, outros não. Os adjetivos qualificativos podem ser classificados de várias maneiras, mas importa nesta seção a que permite diferenciar entre adjetivos intersectivos (absolutos) e subsectivos (relativos). Os primeiros aplicam a propriedade do adjetivo em sentido absoluto ao nome: quando um livro é verde, ele é verde em sentido absoluto, não há como ele não ser verde. Os segundos aplicam a propriedade em sentido relativo: quando um elefante é pequeno, ele pode ser pequeno como elefante, mas grande como objeto no mundo (cf. Demonte, 1999, pp. 144-145). É, também, importante diferenciar entre aqueles adjetivos que predicam situações

¹²⁴ Essa denotação é uma relação que pode estar associada à identificação do abstrato. Lyons (1977, 7.4) define a denotação como uma relação entre um lexema (item lexical) e uma classe ou tipo. Neste sentido, podemos estabelecer que a denotação nos permite identificar o abstrato. No entanto, a referência nos permite identificar unicamente e univocamente entidades concretas. Os tipos, ao serem abstratos, não podem ser identificados da mesma maneira que as entidades concretas, mas podem ser identificados.

estáveis dos que acarretam alguma mudança. Os primeiros são chamados de adjetivos *individuais* ou *estáveis*, e os segundos *episódicos* ou *de estádio*. Os adjetivos qualificativos – diferente dos relacionais, que funcionam como individuais – podem funcionar como individuais ou de estádio dependendo do contexto: comparem *Pedro é lindo* com *Pedro está lindo*. No primeiro, há uma leitura individual e, no segundo, uma leitura de estádio (Demonte, 1999, p. 143). Esta diferença será relevante, como veremos, na hora de analisar se a nominalização apresenta uma leitura abstrata ou uma concreta.

Selecionamos os adjetivos qualificativos intersectivos, pois, com eles, é possível evitar a relatividade e a ambiguidade interpretativa que poderiam surgir da análise de nominalizações a partir de adjetivos subsectivos. Descartamos, também, os adjetivos avaliativos, pois eles dependem de como o ser humano caracteriza um objeto. Como as propriedades universais são independentes dos seres humanos, adjetivos que partam de uma caracterização humana são evitados. As nominalizações a partir destes últimos (como *honestidade*, *generosidade*, etc.) têm sido estudados na maioria das obras na bibliografia sobre nominalizações deadjetivais (Alexiadou, 2011; Alexiadou e Martin, 2012; Arche e Marin, 2012; Fábregas, 2012; Martin, 2010; Roy, 2010; Roy e Soare, 2011; Villalba, 2009; entre outros), pois parecem ter um uso frequente. No entanto, há estudos (Alexiadou, 2013; Kennedy e McNally, 2010; McNally, 2011; McNally e de Swart, 2011; McNally e de Swart, 2015) que têm focado em nominalizações a partir de cores que são adjetivos qualificativos intersectivos (absolutos). Tomamos esses estudos como base para nossa análise.

McNally e de Swart (2011, pp. 2-4) reconhecem três tipos de formas relacionadas à cor no holandês: uma forma não-flexionada, uma forma derivada, e uma forma flexionada. A forma não flexionada é nominal, denota a descrição da cor e combina-se com o artigo neutro (*het rood van de aardbeien* / *o vermelho de os morangos*). É a forma equivalente à não flexionada do espanhol *El rojo de las frutillas*, que também descreve a cor. A forma derivada é nominal, não neutra e é construída a partir do sufixo *-heid* (*De roodheid van de huid* / *A vermelhidão da pele*). No espanhol, a forma derivada pode ser formada com distintos sufixos, como *-ura*, *-or*, *-ez*, entre outros (*la blancura de la pared*). Segundo as autoras, a

forma flexionada do holandês é de difícil classificação (*Het rode van de aardbeien* / *O vermelho [aspecto] dos morangos*). Elas estabelecem que este último tipo é parecido com as formas de cor que se combinam com o artigo neutro no espanhol (*lo rojo de las frutillas*). Propõem que o primeiro tipo se refere ao abstrato, ao tom de cor das coisas que têm a cor determinada, ou podem também denotar a realização daquele tom no objeto (p. 6); que o segundo tipo pode denotar o conjunto do subtipo denotado pela cor (p. 7);¹²⁵ e que, no último caso, o adjetivo é adjetivo (p. 8), ou seja, não houve uma transformação na categoria do adjetivo. Por essa mesma razão, desconsideraremos, para o espanhol, as construções que envolvem o artigo neutro definido.¹²⁶ Elas defendem, também, que os primeiros dois tipos analisados são nomes: os sufixados podem ser pluralizados (*las blancuras de la casa*), os dois podem ser modificados por adjetivos (*el lindo rojo de la flor, la perfecta blancura de la cara*), e podem combinar-se com vários determinantes (*ese rojo, esa blancura*) (cf. McNally e DeSwart, 2011, pp. 4-5).

Um problema que esse trabalho apresenta é que as autoras parecem defender que a forma não flexionada pode se referir ao abstrato e ao concreto, mas que as sufixadas se referem só ao abstrato.¹²⁷ Porém, Alexiadou (2013, p. 149) nota, com base em Martin (2010), que as nominalizações sufixadas de cor podem ser combinadas com predicados de duração e podem ser restringidas no espaço-tempo, como os exemplos a seguir.¹²⁸ Ou seja, as nominalizações sufixadas podem ser interpretadas como predicados de estágio (pois são derivadas a partir de adjetivos que podem ter leitura de estágio, como mencionamos) e podem,

125 Vale a pena esclarecer que, para as autoras, os adjetivos a partir dos quais se formam essas nominalizações apresentam duas leituras: podem se referir à cor ou ter um uso “proxy” que indica uma característica determinada (por exemplo, o sinal vermelho indica que devemos parar). Estas leituras “proxy” foram reconhecidas também em McNally (2011, pp. 9-10). Os termos de cor, propriamente ditos, diferenciam-se dos “proxy” pois os segundos têm uma propriedade associada à cor com significado adicionado, e os primeiros não. O sinal vermelho não é só vermelho, ele carrega o significado de parar.

126 Villalba (2001 e 2009) analisa *lo + cor* em espanhol. Concordamos com McNally e DeSwart (2011) e com Arsenijević (2011) em que *cor*, nessas estruturas, é um adjetivo e não um nome. Não são consideradas em nosso trabalho, pois a análise feita para os nominais imperfeitos de Vendler poderia ser estendida para esse tipo de estruturas, ver nota *esta + 4*.

127 As autoras, na verdade, falam de tipos/espécies e de realizações. Porém, entendemos que, quando elas defendem que os nomes denotam tipos/espécies, é possível estender a análise a entidades abstratas, e que, quando elas defendem que denotam realizações, é possível estender a análise a entidades concretas.

128 Esta eventualidade das nominalizações sufixadas também foi notada por Villalba (2009 e 2013) para o espanhol em nominalizações, como *belleza*, a partir de adjetivos avaliativos.

portanto, ter leituras concretas além das abstratas. Alexiadou dá exemplos do grego: *i asprila kratise deka meres* (a brancura durou 10 dias) e *i kokinila sto heri mu me anisihise* (a vermelhidão na minha mão me preocupava). Os mesmos exemplos podem ser dados para o espanhol: *la blancura duró 10 días*, e *la rojura de mi cara me preocupaba*, onde parece clara a leitura concreta/de estágio da nominalização. Outro problema, relacionado à falta de explicitação de certas questões no artigo, é que as autoras falam da combinação das nominalizações com adjetivos, demonstrativos e da possibilidade de pluralização, sem analisar a mudança no comportamento daquelas nominalizações. Como mostraremos em nossa análise, a pluralização pode transformar uma leitura abstrata em concreta, e o mesmo acontece com a combinação dessas nominalizações com demonstrativos e adjetivos.¹²⁹

Podemos passar à análise de nossos dados para saber se é possível estabelecer que podem ser classificadas como nominalizações “abstratas”, por um lado, e como “concretas”, por outro, e para ver se as que têm a leitura abstrata podem se referir a fatos e estados de coisas. Antes de fazer essa análise qualitativa, apresentamos uma análise quantitativa das nominalizações.

4.3.2.

Análise quantitativa das nominalizações

Para saber se as nominalizações são usadas, pesquisamos alguns adjetivos e suas nominalizações no CORPES. Os adjetivos procurados foram *rojo*, *blanco*, *negro*, *verde*, *azul*, *redondo* e *alto*.¹³⁰ Eles foram procurados no CORPES via jôquer [curinga]. Isto é, a vogal final do adjetivo foi (no caso em que houvesse variação de gênero) substituída pelo símbolo de interrogação (?), que faz com que a pesquisa no CORPES dê como resultado final as formas dos adjetivos nos dois

¹²⁹ O comportamento dessas nominalizações junto com demonstrativos em contextos fracos deveria ser analisado independentemente, pois, como argumentam Basso e Pires de Oliveira (2014) para genéricos, em contextos fracos é possível encontrar combinações de demonstrativos com nomes abstratos sem que eles deixem de ser abstratos.

¹³⁰ Só analisamos duas formas que não são de cor, porque os adjetivos que obedecem às restrições propostas que não são de cor são poucos, e muitos deles não apresentam registros de nominalizações.

gêneros; ele procura tanto as aparições de *branco* como as de *branca*. A pesquisa deve ser feita desse modo pois os adjetivos concordam com o substantivo que modificam, e se só procurássemos a forma masculina ou a feminina não estaríamos obtendo resultados corretos. Os adjetivos foram pesquisados só no singular, pois nos interessa seu uso modificando um único objeto, uma única coisa. Como entendemos que a referência deve implicar unicidade, a singularidade dos objetos ou coisas que são modificadas pelos adjetivos deve ser mantida. A seguir, procuramos as nominalizações que existem a partir desses adjetivos, que também foram procuradas no singular, pois interessa a singularidade, como mencionamos. No caso dos adjetivos de cor, temos duas formas de nominalização:¹³¹ uma sem sufixação e outra com sufixação.¹³² Todos se apresentam na forma nominal não sufixada, mas nem todos os adjetivos de cor formam nominalizações sufixadas. No caso dos outros adjetivos, se apresenta só a nominalização sufixada, pois a não sufixada tem uma leitura humana, a chamada *Human Construction* (McNally e DeSwart, 2015, p.321), que apresenta um comportamento que difere do que queremos analisar. São casos como *Los ricos solo se hacen más ricos*, onde se apresenta um adjetivo que descreve uma característica determinada dos humanos e que está, aparentemente, nominalizado. Eles são analisados por McNally e de Swart como adjetivos que modificam um nome nulo. Ou seja, não são nomes e, portanto, não foram formas consideradas em nossa pesquisa, devido às razões recém mencionadas e por só procurarmos as formas sufixadas.

Os dados podem ser observados na tabela a seguir. Em primeiro lugar, apresentamos a forma base do adjetivo. Nos casos em que o adjetivo apresenta variação de gênero, a base apresenta-se junto com o sinal ?, e nos que não

131 A terceira alternativa, analisada por Villalba (2009, e outros), com o artigo “neutro” do espanhol *lo*, formaria estruturas como *pintaba lo blanco y lo azul del cielo* (CORPES XXI [31/08/2016]). Porém, como mencionamos, há argumentos para descartar esses usos como nomes (Arsenijević, 2011, p. 68), pois é possível argumentar que nessas estruturas o adjetivo mantém seu estatuto de adjetivo. Eles podem funcionar como argumentos pois estão dentro de um sintagma determinante. Contudo, isso não significa que eles sejam nomes, e é possível argumentar, do mesmo jeito que foi argumentado para os NI, que não são referenciais pois recebem um determinante *default* (Iordăchioaia, 2013, p. 11). Ou seja, é possível estender a análise dos NI a este tipo de nominais, como mencionamos. Por isso, não são considerados nesta análise.

132 Entendemos, seguindo a Alexiadou (2013, p. 148), que a forma não sufixada se forma a partir de uma nominalização de um adjetivo. Por esse motivo, falamos de nominalização também no caso dos nomes/termos de cor.

apresenta, a base apresenta-se com a vogal *-e*. Em segundo lugar, apresenta-se o número de registros do adjetivo no corpus. Em terceiro lugar, a forma do SD que contém a nominalização não sufixada. Em quarto lugar, o número de registros desses SDs. Em quinto lugar, a forma do SD que contém a nominalização sufixada. Em último lugar, o número de registros desses SDs.

ADJETIVO	No.	Artigo + Nominal sem sufixo	No.	Artigo + Nominal com sufixo	No.
Azul	6456	El azul de + SD	80	Não há	0
blanc?	24086	El blanco de + SD	62	La blancura de + SD	27
Negr?	17865	El negro de + SD	35	La negrura de +SD	13
Roj?	11815	El rojo de + SD	56	Não há	0
Verde	8941	El verde de + SD	77	El verdor de + SD ¹³³	29
Alt?	55966	Não há	0	La altura de + SD	597
Redond?	1975	Não há	0	La redondez de + SD	28

Tabela 1: Registros de adjetivos e SDs com nominalizações de adjetivos

Esses números podem não ser estatisticamente significativos, pois são baixos. Porém, a comparação numérica das nominalizações contra a dos adjetivos é, sim, significativa. Ela nos permite estabelecer que, se tomarmos como 100% o valor de aparições dos adjetivos no corpus, e comprovarmos, com relação a esse 100%, qual percentagem corresponderia aos usos nominais, nenhuma das nominalizações supera 2%. Ou seja, se utiliza a forma adjetiva mais de 98% em comparação com a forma nominal para descrever coisas e suas propriedades no mundo. Esses dados poderiam levar-nos a concluir que, mesmo se as nominalizações de adjetivos nos sintagmas definidos apropriados fossem capazes de se referir a fatos e estados de coisas, elas não são usadas frequentemente por parte dos falantes do espanhol para referir às entidades abstratas.

O nome *altura*, no sintagma determinante, deve ser analisado aqui, pois a base adjetiva pode ser classificada como subsectiva ou como intersectiva. O uso do adjetivo *alto* como subsectivo é relativo ao nome que está modificando. Por exemplo, que uma pessoa seja *alta* pode depender do subconjunto no qual o ser *alto* é avaliado. Assim, seria possível afirmar algo como *Él es alto para jugador*

¹³³ O nome *verdura* não pode se formar com o significado de cor, pois ele fica bloqueado pela existência do nome *verdura* com o significado de legume.

de fútbol, pero bajo para jugador de básquetbol. Este exemplo permite mostrar que o adjetivo é relativo neste uso com este significado. Porém, o adjetivo *alto* tem um outro significado menos usado, a partir do qual se forma o nome *altura*. Esse é o significado que pode ser encontrado no *Diccionario de la Lengua Española (DLE)*, na entrada: *alto* I. 1. *levantado, elevado sobre la tierra*. Poderia, então, considerar-se que o nome *altura* foi derivado a partir do uso de *alto* como intersectivo. A *altura* de um objeto x é uma distância determinada a partir de um ponto tomado como referência. Ou seja, algo que tem uma *altura* x tem essa *altura* x sem importar com quem ela se compare, e se forma a partir do significado intersectivo (e não do subsectivo) do adjetivo. Assim, ele pode ser analisado como os outros nomes deadjetivais desta seção.¹³⁴

Finalizamos esta seção estabelecendo que, em geral, utiliza-se o adjetivo para qualificar uma coisa e que a nominalização que permitiria se referir às entidades abstratas que resultariam da instanciação da propriedade numa entidade tem uma baixa frequência de uso (em comparação com uso do adjetivo como modificador do nome). Esses dados nos permitiriam afirmar que, mesmo se houvesse estruturas que permitissem se referir às entidades abstratas, elas teriam geralmente uma baixa frequência de uso. Há, porém, exceções (como para tudo), aqui exemplificadas com *altura*, que apresentam uma frequência de uso maior às outras, mesmo sendo seu uso muito menor ao do adjetivo a partir do qual se forma o nome. Pensamos, contudo, que uma análise qualitativa das nominalizações pode ajudar a enriquecer nossos resultados. Não é suficiente ver a baixa frequência de utilização dessas nominalizações para descartar a referência ao abstrato. Em parte, porque temos observado que há, sim, nomes que apresentam um uso mais frequente; em parte, porque mesmo sendo baixa a utilização dessas nominalizações, elas são usadas; e, em parte, porque é importante analisar se, mesmo havendo essas nominalizações, elas podem, realmente, se referir a entidades abstratas como as que queremos analisar.

A seguir, apresentamos a análise qualitativa que pode nos ajudar a estabelecer se é possível ou não referir a fatos e estados de coisas.

¹³⁴ Se o sentido intersectivo do adjetivo *alto* não estivesse no dicionário, outra explicação deveria ser dada. Nesse caso, deveríamos explicar como a gradabilidade do adjetivo *alto* perde-se ao formar a nominalização, o que está relacionado aos opostos ou antônimos gradáveis (ver Lyons, 1977, seção 9.1).

4.3.3.

Análise qualitativa das nominalizações

Esta análise é feita com um número restrito de registros, pois 1) não temos a capacidade humana (leia-se tempo, mão de obra, etc.) para analisar todas as aparições das nominalizações, especialmente considerando que só *altura* tem quase 600 registros; 2) nem todas as construções aparecem com frequência suficiente para gerar dados qualitativamente diferentes (por exemplo, *negrura* tem só 13 registros); 3) que haja muitas aparições não significa que elas sejam todas qualitativamente significativas. Por exemplo, se o mesmo SD aparece reiterado, na mesma posição sintática, e cumprindo o mesmo rol temático (semântico), não é um dado qualitativamente significativo (mesmo quando poderia ser quantitativamente significativo). Devido a essas questões, decidimos formar um subcorpus do seguinte modo. Selecionamos 10 registros de cada uma das nominalizações aqui analisadas. Essa seleção foi feita com alguma revisão, mas não muita. Selecionamos sintagmas que fossem o mais diferente possível, para evitar a reiteração da análise. Por exemplo, *la negrura de la noche* foi registrada várias vezes, mas nem todos os registros desse SD foram incluídos. Por isso, no caso de *la negrura de + SD* há só 9 registros, pois dos 13, cinco eram equivalentes a *la negrura de la noche*. Tentamos, quando possível, fazer com que os SD aparecessem cumprindo funções sintáticas distintas: sujeito, objeto direto, complemento preposicional e outros. Porém, não foi possível encontrar esses registros em todos os casos (como se pode observar no corpus, anexo 1). Acreditamos que o motivo disso é que a maioria dessas estruturas não são frequentemente utilizadas. De 1 a 7, mostramos as diferentes funções que os sintagmas com essas nominalizações podem cumprir:

1. Sujeito:

1. el rojo brillante de la cubierta se impone sobre el resto del espacio.

2. Complemento do nome:

1. ... la desaparición gradual de la negrura de la noche.
2. ... la continuidad indivisa de toda la altura de la fachada...
3. Construções comparativas:
 1. La evolución es un hecho tan bien establecido como la redondez de la Tierra desde hace más de un siglo (...)
 2. ... podemos percibir como más retintado el negro de una mancha en papel blanco que el de la ausencia total de luz...
4. Atributo:
 1. El Mediterráneo es el azul de una cala del Adriático, el blanco de una iglesia ortodoxa en Mikonos, el verde de los olivos de Djerba.
5. Objeto direto:
 1. Recuerdo la blancura de las sábanas
6. Complemento preposicional:
 1. [los viajeros] ... buscan refugio en el verdor de las montañas...
7. Complemento circunstancial:
 1. ...el ganado que pasta entre el verdor de los henequenes.

Depois de ter feito o registro dos sintagmas que cumprem papeis sintáticos distintos, decidimos analisar as nominalizações somente na função sintática de sujeito, pois é a posição prototipicamente referencial. Contudo, sabemos que, para entender completamente os fenômenos linguísticos que envolvem essas nominalizações, nossa análise é insuficiente. Porém, nossa tese visa analisar a possibilidade de se referir ao abstrato, e não o funcionamento das nominalizações. A posição tipicamente referencial pode nos mostrar, em primeiro lugar, se elas denotam entidades abstratas ou não, e, em segundo lugar, se podem ser utilizadas para referir. Assim, é preciso entender como elas funcionam sintaticamente, semanticamente e, também, pragmaticamente. A sintaxe determina a estrutura das frases nas quais as nominalizações aparecem; a semântica, o significado que elas podem denotar; e a pragmática, o uso que elas podem ter. Como compreender a referência depende de uma compreensão de fenômenos sintáticos, semânticos e pragmáticos, devemos analisar o funcionamento dos sintagmas na posição de sujeito, o aspecto das sentenças das quais eles participam, e a composição

estrutural dos sintagmas nos quais as nominalizações aparecem, para ver se elas podem ser usados para referir (sendo o uso o passo fundamental para que haja referência).

Todas as nominalizações, sejam elas com sufixo ou sem, dentro dos SD, podem funcionar como sujeito. Elas podem ser sujeitos de predicados copulativos, não copulativos e de ambos. Em nosso corpus, aparecem como sujeito de predicados copulativos: *altura*, *blanco* e *verdor*;¹³⁵ e como sujeito de predicados não-copulativos: *altura*, *azul*, *blancura*, *negro*, *negrura*, *rojo*, *verde* e *verdor*. Elas poderem aparecer como sujeito de qualquer tipo de predicado faz-nos supor que elas funcionam como qualquer outro nominal. Elas devem poder ter um uso concreto além do abstrato para funcionar como sujeito de algumas sentenças predicativas. Ou seja, todas as nominalizações devem ter duas leituras possíveis. Isto concorda com a análise proposta por McNally e DeSwart (2011) para nomes de cor não sufixados, mas no caso das nominalizações com sufixo devemos adicionar a proposta de Alexiadou (2013), que reconhece que, além de tipos/espécies “abstratos”, essas nominalizações identificam eventualidades, como mencionamos.

Abaixo, apresentamos os registros destes sintagmas funcionando como sujeito. Em primeiro lugar, apresentamos as sentenças copulativas (primeiro as propriamente copulativas, e segundo a pseudocopulativa), e em segundo lugar, as predicativas.¹³⁶

8. La altura de este cerro es de 4872 m sobre el nivel del mar (...)
9. (...) quizá sea el verdor de los bosques mediterráneos lo más especial y exclusivo
10. (...) el blanco de la nieve parece que intenta iluminar un poco la oscuridad del invierno.
11. (...) su lugar privilegiado y la altura de la plataforma que corona su fuste lo han convertido también en mirador.
12. (...) el azul de sus cuadros se aclara a medida que se avanza del Salón de la Guerra al Salón de la Paz.

135 Dentro dos predicados copulativos, incluímos o pseudocopulativo com o verbo *parecer*.

136 Deixamos só a sentença a ser analisada, o contexto pode ser visto no anexo.

13. (...) la blancura de las casas del centro del país constituía una especie de legado colonial.
14. Los grises del fondo, el azul del cuello y el negro de la sotana, demuestran una voluntad de estilo que se inscribe en el concepto de la pintura-pintura (...)
15. (...) la negrura del fuel lanzado a sus costas tras el accidente del Prestige les provoca una valoración del futuro del mismo color.
16. (...) la redondez de su rostro había desaparecido (...)
17. El azul del cielo y el rojo de los atardeceres se deben a la dispersión de la luz solar (...)
18. El amarillo de los muebles y el rojo de las baldosas ponen notas alegres y luminosas.
19. El rojo de la sangre lo invade todo.
20. (...) el rojo brillante de la cubierta se impone sobre el resto del espacio
21. El verde de las vides sirve de marco perfecto para llegar a los muros blancos de Le Provençal (...)
22. (...) el blanco de su vestido hace juego con su mirada que es transparente.
23. (...) el verde de las primeras hojas anuncia el triunfo de la vida (...)
24. (...) sobresale el esplendor de los tomates o el verdor de los pimientos.
25. El verdor de la montaña lo penetra todo.

Nenhuma de nossas sentenças apresenta o sujeito paradigmático, pois nenhum dos seus sujeitos “refers to a well-defined, non-abstract object (...)” (Higgins, 1979, p. 224). Isto é algo compartilhado por todas as sentenças apresentadas de 8 a 25, mas há outras características que as diferenciam, como serem sentenças copulativas ou predicativas, como mencionamos. A literatura estabelece que há um comportamento diferenciado entre esses dois tipos de sentenças, e, por esse motivo, analisamos, em primeiro lugar, as sentenças copulativas, e em segundo lugar, as predicativas não-copulativas. As primeiras envolvem verbos copulativos – que só unem o sujeito ao predicado copulativo (8 e 9) – e as segundas envolvem os outros verbos – que formam um predicado não

copulativo e que pode ser de processo ou não (11-25), como veremos.

As sentenças copulativas são, normalmente, divididas em dois tipos: um tipo no qual os dois sintagmas são referenciais, e outro onde o sintagma que aparece na posição predicativa não é referencial (Leborans, 1999, p. 2368). Se considerarmos só essa classificação, é possível estabelecer que as duas sentenças aqui analisadas são do segundo tipo.¹³⁷ Não há, na posição predicativa, estruturas que possam ser fortemente referenciais: em 8, temos um complemento preposicional e, em 9, um sintagma determinado pelo artigo neutro – não referencial – *lo*.¹³⁸ A sentença 8 envolve um SD quantitativo complementado por um sintagma preposicional (*de 4872 m sobre el nivel del mar*) pós-copular. Nesta sentença, então, o verbo copulativo une o sintagma preposicional ao SD para formar uma sentença copulativa predicativa. A sentença 9 pode ser classificada como copulativa especificativa, pois especifica-se com ela o sujeito. Ela tem a característica de apresentar o SD que geralmente aparece em posição pré-copular (*lo más especial y exclusivo*) posposto ao sujeito profundo da especificativa (*el verdor de los bosques mediterráneos*) [ver nota 35 em Leborans, 1991]. É possível notar que, nesta sentença, perde-se o foco (posição não paradigmática do sujeito que dá mais importância a informação contida no SD analisado nesta sentença) do sujeito profundo. A combinação desses dois sujeitos de sentenças copulativas com predicados não referenciais parece nos levar a uma leitura não referencial dos sujeitos. Contudo, para entender a não referencialidade deles, devemos aguardar a análise feita para as sentenças estativas que incluem nominalizações que identifiquem o abstrato, pois essa análise pode ser estendida a estas sentenças.

A sentença 10 inclui o verbo pseudocopulativo *parecer*.¹³⁹ Ele é pseudocopulativo pois apresenta o predicado relacionado com a aparência do

137 O problema da classificação das sentenças copulativas é muito complexo e tem sido analisado, na linguística generativa, a partir do trabalho de Higgins (1979). Contudo, como Den Dikken (2001) menciona, o problema é muito mais complexo. Achamos que, para o nosso objetivo de pesquisa, esta distinção tradicional e simples é mais do que suficiente.

138 Pode ser considerado como não-referencial, pois o artigo neutro é determinado por defeito nas construções que não são plenamente nominais no espanhol (Iordăchioaia, 2013), como mencionamos.

139 Alguns autores tratam este verbo como copulativo. Porém, concordamos com Morimoto e Pavón Lucero (2006) em que, como ele apresenta significado modal de aparência, deve ser considerado pseudocopulativo e não copulativo propriamente dito. De todas maneiras, numa sentença como a analisada, até RAE-AALE (2011, p. 716) considera que é um uso não copulativo do verbo *parecer*.

sujeito (Morimoto e Pavón Lucero, 2006, p. 2). É um verbo não assertivo, pois não há compromisso com a verdade do que é dito (ele é não factivo). Porém, nessa sentença, ele é complementado por uma subordinada que parece formar com ele uma semiperífrase (RAE-AALE, 2011, 28.1.3). Ou seja, *parecer* não se comporta como verbo pleno, e o significado que impera na construção é o de *iluminar*, apresentando-se o verbo *parecer* como modalizador desse outro verbo. De todo modo, é claro que, sem o verbo *parecer*, a sentença poderia ser assertiva e, portanto, o verbo é essencial para o significado da sentença. Podemos, então, afirmar que a pessoa que usou essa sentença não se compromete com a brancura da neve nem com a iluminação da obscuridade. O verbo *parecer* aparece como modalizador da sentença e o significado de iluminar prima sobre o significado dele, o que aproxima o exemplo 10 dos seguintes casos de predicados não copulativos, e parece carregar o sintagma com significado concreto.

Para analisar as sentenças não copulativas (11-25), usamos a noção de aspecto léxico, as classificamos e analisamos segundo o aspecto que nelas seja apresentado, e depois vemos se o aspecto da sentença influencia na interpretação do sujeito ou não.¹⁴⁰ O aspecto léxico – ou modo de ação – é uma noção importante na linguística, que permite determinar e classificar as sentenças de acordo com o modo como apresentam a ação (ou a falta de ação). Vendler (1967c) foi, também, um dos precursores na discussão sobre aspecto léxico.¹⁴¹ Ele propõe que as sentenças possam ser classificadas segundo atividades, realizações, logros ou estados. As atividades apresentam a ação como contínua e não interrompida. Verbos como *correr* e *nadar* são prototipicamente atividades. As realizações envolvem um processo que é contínuo que termina. Predicados como *ler um livro*, ou *tomar um sorvete* são prototipicamente realizações. Os logros são ações pontuais que não têm duração. Exemplos clássicos são *chegar ao topo*, *ganhar uma corrida*, entre outros. Finalmente, os estados perduram no tempo e, diferente das atividades, não são dinâmicos. Normalmente, os exemplos dados de verbos de estados são *amar*, *conhecer*, entre outros. Como poderá ter sido observado, o

140 As sentenças copulativas também poderiam ter sido analisadas segundo o aspecto. Porém, elas apresentam características próprias e a análise vê-se enriquecida com a separação entre sentenças copulativas e predicativas. Elas são estados e a análise feita para estados pode ser estendida a essas nominalizações.

141 Obviamente, Vendler está longe de ser o único que tem trabalhado sobre essa noção. Porém, para nossos objetivos, ele é mais do que suficiente.

aspecto léxico não depende só do verbo, mas também dos complementos que ele recebe. Ou seja, mesmo sendo *correr* um verbo prototipicamente de atividade, é possível modificá-lo e transformá-lo em uma realização, como em *correr uma carreira*.¹⁴² Dessas classes de predicados, as atividades e as realizações são geralmente ações, enquanto os estados e alguns logros podem não ser ações (Vendler, 1967c, p. 106). A seguinte tabela mostra as diferenças entre as classes (RAE-AALE, 2011, p. 432):

	Duração	Delimitação	Dinamismo
Atividades	Sim	Não	Sim
Realizações	Sim	Sim	Sim
Logros	Não	Sim	Sim
Estados	Sim	Não	Não

Tabela 2: Aspecto Léxico

Há alguns testes linguísticos que permitem a classificação das sentenças em atividades, estados, logros ou realizações. Estados não podem combinar-se com tempos progressivos, mas atividades, realizações e logros, sim (**Estou sendo mulher*, contra *estou correndo*, *estou lendo um livro*, *estou chegando*). Os verbos de atividade e realização podem formar perífrases com *terminar de*, e os de logro e de estado não (*Terminei de correr* e *terminei de ler o livro*, contra **terminei de ser mulher*, **terminei de chegar*). As realizações e os logros são delimitados, mas as atividades e os estados não (*Li o livro em duas horas*, contra **Fui mulher em duas horas*, **corri em duas horas*). Os verbos de estado e, às vezes, as realizações, podem se combinar com *durante x*, mas os logros não (*Morei em Uruguai durante 20 anos*, *corri durante duas horas*, *li o livro durante duas horas*, contra **Cheguei durante duas horas*). Todavia, não há um teste que seja suficiente por si só. Como Arche (2016, p. 409) menciona, a combinação com *durante x*, por exemplo, nem sempre é útil para diferenciar eventos delimitados de não delimitados, pois, como vimos, ele pode se combinar com alguns verbos de

¹⁴² Esta classificação é uma classificação linguística que não corresponde às categorias ontológicas definidas no capítulo anterior. Não se deve, então, entender que esta classificação tem correlatos ontológicos. É uma classificação linguística que nos permite analisar nossos registros, e nada mais.

realização. Então, se aplicarmos cuidadosamente esses testes às sentenças registradas, obtemos o seguinte:

SENTENÇAS	DURAÇÃO	DELIMITAÇÃO	DINAMICIDADE
11 (...) su lugar privilegiado y la altura de la plataforma que corona su fuste lo han convertido también en mirador.	SIM	SIM	SIM
12 (...) el azul de sus cuadros se aclara a medida que se avanza del Salón de la Guerra al Salón de la Paz.	SIM	SIM	SIM
13 (...) la blancura de las casas del centro del país constituía una especie de legado colonial.	SIM	NÃO	NÃO
14 Los grises del fondo, el azul del cuello y el negro de la sotana, demuestran una voluntad de estilo que se inscribe en el concepto de la pintura-pintura (...)	SIM	NÃO	NÃO.
15 (...) la negrura del fuel lanzado a sus costas tras el accidente del Prestige les provoca una valoración del futuro del mismo color.	SIM	SIM	SIM
16 (...) la redondez de su rostro había desaparecido (...)	SIM	SIM	SIM
17 El azul del cielo y el rojo de los atardeceres se deben a la dispersión de la luz solar (...)	SIM	Não ou sim?	Não ou sim?
18 El amarillo de los muebles y el rojo de las baldosas ponen notas alegres y luminosas.	SIM	NÃO	NÃO
19 El rojo de la sangre lo invade todo.	SIM	SIM	SIM
20 (...) el rojo brillante de la cubierta se impone sobre el resto del espacio	SIM	NÃO	NÃO
21 El verde de las vides sirve de marco perfecto para llegar a los muros blancos de Le Provençal (...)	SIM	NÃO	NÃO
22 (...) el blanco de su vestido	SIM	NÃO	NÃO

hace juego con su mirada que es transparente.			
23 (...) el verde de las primeras hojas anuncia el triunfo de la vida (...)	SIM	Sim ou não?	Sim ou não?
24 (...) sobresale el esplendor de los tomates o el verdor de los pimientos.	SIM	NÃO	NÃO
25 El verdor de la montaña lo penetra todo.	SIM	SIM	SIM

Tabela 3: Aspecto Léxico das sentenças analisadas

Algumas das classificações são difíceis de fazer, pois algumas leituras parecem depender de uma certa metaforização por parte do usuário da linguagem. Contudo, foi possível estabelecer que as sentenças podem ser classificadas como estados e como realizações. Não há logros nem atividades. Os logros parecem envolver algum tipo de causalidade, e, no caso destas nominalizações, não parece haver causalidade de nenhum tipo envolvida. As atividades parecem envolver processos “simples”, e pareceria que as nominalizações que envolvem eventualidades seriam contestadas como sujeitos de atividades, pois implicariam no aumento da complexidade do processo. Parece, portanto, ser mais natural que, nos casos em que as nominalizações aparecem como sujeito de predicados de processo, sejam sujeito de realizações que são processos complexos.

Analizamos, em primeiro lugar, as realizações, e, em segundo lugar, os estados. Mesmo quando parece possível afirmar que as únicas sentenças que deveriam envolver entidades abstratas são os estados, pois podem não envolver causalidade, queremos analisar as realizações para verificar se isso é realmente assim. Aachamos que só estados podem, a princípio, envolver o abstrato, pois o abstrato não é espaço-temporal. Portanto, não poderia haver nada abstrato envolvido em sentenças que descrevessem processos nem que envolvessem causalidade. No entanto, achamos que devemos comprovar que as realizações não envolvem entidades abstratas e por isso serão analisadas em primeiro lugar.¹⁴³

As nominalizações que são sujeitos de realizações são, na maioria,

¹⁴³ Como mostraremos, devemos ser cuidadosos na análise dos estados, pois estes também podem envolver causalidade. Por exemplo, uma sentença como *Eu estou sentada* pode ser classificada como um estado, mas ele envolve só entidades concretas.

nominalizações sufixadas. São exceções os casos de *rojo* e *azul* que não apresentam versões sufixadas no corpus.¹⁴⁴ Portanto, seria possível estabelecer que são as nominalizações sufixadas as que são escolhidas, contra os nomes de cor não sufixados, em leituras que envolvem processos. Obviamente, nos casos em que não há nominalização sufixada, o nome de cor não sufixado cumpre esse papel. Ou seja, se temos as duas variantes, prefere-se a sufixada para ser sujeito de processos, mas se a única opção que temos é a não sufixada usamos essa variante. As leituras de realização parecem depender do ponto de vista do usuário da linguagem: é a sua perspectiva que permite aos sintagmas que envolvem eventualidades participarem de processos que envolvem uma certa duração, têm delimitação e são processos complexos, como mencionamos. Por exemplo, em 15, quem relata o acidente do Prestige se concentra no estado de negrura que tinha o combustível e concebe-o como um estado concreto que pode causar/provocar angústia nas pessoas. Não parece estar fazendo referência à propriedade de ser preto o petróleo, mas ao estado de negrura que tinha aquele petróleo naquele momento determinado, ou seja, apresenta uma leitura episódica, e não uma leitura individual. Uma leitura equivalente a *estar preto* e não a *ser preto*. O mesmo acontece no caso onde se relata a desapareição da redondez do rosto. Ela parece estar concebida como um episódio, um estado que tinha o rosto daquela pessoa que, com o tempo, desapareceu. Parece claro, então, que nesses casos prima a leitura de eventualidade proposta por Alexiadou (2013) e não a de um subtipo (subespécie) de cor/forma determinada. Isto é esperável pois, como mencionamos, as leituras de processo não deveriam poder ter um sujeito que denotasse alguma coisa abstrata, e sim um sujeito que denotasse alguma coisa concreta, nesses casos, eventualidades ou estádios, o que se vê verificado na análise recém-feita.

Focaremos, a seguir, nas sentenças que podem ser classificadas como estados. Os estados podem não envolver causação. Portanto, deveríamos poder encontrar entidades abstratas envolvidas em estados, como mencionamos. As sentenças que podem ser classificadas como estados são claramente 13, 14, 18, 20, 21, 22 e 24. As que podem ser classificadas como estados menos claramente são as sentenças 17 e 23. A sentença 17 parece envolver causalidade, efeito e

¹⁴⁴ Em teoria, seria possível formar *rojez*, *rojura*, mas não aparecem registradas no nosso corpus nas estruturas det + Nome sufixado + de + SD.

consequência. Isto faz com que ela possa ser interpretada como um processo. Porém, ela pode ser entendida como um estado, o que é ajudado pelo tempo presente das sentenças e pela sua estrutura aparentemente genérica. Esta ambiguidade é normal em nomes que podem ter um comportamento genérico e um comportamento concreto. A sentença 23 parece, à primeira vista, poder ser classificada como realização, devido ao verbo *anunciar*. Contudo, o presente do verbo parece permitir uma leitura estativa, que parece ser ajudada pelo uso metafórico da sentença como um todo. Então, a interpretação dessas duas sentenças não é muito clara, mas ambas apresentam uma ambiguidade interpretativa que não é incomum nesse tipo de sentenças, e que nos permite analisá-las como estados em alguma das suas leituras.

As sentenças estativas analisadas podem ter funcionando como sujeito, por um lado, nomes não sufixados de cor (14, 17, 18, 20, 21, 22 e 23) e, por outro lado, nomes sufixados derivados a partir de adjetivos (13 e 24). Separamos as sentenças que contêm um tipo de nome das que contêm o outro. Aachamos que, como o processo de formação deles é diferente, podem apresentar um comportamento sintático-semântico diferente. Analisamos, em primeiro lugar, as sentenças que contêm nomes não sufixados, e, em segundo lugar, as sentenças que contêm nomes sufixados.

As sentenças 14, 18, 20, 21 e 22 são estativas e têm como sujeito nomes de cor não sufixados. Esses nomes são sujeitos de sentenças estativas que envolvem estados. Ou seja, os sujeitos dessas sentenças devem ser lidos como sujeitos concretos e não abstratos. Os nomes de cor que formam parte dos sintagmas que funcionam como sujeito têm gênero masculino, número singular ou plural, impõem a concordância tanto no sintagma como na sentença, e podem ser modificados por adjetivos. A sentença 14 apresenta o nome *gris* no plural, mostra a concordância interna do sintagma (o artigo definido apresenta-se também no plural) e, também, a concordância do sujeito complexo com o predicado verbal na terceira pessoa do plural. A sentença 20 pode ser utilizada como evidência de que esses nomes podem ser modificados por adjetivos. Nesse caso em particular, o adjetivo que modifica o nome é *brillante*. É possível, então, estabelecer que, nos casos analisados de sentenças predicativas estativas, os nomes de cor não

sufixados preferem uma leitura concreta, de estádio. Só por isso, eles podem alegrar o ambiente, ser causados por outra coisa, se impor ou servir de marco de referência para chegar a algum lugar. Portanto, mesmo se houver uma associação clara com o tom da cor, elas são lidas como estádios concretos e não se referem ao abstrato. Os outros dois casos, que apresentam uma leitura que não pode ser definida tão claramente como estativa, só servem para reforçar o argumento aqui dado: se houver dificuldades para definir se as sentenças 17 e 23 são estados ou realizações, é só porque aqueles nomes, dentro do sintagma, têm uma leitura de estádio, uma leitura concreta. Portanto, nenhum dos nomes de cor não sufixados aqui usados denotam nem se referem ao abstrato. Eles se referem ao concreto. À vista disso, a análise de McNally e de Swart (2011) sobre os nomes de cor não sufixados não pode ser trasladada ao espanhol, pois a leitura concreta é a preferida, e não há, nas sentenças analisadas, casos onde esses sintagmas possam ser interpretados como abstratos.

Continuamos com as sentenças que apresentam nomes de cor sufixados. Elas são menos frequentes, e a leitura estativa parece permitir uma leitura concreta no caso de 24, e uma não concreta no caso 13 (que pode ser estendida às copulativas 8 e 9). A leitura concreta de 24, de *verdor*, é observada a partir da possibilidade do verdor dos pimentões sobressair numa cena. Há, portanto, concretude envolvida nesse caso, e não há possibilidade de interpretar aquele sintagma como abstrato. A leitura abstrata das nominalizações dá-se no contexto sintático-semântico propício para tal leitura, como em 8, 9 e 13. Elas não podem variar em número e devem apresentar-se, aparentemente, no singular, como em 13. Nelas, a variação de número acarreta uma variação no significado do sujeito, a transformação do nome de singular a plural transforma a leitura não concreta numa leitura concreta, como pode ser observado em 13':

13'. las blancuras de las casas del centro del país constituían una especie de legado colonial¹⁴⁵

145 No CORPES, *blancuras* apresenta dois registros em posição de objeto e em sintagmas sem determinante, como pode se observar em: (...) *levantaron azules difusos, blancuras calcáreas y pequeñas dunas*.

Em 13', podemos imaginar que *as brancuras* são manchas nas casas ou alguma coisa que é vista como concreta. Não se lê a nominalização como uma propriedade sendo instanciada naqueles objetos e a leitura da sentença muda.

As nominalizações nos sintagmas analisados não aparecem modificadas por nenhum adjetivo. Porém, é possível encontrar casos como:

26. La blancura total de este cuadro representa, para el movimiento suprematista, la última expresión de la pureza a través del arte.

A modificação parece forçar, novamente, uma leitura concreta do sintagma. Para falar da brancura total, parece ser que a cor deve ser percebida e, portanto, haveria uma leitura concreta. Que seja representativa da 'expressão da pureza' parece confirmar a ideia de que há sim uma leitura concreta, de uma realização, que permite uma valoração daquilo que é percebido.

Podemos defender, então, a partir desses dados – mesmo sendo eles quantitativamente irrelevantes – que nesse tipo de construção, as nominalizações sufixadas não apresentam uma leitura concreta. Podemos defender, também, que se essas nominalizações aparecessem no plural ou modificadas por adjetivos, a leitura delas mudaria e passaria a ser concreta. Portanto, para que elas tenham essa leitura não concreta, devem manter-se em uma forma aparentemente singular e não podem ser modificadas nem pluralizadas. O problema é definir se, mesmo tendo uma leitura não concreta, podem (ou não) ser usadas para referir ao abstrato.

Devemos, então, analisar qual é a estrutura que permite que elas sejam lidas como não concretas, e ver se, além de ter uma leitura não concreta, elas têm a estrutura sintática que permitiria que fossem usadas para referir. Ou seja, temos que analisar se elas podem formar sintagmas determinantes fortes, pois sintagmas expletivos e sintagmas fracos não podem ser usados para referir, como mencionamos. É fácil contestar que sejam expletivos, pois, à diferença dos nominais imperfeitos, eles são perfeitos: têm gênero, significado nominal e não adjetival, e morfologia nominal (dada pelos sufixos nominais). Eles não são fortes, porque a variação em número força outra leitura dos nominais. Se fossem fortes, poderiam variar em número e ser modificados por adjetivos sem mudar da

leitura não concreta à leitura concreta. Portanto, a única alternativa possível é analisar esses sintagmas como fracos, o que nos traz a necessidade de fazer alguns esclarecimentos que ainda não foram feitos.

Todas as alternativas que apresentam uma análise de sintagmas fracos – sejam eles longos ou curtos (Beyssade, 2012) – analisam, geralmente, os sintagmas em posição interna dentro do predicado verbal, como em *The baby's fully-developed hand wrapped itself around **the finger of the surgeon*** (Barker, 2005, p. 96) e *Lola went to **the hospital*** (Aguilar-Guevara et al. 2014, p.6). Portanto, mesmo se fosse possível estabelecer que nossos sintagmas apresentam a forma de sintagma fraco longo como o de Poesio (1994), os contextos fracos não são os contextos que aqui analisamos. Contudo, Aguilar-Guevara e Zwarts (2010, p. 182) mencionam que, quando os sintagmas fracos na posição objeto funcionam como sujeitos em sentenças genéricas, eles apresentam um comportamento similar ao dos fracos, como em *The newspaper brings people their daily news*. Todavia, esta é a única informação dada sobre esta possibilidade em todo o artigo, e, como nossa intenção é trabalhar com a posição tipicamente referencial, os contextos fracos devem ser descartados, mas a relação entre sintagmas fracos e genéricos notada por Aguilar-Guevara e Zwarts (2010) pode ser utilizada.

Podemos, então, nos perguntar se é possível analisar nossos sintagmas, que parecem denotar entidades abstratas, como genéricos que funcionam na posição de sujeito, como em *O leão é um mamífero* ou *Gold is a precious metal* (Krifka et al., 1995, p. 5). Geralmente, quando se fala em frases nominais que se referem a tipos/espécies, trabalha-se com nomes comuns (que identificam entidades concretas) usados como genéricos. Não é comum encontrar pesquisas sobre genéricos onde sintagmas que sejam formados a partir de nominalizações de adjetivos sejam analisados.¹⁴⁶ Todavia, tratar sintagmas não complementados como *la blancura* e *la altura* como genéricos parece ser bastante coerente e compatível com a análise de McNally e DeSwart (2011, p. 7). O mesmo Carlson (1977, p. 297) aceita que nomes abstratos poderiam ser tratados como genéricos, pois parecem designar tipos/espécies de coisas. Contudo, parece bastante

146 Chierchia (1998, pp. 384-396) tem uma seção que fala de adjetivos nominalizados como *the poor*, que são construções humanas que, como mencionamos, não interessam aos nossos objetivos.

problemático estender essa análise para os casos em que a nominalização aparece complementada (como em nossas sentenças), pois o sintagma parece denotar a instanciamento daquela propriedade em objetos.¹⁴⁷

Os testes de genericidade (Krifka et al., 1995, pp. 9-14) normais não são aplicáveis a nossas nominalizações, pois estão pensados para tipos/espécies relacionados com objetos concretos e não para entidades complexas, como mencionamos. Então, não é possível combinar nenhum de nossos sintagmas com predicados como *morir* ou *extinguir*, nem fazer nossos sintagmas serem o objeto de verbos como *inventar* ou *exterminar*. Eles também não podem ser caracterizados como tipos/espécies bem estabelecidos (Krifka et al., 1995, p. 11). Contudo, como Dayal (2004, p. 425, nota 30) argumenta, é possível ter genéricos sobre classes que não estejam bem estabelecidas, pois – segundo a autora – a interpretação dos definidos genéricos como tipos/espécies bem estabelecidos deve-se mais a um efeito pragmático “... rather than an inherent restriction on singular kind formation”. Esses testes não são suficientes para estabelecer se nossos sintagmas podem ser analisados como genéricos ou não. Entretanto, não significa que não o sejam, pois as interpretações genéricas são muito heterogêneas. Como Laca (1999, p. 902) estabelece, elas estão definidas somente “por una propiedad negativa, precisamente, la de no referirse a objetos (o grupos de objetos o porciones de materia) individuales”. Assim, ainda é possível defender que há uma interpretação genérica possível de nossos sintagmas, mesmo quando não seriam genéricos protótipos.

Por termos descartado a possibilidade de essas sentenças terem uma leitura concreta, e não analisarmos os sintagmas em contextos fracos, a única alternativa que resta é analisar esses sintagmas como genéricos. Queremos propor que esses genéricos denotam o abstrato, mas não se referem ao abstrato, e que essa impossibilidade se deve à estrutura sintática que os sintagmas apresentam. Para defender essa ideia, vamos analisar a estrutura dos sintagmas genéricos. Como os nossos dados são do espanhol, faremos a nossa análise a partir dos trabalhos de Borik e Espinal (2012 e 2015).¹⁴⁸ As autoras propõem que, no caso de sintagmas

147 Parece ser possível estabelecer que a interpretação genérica se vê ajudada quando o complemento está no plural (como em 9 e 13), e vê-se um pouco mais prejudicada quando o complemento da nominalização está no singular (como em 8).

148 Há várias propostas sobre como tratar os definidos singulares genéricos (Carlson, 1977,

definidos genéricos singulares do espanhol, como os nossos, é possível argumentar que esses sintagmas não apresentam a informação de número. Segundo as autoras, os nomes se unem ao determinante (o artigo definido) – interpretado como um operador iota que permite ao sintagma se “referir” a tipos/espécies –¹⁴⁹ sem mediação de número. Elas afirmam que os definidos genéricos singulares apresentam a estrutura [_{SD} D [_{SN} N]], e não a estrutura canônica dos sintagmas definidos singulares, que é [_{SD} D [_{SNum} Num [_{SN} N]]] (Borik e Espinal, 2012, p. 128).¹⁵⁰ O definido genérico singular não teria uma interpretação individual de objeto, pois não está unido ao número singular que permitiria interpretar o sintagma como se referindo a um determinado objeto (como no caso de *a TV está ligada*, onde o sintagma forte permite se referir ao objeto TV). Segundo as autoras, os genéricos definidos singulares se referem aos tipos/espécies em si mesmos, como entidades inteiras e sem estrutura interna, e não à soma dos indivíduos que pertencem ao tipo ou classe.

Algumas modificações devem ser feitas à proposta de Borik e Espinal (2012 e 2015). Em primeiro lugar, queremos especificar que, como o número não está presente nesses sintagmas, eles não podem ser sintagmas fortes. Para que sejam fortes, o número deve estar presente e os sintagmas devem ter a estrutura canônica não marcada [_{SD} D [_{SNum} Num [_{SN} N]]]. Ou seja, como eles não têm número, podem ser interpretados como sintagmas fracos em contextos não fracos. Em segundo lugar, queremos defender que esses sintagmas não são referenciais, pois, como defendemos na seção anterior, a referência depende da combinação

Chierchia, 1998, Dayal, 2004, entre outros). A maioria delas são voltadas ao inglês, mas há trabalhos sobre línguas românicas (Dobrovie-Sorin e Pires de Oliveira, 2008; Muller, 2001; Zamparelli, 2002; entre outros). O comportamento das línguas românicas não é o mesmo que o do inglês (a maioria, por exemplo, não pode se referir a tipos/espécies a partir de plurais nus como *Whale* ou *Gold*), e o do espanhol não é o mesmo que o das outras línguas românicas (ele não tem a possibilidade de se referir, na posição de sujeito, a tipos/espécies com nominais nus (ver Borik e Espinal, 2012)). Por isso, baseamos a nossa análise na de Borik e Espinal, que analisam o espanhol.

149 Normalmente, o sintagma determinante que inclui o artigo definido (o operador iota) é entendido como referencial, porque parte da bibliografia linguística fala em referência num sentido fraco e não necessariamente associado ao uso, como se pode ver em: “...definite kinds directly refer to kinds...” (Borik e Espinal, 2015, p.186). Nós temos um uso forte de referência, como argumentamos na seção anterior e, portanto, nesses casos falaremos de denotação e não de referência. Ou seja, estamos dispostos a aceitar, como argumentaremos, que os genéricos definidos identificam entidades abstratas (as denotam), mas não se referem a elas.

150 A proposta de Borik e Espinal (2012 e 2015) apresenta vários problemas, especialmente relacionados (achamos) com o tratamento dos definidos plurais (como *os cães são mamíferos*). São problemas que escapam à nossa tese, mas pretendemos pesquisar no futuro.

entre propriedades sintático-semânticas e o uso. Neste caso, ao serem sintagmas fracos e não terem a unicidade associada a eles, eles não podem ser usados para referir.¹⁵¹ Em terceiro lugar, e relacionado com o anterior, devemos aceitar que esses sintagmas podem, sim, denotar (no sentido usado por Lyons, 1977) e que essa denotação pode estar associada a tipos/espécies. Quando usamos um sintagma como *la blancura de las casas*, podemos associar esse sintagma a alguma entidade não objetual, ao significado de alguma coisa abstrata.

Finalmente, podemos defender que, quando falamos de genéricos identificando tipos/espécies, esses tipos/espécies podem ser entendidos como propriedades, fatos e estados de coisas, pois não há na linguística uma definição muito precisa de o que seria ou constituiria um tipo/espécie (pelo menos não que seja satisfatória de uma perspectiva filosófica). É normal encontrar afirmações como “(...) with kinds we abstract away from particular objects (...)” (Krifka et al, 1995, p. 4), defesas como “We will assume throughout that what we call kind-referring noun phrases actually do refer to kinds, which are modeled as special types of individuals” (Krifka et al., 1995, p. 6), ou vê-los definidos simplesmente como “(...) entities of an argumental type (i.e., of type e)” (Chierchia, 1998, p. 344). O conceito de tipo/espécie associado ao indivíduo usado na tese de Carlson (1977) parece ser totalmente compatível com incluir as nossas propriedades, os nossos fatos e os nossos estados de coisas como equivalentes aos tipos/espécies: “... kinds, though, may function is [sic] such a way as to be in many places at a given time” (Carlson, 1977, p. 69).¹⁵² Podemos considerar que, como os tipos/espécies podem estar em muitos lugares num determinado tempo, eles são

151 Essa ideia vai contra a proposta de Baker (2003), que estabelece que os nomes têm um índice referencial e que, por isso, formam sempre estruturas referenciais. Essa proposta é problemática e é analisada em detalhe por Panagiotidis (2015, Appendix, pp. 180-181). Espinal (2013) mostra, por sua vez, que há nominais nus que não apresentam um índice referencial, e que a proposta de Baker não pode ser generalizada. O primeiro problema com esta proposta, para nós, é que presume que todos os nominais (mesmo as CPs) apresentam esse índice referencial. Temos mostrado, em outras seções, que esses nominais são inerentemente não referenciais e não deveriam ter nenhum índice referencial. O segundo problema é que este item visa mostrar que as nominalizações deadjetivais também formam SDs que não são referenciais. Portanto, se podemos ter SDs que não são referenciais, uma proposta como a de Baker deveria explicar por que um nome que tem índice referencial pode dar lugar a uma leitura não referencial. Não nos aprofundamos nessa proposta, mas a nossa análise parece dar mais evidência contra a ideia de que todos os nomes têm um índice referencial.

152 A tese de Carlson (1977, p.61) define os tipos/espécies como indivíduos, mas o conceito de indivíduo por ele usado é vago e as páginas que ele dedica ao assunto (pp. 66-69) não parecem definir a questão.

termos dados para denotar entidades abstratas, pois uma coisa que pode estar em vários lugares ao mesmo tempo é uma coisa que não deveria estar no espaço-tempo. Isso seria compatível com nossa ontologia, e não seria incompatível com uma semântica de tipos/espécies. Entendemos, então, que podemos identificar através de nossa linguagem em uso propriedades, fatos e estados de coisas, e que – mesmo não sendo essas entidades perceptíveis – os seres humanos somos capazes de conceitualizá-las linguisticamente.

Essa conceitualização nos permite defender que os sintagmas aqui analisados são, nesse sentido, genéricos e, como mencionamos, fracos. As sentenças que nós analisamos não denotam propriedades, pois foram procuradas para denotar propriedades instanciadas. Mesmo assim, acreditamos, é possível defender que podem ser tratados como genéricos (quem sabe, um tipo especial de genéricos). A análise dessas sentenças nos permite compreender um pouco melhor a estrutura da língua que analisamos. No que compete à referência, é possível concluir que não é possível, de maneira alguma, se referir ao abstrato: não o permite a estrutura sintático-semântica dessas estruturas nem seu baixo uso pela comunidade. Podemos denotar (identificar) fatos como em *la blancura de las casas* ..., mas não podemos referir a eles.¹⁵³

Na próxima seção, analisamos se é possível se referir a eventos a partir de nomes de evento.

4.4.

Referência a eventos

Na seção anterior, analisamos a referência a entidades abstratas. Concluimos que não é possível se referir a elas. Nesta seção, analisamos a referência a eventos, e vemos se é ou não possível se referir aos eventos que, ao

¹⁵³ Podemos, também, denotar estados de coisas com nominalizações como *transitividad* complementada por, por exemplo, *identidad* e o artigo definido para formar um SD como: *la identidad de la transitividad*. Contudo, não há nenhuma aparição no CORPES desse SD e o adjetivo *transitivo*, a partir do qual se forma o nome, não pertence à classe de adjetivos analisados. Ele se forma, como *existente*, a partir de um verbo (recuperável pelo sufixo *-ivo*), e nos permite caracterizar propriedades lógicas. Eles não podem ser pluralizados sem acarretar uma mudança no seu significado, e parecem formar um SD fraco. Todavia, a análise desse tipo de nominalização deverá ser feita no futuro.

contrário das propriedades, dos fatos e dos estados de coisas, são concretos. Parece haver, pelo menos, duas formas que permitem se referir a eventos. A primeira seria a partir do uso de nominalizações eventivas em sintagmas definidos fortes (como *el descongelamiento del rio*), e a segunda seria a partir do uso de nomes eventivos simples [não deverbais] em sintagmas definidos fortes (como em *la tormenta*).¹⁵⁴ Devemos, então, determinar se essas estruturas existem ou não, e se todos os nominais eventivos podem ser usados para se referir a eventos ou não. Para determinar isso, propomos, em primeiro lugar, critérios gerais para definir quais são os requisitos que os nominais eventivos deveriam cumprir para poder, a princípio, se referir a eventos. Ou seja, estabelecemos critérios para descartar nomes como *guerra*, que não têm como correlato um evento na ontologia. Em segundo lugar, determinamos quais são as nominalizações que poderiam referir a eventos a partir desses critérios, e analisamos o CORPES para ver se elas são usadas para se referir a eventos. Analisamos as nominalizações na posição de sujeito, comparamos sua frequência de uso com a das adjetivais, e concluímos que formam sintagmas determinantes fortes. Em terceiro lugar, determinamos quais nomes simples de eventos poderiam se referir a eventos, os analisamos na posição de sujeito para ver se eles podem ser usados para referir, e concluímos que eles também formam sintagmas determinantes fortes, como veremos.

4.4.1.

Critérios gerais

Os substantivos de evento (como são chamados por Bosque, 1999) denotam processos.¹⁵⁵ Contudo, nem todos os substantivos de evento podem ser usados para se referir a eventos. Podemos ter expressões eventivas que não tenham um evento como correlato, como mencionamos. Por exemplo, *construcción* e *guerra* são substantivos de evento (o primeiro é uma

¹⁵⁴ Poderíamos considerar uma terceira, a partir de nomes próprios de eventos. Eles podem ser dados a eventos climáticos que se concebem como o mesmo ano após ano, como *el niño* (que funciona como nome próprio). Também podem ser dados a furacões, como o furacão *Patricia*. Esses casos não são analisados nesta tese.

¹⁵⁵ Usamos *proceso* em lugar de *evento* para evitar a confusão com a categoria ontológica *evento*.

nominalização eventiva, e o segundo, um nome de evento simples [não deverbal]) que não têm como correlato um evento na ontologia (como mencionamos na parte ontológica). Os dois envolvem processos complexos, e podem não ser espaço-temporalmente contínuos. Então, devemos providenciar algum critério para poder estabelecer quais são as características gerais que esses substantivos devem ter para poder se referir a um evento.

Partimos da ideia de que todos os substantivos aqui analisados são substantivos de evento. Portanto, os critérios aqui propostos não determinam se são substantivos de evento ou não. Eles são critérios que nos permitem estabelecer se os substantivos analisados podem se referir a um evento de nossa ontologia ou não. São critérios semântico-sintáticos, que visam refletir semanticamente as características ontológicas que os eventos têm: são particulares concretos, espaço-temporalmente contínuos, apresentam relações de causalidade, envolvem objetos em fazeres, e são independentes de nosso conhecimento, cultura e sociedade (ver capítulo anterior, seção 3.3).¹⁵⁶

Para que os nomes de evento possam referir a eventos, devem cumprir os seguintes critérios gerais:

a) Para se referir a eventos podem/ devem¹⁵⁷	b) Para se referir a eventos não podem/ não devem
Podem ser argumentos de verbos de percepção física: <i>presenciar/ mirar/ oir, etc.</i>	Não podem ser argumentos de verbos/formas performativos/as: <i>declarar, defender, etc.</i> ¹⁵⁸
Podem ser argumentos de verbos de aparição (Mendicoetxea, 1999): <i>ocurrir/ tener lugar.</i>	Não podem ser argumentos de verbos inergativos que aceitam objetos cognatos: <i>ganar, jugar, etc.</i> ¹⁵⁹
Devem aparecer em SD fortes.	Não podem aparecer em contextos

¹⁵⁶ Estes critérios não correspondem aos critérios propostos para diferenciar nomes eventivos complexos de nomes eventivos simples e de resultado (ver Grimshaw, 1990; Alexiadou, 2001; Resnik, 2010; Polakof 2013).

¹⁵⁷ Algumas dessas características foram tomadas de Resnik (2010) e não é uma lista exaustiva das características que os substantivos de evento têm. Apresentamos só as relevantes para a referência a eventos.

¹⁵⁸ Tomado de Campos (1999). *Defender* é entendido como verbo performativo, pois para alguém defender uma guerra, por exemplo, deve defendê-la a partir de uma ação comunicativa/performativa.

¹⁵⁹ Não podem ser complementos de verbos intransitivos agentivos que possam ser usados como transitivos e possam ter como objeto um nome formado a partir do verbo, como em *Los niños jugaron a un juego muy divertido* (Mendikoetxea 1999, p. 1610).

	fracos (SD fracos, expletivos ou sem determinante).
Podem estar modificados por adjetivos “eventivos”, como <i>fuerte</i> , <i>rápido</i> , etc.	Não podem estar modificados por adjetivos relacionais não argumentais, como <i>paternal/nacional/etc.</i>
Podem aceitar modificadores durativos como <i>de 2 horas</i> .	Não podem estar modificados por <i>frecuente y constante</i> → leva à leitura de hábito.
Podem ser argumentos de <i>causar/provocar</i> , etc.	Não podem ser complemento de <i>durante</i> → leva à leitura de tempo/momento e não de evento.
Podem não ter agente, ou ter agente singular.	Não podem ter argumentos plurais nem envolver adjetivos coletivos como <i>populoso</i> ou <i>numeroso</i> .

Tabela 4: Critérios gerais para selecionar substantivos eventivos que referem a eventos

A maioria dos critérios a) são compartilhados com nomes de evento que não se referem a eventos. Por exemplo, um nome como *guerra* pode ser combinado com *causar* e com um modificador durativo como *de 100 anos*. Contudo, é a partir da combinação dos critérios de a) e b) que podemos diferenciar entre os nomes que se podem referir a eventos e os que não podem. Então, no caso de *guerra*, podemos observar que não cumpre com os requisitos estabelecidos em a) e b) e, portanto, pode ser descartado. Uma guerra pode ser declarada e defendida, pode ser nacional, e pode ser constante, como se observa em 1. Podemos, também, descartar o nome *construcción*. Uma construção pode ter um agente plural, pode estar modificada por adjetivos relacionais e pode ser modificada por frequente e constante, como se observa em 2 e 3. Assim, podemos eliminar aqueles substantivos eventivos que, mesmo sendo semanticamente interpretados como processos, não se referem a eventos. Eles dependem de questões socioculturais, podem ser espaço-temporalmente descontínuos, entre outros, e, como mencionamos no capítulo anterior, os eventos são independentes dessas questões. Por outro lado, um nome como *tormenta* e uma nominalização como *explosão* não podem ser declarados, não podem ser complementos de ganhar ou jogar sem ter alguma semantização, não podem ser modificados por adjetivos relacionais, nem por modificadores como *frecuente* e *constante* sem ter uma interpretação habitual, e não podem ser complemento de *durante* sem ter uma

interpretação de momento/lugar, como pode ser observado nos exemplos de 4 a 6:

1. (...) Bush declaró la guerra global al terrorismo (CORPES XXI)
2. la constante construcción de rellenos, puertos deportivos, muelles y otras modificaciones artificiales de la costa, están produciendo un grave daño (CORPES XXI)
3. (...) la destrucción le gana a la construcción en una proporción de 10 a 1 en todo sentido (...) (CORPES XXI)
4. *Él declaró/defendió la tormenta/ la explosión (autogerado)
5. *La explosión/tormenta frecuente/constante produce daños al medio ambiente¹⁶⁰ (autogerado)
6. La tormenta ganó intensidad sobre Bahamas central (...) (CORPES XXI)
7. (...) el volumen de datos recogidos durante la tormenta de 2001 (...) (CORPES XXI)

É possível ver que, inicialmente, esses critérios são suficientes para diferenciar entre os substantivos de evento que podem, sim, se referir a eventos, pois cumprem com os requisitos estabelecidos, daqueles que não podem se referir a eventos. A seguir, analisamos a referência a eventos a partir de nominalizações, e vemos se há algum outro critério que possa ser estabelecido para descartar certas nominalizações como referenciais.

4.4.2.

Referência a eventos a partir de nominalizações

Há dois tipos de nominalizações que denotam processos: a partir de nomes e a partir de verbos. As nominalizações de evento a partir de nomes, como *raviolada* (reunião onde se servem raviolis [cf. Resnik, 2010, p. 215]),

¹⁶⁰ Não há registros no CORPES de combinações desses nomes com *frecuente* ou *constante*. Para que esses registros apareçam, o nome deve ser pluralizado ou o seu significado, metaforizado. Por exemplo, em *las críticas que ha despertado la constante explosión de vuvuzelas* (CORPES XXI), o nome não acarreta uma explosão, mas a ideia de proliferação de uso de vuvuzelas nos jogos de 2009.

bicicleteada (atividade que se realiza com x [cf. Resnik, 2010, p. 217]) e *patada* (denota impacto [Resnik, 2010, p. 218]), não são analisadas em nossa tese. As duas primeiras envolvem grupos e, portanto, são sociais (como *fiesta*, por exemplo). A terceira só apresenta uma leitura eventiva no plural e, portanto, não denota um processo único e não pode se referir a um evento único (Resnik, 2010, pp. 221-222). Esses substantivos não cumprem os requisitos para poderem se referir a eventos. Os que envolvem atividades grupais podem ter agentes plurais, podem ser ganhos, podem ser modificados por adjetivos relacionais não argumentais, etc. (ver 8). Os substantivos que envolvem impacto devem estar no plural, como no substantivo eventivo *patadas*,¹⁶¹ não se apresentam em sintagmas fortes singulares e podem ser modificados por adjetivos relacionais (ver (9)).

8. (...) está previsto que los locales organizadores hagan mañana una gran paellada popular a partir de las 20.00 horas. (CORPES XXI)
9. el partido inaugural de las patadas mundiales. (CORPES XXI)

Ambas as nominalizações violam alguns dos critérios estabelecidos: em 8, temos um agente plural implícito (os organizadores farão a paelha) e a ideia de grupo envolvida nele (é uma grande paelha e popular); em 9, temos a combinação do substantivo com o adjetivo relacional *mundial*, e as patadas estão relacionadas com um jogo de futebol que não é um evento, como mencionamos na seção 3.3. Portanto, podemos afirmar que, mesmo sendo nomes eventivos, as nominalizações denominais eventivas não podem ser usadas para se referir a eventos.

Analizamos, a seguir, as nominalizações deverbais para ver quais delas podem ser usadas para se referir a eventos, pois, como mencionamos, nem todas as nominalizações deverbais podem ser usadas para isso. Para saber quais são as nominalizações que podem se referir a eventos, há algumas questões a se considerar. Em primeiro lugar, elas devem cumprir os requisitos supramencionados e devem se formar a partir de sentenças. Em segundo lugar, a

161 O plural é um problema à parte. Limitamos a referência a casos singulares, pois é nesses casos que poderia ser estabelecido que identificamos unicamente alguma entidade. Num futuro, poderíamos analisar o caso do plural e tentar relacioná-lo com a referência. Contudo, isso escapa os objetivos de nossa tese.

estrutura das nominalizações deve ser considerada em relação à sua complexidade. E, em terceiro lugar, sua semântica deve ser considerada, em relação ao seu significado. A partir dessas considerações, podemos descartar algumas nominalizações que apresentam um aspecto léxico complexo (como *construcción*), pois elas não envolvem um único processo. A ideia, proposta por Pustejovsky (1995), é que certos verbos (e as suas nominalizações) contêm dois subeventos: uma causa e um estado resultante.¹⁶² Portanto, nomes como *construcción*, *traducción*, entre outros – que envolvem mais de um processo e podem envolver agentes plurais – podem ser descartados. Alguns desses nomes, como mostramos na seção anterior para *construcción* (exemplos 2 e 3), não cumprem os critérios necessários para poder se referir a eventos.¹⁶³ Também, podemos descartar nominalizações que, mesmo envolvendo uma atividade aspectualmente simples, não se referem a eventos da ontologia (como, por exemplo, *acampada*). Acampar é uma atividade que depende da nossa cultura para ser interpretada como um evento, e não pertence à ontologia. Ou seja, não há um evento único que seja acampar, mesmo quando possamos falar da *acampada* de três dias (cf. Resnik 2010, p. 228). A *acampada* corresponde a um conceito, mas não a um evento. Se combinarmos essas questões semântico-ontológicas com os critérios estabelecidos na seção anterior, podemos ver que *acampada* não cumpre esses critérios: ela pode ter agentes plurais, pode ser modificada por adjetivos relacionais, e pode aparecer em contextos fracos. O exemplo embaixo envolve agentes plurais implícitos (são muitas as pessoas que acamparão), pode estar combinado com adjetivos relacionais não argumentais como *martiano* (de Marti), e não aparece num sintagma definido forte:

10. (...) realizarán desde hoy una acampada martiana para rendir homenaje al Apóstol de la independencia

162 Essa ideia tem sido muito debatida, mas não é o foco desta tese (ver Polakof 2013 para um tratamento mais detalhado).

163 Não descartamos todas as nominalizações que podem ser classificadas como de realização. Há alguns verbos que podem ser classificados como realizações, pois são delimitados, que descrevem um evento, como *congelar*. O produto final pode não ser um evento. Porém, o processo é, sim, um evento. Casos como *construcción* e *traducción* são especiais, pois além de serem complexos, podem ser espaço-temporalmente descontínuos, ter múltiplos agentes, etc. Ou seja, o aspecto não é suficiente para descartar uma nominalização.

É possível, então, estabelecer que temos que ser cuidadosos ao analisar essas nominalizações. Não devemos confundir nominalizações que podem se referir a eventos com as que não podem. As nominalizações que não cumprem os requisitos estabelecidos denotam processos conceituais, mas não se referem a eventos. Para ver se é possível se referir a eventos, devemos levar em consideração as características que foram analisadas até o momento. Como essas nominalizações são muito numerosas, antes de analisar o CORPES para ver se a comunidade as usa, selecionamos uma lista de nominalizações do *Diccionario Inverso de la Lengua Española* (Bosque e Pérez Fernández, 1987). Esse dicionário (DILE) agrupa os itens lexicais segundo a sua terminação. Portanto, encontram-se juntos os itens que terminam em *-ción*, *-miento*, *-ada*, etc., o que nos permite analisar as nominalizações em conjunto sem ter que inventar/criar os nomes que analisamos.¹⁶⁴

Das nominalizações que obtivemos do DILE, retiramos algumas que não tinham registros no CORPES, como *henchimiento*. Analisamos no CORPES quantos registros elas tinham no total e quantos registros junto com o artigo definido. A partir disso, estabelecemos a porcentagem de aparição em sintagmas definidos das nominalizações contra o total das nominalizações, e selecionamos aquelas que tinham uma porcentagem igual ou maior a 40%. Entendemos que, quanto mais alta a aparição da nominalização num sintagma definido, maior é a possibilidade de que ela possa ser usada para referir. Essa seleção relativamente arbitrária visa reduzir o número de nominalizações a analisar e, com ela, conseguimos diminuir o número de nominalizações a 25. Porém, esse número é ainda alto e queremos diminuí-lo a um número mais equivalente ao das nominalizações deadjetivais, ou seja; reduzir os registros a cerca de dez.

Para diminuir o número de registros, comparamos a aparição da nominalização à do verbo no tempo presente. Desses mais de 20 registros, selecionamos aqueles que tinham um número de aparições maior que o do verbo no presente. Essa comparação permite fazer uma diminuição arbitrária que era necessária, e é uma diminuição objetiva. Ou seja, a seleção não foi feita para

¹⁶⁴ Evitamos analisar nominalizações que envolvam estados/eventos mentais (como *preocupación*, *resignacion*, *avergonzamiento*, *entristecimiento*, etc.), pois deveríamos analisar o que são esses estados/eventos mentais e, como mencionamos no capítulo anterior, não é objetivo central da nossa tese classificar os estados/eventos mentais.

termos os resultados que procuramos.¹⁶⁵ Finalmente, fizemos uma pesquisa no *DLE* e eliminamos as formas que envolviam o significado de “fazer alguma coisa”, pois envolvem processos complexos (por exemplo, *excavar*). Assim, ficamos com 11 nominalizações que podem ser observadas na tabela abaixo. Nela é possível observar, na seguinte ordem: a forma da nominalização, o número de registros do verbo base em todos os tempos, o número de registros do verbo base em tempo presente, o número de registros total da nominalização, e, finalmente, o número de registros da nominalização dentro dum sintagma definido singular. Por exemplo, encontramos a forma *endurecimiento*, os registros do verbo *endurecer* em todos os tempos, os registros do verbo no presente (qualquer tempo presente), os registros totais da nominalização, e os registros da nominalização no sintagma definido.¹⁶⁶

Nominalização	V. base (t.t.)	V. base (t.pr.)	Nominalizaçao	A.D. + N. (int. 2 izq)
amamantamiento	407	73	90	44
caída	287506	6455	8514	5029
circulación	6161	2508	5431	2585
congelación	3199	344	695	340
descongelación	281	46	83	35
endurecimiento	964	271	350	153
envejecimiento	1269	436	2091	881
explosión	5220	971	3959	2354
indagación	2200	530	722	312
inhalación	434	103	282	113
retirada	12172	2671	2944	1605

Tabela 5: Registros de verbos, de nominalizações, e SD com nominalizações deverbais

Todas as nominalizações selecionadas têm, ao serem comparadas com o verbo em todos os tempos, uma porcentagem de aparição maior do que 20%. Essa porcentagem, que pode não parecer relevante, é significativa uma vez comparada à porcentagem de aparição das nominalizações deadjetivais que era inferior a 2%.¹⁶⁷ Mesmo não sendo os

¹⁶⁵ Essa seleção quantitativa pode ser criticada, mas reiteramos que algum critério tinha que ser selecionado.

¹⁶⁶ A pesquisa foi feita com o intervalo 2 à esquerda, pois desse jeito encontramos registros como *el significativo endurecimiento de los tallos* (CORPES XXI).

¹⁶⁷ Se fizermos a comparação com o verbo no tempo presente, essa diferença é ainda maior, pois selecionamos nominalizações com mais registros que o verbo no tempo presente. No caso dos adjetivos, não foi feita a comparação com todas as formas possíveis do adjetivo (o plural não foi considerado). Porém, foi, sim, feita a comparação com o adjetivo nos dois gêneros possíveis. Estabelecer quais tempos verbais seriam “equivalentes” àquelas formas é difícil.

nossos dados quantitativos estatisticamente expressivos, eles nos permitem observar que há uma diferença relevante no uso das nominalizações deverbais contra as deadjetivais. Esse dado pode nos aproximar de uma resposta possível: há referência a eventos. De qualquer modo, antes de chegar nessa conclusão, outras considerações devem ser feitas.

Todas as nominalizações são polissêmicas. Muitas delas devem a polissemia ao verbo base. Por exemplo, *congelación* apresenta um significado figurado de *detener* alguma coisa que não se relaciona com o evento congelar e sim com o verbo *congelar*. Esse significado pode ser observado em 11, onde não há uma congelação (pois os salários não podem ser gelados), mas sim uma detenção no aumento dos salários. Apesar de a maioria das nominalizações apresentarem polissemia desse tipo (ver 12-19), as exceções são *amamantamiento*, e *inhalación*. Contudo, mesmo não tendo uma polissemia de significado, podem apresentar uma extensão de significado, como no caso de *amamantamiento*, usado como direito adquirido 20.

11. (...) declara ilegal la congelación salarial (...) (CORPES XXI)
12. (...) logró detener la caída del euro. (CORPES XXI)
13. (...) defendía la circulación de monedas de oro (...) (CORPES XXI)
14. (...) se enmarca en la 'descongelación' de las relaciones entre Cuba y los 25 países de la UE (...) (CORPES XXI)¹⁶⁸
15. (...) ha sido el endurecimiento de su posición. (CORPES XXI)
16. El envejecimiento de la población es uno de los fenómenos de mayor impacto del siglo XX (CORPES XXI)
17. (...) la propia explosión demográfica supera los antiguos espacios (...) (CORPES XXI)
18. (...) la necesidad de la indagación existencial y filosófica (...) (CORPES XXI)
19. La ASF financia la retirada anticipada de los que desean poner fin a su vida laboral a los 60 años. (CORPES XXI)
20. (...) reclama el amamantamiento como un "derecho constitucional" (...) (CORPES XXI)

Portanto, fizemos a comparação com todas as formas verbais.

¹⁶⁸ É interessante notar que, mesmo tendo um uso figurado, não é muito frequente e o autor decidiu enfatizar que não é comum e por isso escreveu descongelar entre aspas.

Esses comportamentos devem ser desconsiderados pela análise, pois todos os casos estão associados a uma leitura socializada, humanizada das nominalizações (seja por polissemia da base, extensão do uso da nominalização, ou qualquer outro fenômeno).¹⁶⁹

Para analisar se as nominalizações podem ser usadas para referir, usamos o mesmo método que para as nominalizações deadjetivais: analisamos a posição de sujeito. Devido ao alto número de registros que essas nominalizações apresentam, nos concentraremos somente nos sintagmas na posição de sujeito. Evitamos escolher sentenças copulativas de predicado individual, pois nelas podemos encontrar sintagmas genéricos como sujeito (como pode ser observado em 21, 22 e 23), e, como mostramos na seção anterior, os sintagmas que contêm genéricos não são referenciais.

- 21. El envejecimiento es un proceso natural y progresivo del ser humano (...) (CORPES XXI)
- 22. la inhalación es más tóxica que la ingestión (CORPES XXI)
- 23. El amamantamiento genera una dependencia entre la madre y su bebé (CORPES XXI)¹⁷⁰

Idealmente, queremos sentenças no tempo presente, pois elas descrevem o evento no processo. Porém, a maioria delas aparece no tempo passado, pois é um corpus predominantemente escrito. Além disso, quando as sentenças estão no tempo presente, as nominalizações podem apresentar uma leitura genérica como em 23, que é um uso bastante comum na língua.

Os usos dessas nominalizações em sentenças não genéricas na posição de sujeito podem ser observados nos exemplos (24-33).

- 24. La caída del aparato se produjo en un aeródromo cerca de la localidad fronteriza de Valença do Minho, y tuvo como consecuencia la muerte de

¹⁶⁹ A polissemia das nominalizações eventivas foi analisada por Melloni (2010).

¹⁷⁰ Descartamos *amamantamiento*, pois só apresenta um uso genérico, na posição de sujeito (ver 23).

Pío Jesús López (...) (CORPES XXI)

25. (...) permite que la circulación de la sangre esté en buen estado (...) (CORPES XXI)
26. (...) la congelación de los lagos hizo imposible la navegación. (CORPES XXI)
27. (...) en los últimos dos años, el descongelamiento ha ocurrido a ritmos entre 10 y 15 veces más rápidos que los normales. (CORPES XXI)¹⁷¹
28. (...) el endurecimiento de la yema ocurre sin que se rompa la cáscara (...) (CORPES XXI)
29. (...) el envejecimiento de la piel no se da aisladamente del resto del cuerpo. (CORPES XXI)
30. La explosión del artefacto atemorizó especialmente a los parlamentarios andinos (...) (CORPES XXI)
31. La indagación es encabezada por el fiscal de la Región Metropolitana Oriente, Xavier Armendáriz (...) (CORPES XXI)
32. (...) la inhalación les provoca una parálisis en las piernas (...) (CORPES XXI)
33. LA RETIRADA PARCIAL de los hielos se está produciendo más en el polo Norte. (CORPES XXI)¹⁷²

Essas sentenças podem ser classificadas segundo o aspecto léxico. Contudo, a classificação não seria simples e deveríamos – provavelmente – estender a classificação de Vendler a uma como a proposta por De Miguel (2004). Portanto, analisaremos essas sentenças segundo a classe dos verbos principais e não segundo o aspecto léxico delas. As sentenças 26 e 32 envolvem verbos de caráter causal, pois o sujeito é a causa do acontecimento (Campos, 1999, p. 1532). Em 26, o congelamento dos lagos causa a impossibilidade de navegar por eles, e em 32, a inalação causa uma paralisia nas pernas. A sentença 30 envolve um verbo de afeção causativa, pois o sujeito causa alguma afeção emocional como

171 Não achamos registros de *descongelación* em posição de sujeito que fosse claramente não genérico (como pode se observar na sentença copulativa: *La descongelación dieléctrica es el método más rápido encontrado hasta hoy para descongelar el pescado*). Por isso, selecionamos o registro de *descongelamiento*, que tem como base o mesmo verbo.

172 *La retirada* é utilizada, neste caso, com o significado de se apartar/se separar do polo.

atemorizar ou surpreender (Campos, 1999, pp. 1532-1533): “A explosão do artefato causa temor aos parlamentares”. É possível estabelecer, a partir da análise, que nesses três casos estamos frente a uma leitura concreta das nominalizações e, portanto, frente a sintagmas que podem ser usados para referir. Se olharmos as características dos nominais, é possível argumentar que cumprem os requisitos para formarem sintagmas fortes: o nome força a concordância dentro do sintagma determinante, a leitura eventiva mantém-se caso a nominalização seja pluralizada, ele pode ser modificado por adjetivos de evento, e o sujeito concorda com o sintagma verbal, como pode-se observar em:¹⁷³

34. (...) las explosiones con dinamita afectaron los pantanales y las explosiones sísmicas provocaron rajaduras en un domicilio de Izarzama. (CORPES XXI)

Analizamos agora sentenças que envolvem verbos de aparição (Mendikoetxea, 1999, p. 1607) como 24, 27, 28, 29 e 33. Os verbos de aparição denotam processos que podem ser descritos como aqueles que podem “*cobrar existencia*” (Mendikoetxea, 1999, p. 1607).¹⁷⁴ Portanto, seria possível estabelecer que, nessas sentenças, poder-se-ia descrever um fato que resulta da instanciación da propriedade *Existência* no evento determinado. Então, poderia se estabelecer que, nesses casos, o usuário da linguagem tem a intenção de se referir ao evento concreto. Se o usuário não tivesse essa intenção, poderia ter usado a sentença equivalente não nominalizada. Ou seja, poderia ter usado 35 no lugar de 24.

35. El aparato cayó en un aeródromo cerca de la localidad fronteriza de Valença do Minho, y tuvo como consecuencia la muerte de Pío Jesús

¹⁷³ A pluralização das nominalizações eventivas tem sido arduamente discutida em linguística. Grimshaw (1990) estabelecia que a leitura eventiva era perdida quando a nominalização era pluralizada. No entanto, Picallo (1999, pp. 379-380) argumenta que, no espanhol, podem, sim, ser pluralizadas e manter a leitura eventiva (ou processual). Concordamos com Picallo que, em certos casos, as nominalizações de evento podem ser pluralizadas e que elas mantêm a denotação de processo. Porém, não analisamos qual é a referência (nem se há referência no caso) dos sintagmas no plural. Como deve ser analisado o plural respeito à referência é uma pesquisa que fica para o futuro, como mencionamos em outra nota rodapé.

¹⁷⁴ Usaremos o termo *verbos de aparição* sem fazer a distinção entre verbos de aparição pronominais, não pronominais, verbos de desaparecimento e verbos de aparecimento (Mendikoetxea, 1999, p. 1067 e sgts.).

López.¹⁷⁵

Isso não é possível com sentenças que envolvem verbos de caráter causal como as analisadas anteriormente, como se observa em 36. Para que elas sejam transformadas em sentenças gramaticais, o verbo principal da sentença que contém a nominalização deve ser incluído na nova sentença, como se observa em 37:

36. *El artefacto explotó especialmente a los parlamentarios andinos

37. El artefacto explotó y atemorizó especialmente a los parlamentarios andinos

Há, então, uma clara vontade de se referir ao evento, de identificar unicamente o evento ao construir/usar sentenças como as analisadas. Podemos, então, concluir que, no caso das nominalizações em sentenças que contêm verbos de aparição, a nominalização também forma um sintagma fortemente referencial e pode ser usada para se referir a um determinado evento.¹⁷⁶

A sentença 25, com um predicado de estádio, pode ser analisada de uma maneira similar. A sentença (subordinada ao verbo *permitir*) poderia ter sido formulada de uma maneira que descreve o evento, em lugar de usar a nominalização para se referir ao evento, como se observa em 38:

38. (...) permite que la sangre circule bien (o en buen estado)

Contudo, a pessoa decide usar a nominalização para formar parte do SD que funciona como sujeito. Podemos, então, estender a argumentação anterior para a sentença que inclui predicados de estádio: a nominalização forma parte de um sintagma singular definido forte que tem a estrutura canônica não marcada [_{SD} D [_{SNum} Num [_{SN} N]]] e a sentença, como um todo, descreve um fato.

175 Este exemplo foi autogerado, mas há registros similares no CORPES como em (...) *el aparato cayó en la región de Tiumen, en Siberia occidental, cerca de la ciudad de Tobolsk*.

176 Algumas dessas sentenças, por estarem no presente, parecem ajudar uma leitura genérica do nome. Essa ambiguidade entre leitura genérica e particular é comum com outro tipo de nomes comuns. Porém, a existência de sentenças em outros tempos mostra que elas aparecem, sim, em sintagmas fortes e que, portanto, é possível se referir a eventos nesse tipo de sentenças.

O exemplo 31 envolve uma nominalização que parece ser uma atividade complexa, mediada por juízes, policiais, etc. Essa nominalização não denota um único evento e deve ser eliminada. A seleção quantitativa, portanto, deveria ter sido mais cuidadosa para evitar exemplos como este e o de *amamantamiento*, mas mostra que nem todas as nominalizações que, à primeira vista, parecem ter um evento como correlato na ontologia, realmente têm.

Podemos concluir este item estabelecendo que é possível se referir a eventos a partir de nominalizações deverbais, mas que temos que ter cuidado ao definir quais são as nominalizações que podem se referir a eventos. Nos casos em que se referem a eventos, elas pertencem a sintagmas fortes que apresentam a estrutura canônica não marcada [_{SD} D [_{SNum} Num [_{SSN} N]]]. Ou seja, apresentam uma interpretação individual de evento, pois estão unidas ao número singular que nos permite interpretar o sintagma como fortemente referencial. Então, as nominalizações de evento no singular formam sintagmas fortemente referenciais na posição de sujeito e, quando há um evento no mundo correspondente à nominalização, elas podem ser usadas para se referir àquele evento. Mostramos que, se usarmos os critérios estabelecidos, é possível eliminar várias nominalizações que não podem se referir a eventos como *amamantamiento* e *indagación*.

As nominalizações deverbais são mais usadas pela comunidade que as nominalizações deadjetivais e podem formar sintagmas fortes com estrutura canônica não marcada. Esses resultados nos permitem fortalecer a relação entre a referência e as entidades concretas, como foi defendido no capítulo 2. Se as entidades são concretas, temos na língua estruturas que permitem se referir a essas entidades. Neste caso, comprovamos que é possível –a partir da nominalização de uma sentença– usar nominalizações em sintagmas fortes para se referir a eventos.

No próximo item, estabelecemos se é possível se referir a eventos no espanhol a partir de nomes de evento simples.

4.4.3.

Referência a eventos a partir de nomes simples (não deverbais)

Os nomes simples eventivos têm sido menos estudados que as nominalizações, e sempre em comparação com elas (Grimshaw, 1990; Alexidou, 2001, entre outros). Contudo, a tese de Resnik (2010) analisa esses nomes e propõe que possam ser classificados segundo o aspecto léxico, e relaciona o aspecto ao significado processual e não à categoria funcional dos nomes. A ideia da autora é que os nomes desse tipo também apresentam o processo caso seja delimitado ou não, tenha duração ou não, seja dinâmico ou não. Portanto, se têm um comportamento similar ao das nominalizações analisadas no item anterior, deveríamos ser capazes de reconhecer, ao considerar os critérios propostos para reconhecer nomes que se referem a eventos, quais podem se referir a eventos e quais não. Trabalhamos com a lista de nomes eventivos simples da tese de Resnik (100 nomes que se encontram no anexo 2) e, mediante a aplicação dos critérios, descartamos nomes até ficar com aproximadamente 10 que sejam analisáveis na posição de sujeito, pois, como mencionamos em reiteradas ocasiões, ela é a prototipicamente referencial. Eliminamos, em primeiro lugar, aqueles que claramente tinham a ver com questões sociais (*fiesta, boicot, huelga, boda, funeral, clase, workshop, película, ópera*, etc.); em segundo lugar, os similares a guerra (*conflicto, motín, batalla, crisis*, etc.); em terceiro lugar, os que envolvem esportes, campeonatos, etc. (*torneo, campeonato, rally, carrera*, etc.); em quarto lugar, os associados a estados mentais (*pasión, rabia, furor, miedo, pánico*, etc.). Eliminamos, também, aqueles que acarretassem pluralidade, como *tumulto*, e itens relacionados com doenças como *fiebre*, pois são o resultado de um processo e não o processo. Finalmente, evitamos analisar nomes como *accidente, siniestro*, etc., porque podem envolver pluralidades, e são, na verdade, o ponto final de outro evento, como mencionamos no capítulo 3. Essa redução foi feita para evitar envolver nomes que não estejam relacionados com eventos, ou que estejam possivelmente relacionados com eventos/estados mentais que não são analisados na nossa tese. Os nomes eliminados não respeitam todos os critérios estabelecidos. Alguns podem ser ganhados, a maioria pode ser modificada por adjetivos que indiquem pluralidade como *numeroso*, entre outros, como exemplificamos em (39)-(42):

39. (...) ésta es la clase más numerosa de alumnos admitidos (...) (CORPES XXI)
40. (...) ganó el primer Campeonato Regional (...) (CORPES XXI)
41. El accidente múltiple ha ocurrido en la autovía A-66 (...) (CORPES XXI)
42. Después de que se declarase la crisis nuclear en Japón (...) (CORPES XXI)

Agregamos alguns nomes que não foram considerados na lista de Resnik (2010, pp. 302-304), como *viento*, *lluvia* e *ola*, nomes que não são classificados tipicamente como substantivos de evento. Resnik (2010, p. 103) contrasta *viento* a *huracán* porque não pode ser dado como resposta a uma pergunta como *¿Qué ocurrió?* Porém, ela mesma reconhece que há nomes eventivos, como *conferencia*, que também não podem ser dados de resposta a essa mesma pergunta. Ou seja, ele não é um critério suficiente para definir se um nome é eventivo ou não, e *viento* é um substantivo de evento: pode causar/ provocar outros processos, apresenta duração, etc. Fábregas (2011, p. 4), por seu lado, dá a entender que *ola* sozinho não é eventivo e que necessita da sintaxe para ser interpretado como eventivo, como em *La ola de calor tuvo lugar en diciembre*. Contudo, esse nome se comporta de uma maneira muito similar a *viento* e é, portanto, eventivo (o mesmo acontece com *lluvia*), como podemos observar nos exemplos (43)-(45):

43. El viento provocó la caída de árboles y la rotura de semáforos (CORPES XXI)
44. La ola provocada por la rotura del glaciar casi arrolla a un barco (CORPES XXI)
45. La lluvia provocó, asimismo la, intempestiva crecida del río Chimoré en el poblado del mismo nombre (...) (CORPES XXI)

Os exemplos mostram que esses nomes só podem ter interpretação de processo. Eles são provocados por outros processos (como em 44), são forças da

natureza que provocam, no mundo, outros eventos como a caída de árvores, etc. (como em 43 e 45).¹⁷⁷ Então, eles são incluídos na nossa análise, pois poderiam referir a eventos.

Neste caso, como os nomes analisados são simples, não há uma base com a qual fazer uma comparação numérica. Portanto, são apresentados somente os nomes, sem registros de aparição, e depois analisamos as sentenças nas quais eles aparecem como sujeito. Os nomes analisados são, além dos três já mencionados, *discurso*, *impacto*, *incendio*, *maremoto*, *ruido*, *siesta*, *tormenta*. Alguns estão relacionados com o clima, e outros com eventos onde temos pessoas (ou objetos animados) participantes. Esses nomes também são polissêmicos. *Discurso* pode ter uma leitura de resultado e por isso pode ser lido ou relido, pode ter uma de doutrina ideológica associada a uma ideologia política, entre outras. *Impacto* pode ter uma leitura de efeito produzido na sociedade, que é uma leitura muito frequente do nome. *Incendio* pode ter uma leitura passional – menos frequente que o uso não metaforizado dele – que pode ser, por exemplo, de ira ou raiva. *Ruido* pode ter uma leitura de repercussão pública metaforizada. *Siesta* pode ler-se como o tempo dedicado para dormir (e não o ato de dormir), como a hora de dormir à tarde ou meio-dia. *Tormenta* pode ter uma leitura idiomatizada, como em *tormenta de ideas*, entre outras. Essas são algumas das leituras que os nomes podem ter, e podem ser observadas nos exemplos de embaixo.

46. (...) Ricardo López Murphy releyó varias veces el discurso presidencial (...) (CORPES XXI)
47. El discurso socialista en torno de la "equidad" y la "justicia" no ha cambiado. (CORPES XXI)
48. (...) podemos apreciar todavía más el enorme impacto de la revolución copernicana (...) (CORPES XXI)
49. (...) al explotar las protestas con virulencia y salvajismo, se reprime brutalmente tirando queroseno sobre el incendio social. (CORPES XXI)

¹⁷⁷ Dentro desse tipo de nomes, podemos incluir *rayo*, *trueno*, etc. Eles também são eventos climáticos e deveriam ser analisados de uma maneira similar aos anteriores, como pode observar-se em (...) *el relámpago calienta violentamente el aire de alrededor ocasionando una onda de choque sonora: el trueno* (CORPES XXI) ou em (...) *el trueno causado por el proyectil supersónico llegó a oírse en Londres* (CORPES XXI).

50. (...) el ruido político generado por el enfrentamiento entre el mandatario federal y el capitalino. (CORPES XXI)
51. En esta ciudad, la hora de la siesta no se discute (...) (CORPES XXI)
52. (...) la tormenta de ideas que pidió el Ayuntamiento (...) (CORPES XXI)

Esses usos polissêmicos não são considerados, e analisamos somente aqueles usos nos quais o nome apresenta uma leitura vinculada ao evento na posição de sujeito. Para agrupar todas as sentenças que contêm os nomes simples de evento, reiteraremos as que contêm *viento*, *lluvia* e *ola*.

53. El viento provocó la caída de árboles y la rotura de semáforos (CORPES XXI)
54. La ola provocada por la rotura del glaciar casi arrolla a un barco (CORPES XXI)
55. La lluvia provocó, asimismo la, intempestiva crecida del río Chimoré en el poblado del mismo nombre (...) (CORPES XXI)
56. El discurso del presidente de Adecra, Francisco Díaz, comenzó con una expresión de deseo (...) (CORPES XXI)
57. (...) el impacto [de la Mir] con el océano se producirá el viernes por la noche. (CORPES XXI)
58. El incendio ocurrió en el local "Club Santika" (...) (CORPES XXI)
59. El maremoto del sudeste de Asia tuvo un efecto revulsivo sobre todos los terrícolas. (CORPES XXI)
60. El ruido de los helicópteros y los fogonazos generados por los disparos sembraron el pánico en la población (...) (CORPES XXI)
61. Con el sol casi dormido, cayendo en diagonal, la siesta se hace más fácil y más placentera. (CORPES XXI)
62. La tormenta se concentró sobre el estadio de Racing y a la hora del partido. (CORPES XXI)

Novamente, as sentenças podem ser classificadas segundo o aspecto léxico, mas as analisamos segundo a classe do verbo principal da sentença. Poder-

se-ia, então, argumentar, sem análise, que as conclusões deveriam ser as mesmas que para as nominalizações de evento. Porém, achamos que, por via das dúvidas, é melhor analisá-las brevemente. Neste caso, também temos sentenças com verbos de caráter causal 53, 54 e 55 que envolvem um sujeito eventivo que causa outro evento, que funciona como o argumento interno do verbo. Em 53, árvores caem e sinais rompem-se. Em 54, um barco quase é derrubado. Em 55, o rio cresce. 59 e 60 são sentenças com verbos de afeção causativa que envolvem um sujeito que afeta emocionalmente o argumento interno. Em 59, o maremoto tem um efeito revulsivo, ele causa revulsão. Em 60, o ruído causa pânico na população. É possível estabelecer, então, que nesses casos (como nos casos das nominalizações), estamos frente a sintagmas que apresentam uma leitura concreta, e pertencem a sintagmas determinados fortemente referenciais. Os usuários da linguagem usam essas expressões para se referir a eventos, e isso pode ser feito porque os nomes de evento simples se encontram em sintagmas determinantes com uma estrutura canônica não marcada e que, ao apresentarem número singular, podem ser usados para identificar unicamente um evento determinado.

Analizamos agora as sentenças que contêm verbos de aparição 56, 57, 58 e 62. As sentenças 57 e 58 claramente contêm verbos de aparição. Elas podem ser analisadas como fortemente referenciais, como as nominalizações de evento, e apresentam a estrutura canônica não marcada. Contudo, elas não podem ser parafraseadas como 35, pois contêm nomes de evento simples. Isto é, não há um verbo alternativo que permita a construção de sentenças sem usar os nomes de evento simples. A sentença 56 não envolve um verbo que possa ser classificado como protótipo de aparição. O sintagma que contém o nome de evento é selecionado por um predicado de duração que indica o limite de processo (Demonte e Masullo, 1999, p. 2495). Podemos analisar a sentença como marco do início do evento. Ou seja, a sentença marca a aparição do discurso, e pode, portanto, ser analisada do mesmo jeito: temos uma sentença que, ao ser utilizada, descreve um fato onde instancia-se a propriedade de *Existência* no evento nomeado por *discurso*. Obviamente, o usuário prefere identificar o evento incoativamente (no seu começo). Contudo, o evento (a fala referida pelo sintagma que contém o nome *discurso*) é o mesmo. A sentença 62 também apresenta um

verbo não protótipo de aparição. Porém, o significado dele é claro: a concentração da tormenta em tal lado significa que ela apareceu, e que apareceu com mais força nesse lugar. Apresenta, então, o significado locativo típico dos verbos de aparição (Mendikoetxea, 1999, p. 1607) dado pelo sintagma preposicional locativo *en el estadio de Racing*. O verbo é inacusativo (sem agente) e a noção de causatividade não faz parte do seu significado (Mendikoetxea, 1999, p. 1609). Portanto, é possível estabelecer que, em todos os casos que incluem verbos de aparição, os nomes de evento simples são, sim, referenciais e que a análise proposta para as nominalizações deverbais pode ser estendida, neste caso, aos nomes simples de evento.

Analizamos, neste momento, a sentença 61, que envolve um verbo inacusativo que expressa um evento causativo interpretado de maneira estativa (Mendikoetxea, 1999, p. 1594). Se ela estivesse expressa na variante acusativa, estaríamos frente a uma sentença, como se observa em 63, onde o evento sujeito causaria o evento denotado pelo argumento interno. Porém, encontra-se a versão inacusativa – construída com o pronome clítico *se* – que ressalta o papel do sintagma *la siesta* e que nos permite analisá-lo como sujeito (mesmo quando ele é o objeto nocional da sentença).

63. La caída en diagonal del sol hace más fácil la siesta

Podemos, então, argumentar que – dado que existe a opção 63, onde o evento denotado por *siesta* ocupa a posição interna – o usuário tem a vontade de se referir ao evento que se relaciona com a *siesta*, o evento de dormir. Temos, então, uma sentença que descreve um fato que resulta da instanciación da propriedade eventiva *ser mais fácil* num evento como dormir nomeado por *la siesta*. Esse nome é dado a dormir num momento diferente do habitual (à noite), mas *la siesta* não é um evento diferente de dormir, é só um nome diferente para se referir a esse evento num determinado momento.

Podemos, então, concluir esta seção afirmando que também é possível se referir a eventos a partir de nomes de evento simples. Do mesmo jeito que as nominalizações, eles devem-se apresentar em sintagmas determinantes com

estruturas canônicas não marcadas para poder ser usados para referir.

4.5.

É possível se referir a eventos, fatos e estados de coisas?

A pergunta acima guiou a análise feita neste capítulo. Embora grande parte dele tenha parecido mais linguístico do que filosófico, toda a análise foi feita para estabelecer se é possível se referir às entidades que definimos no capítulo anterior (3). A resposta à pergunta não é simples. Assim, para dar uma resposta satisfatória, precisamos descartar as alternativas que não eram referenciais e analisar outras alternativas para estabelecer se é possível usar certas construções para se referir a eventos, fatos e estados de coisas. Estabelecemos, em primeiro lugar, que não há equivalência entre afirmações e nomes próprios, e só podemos referir a partir de descrições definidas e não a partir de afirmações. Em segundo lugar, descartamos a ideia de Vendler (1967b e c) de que os nominais imperfeitos se referem a fatos. Estabelecemos, a partir da análise de dados do espanhol e usando uma metodologia muito similar à utilizada por Vendler, que os nominais imperfeitos não formam estruturas referenciais. Defendemos que eles formam SDs expletivos e que devemos estender os casos de Longobardi (1994) para incluir esses sintagmas. Deste modo, teríamos sintagmas fortes com a presença do artigo que surgem da combinação do artigo substantivo com um nome comum (como 9a. *El gato*) e da combinação do nome próprio com o artigo expletivo (como em 9b. *El Juan*); sintagmas genéricos que surgem da combinação do artigo expletivo com um nome comum (como em 9c. *El castor es un animal*); e sintagmas expletivos que surgem da combinação do artigo expletivo com um NI (como poderia ser 9d. *El haber llegado Juan*). Como queríamos estabelecer que era possível se referir ao abstrato, procuramos outra alternativa.

Analizamos, em terceiro lugar, a possibilidade de se referir ao abstrato a partir do estudo de nominalizações deadjetivais. Limitamos essa análise a nominalizações a partir de adjetivos qualificativos intersectivos não avaliativos (registrados no CORPES), aos SDs que essas nominalizações formam e ao seu

funcionamento na posição de sujeito. As nominalizações estudadas foram *azul*, *blanco*, *blancura*, *negro*, *negrura*, *rojo*, *verde*, *verdor*, *altura* e *redondez*. Depois de uma análise exaustiva, definimos que a maioria formava SDs fortes que denotavam entidades concretas, mas que havia alguns casos que se relacionavam com o abstrato. Esses casos foram analisados em mais detalhes e concluímos que formavam sintagmas determinantes fracos, que nos permitem identificar fatos como em 13. *la blancura de las casas...*, mas que não podem ser usados para referir. Argumentamos que o motivo é eles não terem o SNum associado à unicidade necessária para referir. A análise desses itens nos permite responder parcialmente à pergunta que encabeça a seção: não é possível se referir a fatos nem a estados de coisas; não é possível se referir ao abstrato. No entanto, devia ser analisada a possibilidade de se referir a eventos. Para isso, analisamos substantivos de evento e descartamos, a partir de certos critérios gerais estabelecidos no item 4.4.1 aqueles que não correspondiam a eventos no mundo. Primeiro, analisamos nominalizações deverbais (*amamantamiento*, *caída*, *circulación*, *congelación*, *descongelamiento*, *endurecimiento*, *envejecimiento*, *explosión*, *indagación*, *inhalación* e *retirada*) e, em seguida, nomes simples de evento (*discurso*, *impacto*, *incendio*, *lluvia*, *maremoto*, *ola*, *ruido*, *siesta*, *tormenta*, *viento*). Determinamos que, como os dois tipos são sujeitos de sentenças como 24. *La caída del aparato se produjo...* e 53. *El viento provocó la caída de árboles...*, esses nomes formam sintagmas determinantes fortes. Assim, eles podem ser usados para se referir a eventos.

Concluímos, então, este capítulo respondendo à pergunta que guiou esta parte da pesquisa, e a resposta é sim, e não. É possível se referir a eventos, mas não a fatos nem a estados de coisas (nem a propriedades). É comum usar substantivos de evento para se referir a eventos, mesmo quando nem todos possam ser usados para isso, mas não é comum nem possível se referir a fatos e a estados de coisas. É possível se referir aos eventos, tanto a partir de nominalizações eventivas como a partir de nomes de evento simples. Contudo, devemos ser muito cuidadosos ao estabelecer quais são os nomes que podem efetivamente se referir a eventos e não nos deixarmos enganar por nomes de evento que denotam processos (conceitos), mas não se referem a eventos. No caso

dos fatos e dos estados de coisas, a questão é diferente. Não é possível se referir a eles, pois não há nomes que possam se referir a eles. Os substantivos desse tipo identificam o abstrato, mas não referem pois não formam sintagmas fortes. Demostramos, assim, que não há uma relação um para um linguagem-ontologia, que nem tudo que há na linguagem tem um correlato na ontologia (como no caso de *construcción*) e que nem tudo que há na ontologia tem um correlato na linguagem (como no caso dos fatos e dos estados de coisas).

Conclusão

Nossa tese partiu de seis hipóteses que guiaram nossa pesquisa, e que possibilitaram nossos resultados. Tínhamos definido, em primeiro lugar, que os eventos não eram subtipos de fatos, mas sim entidades concretas e verdadeiros particulares. Foi o ponto que guiou nossa análise e nos levou a propor que é possível diferenciar eventos de fatos e de estados de coisas a partir da concretude. Essa mesma hipótese nos levou a propor que os nomes de evento simples podiam ser usados como evidência linguística de que os eventos eram concretos. Contudo, mostramos em nossa pesquisa que o vínculo entre a linguagem e a ontologia é fraco, e que esse tipo de formulação não é totalmente adequado. É possível, sim, referir-se a eventos a partir de nomes como *tempestade* dentro de um sintagma determinante forte, e podemos associar a referência à concretude, mas não podemos definir a concretude dos eventos a partir da referência. Assim, definimos a concretude dos eventos a partir de suas características ontológicas e depois os relacionamos à linguagem.

Tínhamos proposto, em segundo lugar, que os fatos e os estados de coisas deviam ser considerados entidades abstratas e individuados de uma maneira diferente da dos eventos. Mostramos que é possível: fatos e estados de coisas são abstratos pois não estão no espaço-tempo e não têm causas nem consequências. Assim, eles foram diferenciados dos eventos.

Tínhamos afirmado, em terceiro lugar, que a noção geral de estados de coisas de Chateaubriand (2001 e 2005) podia ser diferenciada em fatos e estados de coisas, e que os fatos dependiam de entidades concretas, ao passo que os estados de coisas dependiam de entidades abstratas. Definimos os fatos como entidades que resultam da instanciação de propriedades em objetos, eventos e/ou fatos; e os estados de coisas como entidades que resultam da instanciação de propriedades em propriedades não instanciadas e/ou estados de coisas.

Tínhamos defendido, em quarto lugar, que essa distinção não era meramente terminológica, que o comportamento dos fatos devia ser diferente do comportamento dos estados de coisas, e que os fatos não eram redutíveis aos esta-

dos de coisas nem vice-versa. Argumentamos que, como os fatos dependem de entidades concretas, eles são temporais, não lógicos e particulares, ao passo que os estados de coisas são atemporais, lógicos ou não lógicos, e gerais. Portanto, nenhum é redutível ao outro.

Tínhamos proposto, em quinto lugar, que os nominais imperfeitos de Vendler não nomeavam fatos, e que outra forma de identificar os fatos tinha que ser procurada. Demostramos, a partir da análise dos infinitivos e das orações subordinadas substantivas do espanhol, que os nominais imperfeitos de Vendler não são referenciais, e tentamos procurar uma alternativa a partir da análise de nominalizações deadjetivais. Apesar de termos pensado ser possível se referir ao abstrato a partir dessas nominalizações, mostramos que não é.

Tínhamos proposto, em sexto e último lugar, que deveria ser possível perceber um comportamento linguístico diferente entre as estruturas que são usadas para descrever essas entidades, mas que tínhamos que ser cuidadosos ao pensar na referência. Demostramos que era, sim, possível encontrar essas diferenças, embora não tenha sido como esperávamos.

A partir dessas hipóteses, propomos alguns objetivos que nos permitiram caracterizar as nossas entidades. Propomos que nossos eventos a) são particulares concretos (como os objetos). Essa característica, retomada de Davidson, não nos compromete com eventos gerais, como tinha proposto Chisholm (1976), para resolver a recorrência. Resolvemos esse problema a partir da postulação de fatos de nível 2 que resultam da instanciação da propriedade numérica 2 em dois fatos de nível 1 que resultam da instanciação de propriedades de eventos em eventos. Deste modo, não temos recorrência de eventos, e sim fatos de nível superior, e podemos defender que os eventos são irrepetíveis (como os objetos). Eles b) são espaço-temporalmente contínuos. Estão no espaço-tempo, pois são concretos, e devem, contra Lemmon (1967), ser espaço-temporalmente contínuos. Assim, podemos descartar conceitos (processuais) como batalhas ou jogos de xadrez que podem parar por um período determinado da nossa ontologia. Eles c) têm causas e efeitos, que também é consequência de eles serem concretos. Todavia, determinamos que a causalidade não pode estabelecer o critério de identidade dos eventos, pois é problemática. Definimos que, uma vez que os eventos estejam bem

caracterizados, será possível pesquisar uma caracterização da causalidade que seja menos problemática. Eventos d) envolvem objetos em *fazeres*, um termo neutro em comparação a *ação*, *mudança*, *movimento*, *atividade*. Portanto, não acarreta os mesmos problemas que os outros termos. Os eventos d) são independentes de nosso conhecimento, de nossa cultura e da sociedade. Essa característica é controversa, mas é essencial para determinar o que é um evento e o que não é. Coisas que tenham que ser definidas e declaradas por seres humanos não são eventos. Todos os processos que dependam de nossa cultura, conhecimento coletivo e questões socioculturais são conceitos processuais, mas não eventos. Podemos, com esta característica, descartar os eventos Cambridge, os eventos nominais (Faye, 1989) e processos como guerras, que devem ser declarados.

A combinação dessa característica com a de continuidade espaço-temporal nos leva a explicar o que diferencia os nossos eventos complexos (como uma caminhada) dos conceitos processuais que também parecem ser complexos. Defendemos que os eventos e objetos complexos não dependem do conhecimento coletivo para serem entidades de nível 0. Eles são entidades de nível 0 pois compõem um fato bruto. Os conceitos que envolvem processos dependem de nossas caracterizações, e não compõem fatos brutos. Assim, não pertencem à ontologia. Alguém poderia objetar que determinar esses fatos brutos depende de nosso conhecimento, cultura e sociedade, e que essa determinação é subjetiva. Contudo, defendemos que essa definição tem como objetivo evitar a subjetividade, e que, se considerarmos todas as características que os eventos devem ter, podemos determinar certa objetividade na caracterização dos eventos. Finalmente, estabelecemos um critério de identidade para os nossos eventos. Várias alternativas foram introduzidas, mas decidimos propor um critério de identidade que dependesse das propriedades para não nos comprometermos com os fazeres, e manter um critério de identidade unificado para todas as entidades. O critério é $\forall e \forall f (e=f \leftrightarrow \forall P_e (P_e e \leftrightarrow P_e f))$, onde e e f são variáveis de eventos, e P_e abrange as propriedades de eventos. Esse critério é problemático, mas argumentamos que não é mais problemático que o critério para objetos. Contudo, é um critério trivial, como o dos fatos e dos estados de coisas, a partir do qual não definimos a ontologia. É um critério informativo, e só isso. A respeito de fatos e

estados de coisas, propomos que fatos dependem de entidades concretas, pois dependem da instanciação de uma propriedade numa entidade concreta, enquanto estados de coisas não, pois dependem da instanciação de uma propriedade numa propriedade não instanciada. Apresentamos uma alternativa que dependia dos níveis da hierarquia que foi descartada, pois não dava conta da possibilidade combinatória de propriedades de níveis superiores com entidades de níveis inferiores (como poderia ser o caso de *<Diferença4, Existência3, <Existência1, meu cão>, meu cão>*). Propomos uma segunda alternativa, a defendida, que não depende do nível das entidades. A partir dessa alternativa, definimos fatos como entidades de nível 1 e níveis superiores que envolvem a instanciação de uma propriedade em objeto/s e/ou evento/s. Temos, então, fatos de nível 1 como *<ser homem, Chateaubriand>*, *<ser evento, o pôr do sol>*, *<Diferença1, Chateaubriand, meu cão>*, etc.; fatos de nível 2 como *<Existência2, <ser homem, Chateaubriand>>*, *<Diferença2, <ser homem, Chateaubriand>, <ser mortal, meu cão>, <meu cão>>*, etc.; fatos de nível 3 como *<Existência3, <Existência2, <ser homem, Chateaubriand>>>*, *<Diferença3, <Diferença2, <ser homem, Chateaubriand>, <ser mortal, meu cão>, <Diferença1, Chateaubriand, meu cão>>*, *<Existência2, <ser homem, Chateaubriand>>, <ser mortal>>*, etc. Definimos estados de coisas como entidades de nível 2 ou superior que resultam da instanciação de uma propriedade em propriedade/s (não instanciada/s em objeto/s nem evento/s) e/ou em estado/s de coisas (para estados de coisas de níveis iguais ou superiores a 3). Temos, então, estados de coisas de nível 2, como *<Existência2, Diferença1>*; *<Subordinação universal, ser humano, ser mortal>*; etc.; estados de coisas de nível 3, como *<Existência3, Diferença2>*; *<Diferença3, Diferença2, Existência2, <Subordinação universal, ser humano, ser mortal>, <Existência2, Diferença1>>*, etc.

Argumentamos que nossa proposta esclarece questões importantes e apresenta algumas vantagens. Ela nos permite diferenciar o que é lógico do que não é lógico e aquilo que pode ser lógico (como as propriedades e os estados de coisas) daquilo que não pode ser lógico (como objetos, eventos e fatos); nos permite diferenciar de acordo com o nível e tipo as distintas entidades; nos permite diferenciar o que é temporal do que é atemporal. Outras propostas que

não diferenciam entre fatos e estados de coisas (sejam como a de Chateaubriand, 2001 ou como a de Armstrong, 1997) perdem de vista essas diferenças que podem ser respeitadas em ontologias realistas. Podemos, então, estabelecer que a) fatos são instanciações de propriedades em objeto/s, evento/s e/ ou outro/s fato/s; b) estados de coisas são instanciações de propriedades em propriedade/s e/ou outro/s estado/s de coisas; c) fatos são temporais, pois dependem de entidades concretas que são temporais; d) estados de coisas são atemporais, pois dependem de propriedades atemporais; e) fatos são não lógicos: envolvem entidades não lógicas; e f) estados de coisas podem ser lógicos ou não lógicos: envolvem propriedades que podem ser lógicas ou não lógicas. Finalmente, podemos estabelecer um critério de identidade para fatos e outro para estados de coisas. O critério de identidade para fatos é $\forall f \forall h (f = h \leftrightarrow \forall P_f (P_f f \leftrightarrow P_f h))$, onde P_f é uma variável de propriedades de fatos e f/h de fatos; e o critério de identidade para estados de coisas é $\forall s \forall r (s = r \leftrightarrow \forall P_s (P_s s \leftrightarrow P_s r))$, onde P_s é uma variável de propriedades de estados de coisas e s/r de estados de coisas. Consideramos que os critérios de identidade se apresentam como uma ajuda epistêmica, como critérios que nos dão informações sobre as entidades que nos interessam, mas não nos permitem estabelecer nossa ontologia.

A respeito da linguagem em uso, queríamos evidenciar, através de dados linguísticos, que os nominais imperfeitos não se referem a fatos. Isso foi feito no capítulo 4, onde apresentamos dados do espanhol para analisar os NIs de Vendler. Analisamos orações subordinadas substantivas e infinitivos imperfeitos, como mencionamos. Mostramos que o comportamento deles não é substantivo, pois eles não têm gênero, não podem ser pluralizados, nem modificados, nem determinados por demonstrativos. Eles se comportam sintaticamente como nominais, mas não se comportam como substantivos. Assim, argumentamos que devem ser expletivos, e não referenciais. Também argumentamos que a estrutura *o fato de que* (*el hecho de que*) forma um sintagma expletivo, pois o nome *hecho* não se comporta como um nome pleno. Argumentamos que *hecho* pode ser tomado como um nome semanticamente vazio, e que o determinante é expletivo. Desta maneira, concluímos que todos os nominais imperfeitos de Vendler são inerentemente não referenciais.

O trabalho de Vendler foi muito importante, pois estabeleceu as bases para um estudo filosófico a partir de análises linguísticas, e não estava totalmente equivocado. Argumentamos que o erro esteve em assumir que os NIs deveriam referir só porque apareciam dentro do SD, só porque eram descrições definidas. Todavia, não havia nesse momento avanços sobre a análise do poder referencial dos SDs. A partir dessa seção, podemos concluir que, embora a referência esteja vinculada ao uso dos SDs, podemos estipular na gramática se os SDs podem ser usados para referir ou não. Ou seja, podemos estipular na gramática se os SDs são expletivos, fracos ou fortes e, a partir da classificação, podemos estabelecer se podemos referir com eles ou não.

Analizamos, também, quais eram as estruturas linguísticas usadas na comunicação para identificar eventos, fatos e estados de coisas, e se era possível se referir a eventos, fatos e estados de coisas. Descartamos que fosse possível referir a partir de afirmações e a partir de NI. Depois de ter descartado essas versões, passamos a determinar se era possível se referir a fatos e estados de coisas a partir de sintagmas que incluíssem nominalizações deadjetivais e se era possível se referir a eventos a partir de sintagmas que incluíssem nominalizações deverbais.

Para ver se era possível se referir a entidades abstratas, trabalhamos com o CORPES e limitamos nossa análise a nominalizações a partir de adjetivos qualificativos intersectivos e não avaliativos. O uso das nominalizações (onde incluímos os nomes de cor, seguindo Alexiadou, 2013) era muito menos frequente que o dos adjetivos. Isto nos permitiu estabelecer que o uso dessas nominalizações não é muito frequente. Embora, em geral, o uso desses nominais não seja frequente, em comparação com o uso do adjetivo, decidimos fazer uma análise qualitativa das nominalizações. O objetivo era ver se, mesmo quando são pouco usadas, elas podem ser usadas para se referir ao abstrato. Para isso, analisamos as nominalizações (dentro dos sintagmas) na posição de sujeito. Separamos as sentenças em copulativas ou predicativas. Analisamos as copulativas, primeiro, e as predicativas depois. Defendemos que, nas copulativas, as nominalizações não aparecem em sintagmas que possam ser classificados como referenciais e que a análise das nominalizações com leitura abstrata deve ser estendida a elas. Depois,

analisamos as predicativas segundo o aspecto léxico que apresentavam. Descobrimos que as sentenças predicativas podiam ser classificadas como realizações ou como estados. Descartamos as realizações, pois argumentamos que, como envolvem causalidade, não podem envolver sujeitos abstratos. A maioria dos sujeitos das realizações são nominalizações sufixadas, à exceção de *rojo* e *azul*, que não apresentam uma variante sufixada. Prima, então, a leitura de eventualidade proposta por Alexiadou (2013) e, portanto, ao não apresentarem uma leitura abstrata, são descartadas. Em seguida, analisamos as sentenças estativas, que apresentam como sujeito tanto nomes de cor não sufixados como nomes sufixados. Os sujeitos que envolvem nomes de cor não sufixados envolvem estádios, ou seja, devem ser lidos como concretos e não como abstratos. São nominais perfeitos e, portanto, podem ser usados para se referir a entidades concretas, mas não a entidades abstratas. As sentenças que apresentam nomes sufixados apresentam dois comportamentos diferentes: um aparentemente concreto e outro aparentemente abstrato. Argumentamos que 24. (...) *sobresale el esplendor de los tomates o el verdor de los pimientos* tem uma leitura concreta, e 13. (...) *la blancura de las casas del centro del país constituía una especie de legado colonial*, uma leitura não concreta. Assim, descartamos a 24 e analisamos a 13 (e estendemos essa análise às sentenças copulativas 8. *La altura de este cerro es de 4872 m sobre el nivel del mar* (...) e 9. *quizá sea el verdor de los bosques mediterráneos lo más especial y exclusivo*, como mencionamos). Mostramos que a pluralização do nome leva a uma concretização da leitura em 13. Mostramos, também, que essas nominalizações não podem ser modificadas, pois a modificação leva também à concretização da leitura da sentença. Uma vez que mostramos que não apresentam uma leitura concreta, procuramos uma análise que permita explicar se elas se referem ao abstrato ou não. Propomos que os sintagmas devem ser analisados como genéricos, e usamos a proposta de Borik e Espinal (2012 e 2015) para analisá-los, segundo a qual o SNum não está presente: [_{SD}D [_{SN}N]]. Defendemos que os sintagmas genéricos singulares devem ser analisados como sintagmas determinantes fracos em contextos não fracos. Defendemos que, ao serem sintagmas fracos que não contêm informação de número, não podem ser usados para referir, mas, como são sintagmas que contêm nominais perfeitos,

podem ser usados para denotar fatos e estados de coisas.

Para ver se é possível se referir a eventos, analisamos nominalizações deverbais e nomes de evento simples. Estabelecemos critérios gerais para descartar os substantivos de evento que não possam ser usados para se referir a eventos na ontologia (pois não teriam um evento como contraparte). A combinação desses critérios nos permite descartar nomes como *guerra* e *construção*, que não se referem a nenhum evento da ontologia. Mostramos que há dois tipos de nominalizações que denotam processos, a partir de nomes e a partir de verbos. Descartamos as nominalizações denominais (como *patadas*), pois não respeitam os critérios estabelecidos. Analisamos, então, as nominalizações deverbais, procuradas no DILE e pesquisadas no CORPES. Analisamos um conjunto de nominalizações que selecionamos quantitativamente: *amamantamiento*, *caída*, *circulación*, *congelación*, *descongelación*, *endurecimiento*, *envejecimiento*, *explosión*, *indagación*, *inhalación* e *retirada*. As sentenças foram analisadas segundo a classe do verbo principal. Ao contrário das deadjetivais, evitamos as copulativas, pois dão lugar a leituras genéricas que não interessavam nesta seção (como em 23. *El amamantamiento genera una dependencia entre la madre y su bebé*), mas podem ser analisadas futuramente. As sentenças que envolvem verbos de caráter causal e verbos de afeção causativa apresentam nominalizações em sintagmas determinantes fortes e podem, então, ser usadas para se referir a eventos. Eles apresentam a estrutura canônica não marcada com SNum, [_{SD} D [_{SNum} Num [_{SN} N]]]. As sentenças que envolvem verbos de aparição apresentam como sujeitos nominalizações em sintagmas fortes e pode-se argumentar que a pessoa que os usou tinha a intenção de se referir a esse evento dessa maneira, pois, em outro caso, poderia ter usado uma sentença mais simples (como 35. *El aparato cayó en un aeródromo cerca de la localidad fronteriza de Valença do Minho, y tuvo como consecuencia la muerte de Pío Jesús López*, e não 24. *La caída del aparato se produjo en un aeródromo cerca de la localidad fronteriza de Valença do Minho, y tuvo como consecuencia la muerte de Pío Jesús López (...)*). A sentença com o predicado de estádio pode ser analisada de uma maneira similar, pois também escolhe a nominalização em lugar da sentença sem ela (poderia ter usado 38. *(...) permite que la sangre circule bien (o*

en buen estado), e não 25. (...) *permite que la circulación de la sangre esté en buen estado* (...)). A sentença na passiva inclui um sujeito que não se refere a um único evento, e foi descartada. Então, é possível defender que nos referimos a eventos a partir de nominalizações deverbais que formam SDs fortes.

Em seguida, analisamos a referência a partir de nomes de evento simples. A lista de nomes foi inicialmente tirada de Resnik (2014), e posteriormente reduzida, pois eliminamos os nomes que não respeitavam os critérios gerais que tínhamos estabelecido. Logo, foi aumentada com nomes eventivos como *viento*, *ola* e *lluvia*, que não tinham sido incluídos em Resnik (2014). Analisamos esses nomes, sem os comparar a verbos, pois são nomes simples. As sentenças onde aparecem nomes de eventos simples também podem ser analisadas segundo a classe do verbo principal. Há sentenças formadas com verbos de caráter causal e verbos de afeção causativa, como as que continham nominalizações deverbais. Todas elas se referem a eventos, e estão dentro de um SD forte. Também há sentenças com verbos de aparição e uma com verbo inacusativo de causa externa. Em todas as sentenças analisadas, refere-se a um evento e, no caso da sentença com o verbo inacusativo, é possível estabelecer que o usuário queria referir ao evento na posição de sujeito (ou teria usado a variante acusativa do verbo, *La caída en diagonal del sol hace más fácil la siesta*, e não a inacusativa (...) *la siesta se hace más fácil y más placentera*.). Podemos, então, referir-nos a eventos a partir de nomes simples e a partir de nominalizações deverbais. As duas possibilidades formam SDs fortes com a estrutura canônica não marcada [_{SD} D [_{SNum} Num [_{SN} N]]].

Conseguimos propor uma delimitação ontológica e linguística, que nos permite fazer uma distinção clara entre eventos, fatos e estados de coisas. A delimitação ontológica partiu da caracterização que demos de eventos, fatos e estados de coisas e se viu refletida na hierarquia ontológica que propomos, onde o tipo das entidades pertencente à ontologia foi dado:

- Objetos têm o tipo 0.
- Eventos têm o tipo <0>.
- Propriedades têm o tipo geral <<λ, κ>, T₀, T₁,...>: propomos T como o tipo

das entidades que as propriedades tomam como argumento (que é mais geral que τ , como mostramos) e propomos que o tipo da propriedade seja invariável.

- Fatos têm o tipo geral $\langle\langle\lambda, \kappa\rangle, T_0, T_1, \dots\rangle, T_0, T_1, \dots\rangle$: ele varia segundo o nível da propriedade que é instanciada. Porém, o que todos os fatos têm em comum é que pelo menos um T deve envolver um objeto ou evento (seja ele uma entidade de nível 0 ou um fato de nível inferior).
- Estados de coisas têm o tipo geral $\langle\langle\lambda, \kappa\rangle, \tau_0, \tau_1, \dots\rangle, \tau_0, \tau_1, \dots\rangle$: a diferença entre o tipo dos estados de coisas do tipo dos fatos é, por um lado, que λ tem que ser igual ou superior a 2, e que τ não pode envolver nunca um objeto, nem um evento, nem um fato, e é um tipo mais restrito que T .

Embora a hierarquia reflita a demarcação ontológica, ainda devemos determinar se alguma demarcação linguística pode ser feita. Achamos que essa demarcação pode ser estabelecida a partir de uma afirmação fraca: os eventos, por seu lado, são identificados por nominalizações deverbais e por nomes simples; os fatos e os estados de coisas, por outro lado, são identificados por nominalizações deadjetivais. Essa demarcação fraca estabelecida só a partir do tipo de nomes nos permite, de todos os modos, ver uma diferença entre as entidades. As características dos eventos se veem refletidas nas características dos nominais que os identificam; e esses nominais envolvem fazeres. As características das entidades abstratas se veem refletidas nas características dos nominais que os identificam; e esses nominais envolvem qualidades/propriedades. Podemos, então, traçar uma demarcação linguística fraca entre essas entidades, segundo o nome que seja usado para identifica-las. Também podemos ver refletidas essas diferenças a partir da referência, pois não é possível se referir a fatos e estados de coisas, mas sim a eventos.

Se pensarmos a referência como uma relação entre linguagem e coisas concretas, ou como uma relação com as coisas materiais, como propõem Clark e Bangerter (2004), é possível defender que não podemos formar sintagmas fortes com nomes abstratos porque não são coisas materiais/concretas, e que formamos sintagmas fortes com substantivos de evento porque os eventos são

materiais/concretos. Contudo, essas diferenças devem ser tomadas entre aspas, pois não há uma relação um para um entre linguagem e ontologia, como mencionamos. Deverá ser pesquisado no futuro se há, realmente, uma impossibilidade de todos aqueles nomes que identificam entes abstratos de formar sintagmas fortes, e se sempre se mantém a referencialidade dos sintagmas fortes, ou se há casos nos quais temos sintagmas fortes sem nenhuma entidade à qual referir. No momento, essas diferenças só podem ser apresentadas como uma hipótese que deveria ser confirmada por trabalhos empíricos de algum tipo num futuro próximo. Estas pesquisas poderiam ser estendidas a todas as línguas naturais, a partir de uma análise tipológica, para ver se esses recursos existem e se comportam do mesmo jeito em todas as línguas naturais ou não. Uma vez que isso seja estabelecido, poderá ser analisada a relação destas questões sintático-semânticas com questões de corte mais semântico, como estabelecer qual é o valor semântico que os SD devem ter.

Finalmente, nos perguntamos se conseguimos, realmente, aprimorar a relação metodológica entre linguística e filosofia; ou se utilizamos, por um lado, a metodologia filosófica, e por outro lado, a metodologia linguística. Para estabelecer nossa ontologia, descartamos as intuições que vêm da linguagem, e evitamos o linguisticismo (Martin, 2008). Ou seja, não aprimoramos essa relação na seção ontológica de nossa tese. No entanto, defendemos que a referência nos permite analisar a relação entre linguística e filosofia. Estabelecemos um vínculo entre o poder referencial dos sintagmas determinantes, estipulado a partir de análises gramaticais, e a referência às nossas entidades. A partir da análise da referência, conseguimos aprimorar a relação entre linguística e filosofia.

Quando analisamos fenômenos que envolvem significação e referência, devemos fazer uso das duas disciplinas. Não há como analisar a referência sem ter uma boa teoria ontológica por trás, e não há como analisar o significado sem ter uma boa teoria linguística por trás. As propostas que têm tentado fazer isso têm fracassado: ou porque não compreendiam a importância da linguística para analisar o significado, ou porque não deram a importância necessária à teoria ontológica que devia estar por trás. Esta tese partiu de trabalhos já feitos, de hipóteses previamente estabelecidas, e utilizou conhecimentos das duas

disciplinas para mostrar que há um caminho possível para analisar temas a partir da interface entre linguística e filosofia. Acreditamos ter conseguido percorrer os primeiros passos desse caminho, que tem sido pouco explorado até o momento. Esperamos ter mostrado que é um caminho que vale a pena construir, que os resultados, embora diferentes dos inicialmente esperados, nos permitem desenvolvê-lo, e que nosso trabalho incentive pesquisas futuras que ajudem a ampliá-lo.

Referências bibliográficas

- AGUILAR-GUEVARA, A. & ZWARTS, J. Weak definites and reference to kinds. Em LI, N. & D. LUTZ (Eds). **Proceedings of Semantics and Linguistic Theory 20**. Ithaca NY: CLC Publications, 2010. p. 179–196.
- AGUILAR-GUEVARA A. B, LE BRUYN & J. ZWARTS. Advances In weak referentiality. Em AGUILAR-GUEVARA, A., B. LE BRUYN and J. ZWARTS (Eds.) **Weak Referentiality**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2014. p. 1-16.
- ALEXIADOU, A. **Functional structure In nominals**: nominalization and ergativity, Amsterdam/ Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, 2001.
- _____. Adjectival nominalizations: qualities and properties. **Workshop on the Syntax and Semantics of Nounhood and Adjectivehood**. Barcelona, 24-25 Março, 2011.
- _____. Deriving color adjectival nominalizations. **Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto** - Vol. 8, p. 143-158, 2013.
- ALEXIADOU, A. & F. MARTIN. Competing affixes as aspectual morphemes: The case of deadjectival nominalizations. **Proceedings of the 8th Mediterranean Morphology Meeting**, 2012. p. 8-22.
- ANSCOMBE, G.E.M. **Intention** [2d ed]. Cambridge/ Massachusetts/ London: Harvard University Press, 1963 [1957].
- ARCHE, J.M. Aspecto léxico. Em GUTIÉRREZ-REXACH, J. (ed). **Enciclopedia de Lingüística Hispánica**, Vol. 1. Lodon/New York: Routledge, 2016. pp.405-415
- ARCHE, M. & R. MARIN. On the edge. Nominalizations from evaluative adjectives. **Romance Linguistics 2012. Selected papers from the 42nd Linguistic Symposium on Romance Languages (LSRL)**, Cedar City, Utah, 20-22 April 2012, p. 261–274.
- ARMSTRONG, D.M. **A Theory of universals. Universals and Scientific Realism**. Volume 2. Cambridge/London/New York/Melbourne: Cambridge University Press, 1978.
- _____. **A world of states of affairs**. Great Britain: Cambridge University Press, 1997.
- ARSENIJEVIĆ, B. The semantic ontology of deadjectival nominalizations in Serbo-Croatian. **Recherches linguistiques de Vincennes** [En ligne], 40, 2011. Disponível em: <<http://rlv.revues.org/1933>>. Acesso em: 08 jan. 2015.
- ASHER, N. **Reference to Abstract Objects In Discourse**. Kluwer, Dordrecht, 1993.
- AUSTIN, J.L. A Plea for Excuses: The Presidential Address. **Proceedings of the Aristotelian Society**, New Series, Vol. 57, p. 1-30, 1956 – 1957.

- BAKER, M. **Lexical Categories: Verbs, Nouns, and Adjectives.** Cambridge/ New York: Cambridge University Press, 2003.
- BARKER, C. Possessive weak definites. In KIM, J., Y. LANDER, & B. PARTEE, B. (Eds.) **Possessives and Beyond: Semantics and Syntax.** Amherst: GLSA Publications, 2005. p. 89-113.
- BARWISE, J. & PERRY, J. Semantic Innocence and Uncompromising Situations. Em FRENCH, P., UEHLING, T. & H. WETTSTEIN (eds.) **Midwest Studies In Philosophy**, Vol. IV: The Foundations of Analytic Philosophy. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1975. [Reimpresso em MARTINICH, A. The Philosophy of Language. New York: Oxford University Press, 1985. p. 369- 81.]
- BARWISE, J. & J. PERRY. **Situations and attitudes.** Massachusetts, MIT Press, 1983.
- BASSO, R. & PIRES DE OLIVEIRA, R. Generic and Weak Demonstratives: The Realm of Kinds. **Journal of Portuguese Linguistics**, 13-2 (2014) / 14-1 (2015), p. 45-62, 2014.
- BENNETT, J. **Events and their names.** Oxford: Clarendon Press, 1988.
- BERNSTEIN, J., F. ORDOÑEZ, & F. ROCA. Grammaticalization In Catalan and Spanish Nominals. Apresentado em GETEGRA (Grupo de Estudos em Teoria da Gramática) **International Workshop on Nominals**, Recife, Brazil, (2016, March).
- BEYSSADE, C. Reabilitando a pressuposição de unicidade [trad. Por M. Basso] **Revista da ABRALIN**, v.12, n.1, p. 125-147, jan./jun. 2012.
- BIGGER, C.P. Objects and Events. **The Southern Journal of Philosophy**, 11, 1, p. 27 -53, Spring 1973.
- BORIK, O. & E ESPINAL T. On definite kinds. **Recherches linguistiques de Vincennes** [Online], 41, 2012. Disponível em: <<http://rlv.revues.org/2104> ; DOI : 10.4000/rlv.2104>. Acesso em: 04 out. 2016.
- BORIK, O. & E ESPINAL T. Reference to kinds and to other generic expressions in Spanish: Definiteness and number. **The Linguistic Review**, 2015. Disponível em: <<http://semanticsarchive.net/Archive/zFmYjVhM/paper.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2017.
- BOŠKOVIC, Z. Left branch extraction, structure of NP, and scrambling. Em J. SABEL & M. SAIT (Eds.). **The free word order phenomenon: Its syntactic sources and diversity.** Berlin: Mouton de Gruyter, 2005. p. 13-73.
- BOSQUE, I. Sustantivos eventivos. Em BOSQUE, I. & V. DEMONTE (Dir.). **Gramática descriptiva de la lengua española.** Madrid: Espasa, tomo1, 1999. Capítulo 1, §1.5.2.4, 51-53.
- BOSQUE, I. & M. PÉREZ FERNÁNDEZ. **Diccionario Inverso de la Lengua Española.** Madrid: Gredos, 1987.
- BRAND, M. Particulars, Events, and Actions. Em BRAND, M. & WALTON D. (Eds.). **Action Theory.** Dordrecht: Reidel, 1976. p. 133-158.
- BRITO, A.M. A nominalização do infinitivo em Português Europeu: aspetos sintáticos e semânticos. **Textos Seleccionados, XXVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística.** Lisboa: APL, 2012. p. 98-120.
- CAMPOS, H. Transitividad e intransitividad. Em BOSQUE, I. & V.

- DEMONTE (Dirs.). **Gramática Descriptiva de la Lengua Española**, Madrid, Espasa, 1999. p. 1519-1574.
- CARLSON, G. & PELLETIER, F. J. (Eds.). **The Generic Book**. Chicago. University of Chicago Press, 1995.
- CARLSON, G. **Reference to Kinds** Ph.D. dissertation, University of Massachusetts at Amherst. Publicado em 1980 por Garland, New York, 1977.
- CARRARA, M. & P. GIARETTA. The Many Facets of Identity Criteria, **Dialectica**, 58, No 2, p. 221-232, 2004.
- CARRARA, M. & GAIO, S. Towards a formal account of identity criteria. Em M. TROBOK et al. (Eds.). **Between Logic and Reality**. Berlin: Springer, 2012, p. 227-242.
- CASATI, R. I & A. VARZI. **50 years of events: an annotated bibliography 1947 to 1997**. Ohio: The Philosophy documentation center, 1997.
- CASTAÑEDA, H. Comments on D Davidson. Em Rescher, N (Ed.). **The Logic of Decision and Action**, Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1967. p. 104-112.
- CHATEAUBRIAND, O. **Logical forms**. Part 1. Truth and description. Campinas: Coleção CLE, 2001.
- _____. Did the Slingshots Hit the Mark? Reply to Marco Ruffino, **Manuscrito – Rev. Int. Fil.**, Campinas, v. 27, n. 1, p. 211-225, jan.-jun. 2004.
- _____. **Logical Forms**, Part II. Campinas: Coleção CLE, 2005.
- _____. Logical truth and second-order logic: reply to Guillermo Rosado Haddock. **Manuscrito – Rev. Int. Fil.**, Campinas, v. 31, n. 1, p. 179-184, jan.-jun. 2008.
- _____. The ontology of mathematical practice. **Notae Philosophicae Scientiae Formalis**, vol. 1, n. 1, p. 80-88, abril 2012.
- _____. Logical truth and logical facts. Em DIMITRU, M. & SANDU, G. (Eds.). **Truth**. Bucharest: The Bucharest University Press, 2013. p. 101-111.
- _____. The True, the False, and the slingshot arguments. Em HAEUSLER, E., DE CAMPOS SANZ, W. & LOPES, B. (Eds.). **Why is This a Proof? Festschrift for Luiz Carlos Pereira**. UK: College Publications, 2015. p. 106-112.
- CHIERCHIA, G. Nominalization and Montague grammar: a semantics without types for natural languages. **Linguistics and Philosophy** 5, p. 303-54, 1982.
- _____. Reference to Kinds across Languages. **Natural Language Semantics** 6, p. 339-405, 1998.
- CHISHOLM, R. **Person and object: a metaphysical study**. La Salle/Illinois: Open Court Publishing Company, 1976.
- CHOMSKY, N. **Syntactic Structures**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1957 [2d. ed. 2002].
- _____. Remarks on nominalizations. Em JACOBS, R. & P. ROSENBAUM. **Readings In English Transformational Grammar**, Waltham, MA: Ginn and Company, 1970. p. 184-221.
- CHURCH, A. **Introduction to Mathematical Logic**. Princeton: Princeton

University Press, 1956.

CLARK, H. H. & BANGERTER, A. Changing Ideas about Reference. Em NOVECK, I. A. & SPERBER, D. (Eds.) **Experimental pragmatics**. London: Routledge, 2004. p. 25-49

CLELAND, C. On the individuation of events. **Synthese**, 86, p. 229-254, 1991.

CORREA, A. M. **Consequências da assimetria entre fatos e proposições para uma teoria realista da verdade. A hipótese de proposições como propriedades**, PUC-Rio de Janeiro, Março 2013.

CRESSWELL, M. J. Interval Semantics for Some Event Expressions. Em CRESSWELL, M. J. **Adverbial Modification. Interval Semantics and Its Rivals**. Dordrecht: Reide, 1985.

CYRINO, S. & M. ESPINAL. Bare nominals In Brazilian Portuguese: more on the DP/NP analysis. **Natural Language and Linguistic Theory**, 33, p. 471-521, 2015.

DAVIDSON, D. Truth and Meaning. **Synthese** 17, p. 304-23, 1967. [Reimpresso em DAVIDSON, D. *Inquiries into Truth and Interpretation* Oxford: Clarendon Press, 1984, pp. 17-36.].

_____. True to the Facts. **The Journal of Philosophy**, Vol. 66, No. 21, Sixty-Sixth Annual Meeting of the American Philosophical Association Eastern Division, p. 748-764, Nov. 6, 1969.

_____. **Essays on actions and events**. Berkeley: University of California, 1981a [2001].

_____. A reply to Quine, 1981b [2001]. Em DAVIDSON, D. (2001 [1981a]). **Essays on Actions and Events**, New York, Oxford University Press.

_____. The individuation of events, 1981f [2001]. Em DAVIDSON, D. (2001 [1981a]), **Essays on Actions and Events**, New York, Oxford University Press.

_____. The Logical Form of Action Sentences, 1981g [2001]. Em DAVIDSON, D. (2001 [1981a]), **Essays on Actions and Events**, New York, Oxford University Press.

DAYAL, V. Number marking and (in)definiteness in kind terms, **Linguistics and Philosophy**, 27, 3, p. 93-450, 2004.

DE MIGUEL, E. An aspectual Restriction on Spanish Nominal Infinitives. **ASJU**, XXIX-1, p. 245-266, 1995.

_____. El aspecto léxico. Em BOSQUE, I. & V. DEMONTE (Dirs.) **Gramática Descriptiva de la Lengua Española**, Madrid: Espasa, 1999. p. 2977-3060.

_____. Qué significan aspectualmente algunos verbos y qué pueden llegar a significar. **Estudios de Lingüística: el verbo**, p. 167-206, 2004. Disponível em:

<https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/9773/1/ELUA_Anexo2_07.pdf> Acesso em: 12 jul. 2017.

DELBECQUE, N. & B. LAMIROY. La subordinación sustantiva: las subordinadas enunciativas en los complementos verbales. Em BOSQUE, I. & V. DEMONTE (Dirs.) **Gramática Descriptiva de la Lengua Española**. Madrid: Espasa, 1999. p. 1965-2082.

DEMONTE, V. El adjetivo: clases y usos. Em BOSQUE, I. & V.

- DEMONTE, (Dirs.). **Gramática Descriptiva de la Lengua Española**. Madrid: Espasa, 1999. p.129-216.
- DEMONTE, V. & P. MASULLO. La predicación: los complementos predicativos. Em BOSQUE, I. & V. DEMONTE (Dirs.). **Gramática Descriptiva de la Lengua Española**, Madrid, Espasa, 1999. p.2461-2523.
- DEMONTE, V. & S. VARELA. Spanish Event Infinitives: From Lexical Semantics to Syntax-Morphology. **ASJU** Geh 40, p. 145-169, 1997.
- DEN DIKKEN, M. Specificational copular sentences and pseudoclefts : A case study. Em EVERAERT, M & H. VAN RIEMSDIJK (Eds). **The Syntax Companion**, 2001. Disponível em: <https://www.gc.cuny.edu/CUNY_GC/media/CUNY-Graduate-Center/PDF/Programs/Linguistics/Dikken/pseudocl-001.pdf>. Acesso em: 1 set. 2016.
- DEVITT, M. The Case for Referential Descriptions. Em REIMER, M. & BEZUIDENHOUT, A. (Eds.), **Descriptions and Beyond**. Oxford: Clarendon Press, 2004. p. 280-305.
- DOBROVIE-SORIN, C & PIRES DE OLIVEIRA, R. 2008. Reference to Kinds In Brazilian Portuguese: Definite Singulars vs. Bare Singulars. Em GRØNN, A. (Ed.). **Proceedings of SuB12**, Oslo: ILOS, 2008. p. 107-121.
- DONNELLAN, K. Reference and Definite Descriptions, **Philosophical Review**, 75, p. 281–304, 1966.
- DORATO, M. Facts, Events, Things and the Ontology of Physics. Em J. FAYE, M. URCHS, U.SCHEFFLER (Eds.), **Things Facts and Events**, Poznan Studies In the Philosophy of the Sciences and the Humanities, 76, Rodopi, Atlanta GA, 2000. p. 343- 364.
- DRETSKE, F. Can events move? **Mind**, New Series, Vol. 76, No. 304, p. 479-492, Oct., 1967.
- DUARTE, I., GONÇALVES, A. & MIGUEL, M. Propriedades de C em frases completivas. Em DUARTE, I. & L. ISABEL (Orgs.). **Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística**. Lisboa: APL / Colibri, 2004. p. 549-562.
- DUMMETT, M. **The origins of Analytical Philosophy**. Cambridge: Harvard University Press, 1994.
- ESPINAL, T. Bare nominals, bare predicates. Properties and related types. Em KABATEK, & J. E A. WALL. **New Perspectives on Bare Noun Phrases In Romance and Beyond**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2013. p. 63-94.
- EVANS, G. Reference and Contingency. **The Monist**, Vol. 62, No. 2, Truth, Meaning, and Reference, p. 161-189, Abril, 1979.
- _____. **The Varieties of Reference**. Oxford: Clarendon Press, 1982.
- EVERETT, A. Against Fictional Realism. **The Journal of Philosophy**, Vol. 102, No. 12, p. 624-649, Dec., 2005.
- EVNINE, S. **Donald Davidson**. Stanford: Stanford University Press, 1991.
- FÁBREGAS, A. Concepts, countability and noun classes: on event nouns. **JeNom 4, 4èmes Journées d'étude sur les nominalisations**. University of Stuttgart, 16-17 Junho 2011. Disponível em: <<http://ifla.uni-stuttgart.de/institut/mitarbeiter/florian/jenom/Antonio-Concepts.pdf>>. Acesso

em: 3 jan. 2017.

FÁBREGAS, A. & S. VARELA. Verb Classes with Eventive Infinitives In Spanish. Em SAGARRA, N. & ALMEIDA, J. T. (Eds.) **Selected Proceedings of the 9th Hispanic Linguistics Symposium**. Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project, 2006. p. 24-33.

FAYE, J. **The reality of the future**: An essay on time, causation and backward causation. Odense: Odense University Press, 1989.

_____. Causality, Contiguity, and Construction. **Organon F** 17, No. 4, p. 443-460, 2010.

FINE, K. Guide to ground. Em Correia, F. e B. Schneider, **Metaphysical grounding**, Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 37-80.

FREGE, G. **On Sense and Reference**, 1892. Em BLACK, M. & GEACH P. (Eds.) *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*, Oxford: Basil Blackwell, 1960. p. 56-68.

_____. **The Foundations of Arithmetic**. Translated by J. L. Austin [Second Revised Edition]. New York: Harper and Brothers, 1953.

_____. **The Basic Laws of Arithmetic**. Translated and edited by Montgomery Furth. Berkeley/ Los Angeles/ London: University of California Press, 1964.

GEACH, P. **God and The Soul**. London: Routledge & Kegan Paul Books, 1969.

_____. Assertives. **The Philosophical Review**, Vol. 74, No. 4, p. 449-465, Oct., 1965.

GIUSTI, G. The functional structure of noun phrases: A bare phrase structure approach. **Working Papers In Linguistics**, Vol. 9, n. 1-2, p. 105-160, 1999.

_____. **Nominal Syntax at the Interfaces: A Comparative Analysis of Languages With Articles**. NewCastle: Cambrigde Scholars Publishing, 2015.

GOODMAN, N. **The Structure of Appearance**. 2nd ed. Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1966 [1951].

GRICE, H. P. Logic and conversation. Em P. COLE & J. L. MORGAN (eds), **Syntax and Semantics**, Vol. 3: Speech Acts. New York: Seminar Press, 1975. p. 113-28.

GRIMSHAW, J. **Argument Structure**, Cambridge/ Massachusetts/ London: The MIT Press, 1990.

HAACK, S. Descriptive and Revisionary Metaphysics. **Philosophical Studies**, 35, p. 361-371, 1979.

HACKING, I. The Identity of Indiscernibles, **Journal of Philosophy**, 72 (9), p. 249-256, 1975.

HALE, B. **Abstract Objects**. Oxford: Blackwell, 1987.

HAMM, F. & VAN LAMBALGEN, M. Formal Foundations for Semantic Theories of Nominalization. **ZAS Papers In Linguistics**, 27, p.1-21, 2002.

HARLEY, H. & R. NOYER. Mixed nominalizations, short verb movement and object shift in English, **Proceedings of NELS**, 28, p. 1-15, 1998.

HAWLEY, K. Identity and Indiscernibility. **Mind**, 118, p. 101-109, 2009.

HEIM, I. **The semantics of definite and indefinite noun phrases**, 1982. Disponível em:

- <<http://semarch.linguistics.fas.nyu.edu/Archive/jA2YTJmN/Heim%20Dissertation%20with%20Hyperlinks.pdf>>. Acesso em 12 abr. 2017.
- HERNANZ, M. El infinitivo. Em BOSQUE, I. & V. DEMONTE (Dirs.). **Gramática Descriptiva de la Lengua Española**, Madrid: Espasa, 1999. p. 2197-2356.
- HIGGINS, F.R. **The Pseudo-cleft Construction In English**. New York NY: Garland, 1979.
- HOFFMAN, J. & G. ROSENKRATZ. Platonistic Theories of Universals. Em Loux M. & Zimmeramn D. (Eds.) **The Oxford Handbook of Metaphysics**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2003. p. 46-74.
- HONDERICH, T. **The Oxford Companion to Philosophy**. Oxford/ New York: Oxford University Press, 1995 [2nd ed. 2005].
- IMAGUIRE, G. In Defense of Quine's Ostrich Nominalism, **Grazer Philosophische Studien**, 89, p. 181-199, 2014.
- IORDĂCHIOAIA, G. The determiner restriction in nominalizations. Apresentado em **Languages with and without Articles**, 2013. Disponível em: <<http://archive.sfl.cnrs.fr/sites/sfl/IMG/pdf/LSALAA2013Iordachioaia.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2016.
- JUBIEN, M. The Myth of Identity Conditions, **Philosophical Perspectives**, 10, Metaphysics, p. 343-356, 1996.
- KENNEDY, C. & L. MCNALLY. Color, context and compositionality. **Synthese**, 174, p. 79-98, 2010.
- KIM, J. On the Psycho-Physical Identity Theory. **American Philosophical Quarterly**, Vol. 3, No. 3, p. 227-235, Jul., 1966. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/20009207?seq=9#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 25 nov. 2015.
- _____. Noncausal connections. **Noûs**, Vol. 8, No. 1, Symposia Papers to be Read at the Meeting of the Western Division of the American Philosophical Association in St. Louis, Missouri, p. 41-52, Abril 27-29, 1974 (Mar., 1974).
- _____. Events as Property Exemplifications. Em M. Brand & D. Walton (Eds.), **Action Theory**, Dordrecht: Reidel, 1976. p. 159-177.
- KIPARKSY, P. & C. KIPARSKY. Fact. Em BIERWISCH, B & K. HEIDOLPH (Eds.). **Progress In Linguistics: A Collection of Papers**. The Hague/Paris: Mouton, 1970. p. 143-173.
- KLEIN, N.M., W.M. GEGG-HARRISON, G.N. CARLSON, & M.K. TANENHAUS. Experimental investigations of weak definite and weak indefinite noun phrases. **Cognition**, 128, p. 187-2013, 2013.
- KOPTJEVSKAJA-TAMM, M. Action Nominal Constructions. Em DRYER, M.S. & HASPELMATH, M. (Eds.) **The World Atlas of Language Structures** Online. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology, 2013. Disponível em: <<http://wals.info/chapter/62>> Acesso em: 07 set. 2016.
- KORNFELD, L. **Formación de palabras en la sintaxis desde la perspectiva de la Morfología Distribuida**. Tese de doutorado defendida em Dezembro de 2004 na Universidad de Buenos Aires, 2004.
- KORNFELD, L. & SAAB, A. Hacia una tipología de las anáforas nominales en español, trabalho apresentado em **III Encuentro de Gramática**

- Generativa**, Universidad Nacional del Comahue, Neuquén, 2005.
- KORTA, K. & J. PERRY. **Critical Pragmatics. An Inquiry into Reference and Communication**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- KRATZER, A. Facts: Particulars or Information Units? **Linguistics and Philosophy**, 25, p. 655–670, 2002.
- KRAUSE, D. **Entity, but no identity**, 2007. Disponível em: <<http://philsci-archive.pitt.edu/3283/1/Entities.pdf>> Acesso em: 20 jan 2017.
- KRIFKA, M., PELLETIER, F. J., CARLSON, G., TER MEULEN, A., LINK, G. , & CHIERCHIA, G. Genericity: an introduction. Em CARLSON, G. & PELLETIER, F. J. (Eds.) **The Generic Book**. Chicago. University of Chicago Press, 1995. p. 1-124.
- LACA, B. Presencia y ausencia de determinante. Em BOSQUE, I. & V. DEMONTE (Dirs.) **Gramática Descriptiva de la Lengua Española**, Madrid: Espasa, 1999. p. 891-298.
- LASNIK, H. Grammar, Levels, and Biology. Em MC GILVRAY, J.(Ed.) **The Cambridge Companion to Chomsky**. Cambridge: Chambridge University Press, 2005. p. 60-83.
- LEBORANS, M.F. Aspectos semánticos y sintácticos de las oraciones identificativas «inversas». **DICENDA**. Cuadernos de Filología Hispánica. 10, p. 73-100, 1991.
- _____. La predicación: las oraciones copulativas. en BOSQUE, I. & V. DEMONTE (Dirs.) **Gramática Descriptiva de la Lengua Española**, Madrid: Espasa, 1999. p 2357-2460.
- LEES, R. **The Grammar of English Nominalizations**. Indiana: Indiana University, 1960.
- LEMMON, J. Comments on D Davidson. Em RESCHER, N (Ed.) **The Logic of Decision and Action**, Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1967. p. 96-103.
- LEONETI, M. El artículo. BOSQUE, I. & V. DEMONTE (Dirs.) **Gramática Descriptiva de la Lengua Española**, Madrid: Espasa, 1999. p. 787-890.
- LEWIS, D.K. Events. Em **Philosophical Papers**. Volume II. New York, Oxford: Oxford University Press, 1986. p. 241-269.
- LOMBARD, B. A. Note on Level-Generation and the Time of a Killing. **Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy In the Analytic Tradition**, Vol. 26, No. 2, p. 151-152, Oct., 1974.
- _____. Events, Changes, and the Non-Extensionality of 'Become'. **Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy In the Analytic Tradition**, Vol. 28, No. 2, p. 131-136, Ags., 1975.
- _____. Ontologies of Events. Em LAURENCE, S. and C.A. MACDONALD. (Eds.) **Contemporary Readings In the Foundation of Metaphysics**. Oxford: Blackwell, 1998. p. 277-294.
- LONGOBARDI, G. Reference and Proper Names: a Theory of N-movement In Syntax and Logical Form. **Linguistic Inquiry**, 25, p. 609-665, 1994.
- LOOK, B.C.Gottfried Wilhelm Leibniz. Em ZALTA, E.N. (Ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Spring 2014 Edition. Disponível em <<http://plato.stanford.edu/archives/spr2014/entries/leibniz/>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

- LOUX, M. **Metaphysics: A Contemporary Introduction** [3d ed] New York: Routledge, 2006.
- LOUX, M & ZIMMERMAN, D. Introduction. Em LOUX M. E ZIMMERMAN D. (Eds.) **The Oxford Handbook of Metaphysics**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2003. p. 1-7.
- LOWE, E.J. **The Possibility of Metaphysics: Substance, Identity, and Time**. Oxford: Clarendon Press, 2001.
- _____. **The four Category Ontology**. New York. Oxford University Press, 2006.
- LYONS, C. **Definiteness**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- LYONS, J. **Semantics**. Volume I. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- MADEIRA, A. **On the portuguese inflected infinitive**, 1994. Disponível em: <<http://www.phon.ucl.ac.uk/publications/WPL/94papers/MADEIRA.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2016.
- MARKOSIAN, N. Brutal Composition. **Philosophical Studies**, 92, p. 211-249, 1998.
- _____. Restricted Composition. Em SIDER, T., J. HAWTHORNE, & D.W. ZIMMERMAN. **Contemporary Debates In Metaphysics**. Maiden/Oxford/Victoria: Blackwell, 2008. p. 341-363.
- _____. 2016. Time. Em ZALTA, E.N. (ed.) **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Fall 2016 Edition. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2016/entries/time/>>. Acesso em: 23 mai. 2017.
- MARTIN, C.B. **The Mind In Nature**. New York: Oxford, 2008.
- MARTIN, F. Stage-level and individual level readings of quality nouns: a study in aspectual morpho-semantics. Papel apresentado em **Going Romance 23**, Leiden, December, 2010.
- MARTIN, R.M. Events and actions: some comments on Brand and Kim, 1975. Em BRAND, M. & WALTON D. (Eds). **Action Theory**. Dordrecht: Reidel, 1976, p. 179-192.
- MCCANN, H. Nominals, facts and two conceptions of events. **Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition**, Vol. 35, No. 2, p. 129-149, Feb., 1979.
- MCNALLY, L. Color terms: a case study in natural language ontology. Paper presented at the **Workshop on the syntax and semantics of nounhood and adjectivehood**. Barcelona, Março 2011. Disponível em: <<http://filcat.uab.cat/clt/Adjectivehood/Presentacions/McNally.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2017.
- MCNALLY, L. & H. DE SWART. Inflection and derivation: how adjectives and nouns refer to abstract objects. **Proceedings of the 18th Amsterdam Colloquium**, 2011. p. 425-434.
- MCNALLY, L. & H. DE SWART. Reference to and via properties: the view from Dutch. **Linguistics and Philosophy**, 38, p. 315–362, 2015. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007/s10988-015-9173-0>>. Acesso em 13 abr. 2017.
- MEIXNER, U. States of Affairs: The Full Picture. Em REICHER, M. (Ed.). **States of Affairs**. Germany: Ontos Verlag, 2009. p. 51 -70.

- MELLONI, C. Action nominals inside: lexical-semantic issues. Em ALEXIADOU, A. & RATHERT, M. (eds.). **The Semantics of Nominalizations Across Languages and Frameworks**. Berlin: Walter de Gruyter, 2010. p.141-168.
- MELLOR, D.H. **The facts of causation**. London/New York: Routledge, 1995 [2003].
- MENDICOETXEA, A. Construcciones inacusativas y pasivas. Em BOSQUE, I. & V. DEMONTE (Dir.), **Gramática Descriptiva de la Lengua Española**, Madrid, Espasa, 1999. p. 1575-1630.
- MOLTMANN, F. **Abstract Objects and the Semantics of Natural Language**. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- MORAVCSIK, J.M. **Thought and Language**. London: Routledge, 1992.
- MORIMOTO, Y & M. V. PAVÓN LUCERO. **Los verbos pseudo-copulativos modales del español**, 2006. Disponível em: <http://orff.uc3m.es/bitstream/handle/10016/13865/modales_pavon_VIICLG_2006.pdf?sequence=1>. Acesso em: 1 set. 2016.
- MULLER, A. A expressão da genericidade no português do Brasil . **Revista Letras**, Curitiba, n. 55, p. 153-165, jan./jun. 2001.
- NEALE, S. **Facing facts**. New York: Oxford University Press, 2001.
- NEVES, H. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.
- ORLANDO, E. Introduction. Referential Descriptors: For and Against. **Análisis Filosófico** XXIX, No 2, p. 143-158, nov. 2009.
- PANAGIOTIDIS, P. **Categorial Features: A Generative Theory of Word Class Categories**. Cambridge/ New York: Cambridge University Press, 2015.
- PARSONS, T. Referring to Nonexistent Objects. Em KIM. J & E. SOSA (eds). **Metaphysics: An Anthology**. Melbourne: Blackwell, 1999. p. 36-44.
- PARTEE, B. Noun Phrase Interpretation and Type-shifting Principles. Em PORTNER, P. & B.PARTEE (Eds.). **Formal Semantics -The Essential Readings**. Blackwell, 2002. p.115-143. [1a vez em: J.GROENENDIJK, D.DE JONGH, M.STOKHOF (Eds) *Studies in discourse representation theory and the theory of generalized quantifiers*. Foris, (1986)].
- PERINI, M. **Gramática do infinitivo português**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- PETERSON, P.L. **Fact, proposition, event**. Netherland: Springer, 1997.
- PICALLO, M. C. La estructura del sintagma nominal: las nominalizaciones y otros sustantivos con complementos argumentales. Em BOSQUE, I. & V. DEMONTE(Dirs.), **Gramática Descriptiva de la Lengua Española**, Madrid, Espasa, 1999. p. 365-393.
- _____. Gender and Number in Romance. **Lingue e Linguaggio**, VII.1, p. 47-66, 2008. Disponível em: <<http://filcat.uab.es/clt/membres/professors/picallo/GenderandNumber.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2017.
- POESIO, M. Weak Definites. **SALT IV**. Ithaca: Cornell, 1994.
- POLAKOF, A. C. Partes de la oración. Em Orlando (Coord.) **Manual de Gramática del Español**. Montevideo: CSE-UDELAR, 2011. p. 29-42.
- _____. **Sobre las nominalizaciones de evento y resultado**. Tese de mestrado defendida em Dezembro de 2013. Universidad de la República-Uruguay. 2013.

_____. O Lugar dos Eventos. **Revista do Seminário dos Alunos do PPGLM/UFRJ**, v. 6, n. 1, 2015. Disponível em: <<https://seminarioppglm.files.wordpress.com/2016/02/2-ana-polakofl.pdf>>.

Acesso em: 12 abr. 2017.

_____. A possible delimitation between facts and states of affairs. **Principia - An International Journal of Epistemology**, 20, 3, p. 361-376, 2016.

_____. Why are events, facts, and states of affairs different? **Disputatio**, v. 44, p. 99 - 122, 2017.

PUSTEJOVSKY, J. **The Generative Lexicon**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1995.

QUINE, W.O. On What There Is. **Review of Metaphysics**, 2, p. 21-38, 1948/1949.

_____. **Word and Object**. United States of America: The Massachusetts Institute of Technology, 1960.

_____. **Ontological Relativity and Other Essays**, New York, Columbia Un. Press, 1969.

_____. Events and Reification. Em E. LEPORE & B. MCLAUGHLIN (Eds.). **Actions and Events**. New York: Basil Blackwell, 1985. p. 162-71.

Real Academia Española (RAE). **Diccionario de la Lengua Española**. Real Academia Española. Consultado online em: <<http://dle.rae.es/?w=diccionario>>.

RAE. **CORPES**. DATOS GENERALES. Disponível em: <<http://web.frl.es/CORPES/org/publico/pages/ayuda/informacion.view>>. Acesso em: 08 set. 2016.

RAE & Asociación de Academias de la Lengua Española (AALE). **Nueva gramática de la lengua española**, Madrid: Espasa, 2009.

RAE & AALE. **Nueva Gramática de la Lengua Española. Manual**. Madrid: Espasa, 2010.

RAMÍREZ, C.J. The Spanish Nominalized Infinitives: a proposal for a classification. **Toronto Working Papers In Linguistics**, 21, p. 117-133, 2003.

RAPOSO, E. Case Theory and Infl-to-Comp: The Inflected Infinitive in European Portuguese, **Linguistic Inquiry** Vol. 18, No. 1, p. 85-109, Winter, 1987.

REICHER, M. Introduction. Em REICHER, M. (Ed.). **States of Affairs**. Germany: Ontos Verlag, 2009. p. 7 -38.

RESNIK, G. **Los nombres eventivos no deverbales en español**. Tese de doutorado. Barcelona, Universitat Pompeu Fabra, 2010.

RESTALL, G. One Way to Face Facts. **The Philosophical Quarterly**, 21, p. 420-426, 2004.

RODRIGUES, A. **Frege, fazedores-de-verdade e o argumento da funda**. Pontifícia Universidade Católica de Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10724/10724_1.PDF>. Acesso em: 13 abr. 2017.

ROY, I. Deadjectival nominalizations and the structure of the adjective. Em ALEXIADOU, A. & RATHER, M. (Eds.). **The Syntax of Nominalizations Across Languages and Frameworks**. Berlin: Walter de Gruyter, 2010. p. 129-58.

- ROY, I. & E. SOARE. Nominalizations: new insights and theoretical implications. **Recherches Linguistiques de Vincennes**, 40, p. 7-23, 2011.
- RUFFINO, M. Chateaubriand on the Slingshot Arguments, **Manuscrito** – Rev. Int. Fil., Campinas, v. 27, n. 1, p. 201-209, jan.-jun. 2004a.
- _____. Church's and Gödel's slingshot arguments. **Abstracta**, 1, p. 27-40, 2004b.
- RUSSELL, B. On Denoting. **Mind** XIV, p. 479-493, 1905.
- _____. Mathematical Logic as Based on the Theory of Types. **American Journal of Mathematics** 30 (3), p. 222- 262, 1908.
- _____. The philosophy of Logical Atomism, 1918. Em B. Russell. **The philosophy of Logical Atomism**. London/ New York: Routledge, 2010 [1972]. p. 1-110.
- SAUTTER, F. Chateaubriand's Realist Conception of Logic. **Axiomathes**, 20, p. 357–364, 2010.
- SIMONS, P. Events. Em LOUX M. & E ZIMMERAMN D. (Eds.) **The Oxford Handbook of Metaphysics**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2003. p. 357-385.
- STOWELL, T. **Origins of phrase structure**. Ph.D. dissertation, MIT, 1981.
- STRAWSON, P. On referring. **Mind**, New Series, Vol. 59, No. 235. p. 320-344, Jul., 1950.
- _____. **Individuals: An Essay Em Descriptive Metaphysics**. London: Methuen, 1959.
- TANGUY, L. & HATHOUT, N. Webaffix: un outil d'acquisition morphologique dérivationnelle à partir du Web. Em **Actes de la 9e Conférence Annuelle sur le Traitement Automatique des Langues Naturelles** (TALN-2002), Nancy. ATALA, 2002. Disponível em: <http://redac.univ-tlse2.fr/lexiques/verbaction_en.html>. Acesso em: 23 ags. 2016.
- TARSKI, A. What are Logical Notions. **History and Philosophy of Logic**, 7, p. 143-154, 1986.
- THOMSON, J. J. The time of a killing. **The Journal of Philosophy**, Vol. 68, No. 5, p. 115-132, Mar. 11, 1971.
- TUGENDHAT, E. **Analytical and Traditional Philosophy**. [tr. P.A. Gerner] Cambridge/London/New York/ New Rochelle/Melbourne/Sydney: Cambridge University Press, 1982 [1976].
- URCHS, M. Events of epistemics. Em FAYE, J. SCHEFFLER, U & URCHS, M. (Eds.) **Things, facts and events**. Poznan Studies In the Philosophy of the Sciences and the Humanities, v. 72, 2000. p. 229-240.
- VENDLER, Z. **Linguistics and Philosophy**. Ithaca/London: Cornell University Press, 1967a.
- _____. Facts and events. Em **Linguistics and Philosophy**, 1967b. p.122-146.
- _____. Effects, results and consequences. Em **Linguistics and Philosophy**, 1967c. p.147-171.
- _____. Singular Terms. Em **Linguistics and Philosophy**, 1967d. p.147-171.
- VERGNAUD, J.R. & M.L. ZUBIZARRETA. The definite determiner and the

inalienable constructions in French and in English. **Linguistic Inquiry** 23.4, p. 595-652, 1992.

VILLALBA, X. Las nominalizaciones de adjetivos con lo y las cualidades. Em Escandell et. Al (Eds.). **60 problemas de gramática**. Madrid: Akal, 2001. p. 90-98.

_____. Definite Adjective Nominalizations in Spanish . M.T. ESPINAL, M. LEONETTI & L. MCNALLY (Eds.). **Proceedings of the IV Nereus International Workshop “Definiteness and DP Structure In Romance Languages”**. **Arbeitspapier 12x. Fachbereich Sprachwissenschaft**, Universität Konstanz, 2009, p. 139-153.

_____. **Eventualities under deadjectival nominalizations**, 2013. Disponível em: <<http://semanticsarchive.net/Archive/Tg2NzQ4Z/eventualities-nominalizations.pdf>>. Acesso em: 4 ago. 2016.

WETTSTEIN, H. Demonstrative Reference and Definite Descriptions. **Philosophical Studies**, 40, p. 241-257, 1981.

WHITEHEAD, A.N. & RUSSELL, B. **Principia Mathematica**. Cambridge: Cambridge University Press, 1910.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus** (Translated by C.K. Ogden, bilingual), New York: Barnes and Noble, 1922.

ZALTA, E. **Abstract Objects**. Boston: Reidel, 1983.

_____. Twenty five basic theorems in situation and world theory, **Journal of Philosophical Logic**, 22, p. 385-428, 1993.

ZAMPARELLI, R. Definite and bare kind-denoting nouns phrases. Em DRIJKONINGEN, F., C. BEYSSADE, P. MONACHESI, R. BOK-BENNEMA (eds.), **Romance Languages and Linguistic Theory 2000. Selected Papers from Going Romance 2000**. Amsterdam: John Benjamins, 2002. p. 305–342.

ZUCCHI, A. **The Languages of Propositions and Events. Issues In the Syntax and Semantics of Nominalizations**. Dordrecht: Kluwer, 1993.

7 Anexos

7.1.

Anexo 1: Nominalizações deadjetivais

Encontram-se neste anexo as nominalizações deadjetivais analisadas. Todas foram pesquisadas no subcorpus de não ficção (BLOQUE = {No ficción).

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA: Banco de datos (CORPES XXI) [en línea]. Corpus del Español del Siglo XXI (CORPES). <<http://www.rae.es>> [11/08/2016]

FORMA = {el azul de}

1) , sino un color azul de tal cuerpo o de tal fuente de luz, según su situación. Cada material tiene un potencial de absorción característico, esencial, reflejando o transmitiendo el resto de las radiaciones recibidas. El azul de la pintura al aceite no es igual al azul del pastel, ni igual al azul del acrílico, aun cuando nos esforcemos en igualarlos. Cada material causa un color distinto en nuestro sistema visual. Es
-={Referencia bibliográfica}=-Bardier, Dardo: De la visión al conocimiento. Montevideo: TRADINCO S.A., 2001.

2) el mismo que el nuestro. En el caso de la fotografía color sucede que los pigmentos, utilizados para mostrarnos el azul, juntan bandas de frecuencias de un ancho diferente que nuestra vista y además tampoco coinciden en su centro. El azul de la fotografía no coincide totalmente con el azul humano. En razón de ello se producen algunos fenómenos: un pantalón azul, que para nosotros tiene un poco de blanco, para la foto puede ser un azul puro
-={Referencia bibliográfica}=-Bardier, Dardo: De la visión al conocimiento. Montevideo: TRADINCO S.A., 2001.

3) imagen". Buschiazzo no sabía de qué color eran las puertas, entonces no las pintó. Pero cuando se encontraron los comprobantes de Contaduría de los trabajos de 1816, se supo: le habían comprado a Juan Ignacio Maldez el azul de Prusia "para pintar las puertas y ventanas de la Casa del Congreso".
-={Referencia bibliográfica}=-«Mitos, dudas y certezas sobre la Casa de Tucumán». Clarín. Buenos Aires: clarin.com, 2001-07-09.

4) desde luego, el gran formato y el oro del título sobre el negro mate de la cubierta, y en el interior la calidad de los tipos, la riqueza de las tintas, el negro, el rojo y el azul de las clásicas artes de imprimir, la profusión de culs-de-lampe y adornos adicionales. Un alarde tipográfico, y más aún pensando que su cuna era una ciudad de segundo orden, y una terrible guerra civil su
-={Referencia bibliográfica}=- «Descargo de conciencia (1930-1960)». Anales de Literatura Española. Alicante: Departamento de Literatura. Universidad de Alicante, 2001-03-03.

5) se encuentra. Aparece cuando menos la esperábamos y es huidiza, quebrantable, embaucadora. Como la luz de las mañanas, como el ruido del mar, como el amor desordenado, las hojas de los árboles o el azul de los volcanes.

=={Referencia bibliográfica}=- Mastretta, Ángeles: El cielo de los leones. Barcelona: Seix Barral, 2004.

6) Le Brun, primer pintor de Luis XIV, quiso hacer en esas pinturas --dice Didier-- "un recorrido simbólico. El azul de sus cuadros se aclara a medida que se avanza del Salón de la Guerra al Salón de la Paz. De eso no era posible darse cuenta antes", según el arquitecto.

=={Referencia bibliográfica}=- «La Galería de los Espejos». La Hora. Guatemala: lahora.com.gt, 2007-06-25.

7), como si Rothko hubiera pasado largas horas observando el cielo y ejercitando un tipo de imaginación activa. El rojo de la sangre de los anteriores sacrificios es ahora la sangre que acompaña a todo nacimiento, así como también el azul de las aguas primordiales, que discurren sinuosas por la tela. Los cuadros de estos años indican que algo se está configurando a partir de una nueva destrucción y desfiguración.

=={Referencia bibliográfica}=- Vega Esquerre, Amador: Sacrificio y creación en la pintura de Rothko. La vía estética de la emoción religiosa. Madrid: Siruela, 2010.

8) El Mediterráneo es el azul de una cala del Adriático, el blanco de una iglesia ortodoxa en Mikonos, el verde de los olivos de Djerba. El Mediterráneo es el violinista armenio que me amenizaba las cenas en la playa de la

=={Referencia bibliográfica}=-Nadal, Paco: «Mediterráneos». El blog de Paco Nadal. www.blogs.elpais.com/paco-nadal: blogs.elpais.com/paco-nadal, 2012-08-08.

9) Inspirada en las zapatillas tradicionales japonesas denominadas Zori, con más de 400 años de historia, las Havaianas fueron creadas en 1962 como un modelo de dos colores, el azul de la suela y el blanco del resto de la zapatilla, hasta que el personal empezó a darle la vuelta a las suelas abriendo camino a la inspiración para que se acabaran convirtiendo en lo que son hoy:

=={Referencia bibliográfica}=- Aranda, Germán: «De la favela a los Oscar en 50 años». El Mundo.es. Madrid: elmundo.es, 2012-09-22.

10) de un borde a otro, las ceibas potentes. Una, de la raíz al ramaje, está punteada de balas. A vislumbres se ve la vega, como chispazo o tentación de serena hermosura, y a lo lejos el azul de los montes. (14 de febrero). A la vaga luz, de un lado y otro del ancho camino, era toda la naturaleza americana: más gallardos pisaban los caballos en aquella campiña floreciente, corsada

=={Referencia bibliográfica}=-«Martí arbóreo». Energía y tú. La Habana: CUBASOLAR, 2003-09-03.

FORMA = {el blanco de}

1) Según las barras que una persona pueda avistar nítidamente, sabremos con bastante exactitud la distancia entre ella y el dibujo. Podemos hacer algo similar con objetos reales. Cuando se dijo: «¡no disparen hasta ver el blanco de los ojos!», se estaba dando una medida bastante definida y... corta. Mirando el paisaje, a unos 6 Km se deja de avistar una persona caminando, y a 15 Km dejamos de --{Referencia bibliográfica}=- Bardier, Dardo: De la visión al conocimiento. Montevideo: TRADINCO S.A., 2001.

2) Hace frío en Suecia y el blanco de la nieve parece que intenta iluminar un poco la oscuridad del invierno. Las calles centrales de Estocolmo ya han sido adornadas con motivos navideños pero antes, el lunes 10 de Diciembre, los ojos del mundo volverán, como

={Referencia bibliográfica}=-«Oslo y Estocolmo acogen, desde hoy, a más de 225 galardonados por la Academia Sueca». La Razón. Madrid: Grupo Planeta, 2001-12-03.

3) los títulos produciendo un alto grado de creatividad a varios niveles. Otros elementos a tener en cuenta y que producen un alto grado de plasticidad son los efectos de volumen, la ausencia de color y el contraste entre el blanco de la página y el negro de la letra. = {Referencia bibliográfica}=- «Laura López Fernández Assist. Prof. of Georgetown College». Espéculo. Madrid: Facultad de Ciencias de la Información. Universidad Complutense de Madrid, 2002-06-03.

4) De nuevo, después del saludo, se sumerge en el blanco de los muebles. Aunque sea sin querer, todo está en ese sitio para que él sea el centro, el elemento que salta como una gota, milagrosa, en el mantel plateado de un lago sereno. = {Referencia bibliográfica}=-«Gente palabra, gente leyenda». Art Studio Magazine. San José: Business Design Solutions B.D.S., 2003-12-03.

5) es intenso entre la parte superior derecha de la pintura, dominada por nubes negras de tormenta, y la izquierda, en la que el cielo se abre con un azul intenso para trazar una diagonal que ilumina dramáticamente el blanco de la espuma de la más amenazadora de las olas, que atraviesa, como si de un juguete se tratara, la cubierta del buque más próximo al espectador. El pintor británico, de origen normando, = {Referencia bibliográfica}=- Guillén Marcos, Esperanza: Naufragios. Imágenes románticas de la desesperación. Madrid: Ediciones Siruela, 2004.

6) Utilizar el blanco de puerro (la parte más noble) para saltear y el verde de puerro para la salsa. = {Referencia bibliográfica}=- Barrio, Darío: Las recetas de "Todos contra el chef". Madrid: Aguilar, 2006.

7) ángel rodeado de luz. Pero ese sueño se ha modificado y en el cuadro Chagall aparece autorretratado delante de un lienzo recibiendo la visita de la musa, la inspiración. El cuadro está dominado por el color azul y el blanco de la luz creando un ambiente mágico, onírico, en el que la realidad queda en el espacio del fondo donde se ve la habitación y los muebles. = {Referencia bibliográfica}=- Moreno, Ana: Vanguardias Rusas. Madrid: Fundación Colección Thyssen-Bornemisza, 2006.

8) un personaje con pocos recursos, cortantes, ásperos como tajos; la cartera no sabe dónde ponerla, el rimmel le cubre los ojos, se esconde bajo la mesada de los sanitarios en un restaurante lujoso, el blanco de su vestido hace juego con su mirada que es transparente. Si algo evoca esta heroína camino a las grandes ligas es a la Blanche Dubois de Tennessee Williams en Un tranvía llamado Deseo. Algo que se quiebra y = {Referencia bibliográfica}=- Kisielesky, Sergio: «Loca de amor». Página/12. Radar. Rosario: pagina12.com.ar/diario/suplementos/radar, 2011-02-27.

9) te (porque necesitas conseguir pareja). En algunas especies ambos atributos están presentes en el plumaje del mismo individuo, el brillo escondido en las alas plegadas. En otras, la coloración puede cambiar estacionalmente. Como el blanco de las gacillas bueyeras o las espátulas, que se tiñe de rojo o naranja durante la época de celo. = {Referencia bibliográfica}=- Negro, Juan José: «9. Color». Garrido, Héctor (coord.): Doñana, diversidad y ciencia. Madrid: CSIC, Ministerio de Educación y Ciencia, 2007.

10) Claro que las fiestas tienen su propio color: es el blanco de un jean, el blanco sudoroso de una camiseta o el blanco de unos jeans para el carrerón, es el blanco de las manos que se golpean contra las paredes blancas en la carrera taurina. Esos = {Referencia bibliográfica}=-Burgos Palacios, Álvaro: «Campana. El delicioso encanto del carnaval». El País. Cali: elpais.com.co, 2007-07-24.

FORMA = {la blancura de}

1) Una piedra de río de singular forma natural convertida en arte; un pedazo de coco tallado en ejercicio minimalista, que parece nacer de un manantial de plata; finas raíces de noble metal embellecido, bañadas por la blancura de la tagua; juegos conceptuales que se superan en la sensualidad evidenciando generosas formas del espíritu de la creación, transformados en indiscretas esculturas para adornar los torsos concupiscentes de los colores de la tierra amoldándose dócilmente -= {Referencia bibliográfica} = -«Joyería contemporánea, un ejercicio de difícil definición». Trama. Quito: trama.com.ec, 2001-02-03.

2) alguna forma de ayuda para nuestro sobrevivir, y, años más tarde, para mi educación. Conservo de Navas una imagen muy antigua. Le visitamos en el hospital militar en los días de la amputación. Recuerdo la blancura de las sábanas y que, durante la visita, mi madre me sujetaba la mano con fuerza y no dejaba que me moviese. -= {Referencia bibliográfica} = -Gamonedá, Antonio: Un armario lleno de sombra. Barcelona: Círculo de Lectores, 2009.

3) Consejo facilón para talleres literarios: la mejor estrategia para desovillar una anécdota consiste en hacerse preguntas sobre ella como si fuese otra voz quien las formula. Incontables novelistas laboran así -a veces en silencio, a veces rasgando la blancura de sus cuadernos-, cuestionando sin fin los secretos de sus personajes, semejantes a quien, en expresión de Günter Grass, pela obstinadamente una cebolla. Entre más escarbemos, más oportunidades tendremos de sacar a la luz ricos -= {Referencia bibliográfica} = -Volpi, Jorge: Leer la mente. El cerebro y el arte de la ficción. Madrid: Alfaguara, 2011.

4) convivir con los demás, parecen mostrarlo aureolado por la gracia y el sentido festivo en el vivir, a lo que contribuía decisivamente esa, su abierta y explosiva risa —devenida carcajada tantas veces— prendida en la blancura de sus dientes. -= {Referencia bibliográfica} = -Cristóbal Pérez, Armando: LITERATURA Y SOCIEDAD EN CUBA: SEIS APROXIMACIONES. Madrid: Ediciones Libertarias, 2003.

5) una gran cantidad de retratos de aparato como este Retrato de Millicent, Duquesa de Sutherland. Esta gran dama es retratada con un escotado traje de noche que resalta su esbelta figura, la belleza de su rostro y la blancura de su piel. El fondo vegetal, que parece un jardín, armoniza con el estampado del traje, la rama que lleva en la mano y la corona de plata sobre su cabeza. -= {Referencia bibliográfica} = -Moreno, Ana: Sargent/Sorolla. Madrid: Fundación Colección Thyssen-Bornemisza, 2006.

6) de articular a qué gran significado global podrían estar contribuyendo todos estos significados locales. Hay, por último, una especie de horror a un exceso de significado. Es muy semejante, como Melville sugiere en el capítulo "La blancura de la ballena" de Moby Dick, a una ausencia total de significado. Buscar, descifrar y organizar el sentido de la vida puede abrumar hasta el punto de impedir vivirla y, en Personajes desesperados -= {Referencia bibliográfica} = -Franzen, Jonathan: «Fox Populi». Página/12. Rosario: pagina12.com.ar, 2006-04-02.

7) En las últimas décadas se ha ido acentuando la relación de amor-odio que los seres humanos mantienen con el sol. Hasta mediados del siglo pasado, el ideal de belleza estaba determinado, en buena parte, por la blancura de la piel; de hecho, los tonos oscuros y bronceados se relacionaban con el trabajo en el campo o al aire libre y, por ende, con un menor estatus social. -= {Referencia bibliográfica} = -«Diez razones para tomar sol». El Nuevo Día. San Juan: elnuevodia.com, 2012-06-04.

8) figura hasta llegar a un realismo naturalista tal como si fuera una toma del natural o una mascarilla. El material empleado y el bruñido patinado final le confirió gran plasticidad al

torso del generoso alemán, amén del contraste con la blancura de mármol de Carrara empleado para el pedestal. -= {Referencia bibliográfica}=- Morales Tejeda, Aida Liliana: La escultura conmemorativa en Santiago de Cuba: 1900-1958. Santiago de Cuba: Ediciones Santiago, 2008.

9) No recuerdo haber asistido a ninguna otra nevada con relámpagos. Desde la puerta de casa en Villuerca contemplo al cielo descolgarse sobre madroños y cuarcitas con zurriagazos de luz y con la blancura de los copos que revolotean como no sabiendo dónde posarse. -= {Referencia bibliográfica}=- Araújo, Joaquín: «Diario de campo. El abril de mis cuadernos». El Mundo.es. Natura. Madrid: elmundo.es/natura, 2008-04-12.

10) , que discurre muy cerca de allí y que en vascuence significa "frontera". El salto de La Caula tiene una altura de unos 30 metros y es conocido como el Salto del ángel del Ampurdán, por la blancura de sus aguas y porque se trata de un manantial que no cesa en todo el año y que ni siquiera en los años de sequía deja de brotar. Es un paisaje frondoso, de una belleza extraordinaria y -= {Referencia bibliográfica}=- Parcerisas, Pilar: Duchamp en España. Las claves ocultas de sus estancias en Cadaqués. Madrid: Ediciones Siruela, 2009.

11) Antes de estos extranjeros, el viajero inglés John Hale, en 1825, pocos años después de haberse efectuado la independencia de Centroamérica, parecía sugerir que la blancura de las casas del centro del país constituía una especie de legado colonial. De visita en Costa Rica dejó plasmadas las siguientes anotaciones: "Las paredes interiores de las casas son enlucidas, encaladas o pintadas a la -= {Referencia bibliográfica}=- Méndez Alfaro, Rafael Ángel: «San José caliza y radiante». Historiando Costa Rica en el siglo XIX. San José: EUNED - Editorial Universidad Estatal a Distancia, 2012.

12) Rusia, entre ellos el Suprematismo. De hecho, Moscú y San Petersburgo constituyen uno de los focos vanguardistas más potentes. Con el Suprematismo de Malévich y su Blanco sobre blanco se alcanza la reducción máxima de las formas. La blancura total de este cuadro representa, para el movimiento suprematista, la última expresión de la pureza a través del arte. Por otro lado, el arte abstracto pronto tomó caminos muy diferentes en la escultura, desde El recién nacido de -= {Referencia bibliográfica}=- Caralt, Miquel; Casado, Fernando: La historia del arte explicada a los jóvenes. Barcelona: Paidós Contextos, 2012.

FORMA = {el negro de}

1) Galería de Arte Nacional) se distingue, no sólo por la tendencia a reproducir con exactitud los rasgos psicológicos del modelo, sino porque trasciende, además, toda noción retratística. Los grises del fondo, el azul del cuello y el negro de la sotana, demuestran una voluntad de estilo que se inscribe en el concepto de la pintura-pintura, más allá de cualquier fidelidad naturalista. -= {Referencia bibliográfica}=- Noriega, Simón: Venezuela en sus artes visuales. Mérida: Ediciones Puerta del Sol, 2001.

2) el flujo es menor de 10 quanta en un décimo de segundo, dejamos de ver, hemos encontrado el negro perfecto... para nosotros. Por razones de procesamiento de los contrastes, ocasionalmente podemos percibir como más retintado el negro de una mancha en papel blanco que el de la ausencia total de luz. -= {Referencia bibliográfica}=- Bardier, Dardo: De la visión al conocimiento. Montevideo: TRADINCO S.A., 2001.

3) El negro de humo (hollín) es un hidrocarburo no quemado completamente, y por tanto es un polvo cenizo. Se obtiene como resultado de procesos industriales, normalmente se usa como pigmento en las impresoras. -= {Referencia bibliográfica}=- Arroyo, María Belén: «Material para la industria espacial fue diseñado en Ecuador». La Hora. Quito: lahora.com.ec, 2004-02-15.

4) la posibilidad de que el espectador conozca, silente, mínimamente, a una Miriam que ya no existe junto a la Miriam del presente, gracias a las imágenes de video que de vez en cuando Julio proyecta en casa. Del blanco y el negro de esos cuadros, de la felicidad del rostro de esa mujer en compañía de la hija pequeña que ya tiene más de veinte años, he deducido las ansias de la Miriam doctora que no pierde preocupación por la casa. -={Referencia bibliográfica}=- «Por Abel González Melo». El caimán barbudo. La Habana: Casa Editora Abril, 2004-11-02.

5) parapetándose detrás de un espectador. No consiguió, sin embargo, disimular sus nervios, evidentes aun en su semblante serio y por cómo juntaba las manos con fuerza, como implorando a favor de Andre. Sólo coincidió con Bridgette en el negro de su ropa, un clásico en las sesiones nocturnas de Flushing. -={Referencia bibliográfica}=- Rigueira, Ángel: «La explosiva presencia de Bridgette Wilson, esposa de Sampras». Mundo Deportivo. Barcelona: mundodeportivo.com, 2001-09-07.

6) De esta manera, la imagen se descomponía en puntos separados y casi independientes, que se mezclaban en el ojo con el blanco del fondo, creando las diversas gamas tonales que median entre el blanco del papel y el negro de la tinta (figura 17-3). Fue una ocurrencia que se convirtió en patente en 1852, y que fue divulgada a través de conferencias durante los años siguientes. -={Referencia bibliográfica}=- Martínez-Val, Juan: Gutenberg y las tecnologías del arte de imprimir. Madrid: Fundación Iberdrola, 2005.

7) de creatividad a varios niveles. Otros elementos a tener en cuenta y que producen un alto grado de plasticidad son los efectos de volumen, la ausencia de color y el contraste entre el blanco de la página y el negro de la letra. -={Referencia bibliográfica}=- «Laura López Fernández Assist. Prof. of Georgetown College». Espéculo. Madrid: Facultad de Ciencias de la Información. Universidad Complutense de Madrid, 2002-06-03.

8) ha permitido rebajar el precio sin hacer grandes sacrificios. La calidad de la pantalla, como ocurría en el anterior modelo es muy buena, gracias a la tecnología de retroiluminación de gran potencia y al filtro especial para resaltar el negro de las imágenes. -={Referencia bibliográfica}=- Jiménez de Luis, Ángel: «Lo único que hace falta en casa». El mundo.es. Ariadna. Madrid: elmundo.es/ariadna, 2005-10-09.

9) con la curiosidad de vivir un festival con el que está "impresionada" por el "mogollón de gente". Mientras Dan viste unas bermudas vaqueras raídas y una fresca camiseta de tirantes, Amanda ha errado con el negro de sus pantalones y su camiseta, pese a la gorra con la que intenta atenuar el efecto del sol, pero se alegra de que, por primera vez, se vaya a consumir sidra en la zona VIP. -={Referencia bibliográfica}=- Fabra, M.: «Benicàssim encuentra una mina de oro». El País.com. Madrid: elpais.com, 2006-07-22.

10) forma un pórtico que alberga el acceso al museo y conduce a la sala de conciertos y a los teatros del centro cultural. Además, enfatiza la relación interior-exterior, vínculo que marca un fuerte contraste entre el negro de los pedregales volcánicos del paisaje y el hormigón blanco de la envolvente circular, un material de presencia recurrente en las últimas obras de González de León (ver ARQ 23.09.08). -={Referencia bibliográfica}=- Moya, Daniel: «La evolución del museo, en un ámbito gestado para el nuevo arte». Clarin.com. Arquitectura. Buenos Aires: clarin.com/suplementos/arquitectura, 2009-02-24.

FORMA = {la negrura }

1) con fichazo adjunto, de ¡Me pegué!, como síntoma de que el gritón había logrado colocar en fila hasta la última de sus fichas. También presencié mil veces las caras de circunstancias

de los que contemplaban la negrura de sus seis u ocho fichas, desalentados ante el anuncio inminente de "Caballeros, ese es el noveno cuatro, y es tranque pa' que sepan, así que a virarse". Otras frases del -={Referencia bibliográfica}=- Del Río, Joel: «Y NO TE PASES CON FICHA». La Jiribilla. La Habana: lajiribilla.cu, 2002-01-05.

2) El uso de materiales pobres, con la arpillera como principal protagonista, combinados con el óleo utilizado en una gama reducida de colores, apenas cobalto, rojos, blancos y amarillos, pero que contrastan fuertemente con la negrura del tejido; la escala, que Valdés transforma para dar a sus pinturas una dimensión de monumentalidad; el volumen, que enlaza pinturas y esculturas en un todo homogéneo; la reutilización de la iconografía clásica y -={Referencia bibliográfica}=- «Museo Guggenheim Bilbao. Abandoibarra, 2. Bilbao. Hasta el 19 de enero». El Cultural. Madrid: elcultural.es, 2002-10-17.

3) visión de la situación española en el presente, pero el porvenir lo juzga con una severidad que anticipa un deterioro notable de la actual situación. Las circunstancias de Galicia impiden a los gallegos juzgar favorablemente el presente y la negrura del fuel lanzado a sus costas tras el accidente del Prestige les provoca una valoración del futuro del mismo color. -={Referencia bibliográfica}=- Del Campo, Salustiano; Camacho, Juan Manuel: Informa INCIPE 2003. La opinión pública española y la política exterior. Madrid: Instituto de Cuestiones Internacionales y Política Exterior, 2003.

4) de Panamá, al atardecer. Los quince tripulantes se mueven aburridos. Pilotos, azafatas, ayudantes de vuelo, y este pecho. De madrugada, el Jumbo fantasma, dos luces rojas que se encienden y apagan contra la negrura cerrada del cielo, aterriza en Madrid, y encalla frente a un tubo del aeropuerto. No hay visas todavía ni filas en inmigración; me sellan el pasaporte sin mirarme a los ojos. Años después -={Referencia bibliográfica}=- Abad Faciolince, Héctor: El olvido que seremos. Barcelona: Seix Barral, 2006.

5) Y esa llama, que los regímenes despóticos del Cono Sur procuraron apagar, en la negrura de la noche y de la niebla, esa llama empezó a iluminar. Para dentro y para fuera de la Argentina bajo dictadura. Hacia adentro y hacia fuera del Uruguay bajo el terror y el dolor. -={Referencia bibliográfica}=- «Cuando la noche y la niebla van quedando atrás». LR21. Montevideo: larepublica.com.uy, 2006-04-19.

6) noche nos depara una grata sorpresa: un joven solitario toca con su clarinete una dulce melodía. Detrás de él -una vez más, como en una estampa oriental-, una luna grande y amarillenta se alzaba sobre la negrura de las nubes y los campos de deportes. -={Referencia bibliográfica}=- Colinas, Antonio: La simiente enterrada. Un viaje a China. Madrid: Ediciones Siruela, 2008.

7) Cuando me percaté de que mi jardín estaba adquiriendo un aspecto lúgubre (por eso de la negrura de los cuervos), bajé el comedero del árbol, sólo por intuición. -={Referencia bibliográfica}=- Espinosa Rugarcía, Amparo: Dios Padre, ya no creo en ti. México D. F.: Jus, 2011.

8) y la hembra respectivamente); y para el mismo Panduro resulta inimaginable que «con ojos azules / trate un hombre de pependencias». De ahí que al judío, tildado de cobarde, se lo suponga pelirrubio. Por la negrura de su barba alaba Mari Hernández a don Álvaro de Ataíde: -={Referencia bibliográfica}=- Gil, Juan: El burlador y sus estragos. Madrid: Real Academia Española, 2011.

9) butacas. Por qué no va a haber cine de cámara, igual que hay música de cámara. The City Dark tiene un título de cine negro, pero de lo que trata es de la desaparición gradual de la negrura de la noche. Es cine de cámara y en primera persona, aunque no a la manera histriónica de Michael Moore. Las imágenes de Ian Cheney y su voz superpuesta tienen una cualidad confesional y un discurrir voluble de -={Referencia bibliográfica}=- Muñoz Molina,

Antonio: «Vigilantes nocturnos». El País. Babelia. Madrid: cultura.elpais.com/cultura/babelia.html, 2012-01-28.

FORMA = {el rojo }

Proximidad [DERECHA] [INTERVALO = 3] FORMA = {de}

1) deja al desnudo un azulísimo cielo. Es a través de esta ventana por donde entra la fuente de luz que baña el rostro de la bella mujer. El vistoso traje de seda, y de claro color pardo, resalta en el rojo intenso de la poltrona. -= {Referencia bibliográfica}=- Noriega, Simón: Venezuela en sus artes visuales. Mérida: Ediciones Puerta del Sol, 2001.

2) En la capa atmosférica que rodea la Tierra se generan fenómenos de dispersión, absorción y refracción de la luz. El azul del cielo y el rojo de los atardeceres se deben a la dispersión de la luz solar en las moléculas y partículas que componen la atmósfera terrestre. -= {Referencia bibliográfica}=- Pérez Doval, Jorge: «Fenómenos en el horizonte». Juventud Técnica. La Habana: juventudtecnica.cu, 2001-05-01.

3) Cálida. El amarillo de los muebles y el rojo de las baldosas ponen notas alegres y luminosas. El mobiliario y la encimera de granito tienen un coste total de 5.400 €, de la firma Forlady. El estor crudo con greca cuesta 84,14 €, en -= {Referencia bibliográfica}=- «Para comer y guisar». Casa Diez. Madrid: Hachette Filipacchi, S.A., 2003-07-03.

4) rubio de eterna impronta adolescente, viste jeans y zapatillas. Su sonrisa fácil y el aura cosmopolita acapara la atención de la gente. Ángel Parra se sienta a su lado. Lleva traje y zapatos negros que contrastan con el rojo sangre de su polera. -= {Referencia bibliográfica}=- García, Gabriela: «Degenerados con swing». La Nación.cl. Santiago de Chile: lanacion.cl, 2005-09-02.

5) remotos como la Luna o las estrellas. A su vez, la historia de las teorías sobre los diversos fenómenos visuales, como el azul del cielo, el arco iris, el halo de la Luna, los espejismos o el rojo de un hierro candente, abarca miles de años. Pitágoras, filósofo griego del siglo VI a.C., sugirió que la luz está hecha de rayos que actúan como tentáculos que se propagan en línea recta -= {Referencia bibliográfica}=- Rojo, Alberto: La física en la vida cotidiana. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2007.

6) Era en la corniche de Beirut, uno de esos rincones de este mundo que se instalan en la memoria para no abandonarla nunca. Era también un atardecer preñado de rojos: el rojo del sol, el rojo nacarado de las nubes, el rojo violáceo del mar, el rojo oscuro de la sangre coagulada en las calles tras el último bombardeo. -= {Referencia bibliográfica}=- Sevilla, Fran: «La maldición de Beirut». Vagamundo. <http://www.blog.rtve.es/fransevilla:blog.rtve.es/fransevilla>, 2008-05-23.

7) que fuera japonés, coreano, americano, francés... Habría sido violar su privacidad. No me importa lo que hagan otros fotógrafos. Y nunca hice fotos color en un campo de batalla. Es muy engañoso. El rojo de la sangre lo invade todo. El ojo va automáticamente al color. Y yo quiero ir más allá de la superficie de las cosas. -= {Referencia bibliográfica}=- Merle, Daniel: «Testigo de mil batallas». Lanación.com. Buenos Aires: lanacion.com.ar, 2008-09-21.

8) Por un lado, la sesión de la Cámara estuvo decorada con el rojo de las cajitas de chocolate en forma de corazón colocadas sobre las bancas de los legisladores, cortesía de la portavoz de la mayoría, Iris Miriam Ruiz, quien vestía de rojo y blanco. -= {Referencia bibliográfica}=- Colón Dávila, Javier: «Cupido conquista el Capitolio». Elnuevodia.com. San Juan: Elnuevodia.com, 2008-02-15.

9) y se persiguen como locos llenan la plaza cubierta proyectada por el arquitecto francés Jean Nouvel, último Pritzker, para la ampliación del Reina Sofía. Al fondo, el bar restaurante de Sergi Arola está a rebosar. Dentro, el rojo brillante de la cubierta se impone sobre el resto del espacio. Al levantar la cabeza se descubre casi sin querer el reflejo de las barras picudas y blancas, y de las sillas de acero, sobre el --{Referencia bibliográfica}--Fernández Bermejo, Rafael: «De Matisse al plato». El País.com. El viajero. Madrid: elviajero.elpais.com, 2008-06-07.

10) qué rol cumplir porque lo ha jugado antes", precisó. Entre sus alumnos está también Angelo. él tiene 14 años y nació sordomudo, curiosamente desempeña el papel de mimo y sus gestos son tan llamativos como el rojo de su chaleco. Su mundo carece de palabras pero abunda en significados. Saluda, sonríe, todo lo que hace es indicio de que se siente muy feliz. --{Referencia bibliográfica}-- Cerda, Jorge Luis: «Los verdaderos ángeles están en el teatro». La Republica.pe. Lima: larepublica.pe, 2010-08-22.

11) Otro hombre iba pasando por la calle, esperando el rojo del semáforo, recordaba: "Ese día estaba en mi casa, a punto de salir a trabajar. Yo daba clases en un Conalep, pero empecé a ver que todo se movía y me regresé a casa --{Referencia bibliográfica}--Pantoja, Sara: «... Y vino a la mente esa trágica mañana». El Universal.com.mx. México D. F.: eluniversal.com.mx, 2009-09-19.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA: Banco de datos (CORPES XXI) [en línea]. Corpus del Español del Siglo XXI (CORPES). <<http://www.rae.es>> [11/08/2016]

FORMA = {el verde de}

1) se trata de aves, las presas van enteras, ojalá la pechuga y los tutos. El lenguaje de los colores es también importante, se trata de una combinación tenue de blancos y amarillos, sólo interrumpida por el verde de las arvejas y de los porotitos, el marrón claro de la carne y el verde o rojo del pimiento. --{Referencia bibliográfica}-- Montecino Aguirre, Sonia: Cocinas mestizas de Chile. La Olla Deleitosa. Santiago de Chile: Museo Chileno de Arte Precolombino, 2004.

2) cual nacen los diferentes elementos que conforman las fachadas. Ordena la composición y logra el equilibrio entre la calidez de la geometría del edificio y la sobriedad y rigidez propia de su verticalidad. Su color rojo contrasta con el verde de la vegetación del entorno inmediato y propone al edificio como un punto de referencia urbana. --{Referencia bibliográfica}-- «Edificio Rumiñahui». Trama. Quito: trama.com.ec, 2002-01-03.

3) Algunos argumentan contra los aerogeneradores porque violentan el verde de los paisajes, sin alzar la voz contra las torres transmisoras de electricidad que acercan los electrones activos hasta sus neveras y campos de golf. Habría que preguntarse si esos tendidos eléctricos añaden majestuosidad o sencillez --{Referencia bibliográfica}-- Montecinos Larrosa, Alejandro: «Hacia la cultura solar». Energía y tú. La Habana: cubasolar.cu, 2004-04.

4) con una sonrisa calmabas tristezas, entre esas paredes de tu casa abierta". Esas son algunas de las casi 50 mantas conmemorativas de personas que murieron por el sida, que ayer desplegaron su emotividad al aire libre, sobre el verde de la Plaza Las Heras. --{Referencia bibliográfica}-- Gioberchio, Graciela: «Mantas pintadas para recordar a víctimas del sida». Clarín. Buenos Aires: clarin.com, 2002-12-02.

5) más famosos de la zona vinícola más importante de Sudáfrica, Franschhoek. Las carreteras y caminos que recorren esta región están escoltados por unas impresionantes extensiones de viñas, que se pierden por las laderas de los valles. El verde de las vides sirve de marco

perfecto para llegar a los muros blancos de Le Provençal que, aparte de hotel, es un sensacional restaurante con una vieja bodega que recrea tiempos pasados y donde las botellas de vino -= {Referencia bibliográfica}=- Madera, Pedro: «De hoteles y vinos». El Mundo. Magazine. Madrid: elmundo.es, 2002-12-15.

6) Las Médulas hace veinte siglos eran seguramente un gran desierto rojo desprovisto de vegetación alguna y los romanos supieron transformarlo en el paraje singular que hoy podemos contemplar, en el que el rojo de las formaciones geológicas y el verde de los castaños que ellos sembraron componen una imagen difícil de olvidar, muy especialmente en los amaneceres y atardeceres otoñales. -= {Referencia bibliográfica}=- «Rafael Nuche del Rivero. Geólogo (Enresa)». Terralia. Madrid: Ediciones Agrotécnicas, S.L., 2002-09-03.

7) Las lagunas marcan un contraste con el verde de los llanos y esta conjunción de agua y pastizales cautiva a quien viaja a este lugar en búsqueda de descanso y contemplación. -= {Referencia bibliográfica}=- Semeria, Claudio; Toledo, Martín: «Zona Centro». Papalini, Adrián [ed.]: Cazar en Argentina. Córdoba: Ediciones 67, 2003.

8) desarrolladores prefieren el interés económico sobre el bienestar de su gente. Esto hay que pararlo ya aunque tengamos que someterle las leyes a políticos o administradores que solamente han mirado hacia el verde del dinero y no el verde de la naturaleza. -= {Referencia bibliográfica}=- Cordero, Edwin: «Cartas. Urge seguir las leyes de la naturaleza». Elnuevodia.com. San Juan: Elnuevodia.com, 2005-10-16.

9) Hay una parte inconsciente en la percepción del color. No es fácil darse cuenta de que, cambiando los colores que nos rodean, podemos hacer la vida más sencilla. En ocasiones actuamos por instinto y buscamos sosiego en el verde de los árboles, vitalidad en el amarillo del sol, o paz y tranquilidad en el color del mar. Se trata de mecanismos de compensación del organismo para restaurar el equilibrio vital. -= {Referencia bibliográfica}=- Arias, Diana; Vargas, Claudia: La alimentación por el color. Barcelona: RBS, Libros, 2003.

10) El color verde ocupa un lugar primordial en el imaginario de todos los pueblos. Es el color propio de la renovación, de la primavera. Tras el largo invierno, el verde de las primeras hojas anuncia el triunfo de la vida: el renacimiento. Es un color tranquilizante, tonificante y refrescante. -= {Referencia bibliográfica}=- Arias, Diana; Vargas, Claudia: La alimentación por el color. Barcelona: RBS, Libros, 2003.

FORMA = {el verdor de}

1) una de las comunas acomodadas de la Región Metropolitana. Suelo salir a largas caminatas por sus calles todas las semanas. No dejamos de asombrarnos de la limpieza de sus calles, la belleza de sus plazas, el verdor de sus jardines, la calidad de su infraestructura de servicios. Caminamos por las calles de una ciudad de país desarrollado. -= {Referencia bibliográfica}=- Foxley, Alejandro: Chile en la encrucijada. Claves para un camino real y posible. Santiago de Chile: Editorial Grijalbo, 2001.

2) El archipiélago canario, fruto de erupciones volcánicas, ofrece una sinfonía de paisajes cuyo denominador común es el marrón oscuro de la lava y el verdor de sus bosques. Sobre estos ásperos espacios fueron alzándose desde el siglo XV unas construcciones que, por su carácter cúbico, ponen una nota de color y contraste. Admirar estas casas tradicionales encaladas es un -= {Referencia bibliográfica}=- «ISLAS CANARIAS BLANCO SOBRE LAVA». Revista del Ministerio de Fomento. Madrid: Centro de Publicaciones. Secretaría General Técnica. Ministerio de Fomento, 2002-11-03.

3) para todo caraqueño es el paisaje que rodea a su ciudad: el majestuoso Avila, siempre

llamativo desde casi todos los espacios. En Caracas la naturaleza logra imponerse al cemento y a las siempre congestionadas autopistas. El verdor de la montaña lo penetra todo. Es el emblema más significativo de la ciudad: una montaña. No iglesia ni casa ni monumento humano alguno, sino un inmenso cerro que nada tiene que ver con las --{Referencia bibliográfica}-- Fauquié, Rafael: Caín y el laberinto. Caracas: Comala.com, 2003.

4) La semilla es aprovechada por el ganado que pasta entre el verdor de los henequenales. "No hay claridad de lo que pueda pasar. La siembra se nos está yendo para siempre", se queja Miguel Ángel.--{Referencia bibliográfica}-- Rivera, Morena: «"Sentimos que se nos va para siempre"». El Diario de Hoy. Hablemos on line. San Salvador: elsalvador.com, 2004-06-12.

5) decoración imita en todo a las típicas tascas andaluzas, con jamones colgados del techo, azulejos en las paredes, plantas enredaderas y un impresionante muestrario de color en los mostradores donde sobresale el esplendor de los tomates o el verdor de los pimientos. Lo habitual si uno pasa de mañana a tomarse una tapita rápida en la barra es que en la cocina le estén dando los últimos toques a la bechamel para las croquetas que, --{Referencia bibliográfica}-- Castilla, Amelia: 100 restaurantes en Madrid donde reservar mesa. Barcelona: Planeta, 2005.

6) Ahora bien ¿qué representa o en qué sobresale la obra en cuestión? ¿Cuáles las razones? Nos lo responde el mismo Paredes, inmerso en la niebla somnolienta de su ciudad, junto al río y el verdor de sus colinas: "Entre tanto: los personajes del "Quijote" intentan darnos, cada uno a su modo, la extraordinaria experiencia: haber visto, haber conocido, haber tratado al asendereado caballero" --{Referencia bibliográfica}-- Mora, Pablo: «Leyendas del Quijote». Letralia. Cagua: letralia.com, 2005-02-07.

7) donde en las humildes casuchas de cartón de hasta tres pisos se apiñan niños, jóvenes y viejos en torno a un gigantesco televisor que retumba cada vez que juega Brasil, y los frondosos, amplios y oxigenados parques parisinos, donde el verdor de la hierba tiene el mágico poder de enamorar y se funde con el amarillo cristal del sol que pega fuerte en esta época del año, es tan largo e imaginario que solamente la pasión por el fútbol --{Referencia bibliográfica}-- Bustamante Escobar, Oswaldo: «El Mundial no solo es fútbol, es arte callejero». El Colombiano.com. Medellín: elcolombiano.com.co, 2006-06-18.

8) El patio leonés ubicado en el casco antiguo es, por motivos históricos, una reproducción del patio andaluz; oasis en miniatura con el que el antiguo nómada refresca su casa, a la vez que recrea el verdor de los lugares bendecidos por el agua en medio del desierto candente. --{Referencia bibliográfica}-- Santovenia Pérez, Carlos: «Los patios leoneses, una oportunidad para el turismo cultural y el turismo de naturaleza». Los patios de León (Nicaragua). Naturaleza y patrimonio. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, 2007.

9) encuentra Tibasosa (la tierra de la feijoa), un pueblo de gente amable que hace de su carácter la mejor arma de atracción turística. Allí la quietud que se respira convoca a viajeros que buscan refugio en el verdor de las montañas y el silencio del campo, mientras los hoteles prescinden de la televisión y la radio para facilitar el contacto de los huéspedes con la naturaleza. --{Referencia bibliográfica}-- Lancheros, Carolina: «Boyacá también tiene su 'mar', pero a 3.100 metros de altura». El Tiempo. Bogotá: eltiempo.com, 2008-07-30.

10) De todas las maravillas que regala la primavera en la península Ibérica quizá sea el verdor de los bosques mediterráneos lo más especial y exclusivo. Las primeras lluvias después del invierno y el aumento de las temperaturas convierten las dehesas en brillantes alfombras de pasto y los montes en húmedos reservorios de vida inquieta --{Referencia bibliográfica}-- Corral, Miguel G.: «Aire libre/Propuestas. Al verdor de la primavera». El Mundo.es. Natura. Madrid: elmundo.es/natura, 2008-04-12.

11) El sendero se acerca a la localidad de Cacapi, un pequeño rancharío desde donde se pueden apreciar los glaciares del Mururata, que contrastan con el verdor cálido de los Yungas. -= {Referencia bibliográfica} =- Ortega, Pilar: Bolivia: Guía total. Madrid: Anaya Touring Club, 2002.

FORMA = {la altura de}

1) Poco después de su derribo, en 1872, se planteó la idea de levantar un nuevo templo en el lugar que ocupaba el cercano convento de Santo Tomás, en la calle Atocha. La actual iglesia destaca también por la altura de su torre, de 60 metros, guarnecida por una cornisa en forma de matacán, aunque, según el proyecto original, debería haber estado rematada por una cubierta a cuatro aguas, de otros 30 metros de altura -= {Referencia bibliográfica} =- El cielo de Madrid. Torres y rascacielos. Madrid: Real Academia de Bellas Artes de San Fernando, 2001.

2) preparación y viértala en los moldes individuales. Introduzca en el horno, precalentado a 170 °C, y hornee sin tapar, al baño María durante 45 minutos. Es importante que el agua alcance la mitad de la altura de los moldes. -= {Referencia bibliográfica} =- Cardona M., Clara Isabel (coord.): Delicias de la cocina diaria colombiana. Bogotá D. C.: Intermedio, 2001.

3) La altura de las mareas es de 1,80 m. En La Unión, la pleamar y bajamar ocurre 15 minutos más tarde que en Acajutla y La Libertad; la altura media de marea es de 2,5 m, ya que la altura media -= {Referencia bibliográfica} =- Windevoxhel, Néstor: Corredor biológico Golfo de Fonseca, El Salvador. s. l.: s. n., 2001.

4) ARQUITECTURA Y URBANISMO. Una persona que va caminando por un corredor, normalmente va mirando desde la altura de sus ojos y hacia adelante. El techo y el piso son percibidos sin muchos detalles pequeños. Las paredes, si están más cercanas, se van percibiendo con más detalle sólo en una franja a la altura del horizonte -= {Referencia bibliográfica} =- Bardier, Dardo: De la visión al conocimiento. Montevideo: TRADINCO S.A., 2001.

5) las fachadas cuzqueñas civiles, sino que además la continuidad horizontal de la base del gran balcón alargado introdujo en la fachada la neta delimitación externa de la separación entre los dos pisos, y eliminó la continuidad indivisa de toda la altura de la fachada que había permanecido inmodificada desde las primeras casas virreinales cuzqueñas. La añadidura en algunas casas de la imposta medianera de la fachada de calle, realizada durante el periodo de la vigencia del neoclásico, -= {Referencia bibliográfica} =- San Cristóbal, R. P. D. Antonio: La casa virreinal cuzqueña. Lima: Editorial FAUA, 2001.

6) arquitectónicos vigentes en las casas cuzqueñas respecto de los modelos de las casas en las escuelas regionales de Arequipa y de Trujillo. Aun cuando existieran inicialmente algunas casas de dos pisos en Arequipa y en Trujillo, se terminó por limitar la altura de las casas en las dos ciudades a un solo piso, de tal modo que se desplegaron en el primer nivel todas las habitaciones y servicios propios de las casas virreinales. También aparecen desplegadas las casas arequipeñas y trujillanas alrededor del -= {Referencia bibliográfica} =- San Cristóbal, R. P. D. Antonio: La casa virreinal cuzqueña. Lima: Editorial FAUA, 2001.

7) de la Cordillera Negra, entre Recuay y Aija. En esta mina se encuentra hielo en la escalera desde donde se baja y hasta en la parte más honda, situada a unos 50 m de la superficie. Como la altura de este lugar es de 4853 m, quitando los 50 m que tiene de profundidad la mina, se obtendría para el nivel de la nieve perpetua -al abrigo de los agentes exteriores- la altura aproximada de 4800 -= {Referencia bibliográfica} =- Morales Arnao, César: Las cordilleras del Perú. Lima: Universidad San Martín de Porres, 2001.

8) en algunas cavidades subterráneas, se congela debido a la baja temperatura del lugar y no se derrite por estar abrigada de la acción del sol y de los vientos cálidos que se levantan en la hoya del Marañón. La altura de este cerro es de 4872 m sobre el nivel del mar; quitando algunos metros por la profundidad de las cavidades donde se halla la nieve, se tendría poco más o menos la misma altura que en la mina del -={Referencia bibliográfica}- Morales Arnao, César: Las cordilleras del Perú. Lima: Universidad San Martín de Porres, 2001.

9) RTVE y sus 220 metros de altura la convierten en el edificio más alto la capital. El Faro de Moncloa se levantó en 1992 para iluminar el inicio de la carretera de La Coruña, pero su lugar privilegiado y la altura de la plataforma que corona su fuste lo han convertido también en mirador. -={Referencia bibliográfica}- El cielo de Madrid. Torres y rascacielos. Madrid: Real Academia de Bellas Artes de San Fernando, 2001.

10) por la ventana y lo que veo son inmensos carteles de todo tipo y color, desde el borde de la vereda hasta la línea de edificación. En la esquina, una pinturería posee carteles que superan en mucho la altura de la terraza. -={Referencia bibliográfica}- Gerula, Ricardo Luis: Radiestesia integral. Manual para una nueva y creativa generación de radiestesistas. Interrelación entre Radiestesia, Radiónica, Reiki, Geobiología y Feng Shui. Buenos Aires: Kier, 2001.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA: Banco de datos (CORPES XXI) [en línea]. Corpus del Español del Siglo XXI (CORPES). <<http://www.rae.es>> [01/09/2016]

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA: Banco de datos (CORPES XXI) [en línea]. Corpus del Español del Siglo XXI (CORPES). <<http://www.rae.es>> [11/08/2016]

FORMA = {la redondez}

1) de conocimiento. "Cuando bebemos yagé, las cosas comienzan a hablarnos y nuestras almas son liberadas de nuestros cuerpos". Cuentan que el chamán deja el mundo real y viaja a un punto donde puede observar la redondez de la tierra y ver a cualquier persona. Los tukanos utilizan el yagé como bebida ceremonial; tienen el siguiente mito: el río es un hombre, sus pies están en la boca, sus brazos extendidos -={Referencia bibliográfica}- Salazar Jaramillo, Alonso: Drogas y narcotráfico en Colombia. Bogotá: Planeta Colombiana, 2001.

2) subtítulo que evoca el mito del eterno retorno, a la manera en que lo describió Mircea Eliade. Más que en la reiteración cíclica de la historia, en el libro de Fuentes la circularidad del tiempo, cifrada en la redondez emblemática de la naranja, se manifiesta en su permanencia —lo que constituye su propia negación toda vez que la historia está hecha de cambios, de mutaciones. Efectivamente, en los cinco relatos que configuran el volumen, -={Referencia bibliográfica}- Celorio, Gonzalo: Ensayo de contraconquista. México D.F.: Tusquets Editores, 2001.

3) es probable que ya conozca la historia (si no, le recomiendo que lea la novela Heredarás el viento; existen, además, varias versiones en cine). La evolución es un hecho tan bien establecido como la redondez de la Tierra desde hace más de un siglo (a pesar de lo que opinan algunas personas). Sin embargo, las islas Galápagos aún siguen siendo objeto de discusión técnica entre los expertos. -={Referencia bibliográfica}- Gánem, Enrique: Caminitos de plata. 100 cápsulas científicas. México D.F.: McGraw-Hill Interamericana Editores, 2001.

4) trascendencia de ese hecho histórico —asegura él— "no proviene de extender el dominio de España hacia nuevas tierras, sino de resolver el vacío geográfico y cosmológico presente en la mente humana desde que alguien afirmó y probó la redondez de la Tierra. Sin América, el mundo terráqueo estaba incompleto". -= {Referencia bibliográfica}=- Martínez Moreno, Alfredo: Con toga... y sin birrete. San Salvador: Corte Suprema de Justicia Centro de Gobierno, 2002.

5) frambuesa y mora con ecos florales, y es de los que tienen estructura en boca, aunque, como en tantos otros ejemplos de este 2002, se debe más al tanino que a la fruta directa o a la redondez de su cuerpo. -= {Referencia bibliográfica}=- «CATADOS EN LA MUESTRA 'PRIMER'». El Mundo. Vino. Madrid: Unidad Editorial, 2003-01-03.

6) La división en crisis, prometedoras de juicio, anunciaba, desde la primera, un ambicioso programa de carácter universal, patente en la redondez misma de la real corona, del mundo y del sol con las que se iniciaba la descripción. El libro se abría así en círculos concéntricos y simbólicos de carácter perfecto con la aparición de una isla semisalvaje -= {Referencia bibliográfica}=- Egido, Aurora: La búsqueda de la inmortalidad en las obras de Baltasar Gracián. Madrid: Real Academia Española, 2014.

7) No te detienes ni un instante porque la calle es tu elemento natural y tus pies se amoldan a la redondez pulida del adoquín antiguo. Caminas durante horas. Paseas por las avenidas. Te dejas seducir por los escaparates y te gusta el ruido de la gente que, como tú, viene y va de un punto -= {Referencia bibliográfica}=- «De algodón y traca». El Nuevo Herald. Miami: elherald.com, 2004-05-24.

8) En esta obra se percibe, como en la mayoría de las que Eugenio realizara en este período, el interés por la redondez de la forma, por la estabilidad maciza del volumen, por la proporción inmanente de la masa escultórica, rasgos todos encaminados al acento de la atemporalidad, la concentración, el equilibrio y la síntesis plástica. -= {Referencia bibliográfica}=- Pereira, María de los Ángeles: Escultura y escultores cubanos. La Habana: Artecubano Ediciones, 2005.

9) demostró que hay un número infinito de ellos (Elementos, IX), y dio una demostración del teorema fundamental que todavía se recuerda. Eratóstenes, un contemporáneo suyo y el primero en comprobar de manera experimental la redondez de la Tierra y medir con precisión el tamaño del planeta, ideó un método para encontrar los números primos hasta cualquier cantidad. Pero los griegos no fueron los únicos en estudiarlos desde tiempos antiguos. -= {Referencia bibliográfica}=- Valencia, Jorge: «Primos con clase». El Malpensante.com. Bogotá: elmalpensante.com, 2005-02.

10) En la ilustración 114 hemos señalado, las líneas principales que definen las formas externas e internas del dibujo, tales como la redondez de los hombros, los pechos, la inclinación del tronco respecto al abdomen, la caída de la parte izquierda de la cadera (derecha en el dibujo), la dirección de la pierna derecha de apoyo y -= {Referencia bibliográfica}=- Plasencia Climent, Carlos; Martínez Lance, Manuel: Las proporciones humanas y los cánones artísticos. Valencia: Editorial de la UPV, 2007.

11) con otro actor en una prueba de vestuario, mientras a Daniel lo preparaban en el salón de maquillaje para caracterizarlo un poco. Cuando entré, me quedé sorprendido: le habían rizado el pelo y de pronto, la redondez de su rostro había desaparecido: no era idéntico a Martí, pero se daba un aire. El día que finalmente le di el personaje, le dije: "Tú no eres Martí". Él se -= {Referencia bibliográfica}=-

Sánchez, Jorge Luis: «¿Ver a un héroe a través del ojo del canario?». Cine Cubano. La Habana: cubacine.cult.cu/revistacinecubano, 2010-04.

7.2.

Anexo 2: Nomes de eventos simples

Esta lista de 100 nomes foi tomada de Resnik (2014, pp. 302-304)

fiesta	travesía	carrera	conflicto
feria	clase	rally	paz
festival	conferencia	tormenta	silencio
boda	curso	tempestad	ruido
funeral	taller	temporal	escándalo
velorio/velatorio	workshop	borrasca	lío
ceremonia	congreso	terremoto	follón
evento	simposio	sismo	problema
picnic	jornadas	huracán	motín
cóctel	tumulto	maremoto	huelga
té	coloquio	sequía	incidente
banquete	entrevista	catástrofe	boicot
festín	audiencia	cataclismo	pánico
ágape	concierto	desastre	miedo
tertulia	ópera	tragedia	pasión
campana	serenata	holocausto	furor
cónclave	espectáculo	drama	rabia
cumbre	show	incendio	siesta
asamblea	programa	accidente	frío
sesión	película	impacto	calor
misa	ciclo	sinistro	hambre
vacaciones	discurso	caos	pereza
receso	sermón	crisis	dolor
excursión	torneo	guerra	fiebre
trayecto	campeonato	batalla	gripe